



RELATÓRIO
ANUAL
2019

2019

Índice



Mensagem da Administração	03
Quem Somos	04
Governança	05
Planejamento Estratégico	07
Fato Relevante	08
Realizações	10
Gestão Previdenciária	13
Gestão de Relacionamento	21
Gestão de Investimentos	25
Gestão das Despesas	51
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas	75
Parecer Atuarial por Plano de Benefício	106
Gestão da Saúde – Eletros-Saúde	161
Realizações dos Órgãos Estatutários	204
Política de Investimentos 2020	210



Mensagem da Administração

Para a Eletros, administrar planos de previdência é o mesmo que administrar futuros. E é nosso dever fazê-lo com total excelência e ética, valendo cada centavo do seu esforço e da confiança dos nossos participantes ativos e assistidos na Fundação.

Em 2019, nos mantivemos empenhados no compromisso e no investimento constante em soluções sistêmicas e na capacitação dos nossos profissionais, para que as nossas realizações estejam cada vez mais alinhadas às expectativas dos nossos participantes Ativos e Assistidos.

Foi um ano intenso, de muito trabalho e enfrentamento de importantes desafios. E cumprimos nossa missão, com o pagamento de montante superior a R\$ 473 milhões em benefícios de complemento de aposentadoria, pensão e do INSS.

Na Gestão Previdenciária, conquistamos em 2019 o Certificado NBR ISO 9001:2015 para todo o escopo de atuação da Diretoria de Benefícios Previdenciários. A obtenção de um dos selos de qualidade de maior prestígio no mundo é o reconhecimento de que nossos processos administrativos estão alinhados às melhores práticas internacionais de gestão.

Atentos à Governança, outra importante realização foi a criação do Canal de Integridade, iniciativa que acompanha uma tendência mundial de transparência e que tem por objetivo tornar a Fundação ainda mais vigilante de seus processos, fazendo jus aos seus 48 anos de trajetória sem envolvimento em atos ilícitos de nenhuma natureza.

Na Gestão dos Investimentos, nosso time atuou com diligência, disciplina e foco em resultados. Mesmo diante de todos os desafios econômicos externos e internos que passamos em 2019, buscamos a melhor performance para os ativos investidos, sempre com muito zelo e ponderando com os riscos envolvidos. Os esforços dispensados por toda a equipe foram compensados e conseguimos superar as taxas de referência dos planos, entregando ao participante uma excelente rentabilidade.

Na Gestão do Eletros-Saúde, trabalhamos arduamente para manter sua sustentabilidade, tendo atingido resultado positivo no exercício e constituído todas as garantias instituídas pela ANS.

Ao final de 2019, sempre pensando em nossos participantes, em função da redução na expectativa futura de rentabilidade dos investimentos, estudos internos e externos apontaram a necessidade de se alterar as taxas atuariais dos planos administrados, no intuito de trazer mais segurança para os associados. A taxa de juros atuariais de todos os Planos foi reduzida para 4,80% ao ano.

Em dezembro de 2019, concluiu-se o processo de transferência da gestão do Plano CD CERON, após oito anos de relacionamento. Os nossos agradecimentos a todos os participantes, beneficiários, assistidos e à patrocinadora do Plano CD CERON.

Olhando para o futuro, reforçamos o compromisso da Eletros, de seus dirigentes, funcionários e colaboradores de atuarmos permanentemente na busca de soluções para a gestão dos Planos de Benefícios e com foco na nossa finalidade maior: pagar benefícios.

Nas páginas seguintes, compartilhamos com vocês informações sobre a gestão da Eletros em 2019, nosso 48º exercício de existência.

Administração da Eletros

Quem Somos



Constituída em 1971, a Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), multipatrocinada, sem fins lucrativos, que investe os recursos oriundos das contribuições de participantes e suas patrocinadoras – Eletrobras, Cepel, ONS, EPE, CERON e Eletros - para garantir o pagamento de benefícios previdenciários complementares no momento da aposentadoria.

Em dezembro de 2019, a Eletros administrava 5 (cinco) planos de benefícios, sendo 1 (um) Plano de Benefício Definido (Plano BD Eletrobrás), 2 (dois) Planos de Contribuição Definida (CD Eletrobrás e CD CERON¹) e 2 (dois) planos de Contribuição Variável (Plano EPE e CV ONS).

Além da gestão dos planos de previdência, a Eletros também administra e operacionaliza outros serviços oferecidos aos seus participantes, como empréstimos, seguro de vida em grupo e o programa de educação financeira e previdenciária, a exemplo do projeto Cultivar e de seu podcast.

A Eletros conta com um time de 113² profissionais, sendo 73 profissionais atuando na gestão dos planos de previdência, 35 atuando no Eletros-Saúde e cinco na Fundação Eletros de Assistência e Bem-Estar Social – FABES. Estes profissionais recebem treinamento e qualificação para que estejam sempre atualizados nas suas competências para que a Fundação siga em prestando serviços cada vez melhores aos nossos participantes ativos e assistidos.

¹ Após processo de privatização que resultou na sua compra por empresa de capital privado, a Centrais Elétricas de Rondônia – CERON transferiu a administração do seu plano (CD CERON) de previdência complementar à nova empresa detentora. O processo de transferência do gerenciamento foi concluído em 27 de dezembro de 2019. Mais detalhes no capítulo “Realizações”.

² Número exato referente aferido em 31 dezembro de 2019.

Governança

Dirigentes e Conselheiros

Diretoria Executiva

É o órgão responsável pela administração da entidade, agindo sempre em conformidade com a lei, com o Estatuto e Regulamento e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo.

Pedro Paulo da Cunha (Presidente)

Posse em 13/11/2019

Indicado pela Centrais Elétricas Brasileiras SA – Eletrobras

Max Leandro Ferreira Tavares (Diretor Financeiro)

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)³ e Administrador

Posse em 21/01/2020

Eleito pelos participantes e assistidos

Carlos Eduardo Brasil Pereira (Diretor de Benefícios Previdenciários)

Administrador Responsável pelo Plano de Aposentadoria (ARPB)⁴

Posse em 10/01/2020

Indicado pela Centrais Elétricas Brasileiras SA – Eletrobras

³ É principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos, nos termos dos §§ 5º e 6º do art. 35 da Lei Complementar nº 109, de 2001.

⁴ É administrador com atribuições relativas à administração e execução do plano de aposentadoria, à prestação de informações a autoridades governamentais e à acuidade das informações prestadas no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios. Adicionalmente, tem a incumbência de acompanhar as questões relacionadas à adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras que compõem os parâmetros técnico-atuariais utilizados na avaliação atuarial, em consonância com a legislação.

Conselho Deliberativo

Órgão máximo da Eletros, o Conselho Deliberativo (CDE) é responsável pela aprovação da política geral de administração da Fundação e de seus planos:

Jailson José Medeiros Alves (Presidente) – indicado pela Eletrobras – posse em 01/11/2019

Jack Nottingham Steiner – eleito pelos assistidos – posse em 06/09/2019 (2º mandato)

Carol Sampaio Diogo de Siqueira – eleita pelos participantes e assistidos – posse em 10/02/2017

José Luiz Grunewald Miglievich Leduc – eleito pelos participantes – posse em 06/09/2019

Alice Valderez de Andrade Salomão – indicada pelo ONS – posse em 10/02/2017 (2º mandato)

Rosane Barboza da Silva – indicada pelo CEPEL – posse em 10/02/2017 (2º mandato)

Suplentes:

Thadeu Figueiredo Rocha – indicado pela Eletrobras – posse em 01/11/2019

Homero Gonçalves de Andrade – eleito pelos assistidos – posse em 06/09/2019

-

Rodrigo Dias Ramires – eleito pelos participantes – posse em 06/09/2019

Marcio Kennedy de Almeida – indicado pelo ONS – posse em 10/02/2017

Paulo Tadeu Paes Alves – indicado pelo CEPEL – posse em 10/02/2017

Conselho Fiscal

Órgão de controle interno, o Conselho Fiscal (CFE) tem como função manifestar-se sobre atos administrativos e operacionais da Fundação.

Hiram Carneiro Toledo dos Santos (Presidente) – eleito pelos assistidos – posse em 27/01/2017. Nomeado presidente em 14/11/2017

Ailton Andrade – eleito pelos participantes – posse em 29/08/2019

Gustavo Botrel Coutinho de Melo – indicado pelo ONS – posse em 02/06/2017

João Vicente Amato Torres – indicado pela Eletrobras – posse em 05/12/2019

Suplente:

Dan Abensur Gandelman – eleito pelos participantes – posse em 29/08/2019



Planejamento Estratégico

A utilização das melhores práticas na gestão da Eletros reforça o compromisso da Fundação na entrega de serviços de qualidade e na satisfação do cliente. O Planejamento Estratégico para o triênio 2018-2020 identificou as premissas críticas e estabeleceu as diretrizes fundamentais para a elaboração das ações estratégicas que garantirão a perenidade da Eletros e permitirão o crescimento sustentado nos próximos anos.

Fruto desse trabalho, a declaração da Missão, da Visão e dos Valores da Eletros orienta os envolvidos na condução das atividades operacionais, táticas e estratégicas, definindo claramente o caminho a ser percorrido por todos.

Missão

Administrar os recursos oriundos de contribuições de forma efetiva, com ética e consciência do dever fiduciário, com o objetivo de pagar benefícios previdenciários.

Visão

Buscar a excelência da organização, primando pela qualidade dos serviços e das relações interpessoais e institucionais e tornar-se cada vez mais competitiva no segmento de previdência complementar fechada, contribuindo para a formação de poupança estável e de longo prazo.

Valores

Trabalho em equipe: nós trabalhamos juntos, compartilhando conhecimento para atingir os objetivos comuns.

Prestação de contas: nós prestamos contas e assumimos integralmente as consequências de nossos atos e decisões, e atuamos com diligência e responsabilidade no âmbito do cumprimento de nosso dever.

Respeito aos direitos e ao indivíduo: nós respeitamos o princípio da valorização da dignidade humana.

Transparência: nós subsidiamos os nossos participantes e assistidos com informações importantes para a melhor tomada de decisão acerca de seu patrimônio.

Compromisso com a qualidade: nós estamos comprometidos em prestar serviços com qualidade buscando superar as expectativas de nossos clientes.

Atuação com ética, responsabilidade e equidade: nós estabelecemos relações e tomamos decisões pautados na ética, na responsabilidade e na equidade.

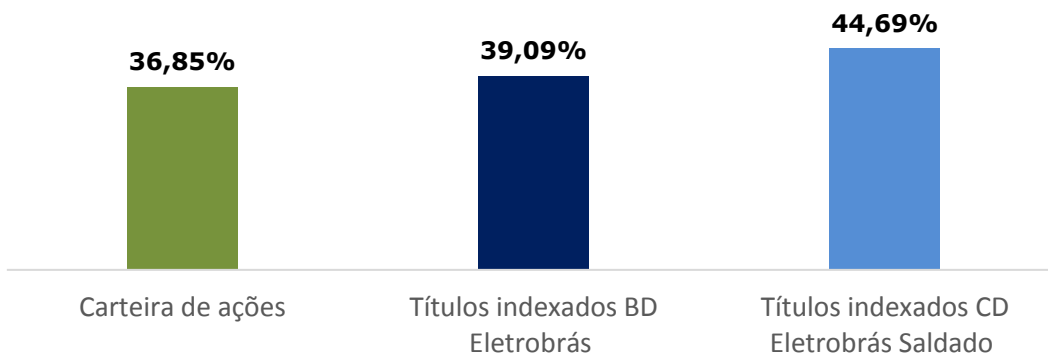
Fatos Relevantes



1. Rentabilidade alcançada em 2019:

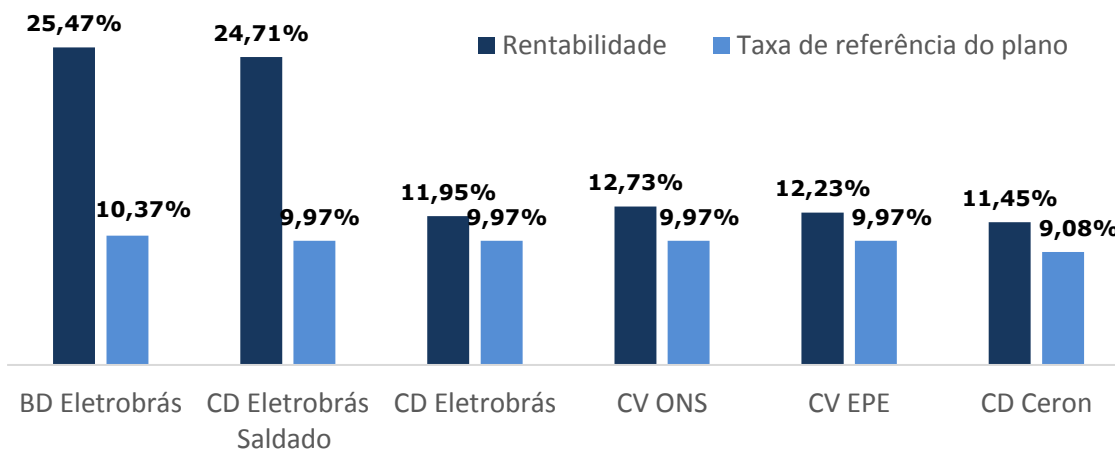
A rentabilidade dos investimentos em 2019, de forma geral, superou as taxas de juros de referência dos planos. Os dois maiores destaques foram os planos BD Eletrobrás e a parcela saldada do plano CD Eletrobrás (BPDS), ambos superaram em mais de duas vezes suas taxas de referência. Nestes planos, dois principais investimentos foram os grandes responsáveis pelo bom desempenho, suas carteiras de títulos indexados à inflação e a carteira de ações.

Rentabilidade nominal no ano das carteiras de ações e títulos indexados



Os planos CD Eletrobrás, CV ONS, EPE e CD CERON também superaram suas taxas de juros de referência. Todos os planos CD's e CV's foram beneficiados pelo bom desempenho da carteira de ações (conforme gráfico anterior), segmento que mais contribuiu para o retorno desses planos. A rentabilidade dos planos foi impactada ainda pela alocação de seus respectivos perfis, com exceção do plano CD CERON, que não possuía perfil de investimento.

Rentabilidade nominal dos planos em 2019



2. Equacionamento dos déficits 2013 e 2015 do plano BD Eletrobrás:

Em fevereiro de 2019, foi firmado, junto à Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)⁵ do Plano BD Eletrobrás, cujo objeto era o estabelecimento de prazos e condições para elaboração, aprovação e implementação de novos planos de equacionamento relativos aos resultados deficitários apurados nos exercícios de 2013 e 2015.

Em 18 de novembro, foram aprovados os Planos de Equacionamento dos déficits de 2013 e 2013, e, em 13 de dezembro, a Fundação enviou para as patrocinadoras Eletrobras e Cepel os Termos de Compromisso para o pagamento dos déficits. As assinaturas dos Termos ocorreram no dia 16 do mesmo mês.

Todas as etapas do TAC foram comunicadas pela Eletros aos participantes do Plano BD Eletrobrás⁶ no [site](#) da Fundação.

3. Redução das taxas de carregamento e de administração:

O Conselho Deliberativo da Eletros – CDE, na sua 390ª reunião, de 13/12/2019, aprovou a proposta orçamentária apresentada pela Diretoria Executiva para o exercício de 2020 considerando a redução de 3% para ZERO das taxas de carregamento cobradas sobre contribuições normais e extraordinárias e redução de 0,45% a.a. para 0,40% a.a. da taxa de administração incidente sobre os recursos garantidores para os planos BD e CD Eletrobras e CV ONS.

Nesta mesma reunião, também foram alteradas as taxas do Plano EPE. A taxa de carregamento de 4% sobre contribuições de qualquer natureza foi extinta e a taxa de administração, no valor de 0,40% a.a., foi incorporada ao plano, igualando a todos.

Os novos percentuais começaram a ser aplicados a partir do mês de abril de 2020.

⁵ Termo de Ajustamento de Conduta do Plano DB Eletrobrás, publicação no DOU de 11/02/2019.

⁶ Em fevereiro de 2020, conforme previa o regulamento, teve início a cobrança das contribuições extraordinárias referentes ao Plano de Equacionamento dos Déficitos de 2013 e 2015.



Realizações

Neste capítulo, apresentamos um resumo das realizações da Eletros no ano de 2019.

PodCultivar

Em janeiro de 2019, a Eletros inaugurou um novo formato de apresentação do Relatório de Conjuntura e Risco, com uma versão mais objetiva dos dados, acompanhada de uma explicação em áudio. Um projeto chamado Podcast de Investimentos.

Ao longo do ano, esse projeto cresceu, foi aperfeiçoado e agora ainda engloba outros assuntos. Assim nasceu o PodCultivar, uma iniciativa do programa de educação financeira e previdenciária Eletros Cultivar, que marca a presença da Eletros em mais duas redes sociais: o Spotify e o SoundCloud.

Tudo isso para levar ao participante, de forma mais explicativa, interessante e prática, as informações e as análises dos nossos especialistas sobre os cenários nacional e internacional e seus impactos nos planos de benefícios e outros assuntos ligados ao mundo da previdência.

Certificação ISO 9001

Entre os grandes feitos de 2019, está a conclusão do processo de certificação da NBR ISO 9001:2015, que concedeu à Eletros, em 03 de junho, o referido selo de qualidade para os processos da Diretoria de Benefícios Previdenciários em todo o seu escopo de atuação – Adesão e Cadastro, Arrecadação e Reserva, Concessão de Benefícios, Processamento da Folha, Gestão do Passivo Atuarial, Atendimento, Institutos e Convênio INSS.

A conquista do selo é a garantia ao cliente da otimização contínua dos processos de uma empresa, atestada e verificada por um dos órgãos internacionais mais respeitados e bem aceitos do mundo. Ao obter essa certificação nos processos da Diretoria de Benefícios Previdenciários, a Eletros pode garantir aos seus participantes normas e padrões de gestão da qualidade ainda mais apurados, melhorando a experiência e a tratativa das demandas relacionadas aos planos e às concessões de benefícios.

Eletros conquista Prêmio WEPS em sua primeira participação

Há pouco mais de 10 anos, por meio de seu comitê interno, a Eletros atua de forma expressiva no combate a todo tipo de discriminação em seu ambiente de trabalho. Não é à toa que a Fundação é membro do Programa de Pró-Equidade de Gênero e Raça do Governo Federal, obtendo o selo que atesta o seu compromisso com a causa desde o início da sua participação no programa, à época na terceira edição.

Em outubro do ano passado, todo o empenho da Fundação em ser uma empresa cada vez mais justa, plural e equânime, rendeu um novo reconhecimento: o Prêmio WEPS de Equidade de Gênero.

Em sua primeira participação, a Eletros já subiu ao pódio para receber o troféu de bronze na categoria Grandes Empresas. Ao todo 181 companhias foram inscritas para participar do evento, sendo 68 delas, dentre as quais a Eletros, classificadas como finalistas.

A estreia vitoriosa da Fundação no Prêmio WEPs demonstra que o trabalho que vem sendo desenvolvido está no caminho certo. Por isso, estamos muito orgulhosos dessa conquista e motivados a seguir adiante.

Eletros marca presença no LinkedIn e no Instagram

Para ficar ainda mais próxima de você, participante Eletros, em outubro de 2019 a Fundação ingressou em mais duas redes sociais: o Instagram, para falar sobre educação financeira e previdenciária através do Programa Cultivar; e no [LinkedIn](#), com uma página oficial (*company page*) onde compartilha todas as realizações da Fundação, como campanhas e premiações, além de artigos assinados pelo nosso time de especialistas sobre assuntos da atualidade que influenciam os rendimentos dos planos de previdência.

Conecte-se com a gente por este canal e também pelo Facebook, YouTube, Spotify e SoundCloud.

Pesquisa sobre o Plano Família

Quem faz a Eletros são os seus participantes. Por isso, em novembro de 2019, a Fundação realizou, através de empresa terceirizada, uma pesquisa de sondagem que tinha como objetivo testar a adesão que o Plano Família – produto de previdência privada que o participante poderia hipoteticamente contratar para um familiar até quarto grau – teria entre seu público.

As respostas apuradas estão sendo avaliadas pelo grupo de trabalho criado para atuar no projeto, também responsável por estudar a viabilidade técnico-financeira do plano.

Conclusão da transferência do plano CD CERON

Após quase um ano de tratativas junto à PREVIC e demais órgãos reguladores, num processo de total lisura e transparência nas comunicações, a Eletros concluiu, em 27 de dezembro de 2019, sem qualquer percalço legal, o processo de transferência do gerenciamento do Plano CD CERON para a nova patrocinadora, que assumiu a responsabilidade sobre o fundo a partir de 02 de janeiro de 2020.

O processo de transferência do plano envolveu diversas áreas da Fundação, que trabalharam de forma cooperativa para que tudo ocorresse dentro do previsto, em respeito aos prazos combinados com todas as partes e, em especial, aos participantes envolvidos.



A Eletros está nas redes sociais!

A Eletros tem perfis oficiais no LinkedIn, Instagram, Facebook, Youtube, Spotify e Soundcloud. Tudo para que o nosso contato seja cada vez mais próximo.

Conecte-se com a gente!



GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Gestão

Previdenciária

1. PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

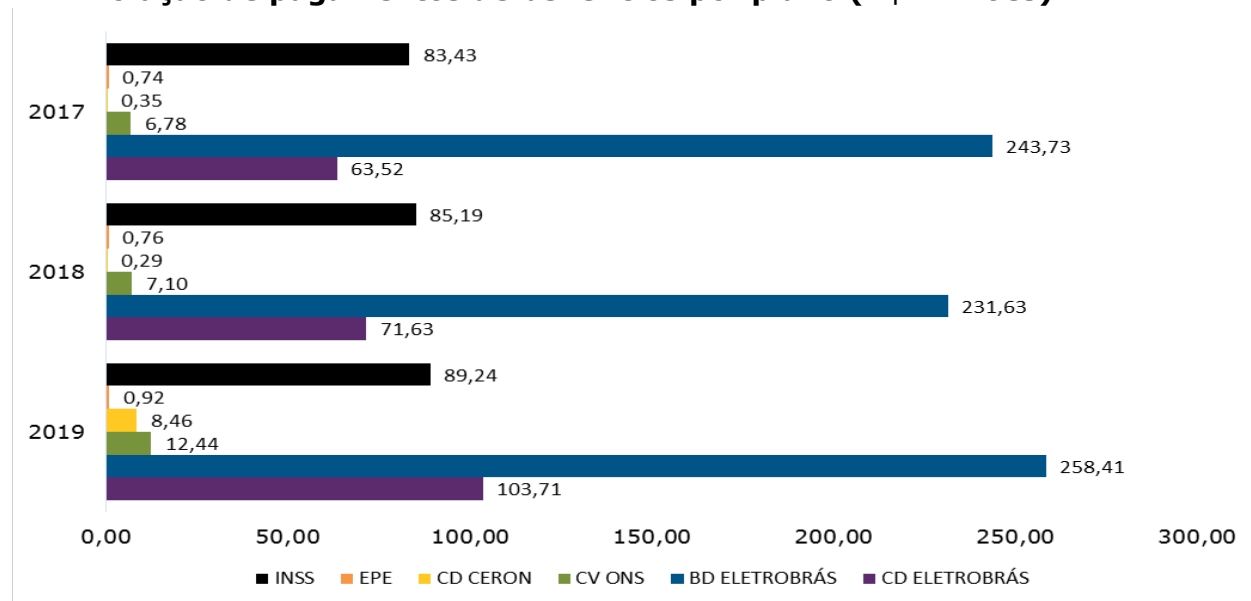
Em 2019, foram desembolsados R\$ 473,18 milhões para o pagamento de benefícios de previdência, dos quais R\$ 103,71 milhões se referem ao Plano CD Eletrobrás, R\$ 258,41 milhões se referem ao BD Eletrobrás, R\$ 12,44 milhões se referem ao CV ONS, R\$ 8,46 milhões se referem ao CD CERON, R\$ 0,92 milhões se referem ao Plano EPE e R\$ 89,24 milhões se referem ao convênio INSS.

1.1 Evolução do pagamento de benefícios pagos por plano (R\$ milhões)

	2017	2018	2019
CD ELETROBRÁS	63,52	71,63	103,71
BD ELETROBRÁS	243,73	231,63	258,41
CV ONS	6,78	7,1	12,44
CD CERON	0,35	0,29	8,46
EPE	0,74	0,76	0,92
INSS	83,43	85,19	89,24
TOTAL	398,55	396,6	473,18

Entre os anos de 2018 e 2019, houve um aumento significativo nos valores de benefícios pagos nos planos CD Eletrobrás, CV ONS e CD CERON, devido às políticas de desligamento realizadas pelas patrocinadoras destes planos.

1.2 Evolução de pagamentos de benefícios por plano (R\$ milhões)



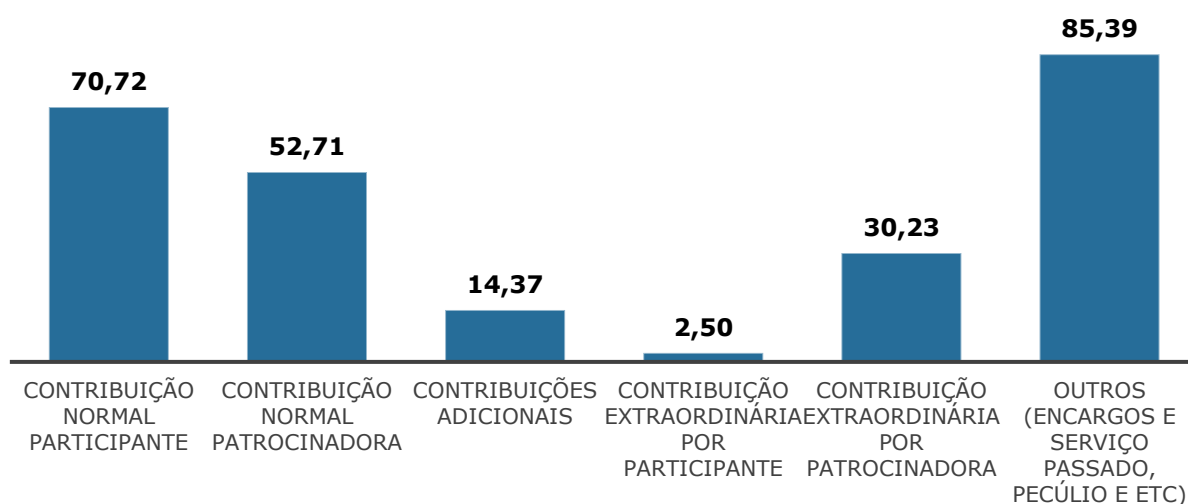
2. RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS

As receitas previdenciárias em 2019 somaram R\$ 255,93 milhões que correspondem as seguintes fontes por plano:

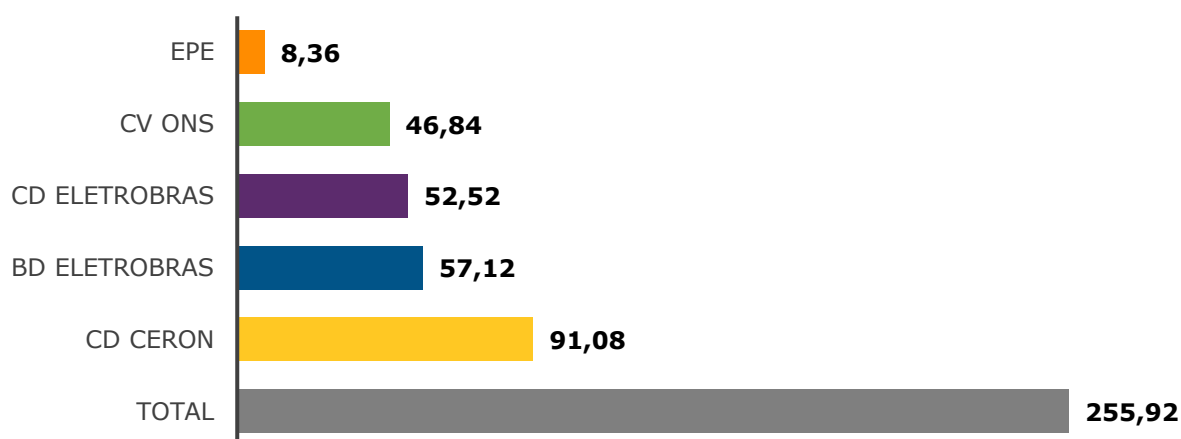
2.1 Total de receitas por tipo de contribuição em 2019 (R\$ milhões)

	Contribuição Normal Participante	Contribuição Normal Patrocinadora	Contribuições Adicionais	Contribuição Extraordinária (Participante)	Contribuição Extraordinária (Patrocinadora)	Outros (Encargos e Serviço Passado, Pecúlio e etc)	Total
CD ELETROBRÁS	26,42	25,60	0,50	0,00	0,00	0,00	52,52
BD ELETROBRÁS	20,46	3,93	0,00	2,50	30,23	0,00	57,12
CV ONS	15,08	14,93	13,62	0,00	0,00	3,21	46,84
CD CERON	4,50	4,37	0,05	0,00	0,00	82,17	91,09
EPE	4,26	3,89	0,21	0,00	0,00	0,00	8,36
Total	70,72	52,71	14,37	2,50	30,23	85,39	255,92

2.2 Total de contribuições Eletros por tipo de contribuição (R\$ milhões)



2.3 Total de contribuições por plano em 2019 (R\$ milhões)



2.4 Contribuições adicionais de participantes por plano (R\$ milhões)

	2017	2018	2019
CD ELETROBRÁS	0,44	1,43	0,50
CV ONS	3,95	3,75	4,64
EPE	0,09	0,20	0,21
CD CERON	0,03	0,04	0,05
TOTAL	4,52	5,41	5,40

3. PARTICIPANTES

A Eletros encerrou 2019 com 5.494 participantes, um decréscimo de 143 pessoas em relação a 2018. Tal fato decorreu basicamente do volume de resgates realizados por participantes do Plano CD CERON (219 resgates). A explicação para esse fato pode ser atribuída aos desligamentos de empregados pela patrocinadora do Plano, a empresa Distribuidora de Energia CERON, que foi privatizada em 2018.

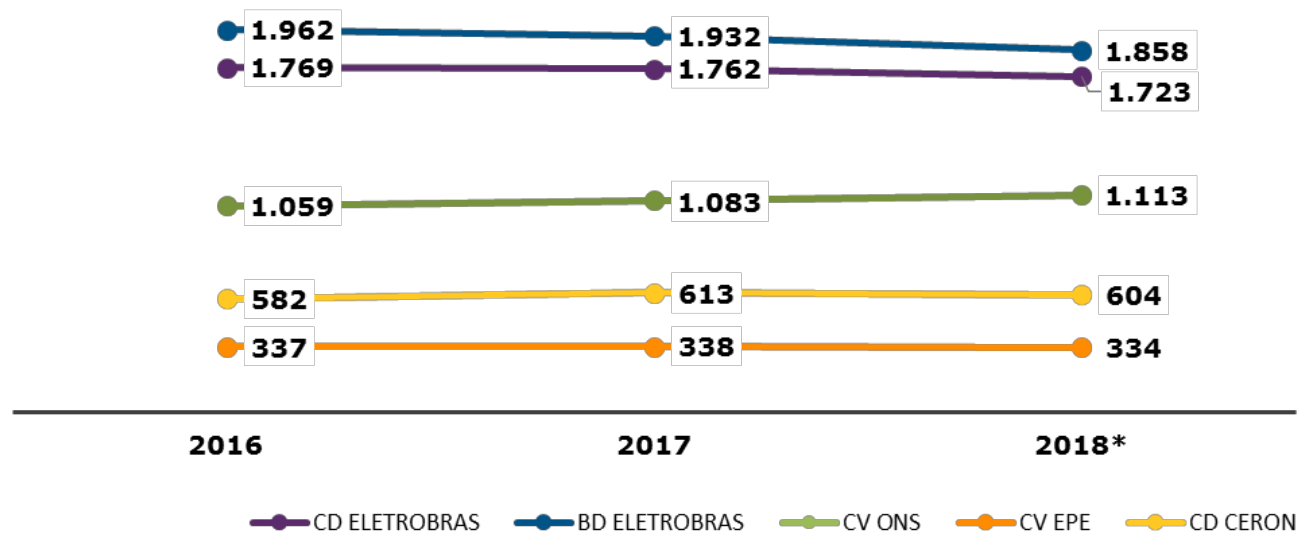
As tabelas e gráficos apresentados a seguir mostram o quantitativo de participantes dos planos de benefícios administrados pela Eletros:

3.1 Participantes por plano e condição

	Ativos	Assistidos	Pensões*	Autopatrocina-dos	BPD	TOTAL
BD ELETROBRÁS	133	1.306	404	1	15	1.859
CD ELETROBRÁS	996	551	37	44	84	1.712
CV ONS	833	155	23	63	107	1.181
EPE	259	18	2	16	29	324
CD CERON	269	103	5	12	29	418
TOTAL	2.490	2.133	471	136	264	5.494

*A partir do Relatório Anual de Informações (RAI) de 2018, considera-se a quantidade de pensões por participante gerador.

3.2 Evolução da quantidade de participantes por plano



*A partir do RAI de 2018, considera-se a quantidade de pensões por participante gerador.

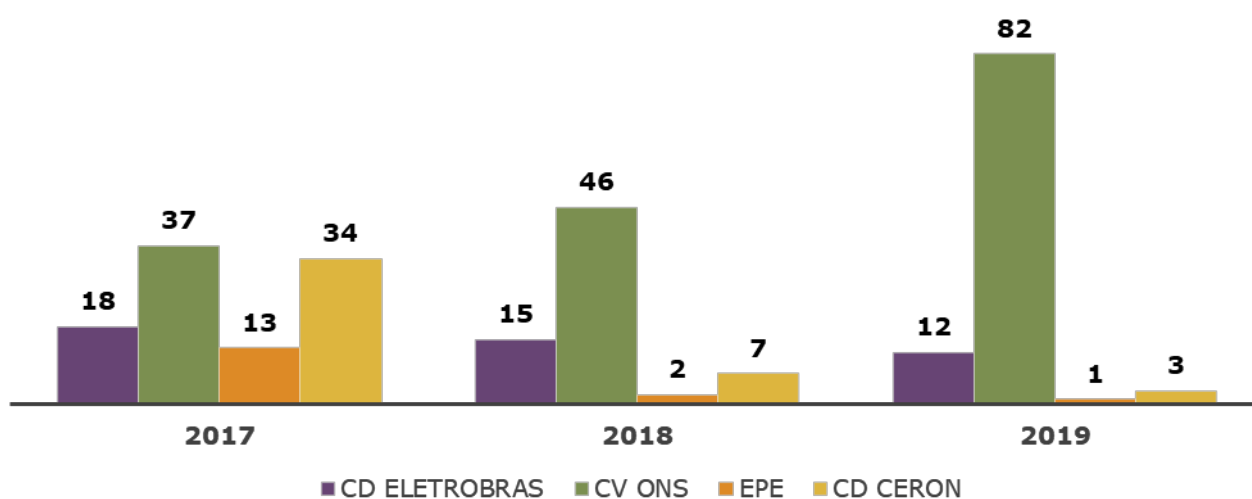
3.3 Evolução do nº de assistidos (aposentados) e pensionistas por plano

	2017	2018	2019
CD ELETROBRÁS	483	540	588
BD ELETROBRÁS	1.725	1.695	1.710
CV ONS	112	134	178
CD CERON	13	14	108
EPE	15	19	20
TOTAL	2.348	2.402	2.604

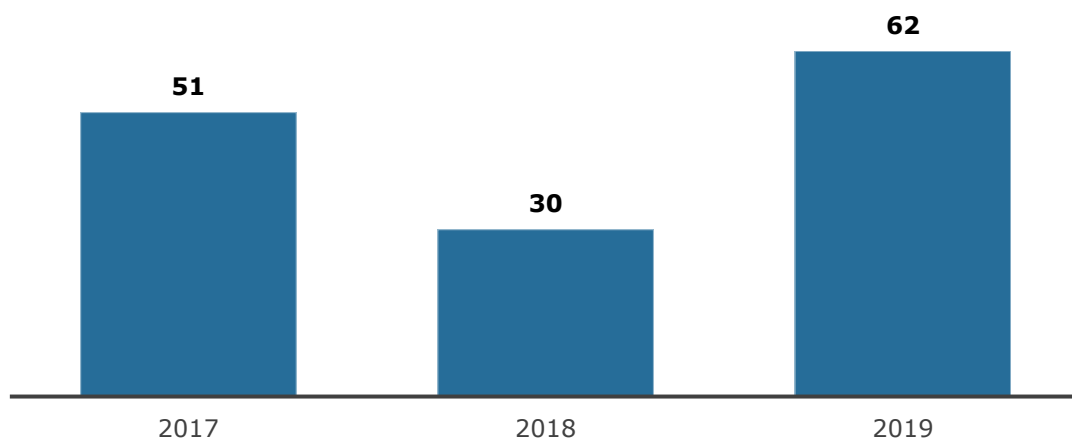
3.4 Opções de institutos por plano ocorrência em 2019

	Autopatrocínio	BPD	Portabilidade de Entrada	Portabilidade de Saída	Resgate
CD ELETROBRÁS	5	10	1	6	22
BD ELETROBRÁS	3	0	0	0	1
CV ONS	20	20	6	2	14
EPE	3	4	0	2	10
CD CERON	4	21	0	4	219
TOTAL	35	55	7	14	266

3.5 Novas adesões de participantes por plano em 2019



3.6 Concessões de aposentadoria INSS em 2019



*Concessões de aposentadorias pagas por meio do convênio entre a Eletros e o INSS aos participantes da Eletrobras, Cepel e Eletros.



Eletros Cultivar, educação financeira e previdenciária para você

O programa Eletros Cultivar oferece conteúdo sobre finanças e previdência para você se informar e tomar as melhores decisões sobre os seus investimentos e sobre o planejamento da sua aposentadoria.

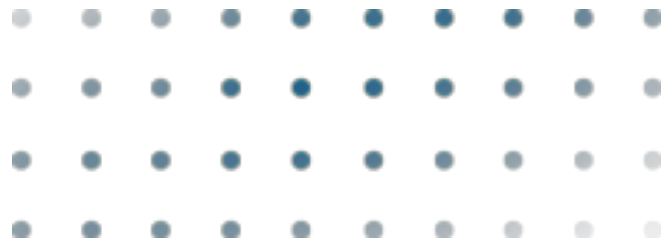
Acesse os conteúdos no **blog Eletros Cultivar**, ouça o **podcast PodCultivar** e assista aos **vídeos no canal da Eletros no Youtube**.



cultivar.eletros.com.br



GESTÃO DE RELACIONAMENTO

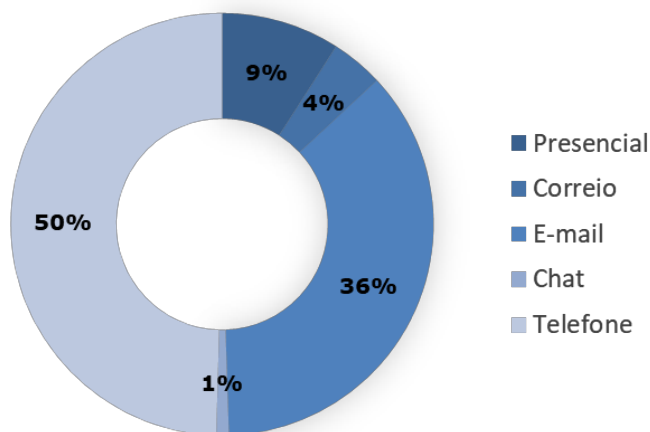


Gestão de Relacionamento

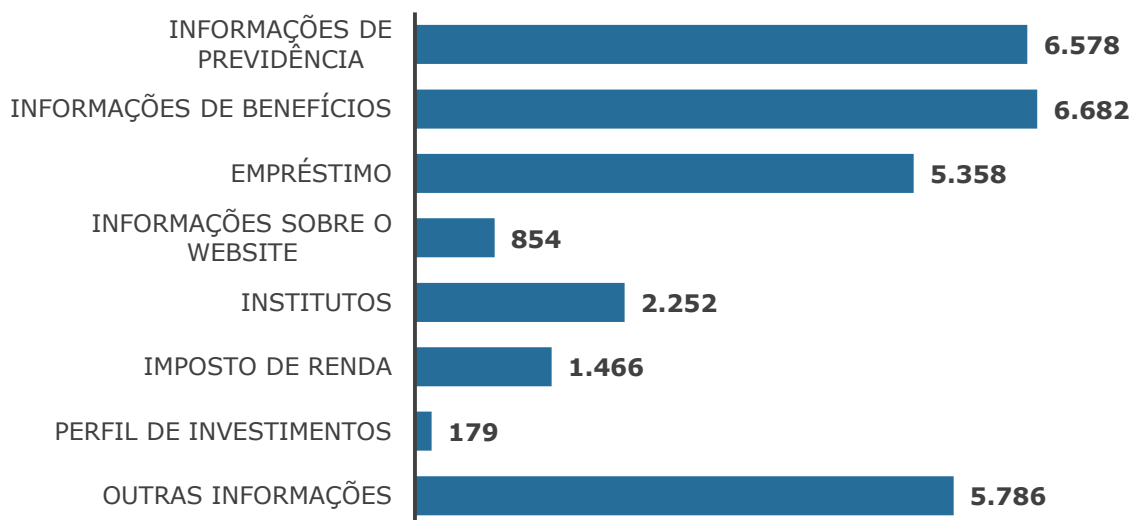
A gestão do relacionamento com participantes e beneficiários é estratégica para a Eletros. Para que possamos ter um contato cada vez mais efetivo com os nossos públicos, são disponibilizados vários canais de atendimento e de comunicação. Por meio deles, é possível esclarecer dúvidas e solucionar questões relacionadas aos serviços prestados pela Fundação.

Número de atendimentos registrados vs canal de comunicação

Em 2019, foram realizados 29.155 atendimentos nos diversos canais disponibilizados. Desse total, pouco menos da metade se referia a atendimentos telefônicos, e quase 30% corresponderam a atendimentos por e-mail.



Distribuição de atendimento por assunto em 2019



Número de atendimento por plano em 2019

	Quantidade de atendimentos
BD ELETROBRÁS	4.883
CD CERON	2.862
CD ELETROBRÁS	4.090
CV ONS	2.416
EPE	532
CONVÊNIO INSS	6.953
NÃO ESPECIFICADO	7.419
TOTAL	29.155

*Número de atendimento por plano (incluindo Convênio INSS)



Canais de Atendimento do **Presencial ao Digital**

A Eletros está sempre buscando formas de melhor atender você. Por isso, além de disponibilizar em sua sede um espaço adequado para receber os participantes, a Fundação tem investido em tecnologia para poder prestar a mesma assistência de sempre onde quer que você esteja.

Telefone, e-mail, chat online. São muitas as formas de se comunicar com você. Seja no presencial ou no digital, estamos sempre próximos e atentos às suas necessidades.



GESTÃO DE INVESTIMENTOS



Gestão de Investimentos

1. CONJUNTURA ECONÔMICA EM 2019

No cenário externo, o ano de 2019 foi dominado pela elevada incerteza nas relações comerciais entre China e EUA. Essa guerra comercial gerou impactos na confiança dos agentes econômicos e na atividade global, que apresentou a menor taxa de crescimento desde a grande crise financeira de 2008.

Entretanto, mesmo com uma maior incerteza, a menor taxa de juros internacionais fez com que a procura por ativos de maior risco aumentasse (Gráfico 1). Com isso, assistimos as bolsas de valores do mundo inteiro baterem recorde de pontos no decorrer do ano.

Gráfico 1. Taxa de juros vs bolsa americana.



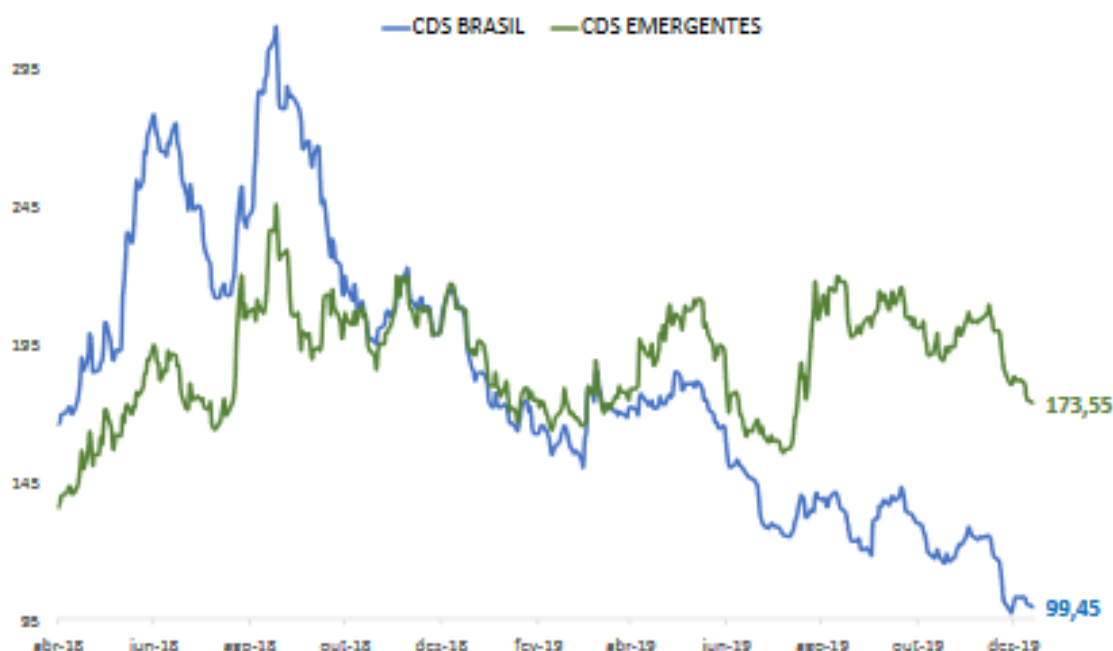
Fonte: Bloomberg

No cenário interno, tivemos um ano muito importante para evitar uma crise fiscal brasileira. Depois de vários meses de negociação entre o poder executivo e legislativo, conseguiu-se aprovar a Reforma da Previdência. Com isso, o risco do Brasil, medido pelo Credit Default Swap (CDS)⁷ de 5 anos caiu de forma expressiva. Como pode ser

⁷ Credit Default Swap (CDS): ativo que mensura o risco de crédito internacional de calote dos países a que os investidores estão sujeitos

observado no Gráfico 2, o risco do Brasil caiu muito mais que a média do risco dos países Emergentes.

Gráfico 2. Risco Brasil vs risco dos países emergentes



Fonte: Bloomberg

Adicionalmente a aprovação da Reforma da Previdência, no final de 2019 o governo aprovou medidas que viabilizaram a liberação de parte do FGTS dos empregados com o intuito de promover algum crescimento econômico. Como consequência, o crescimento econômico do PIB Brasileiro em 2019 ficou um pouco acima de 1%.

Nesse contexto, embora o país tenha ainda apresentado um baixo crescimento econômico, a conjunção do cenário externo favorável (baixa taxa de juros global), associado com a reversão negativa do cenário interno e alinhado a uma boa gestão de investimentos, fizeram com que a rentabilidade dos investimentos, em 2019, fosse excelente.

Como consequência, todas as metas de rentabilidades dos Planos administrados pela Eletros foram atingidas (ver tabela 3.1), a exceção foram os perfis superconservadores dos Planos CV's, que por não possuírem ativos de risco renderam menos que os outros perfis de investimentos.

Indicadores de mercado

	2019
INPC	4,48%
CDI	5,96%
INPC + 5,64% ⁸	10,37%
INPC + 5,25% ⁹	9,97%
INPC + 4,40% ¹⁰	9,08%

2. PERFIS DE INVESTIMENTO

Os Perfis de Investimento são mecanismos específicos de planos de Contribuição Definida (CD) e de Contribuição Variável (CV). Desde 2010, a Eletros oferece cinco modalidades de Perfis de Investimento aos participantes e assistidos dos Planos CD Eletrobrás e CV ONS. Esses possuem diferenças em relação à tolerância ao risco.

- PERFIL SUPER CONSERVADOR
- PERFIL CONSERVADOR
- PERFIL MODERADO
- PERFIL AGRESSIVO
- PERFIL ELETROS

Mais detalhes e informações sobre os Perfis de Investimento podem ser obtidos na cartilha explicativa disponível no site da Eletros, independente de esclarecimentos adicionais que se façam necessários e que poderão ser feitos pelo telefone (21) 3900-9848, pelo e-mail atendimento@eletros.com.br ou na sede da Fundação.

3. RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DE 2019 – PREVISTO E REALIZADO

O resultado dos investimentos em 2019 superou a rentabilidade esperada para os investimentos, assim como, as taxas de referência dos planos (no caso do plano BD Eletrobrás comparamos com a meta atuarial) previstas na Política de Investimentos de 2019. A seguir demonstramos de forma resumida a comparação do resultado dos investimentos dos planos com suas respectivas previsões de rentabilidade.

⁸ Meta Atuarial (Plano BD Eletrobrás)

⁹ Taxa de Referência (Planos CD Eletrobrás, CV ONS e EPE)

¹⁰ Taxa de Referência (Plano CD CERON)

3.1 Rentabilidade nominal prevista na política de investimentos vs realizada

	Prevista*	Realizada	Meta ou Taxa de Referência
BD Eletrobrás	9,40%	25,47%	10,37%
CD Eletrobrás Puro	8,00%	11,95%	9,97%
CD Eletrobrás Saldado	9,40%	24,71%	9,97%
CV ONS	8,40%	12,73%	9,97%
EPE	8,10%	12,23%	9,97%
CD CERON	8,00%	11,45%	9,08%
PGA	9,10%	16,24%	9,39%

* Estimativa de INPC em 4,20% menor que o INPC realizado de 4,48%

** No caso dos planos CD's e CV's, ao invés de meta atuarial, temos taxa de referência do plano.

Como pode ser observado na tabela apresentada anteriormente, as rentabilidades obtidas em 2019, para os planos de previdência administrados pela Eletros, foram superiores as Previstas na Política de Investimentos, as Metas Atuariais (plano BD Eletrobrás) e as taxas de referência dos planos (Caso dos planos CD's e CV's).

Os principais destaques foram as rentabilidades dos segmentos de renda variável dos planos de previdências, das carteiras ALM dos planos BD Eletrobrás e da parcela saldada do plano CD Eletrobrás (BPDS), do segmento imobiliário que manteve todos os imóveis alugados e do segmento de investimentos estruturados do plano BD Eletrobrás.

A seguir apresentamos informações com o detalhamento das alocações dos planos previdenciários e as rentabilidades dos segmentos de investimentos desses planos, inclusive com a informação segregada por perfis de investimento.

3.2 Alocação entre os segmentos por plano

Segmentos	BD Eletrobrás		CD Eletrobrás		CV ONS	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Renda Fixa	1.522.445	68,80%	1.490.059	70,52%	490.610	69,59%
Renda Variável	403.115	18,22%	504.372	23,87%	198.890	28,21%
Imóveis	180.109	8,14%	68.179	3,23%	-	0,00%
Empréstimos	84.694	3,83%	50.272	2,38%	15.511	2,20%
Estruturados	22.407	1,01%	-	0,00%	-	0,00%
Consolidado	2.212.770	100,00%	2.112.882	100,00%	705.011	100,00%

Segmentos	EPE		CD CERON		PGA	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Renda Fixa	74.599	70,11%	127.088	77,60%	119.878	100,00%
Renda Variável	30.367	28,54%	36.676	22,40%	-	-
Imóveis	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	1.433	1,35%	-	-	-	-
Estruturados	-	-	-	-	-	-
Consolidado	106.399	100,00%	163.764	100,00%	119.878	100,00%

3.3 Rentabilidade dos perfis de investimentos

Plano CD Eletrobrás

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	6,21%	1,65%	6,21%	1,65%	6,21%	1,65%
Renda Variável	36,85%	30,98%	36,85%	30,98%	36,85%	30,98%
Imóveis	8,13%	3,49%	8,13%	3,49%	8,13%	3,49%
Empréstimos	9,58%	4,88%	9,58%	4,88%	9,58%	4,88%
Inv. Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Consolidado	19,45%	14,33%	15,09%	10,15%	12,22%	7,41%

	CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	6,21%	1,65%	6,21%	1,65%
Renda Variável	36,85%	30,98%	0,00%	0,00%
Imóveis	8,13%	3,49%	8,13%	3,49%
Empréstimos	9,58%	4,88%	9,58%	4,88%
Inv. Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Consolidado	10,81%	6,06%	6,35%	1,79%

Plano EPE

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	6,20%	1,64%	6,20%	1,64%	6,20%	1,64%
Renda Variável	36,85%	30,98%	36,85%	30,98%	36,85%	30,98%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	9,95%	5,23%	9,95%	5,23%	9,95%	5,23%
Inv. Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Consolidado	19,04%	13,94%	14,72%	9,80%	12,23%	7,41%

	CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	6,20%	1,64%	6,20%	1,64%
Renda Variável	36,85%	30,98%	0,00%	0,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	9,95%	5,23%	9,95%	5,23%
Inv. Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Consolidado	10,49%	5,75%	6,25%	1,69%

Plano CV ONS

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	6,20%	1,65%	6,20%	1,65%	6,20%	1,65%
Renda Variável	36,85%	30,98%	36,85%	30,98%	36,85%	30,98%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	5,25%	0,74%	5,25%	0,74%	5,25%	0,74%
Inv. Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Consolidado	19,30%	14,19%	14,80%	9,88%	12,05%	7,24%
	CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR			
	Nominal	Real	Nominal	Real		
Renda Fixa	6,20%	1,65%	6,20%	1,65%		
Renda Variável	36,85%	30,98%	0,00%	0,00%		
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		
Empréstimos	5,25%	0,74%	5,25%	0,74%		
Inv. Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		
Consolidado	10,57%	5,82%	6,18%	1,63%		

3.4 Rentabilidade bruta dos planos de benefícios

Segmentos	BD Eletrobrás		CD Eletrobrás		CV ONS	
	Atuarial	INPC + 5,64%	Referência	INPC + 5,25%	Referência	INPC + 5,25%
	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta de Referência	Nominal	Nominal sobre Meta de Referência
Renda Fixa	27,02%	15,08%	9,56%	-0,37%	6,20%	-3,42%
Renda Variável	36,85%	23,99%	36,85%	24,45%	36,85%	24,45%
Imóveis	8,13%	-2,03%	8,13%	-1,67%	-	-
Empréstimos	9,32%	-0,96%	9,13%	-0,76%	5,25%	-4,29%
Inv. Estruturados	32,19%	19,77%	-	-	-	-
Consolidado	25,47%	13,68%	14,33%	3,97%	12,73%	2,51%

Segmentos	EPE		CD CERON		PGA	
	Referência	INPC + 5,25%	Referência	INPC + 4,40%	Referência	INPC + 4,60%
	Nominal	Nominal sobre Meta de Referência	Nominal	Nominal sobre Meta de Referência	Nominal	Nominal sobre Meta de Referência
Renda Fixa	6,20%	-3,43%	6,19%	-2,65%	16,24%	16,24%
Renda Variável	36,85%	24,45%	36,85%	25,46%	-	-
Imóveis	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	9,95%	-0,02%	-	-	-	-
Inv. Estruturados	-	-	-	-	-	-
Consolidado	12,23%	2,05%	11,45%	2,17%	16,24%	16,24%

Como pode ser observado nas tabelas apresentadas anteriormente, as rentabilidades auferidas por cada um dos planos previdenciários administrados pela Eletros foram superiores as rentabilidades atuariais (planos BD Eletrobrás) e de referência (planos CD's e CV's) dos respectivos Planos.

Em relação a cada um dos segmentos, o destaque foi a rentabilidade de renda variável que rendeu **36,85%** em 2019, acima da variação do IBX de **33,4%**, representando um retorno muito superior à meta atuarial do plano BD Eletrobrás e as taxas de referências dos planos CD's e CV's administrados pelas Eletros.

Na renda fixa, embora as rentabilidades desse segmento para os planos previdenciários administrados pela Eletros foram maiores que a variação de **5,96%** do CDI, os destaques foram as rentabilidades das carteiras ALM (Asset Liability Management) dos planos BD Eletrobrás e CD Eletrobrás Saldado (BPDS).

As excelentes rentabilidades dessas carteiras impactaram significativamente o retorno desse segmento fazendo com que as rentabilidades da renda fixa fossem **27,02%** e **23,87%** em 2019, para os planos BD Eletrobrás e a parcela saldada do plano CD Eletrobrás (BPDS), respectivamente.

No segmento imobiliário, presente somente nos planos BD Eletrobrás e CD Eletrobrás, a rentabilidade de **8,13%** foi bem superior a expectativa da política de investimento uma vez que a Eletros manteve em 2019 todos os seus imóveis alugados, mesmo com uma elevada vacância imobiliária no centro do Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que, em dezembro de 2018, a Eletros entregou a Eletrobrás o "retrofit" do Edifício Mario Bhering.

No segmento de empréstimos ao participante, as rentabilidades ficaram ligeiramente abaixo da meta atuarial do plano BD Eletrobrás e das taxas de referências dos planos CD Eletrobrás e EPE. No caso do plano CV ONS, a rentabilidade do segmento foi bem inferior.

Em relação à rentabilidade desse segmento nos planos BD Eletrobrás, CD Eletrobrás e EPE ter ficado um pouco abaixo da meta atuarial e das taxas de referência desses planos, diz respeito a forma como a taxa do empréstimo é calculada. Por uma questão operacional, utilizamos a variação do INPC com defasagem de 2 meses para calcular a taxa do empréstimo. Como a variação do INPC do mês de dezembro de 2019 foi muito elevada (1,22%), essa variação, embora tenha sido levada em consideração para o cálculo da meta atuarial e das taxas de referências dos planos, não foi utilizada para o cálculo da taxa de empréstimo no ano de 2019.

Especificamente no caso da rentabilidade do segmento de empréstimo do plano CV ONS, ainda ocorreu outro fator. Em dezembro de 2019 ocorreu um elevado número de desligamentos de empregados da patrocinadora ONS. Nestas situações, os empregados possuem um prazo de 90 dias para optarem por um dos institutos (Autopatrocínio, BPDS, Portabilidade ou Resgate), ficando em suspenso o pagamento do empréstimo. Ao definirem sua opção, os valores serão regularizados impactando positivamente a rentabilidade desse segmento.

No segmento de investimento estruturado somente o plano BD Eletrobrás possui aplicações, sendo que representa 1,01% do total dos seus investimentos. Esse investimento diz respeito a um fundo de Private Equity administrado pela Hamilton Lane, gestora de reconhecimento internacional nesse segmento. A rentabilidade desse fundo tem sido excelente desde o início da sua aplicação em 2013 e, no ano de 2019, foi de **32,19%**.

3.5 Aderência da alocação à política de investimentos 2019 (PI)

Segmentos	BD Eletrobrás		CD Eletrobrás		CV ONS	
	PI	dez-19	PI	dez-19	PI	dez-19
Renda Fixa	51,00% a 92,00%	68,80%	50,00% a 89,00%	70,52%	56,00% a 88,00%	69,60%
Renda Variável	5,00% a 20,00%	18,22%	9,00% a 28,00%	23,87%	10,00% a 30,00%	28,21%
Estruturados	0,00% a 6,00%	1,01%	0,00% a 4,00%	0,00%	0,00% a 2,00%	0,00%
Imóveis	0,00% a 11,00%	8,14%	0,00% a 6,00%	3,23%	-	-
Empréstimos	3,00% a 10,00%	3,83%	2,00% a 10,00%	2,38%	2,00% a 10,00%	2,20%
Exterior	0,00% a 2,00%	-	0,00% a 2,00%	-	0,00% a 2,00%	-

Segmentos	EPE		CD CERON		PGA	
	PI	dez-19	PI	dez-19	PI	dez-19
Renda Fixa	56,00% a 90,00%	70,11%	56,00% a 90,00%	77,60%	0,00% a 100,00%	100,00%
Renda Variável	10,00% a 30,00%	28,54%	10,00% a 30,00%	22,40%	-	-
Estruturados	0,00% a 2,00%	-	0,00% a 2,00%	-	-	-
Imóveis	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	0,00% a 10,00%	1,35%	0,00% a 10,00%	-	-	-
Exterior	0,00% a 2,00%	-	0,00% a 2,00%	-	-	-

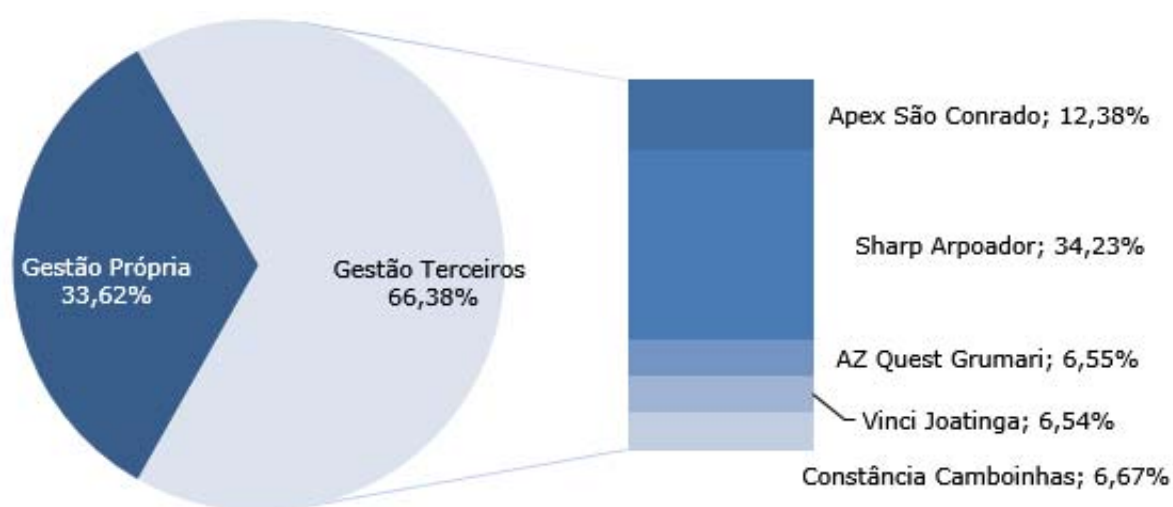
O Controle de Investimentos monitora para que os limites de alocação por segmentos, estabelecidos pela Política de Investimentos, não sejam ultrapassados. Todos os limites (inferiores e superiores) da Política de Investimentos, de todas as categorias de investimentos em todos os planos, foram respeitados no ano de 2019.

3.6 Seleção de ativos – Investimentos por modalidade de aplicação

PLANOS	BD Eletrobrás		CV ONS		CD Eletrobrás		Plano EPE		CD CERON		PGA	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Investimentos em Renda Fixa	1.522.443	68,80%	490.584	69,59%	1.490.006	70,53%	74.582	70,11%	127.073	77,60%	118.358	100,00%
Notas Tesouro Nacional	859.944	-	-	-	172.378	-	-	-	-	-	55.219	-
Letras Tesouro Nacional	-	-	26.539	-	32.446	-	6.001	-	8.302	-	-	-
Letras Hipotecárias	204.385	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de Renda Fixa	444.808	-	464.045	-	1.285.182	-	68.581	-	118.771	-	63.139	-
Debêntures Não Conversíveis	13.306	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Renda Variável	403.115	18,22%	198.890	28,21%	504.372	23,87%	30.367	28,55%	36.676	22,40%	-	-
Mercado a Vista	136.010	-	67.105	-	170.174	-	10.246	-	12.374	-	-	-
Derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de Ações	267.105	-	131.785	-	334.198	-	20.121	-	24.302	-	-	-
Investimentos Estruturados	22.407	1,01%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	-	-
Fundos Multimercado	22.407	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Imóveis	180.109	8,14%	-	-	68.179	3,23%	-	-	-	-	-	-
Imóveis para Aluguel e Renda	171.425	-	-	-	66.112	-	-	-	-	-	-	-
Imóveis de Uso Próprio	6.450	-	-	-	1.221	-	-	-	-	-	-	-
Outros valores	2.234	-	-	-	846	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	84.694	3,83%	15.512	2,20%	50.272	2,38%	1.433	1,35%	-	-	-	-
Emergência	191	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-
Financeiro	74.461	-	16.319	-	50.966	-	1.448	-	-	-	-	-
Vesting	11.005	-	-	-	106	-	-	-	-	-	-	-
Escolar	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-
Provisão P/ Devedores Duvidosos	(958)	-	(807)	-	(788)	-	(15)	-	-	-	-	-
Restituição	(5)	-	-	-	(15)	-	(0)	-	-	-	-	-
Total dos Investimentos	2.212.768	100,00%	704.986	100,00%	2.112.829	100,00%	106.382	100,00%	163.749	100,00%	118.358	100,00%

3.7 Distribuição de recursos entre gestão própria e terceirizada – Renda variável

CARTEIRA	R\$ mil	% TOTAL
Gestão Própria	393.800	33,62%
Gestão Terceirizada	777.511	66,38%
Apex São Conrado	144.997	12,38%
Sharp Arpoador	400.980	34,23%
AZ Quest Grumari	76.720	6,55%
Vinci Joatinga	76.658	6,54%
Constância Camboinhas	78.156	6,67%
Total Geral	1.171.311	100,00%



3.8 Distribuição de recursos entre gestão própria e terceirizada – Renda fixa

GESTÃO PRÓPRIA	R\$ mil	% TOTAL
Carteira Própria (ALM)	1.077.635	28,68%
Carteira PGA	55.219	1,47%
Carteira Alternativo	8.302	0,22%
Carteira Renda Vitalícia	2.916	0,08%
Carteira Saldado	169.461	4,51%
GESTÃO TERCEIRIZADA	R\$ mil	% TOTAL
Fundo Santander Urca	453.784	12,07%
Fundo Bradesco Ipanema	340.225	9,05%
Fundo Alfa Itaipava	1.650.517	43,92%
TOTAL	3.758.059	100,00%

3.9 Distribuição de recursos entre gestão própria e terceirizada – Segmentos estruturados

GESTÃO PRÓPRIA	R\$ mil	% TOTAL
Carteira Própria	-	0,00%
GESTÃO TERCEIRIZADA	R\$ mil	% TOTAL
Fundo Hamilton Lane	22.407	100,00%
TOTAL	22.407	100,00%

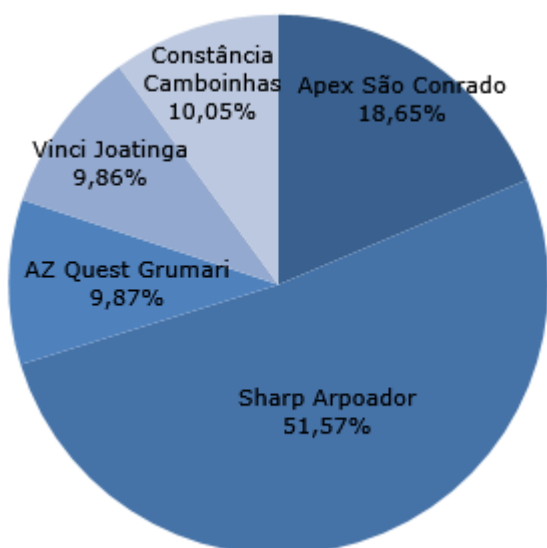
Ações	Quantidade	Preço*	Financeiro (R\$ mil)	Participação (%)
AMBEV ON	461.812	18,67	8.622	2,19%
AZUL PN	105.100	58,28	6.125	1,56%
BMF BOVESPA ON	368.000	42,97	15.813	4,02%
BANCO DO BRASIL ON	217.200	52,82	11.473	2,91%
BRADESCO ON	192.669	34,07	6.564	1,67%
BRADESCO PN	649.075	36,17	23.477	5,96%
BB SEGURIDADE	76.200	37,70	2.873	0,73%
MINERVA ON	126.700	12,84	1.627	0,41%
BANCO INTER UNIT	22.800	46,61	1.063	0,27%
BTGP BANCO	29.500	76,13	2.246	0,57%
BRADESPAR PN	35.000	38,28	1.340	0,34%
PETROBRAS PN	158.200	30,07	4.757	1,21%
BRASIL FOODS ON	308.800	35,20	10.870	2,76%
BR MALLS ON	157.561	18,06	2.846	0,72%
B2W ON	46.601	62,86	2.929	0,74%
CCR RODOVIAS ON	175.600	18,98	3.333	0,85%
CEMIG PN	261.200	13,79	3.602	0,91%
COGNA EDUCAÇÃO S.A.	117.500	11,43	1.343	0,34%
COPEL PNB	18.800	69,07	1.299	0,33%
COPASA ON	21.000	67,99	1.428	0,36%
CVC BRASIL	24.500	43,80	1.073	0,27%
CYRELA ON	232.300	29,69	6.897	1,75%
DURATEX ON	112.800	16,72	1.886	0,48%
TRACTEBEL ON	39.100	50,80	1.986	0,50%
ELETROBRAS ON	46.300	37,80	1.750	0,44%
ELETROBRAS PNB	34.000	38,24	1.300	0,33%
ENERGISA UNIT	47.301	53,53	2.532	0,64%
EQUATORIAL ENERGIA ON	200.000	22,79	4.558	1,16%
GERDAU PN	351.300	20,00	7.026	1,78%
IRB BRASIL S.A	95.700	38,95	3.728	0,95%
ITAUSA PN	1.089	14,05	15	0,00%
ITAUSA PN	854.906	14,09	12.046	3,06%
ITAUBANCO PN	739.301	37,10	27.428	6,96%
JBS ON	245.800	25,80	6.342	1,61%
KLABIN UNIT	93.900	18,41	1.729	0,44%
LOJAS AMERIC PN	1.330	9,40	13	0,00%
LOJAS AMERIC PN	137.861	25,91	3.572	0,91%
CIA LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS ON	33.900	22,71	770	0,20%

LOG COMMERCIAL PROPERTIES ON	10.642	32,46	345	0,09%
LOJAS RENNER ON	219.605	56,19	12.340	3,13%
MAGAZINE LUIZA	169.000	47,70	8.061	2,05%
MOVIDA AS	214.500	19,12	4.101	1,04%
MRV ON	147.500	21,55	3.179	0,81%
MULTPLAN ON	46.962	33,10	1.554	0,39%
P.ACUCAR-CBD PN	43.142	87,65	3.781	0,96%
PETROBRAS ON	149.300	32,00	4.778	1,21%
PETROBRAS PN	1.185.876	30,18	35.790	9,09%
RAIA DROGASIL ON	100	111,64	11	0,00%
RUMO ON	319.300	26,10	8.334	2,12%
RANDON PART	151.300	13,40	2.027	0,51%
LOCALIZA ON	102.165	47,41	4.844	1,23%
SABESP ON	73.400	60,56	4.445	1,13%
SUZANO PAPEL PN	104.600	39,68	4.151	1,05%
AES TIETÊ UNIT	1.470	2,97	4	0,00%
TIM PART ON	138.200	15,67	2.166	0,55%
VALE R DOCE ON	452.375	53,30	24.112	6,12%
VIVOTELESP PN(TELEF)	32.200	57,98	1.867	0,47%
VIA VAREJO ON	64.200	11,17	717	0,18%
WEG ON	110.500	34,66	3.830	0,97%
ESTACIO PART ON	46.300	47,50	2.199	0,56%
ISHARE BOVESPA	565.370	111,23	62.886	15,97%
Total de Mercado	-	-	393.800	100,00%

* Valor das cotações: verificado no fechamento de 30/12/2019 (último pregão do ano).

3.10 Gestão terceirizadas – R\$ mil

Apex São Conrado	144.997	18,65%
Sharp Arpoador	400.980	51,57%
AZ Quest Grumari	76.720	9,87%
Vinci Joatinga	76.658	9,86%
Constância Camboinhas	78.156	10,05%
Total do Mercado	777.511	100,00%
Total Geral	1.171.311	-



Setores	Asset	Apex São Conrado	Sharp Arpoador	AZ Quest Grumari	Vinci Joatinga	Constância Cambinhas	IBrX
Alimentos & Bebidas	6,97%	1,53%	8,62%	0,00%	0,00%	6,89%	7,48%
Financeiro	21,41%	11,55%	25,97%	6,65%	5,37%	4,55%	24,70%
Bio-Combustíveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,61%	0,50%
Construção	3,04%	11,89%	1,22%	10,72%	12,29%	5,46%	1,26%
Educação	0,90%	5,84%	0,00%	7,95%	6,52%	0,66%	1,51%
Elétrico	4,32%	1,74%	8,37%	11,95%	25,69%	18,85%	6,54%
Farmácia	0,00%	0,00%	2,26%	0,00%	0,00%	2,43%	1,77%
Logística	2,12%	0,00%	0,00%	1,43%	3,42%	5,07%	1,27%
Máquinas & Equipamentos	1,49%	0,84%	0,00%	0,56%	0,00%	12,86%	1,44%
Mineração	6,46%	10,00%	13,41%	0,00%	3,82%	2,80%	8,12%
Outros	19,98%	6,02%	5,57%	0,00%	0,00%	0,03%	4,05%
Papel & Celulose	1,49%	0,00%	0,00%	0,00%	3,83%	1,83%	1,87%
Petróleo & Gás	11,51%	10,59%	9,94%	2,34%	7,15%	3,21%	11,70%
Químico & Petroquímico	0,00%	2,13%	0,00%	0,00%	2,74%	0,32%	1,64%
Rodovias	0,85%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,50%	1,10%
Saneamento	1,49%	3,72%	0,00%	4,26%	4,42%	4,87%	1,46%
Saúde	0,00%	0,00%	0,00%	13,33%	0,00%	1,33%	2,16%
Seguro	1,68%	3,33%	1,53%	4,58%	0,00%	4,57%	3,72%
Shopping & Properties	1,21%	3,10%	1,91%	2,46%	0,00%	7,62%	1,32%
Siderurgia	1,78%	1,35%	1,35%	0,00%	0,00%	2,83%	2,61%
Telecom & Tecnologia	1,02%	4,74%	1,28%	1,94%	4,14%	4,49%	2,35%
Textil	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,04%	0,00%
Transporte	1,56%	0,00%	2,26%	1,73%	3,22%	0,25%	1,75%
Varejo & Serviços	10,72%	21,64%	16,29%	30,11%	17,39%	4,92%	9,67%
Total Carteira Própria	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

3.5 Aderência da alocação à política de investimentos 2019 (PI)

Segmentos	BD Eletrobrás		CD Eletrobrás		CV ONS	
	PI	dez-19	PI	dez-19	PI	dez-19
Renda Fixa	51,00% a 92,00%	68,80%	50,00% a 89,00%	70,52%	56,00% a 88,00%	69,60%
Renda Variável	5,00% a 20,00%	18,22%	9,00% a 28,00%	23,87%	10,00% a 30,00%	28,21%
Estruturados	0,00% a 6,00%	1,01%	0,00% a 4,00%	0,00%	0,00% a 2,00%	0,00%
Imóveis	0,00% a 11,00%	8,14%	0,00% a 6,00%	3,23%	-	-
Empréstimos	3,00% a 10,00%	3,83%	2,00% a 10,00%	2,38%	2,00% a 10,00%	2,20%
Exterior	0,00% a 2,00%	-	0,00% a 2,00%	-	0,00% a 2,00%	-

Segmentos	EPE		CD CERON		PGA	
	PI	dez-19	PI	dez-19	PI	dez-19
Renda Fixa	56,00% a 90,00%	70,11%	56,00% a 90,00%	77,60%	0,00% a 100,00%	100,00%
Renda Variável	10,00% a 30,00%	28,54%	10,00% a 30,00%	22,40%	-	-
Estruturados	0,00% a 2,00%	-	0,00% a 2,00%	-	-	-
Imóveis	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	0,00% a 10,00%	1,35%	0,00% a 10,00%	-	-	-
Exterior	0,00% a 2,00%	-	0,00% a 2,00%	-	-	-

O Controle de Investimentos monitora para que os limites de alocação por segmentos, estabelecidos pela Política de Investimentos, não sejam ultrapassados. Todos os limites (inferiores e superiores) da Política de Investimentos, de todas as categorias de investimentos em todos os planos, foram respeitados no ano de 2019.

3.6 Seleção de ativos – Investimentos por modalidade de aplicação

PLANOS	BD Eletrobrás		CV ONS		CD Eletrobrás		Plano EPE		CD CERON		PGA	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Investimentos em Renda Fixa	1.522.443	68,80%	490.584	69,59%	1.490.006	70,53%	74.582	70,11%	127.073	77,60%	118.358	100,00%
Notas Tesouro Nacional	859.944	-	-	-	172.378	-	-	-	-	-	55.219	-
Letras Tesouro Nacional	-	-	26.539	-	32.446	-	6.001	-	8.302	-	-	-
Letras Hipotecárias	204.385	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de Renda Fixa	444.808	-	464.045	-	1.285.182	-	68.581	-	118.771	-	63.139	-
Debêntures Não Conversíveis	13.306	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Renda Variável	403.115	18,22%	198.890	28,21%	504.372	23,87%	30.367	28,55%	36.676	22,40%	-	-
Mercado a Vista	136.010	-	67.105	-	170.174	-	10.246	-	12.374	-	-	-
Derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de Ações	267.105	-	131.785	-	334.198	-	20.121	-	24.302	-	-	-
Investimentos Estruturados	22.407	1,01%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	-	-	-
Fundos Multimercado	22.407	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Imóveis	180.109	8,14%	-	-	68.179	3,23%	-	-	-	-	-	-
Imóveis para Aluguel e Renda	171.425	-	-	-	66.112	-	-	-	-	-	-	-
Imóveis de Uso Próprio	6.450	-	-	-	1.221	-	-	-	-	-	-	-
Outros valores	2.234	-	-	-	846	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	84.694	3,83%	15.512	2,20%	50.272	2,38%	1.433	1,35%	-	-	-	-
Emergência	191	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-
Financeiro	74.461	-	16.319	-	50.966	-	1.448	-	-	-	-	-
Vesting	11.005	-	-	-	106	-	-	-	-	-	-	-
Escolar	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-	-	-
Provisão P/ Devedores Duvidosos	(958)	-	(807)	-	(788)	-	(15)	-	-	-	-	-
Restituição	(5)	-	-	-	(15)	-	(0)	-	-	-	-	-
Total dos Investimentos	2.212.768	100,00%	704.986	100,00%	2.112.829	100,00%	106.382	100,00%	163.749	100,00%	118.358	100,00%

Certificação ISO9001:2015: a Eletros tem

A Satisfação do Cliente, a Eficiência Operacional, o Controle de Riscos e os Resultados são os pilares que compõem o Sistema de Gestão da Qualidade da Eletros. A certificação ISO9001:2015 reconhece a Fundação como uma empresa que tem uma cultura organizacional de busca pela melhoria contínua dos processos.

Para você, isso significa que estamos diariamente buscando melhorar para atender às suas necessidades e expectativas.



4. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO DE BENEFÍCIO

Tem por objetivo dar estabilidade e perenidade à gestão administrativa dos planos de benefícios administrados pela Eletros. O Fundo Administrativo, é formado por sobras de recursos aportados pelos planos de benefícios e não utilizados em sua totalidade, por receitas oriundas da gestão administrativa e pela rentabilidade dos investimentos do PGA, se destina ao custeio administrativo dos planos de benefícios.

A Eletros adota a gestão segregada dos recursos administrativos registrados no PGA entre os planos de benefícios, significando que a destinação de sobras das fontes de custeio em relação aos gastos administrativos, bem como a remuneração dos recursos e a utilização do Fundo Administrativo, serão segregados por plano de benefícios.

O montante deste Fundo, em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 117.736 mil (Em 2018 – R\$ 100.270 mil), com a seguinte composição.

PLANOS DE BENEFÍCIO	R\$ Mil	
	2018	2019
BD Eletrobrás	59.339	68.641
CD Puro	23.327	29.345
BPDS	9.292	10.635
CV ONS	4.524	6.228
EPE	569	347
CD CERON	3.219	2.540
TOTAL	100.270	117.736

4.1 Demonstrativo do PGA consolidado

Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa Consolidada

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2019	31/12/2018	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	100.270	93.504	7,24
1. Custeio da gestão administrativa	60.596	49.512	22,39
1.1. Receitas	60.596	49.512	22,39
Custeio administrativo da gestão previdencial	7.251	5.462	32,75
Custeio administrativo dos investimentos	22.517	22.334	0,82
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	61	121	(49,59)
Receitas diretas	1.345	1.317	2,13
Resultado positivo líquido dos investimentos	16.553	8.100	104,36
Reembolso da gestão assistencial	9.406	9.321	0,91
Outras receitas	3.463	2.857	21,21
2. Despesas administrativas	41.388	40.924	1,13
2.1. Administração previdencial	16.899	16.632	1,61
Pessoal e encargos	12.534	12.279	2,08
Treinamentos/congressos e seminários	96	128	(25,00)
Viagens e estadias	39	35	11,43
Serviços de terceiros	2.637	2.560	3,01
Despesas gerais	1.106	1.154	(4,16)
Depreciações e amortizações	170	166	2,41
Tributos	317	310	2,26
2.2. Administração dos investimentos	13.641	13.535	0,78
Pessoal e encargos	10.582	10.436	1,40
Treinamentos/congressos e seminários	81	109	(25,69)
Viagens e estadias	33	30	10,00
Serviços de terceiros	1.869	1.839	1,63
Despesas gerais	933	980	(4,80)
Depreciações e amortizações	143	141	1,42
2.3. Administração assistencial	9.406	9.321	0,91
Despesas Administrativas	8.632	8.873	(2,72)
Constituição de contingências	774	448	72,77
2.4. Outras despesas	1.442	1.436	0,42
3. Constituição/reversão de contingências administrativas	1.742	1.822	(4,39)
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	-
6. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3-4)	17.466	6.766	158,14
7. Constituição/reversão do fundo administrativo (6)	17.466	6.766	158,14
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	117.736	100.270	17,42

4.2 PGA do Plano BD Eletrobrás

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa - Plano BD ELETROBRÁS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2019	31/12/2018	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	59.339	57.422	3,34
1. Custeio da gestão administrativa	22.819	18.535	23,11
1.1. Receitas	22.819	18.535	23,11
Custeio administrativo da gestão previdencial	1.699	2.171	(21,74)
Custeio administrativo dos investimentos	9.183	9.660	(4,94)
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	12	42	(71,43)
Receitas diretas	636	611	4,09
Resultado positivo líquido dos investimentos	9.664	4.884	97,87
Outras receitas	1.625	1.167	39,25
2. Despesas administrativas	12.942	15.535	(16,69)
2.1. Administração previdencial	6.980	9.365	(25,47)
Pessoal e encargos	5.013	6.845	(26,76)
Treinamentos/congressos e seminários	39	72	(45,83)
Viagens e estadias	15	20	(25,00)
Serviços de terceiros	1.283	1.571	(18,33)
Despesas gerais	442	644	(31,37)
Depreciações e amortizações	69	93	(25,81)
Tributos	119	120	(0,83)
2.2. Administração dos investimentos	5.962	6.170	(3,37)
Pessoal e encargos	4.627	4.756	(2,71)
Treinamentos/congressos e seminários	36	50	(28,00)
Viagens e estadias	13	15	(13,33)
Serviços de terceiros	817	838	(2,51)
Despesas gerais	407	447	(8,95)
Depreciações e amortizações	62	64	(3,13)
3. Constituição/reversão de contingências administrativas	575	1.083	(46,91)
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	-
6. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3-4)	9.302	1.917	385,24
7. Constituição/reversão do fundo administrativo (6)	9.302	1.917	385,24
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	68.641	59.339	15,68

4.3 PGA do Plano CD Eletrobrás (Puro)

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS			
Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa - Plano CD PURO			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018			
<i>(Em milhares de Reais)</i>			
	Exercício findo em		Variação
	31/12/2019	31/12/2018	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	23.327	20.388	14,42
1. Custeio da gestão administrativa	13.627	11.244	21,19
1.1. Receitas	13.627	11.244	21,19
Custeio administrativo da gestão previdencial	1.614	1.634	(1,22)
Custeio administrativo dos investimentos	7.435	7.363	0,98
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	24	41	(41,46)
Receitas diretas	146	139	5,04
Resultado positivo líquido dos investimentos	4.031	1.825	120,88
Outras receitas	377	242	55,79
2. Despesas administrativas	7.305	7.895	(7,47)
2.1. Administração previdencial	2.765	3.476	(20,45)
Pessoal e encargos	2.068	2.595	(20,31)
Treinamentos/congressos e seminários	16	27	(40,74)
Viagens e estadias	6	7	(14,29)
Serviços de terceiros	368	472	(22,03)
Despesas gerais	182	244	(25,41)
Depreciações e amortizações	28	35	(20,00)
Tributos	97	96	1,04
2.2. Administração dos investimentos	4.540	4.419	2,74
Pessoal e encargos	3.521	3.407	3,35
Treinamentos/congressos e seminários	27	36	(25,00)
Viagens e estadias	11	10	10,00
Serviços de terceiros	622	600	3,67
Despesas gerais	311	320	(2,81)
Depreciações e amortizações	48	46	4,35
2.4. Outras despesas	-	-	-
3. Constituição/reversão de contingências administrativas	304	410	(25,85)
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	-
6. Sobre/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3-4)	6.018	2.939	104,76
7. Constituição/reversão do fundo administrativo (6)	6.018	2.939	104,76
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	29.345	23.327	25,80

4.4 PGA do Plano CD Eletrobrás (BPDS)

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa - Plano BPDS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2019	31/12/2018	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	9.292	8.541	8,79
1. Custeio da gestão administrativa	3.370	2.660	26,69
1.1. Receitas	3.370	2.660	26,69
Custeio administrativo da gestão previdencial	0	0	-
Custeio administrativo dos investimentos	1.755	1.815	(3,31)
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	4	6	(33,33)
Receitas diretas	91	82	10,98
Resultado positivo líquido dos investimentos	1.501	745	101,48
Outras receitas	19	12	58,33
2. Despesas administrativas	2.000	1.830	9,29
2.1. Administração previdencial	449	680	(33,97)
Pessoal e encargos	330	503	(34,39)
Treinamentos/congressos e seminários	2	5	(60,00)
Viagens e estadias	1	2	(50,00)
Serviços de terceiros	59	92	(35,87)
Despesas gerais	30	47	(36,17)
Depreciações e amortizações	4	7	(42,86)
Tributos	23	24	(4,17)
2.2. Administração dos investimentos	1.551	1.150	34,87
Pessoal e encargos	1.204	887	35,74
Treinamentos/congressos e seminários	9	9	-
Viagens e estadias	4	2	100,00
Serviços de terceiros	212	157	35,03
Despesas gerais	106	83	27,71
Depreciações e amortizações	16	12	33,33
3. Constituição/reversão de contingências administrativas	27	79	(65,82)
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	-
6. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3-4)	1.343	751	78,83
7. Constituição/reversão do fundo administrativo (6)	1.343	751	78,83
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	10.635	9.292	14,45

4.5 PGA do Plano CV ONS

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa - Plano CV ONS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2019	31/12/2018	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	4.524	3.370	34,24
1. Custeio da gestão administrativa	5.052	4.351	16,11
1.1. Receitas	5.052	4.351	16,11
Custeio administrativo da gestão previdencial	878	909	(3,41)
Custeio administrativo dos investimentos	2.995	2.773	8,01
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	18	29	(37,93)
Receitas diretas	319	313	1,92
Resultado positivo líquido dos investimentos	842	327	157,49
Outras receitas	0	0	-
2. Despesas administrativas	3.041	3.010	1,03
2.1. Administração previdencial	1.919	1.604	19,64
Pessoal e encargos	1.440	1.186	21,42
Treinamentos/congressos e seminários	11	12	(8,33)
Viagens e estadias	5	3	66,67
Serviços de terceiros	257	216	18,98
Despesas gerais	127	111	14,41
Depreciações e amortizações	19	16	18,75
Tributos	60	60	-
2.2. Administração dos investimentos	1.122	1.406	(20,20)
Pessoal e encargos	869	1.085	(19,91)
Treinamentos/congressos e seminários	7	10	(30,00)
Viagens e estadias	3	3	-
Serviços de terceiros	154	191	(19,37)
Despesas gerais	77	102	(24,51)
Depreciações e amortizações	12	15	(20,00)
3. Constituição/reversão de contingências administrativas	307	187	64,17
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	-
6. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3-4)	1.704	1.154	47,66
7. Constituição/reversão do fundo administrativo (6)	1.704	1.154	47,66
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	6.228	4.524	37,67

4.6 PGA do Plano EPE

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa - Plano CV EPE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2019	31/12/2018	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	569	591	(3,72)
1. Custeio da gestão administrativa	448	426	5,16
1.1. Receitas	448	426	5,16
Custeio administrativo da gestão previdencial	326	316	3,16
Custeio administrativo dos investimentos	0	0	-
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	3	3	-
Receitas diretas	58	59	(1,69)
Resultado positivo líquido dos investimentos	61	48	27,08
Outras receitas	0	0	-
2. Despesas administrativas	604	421	43,47
2.1. Administração previdencial	377	229	64,63
Pessoal e encargos	287	173	65,90
Treinamentos/congressos e seminários	2	2	-
Viagens e estadias	1	0	-
Serviços de terceiros	51	31	64,52
Despesas gerais	25	16	56,25
Depreciações e amortizações	4	2	100,00
Tributos	7	5	40,00
2.2. Administração dos investimentos	227	192	18,23
Pessoal e encargos	176	148	18,92
Treinamentos/congressos e seminários	1	2	(50,00)
Viagens e estadias	1	0	-
Serviços de terceiros	31	26	19,23
Despesas gerais	16	14	14,29
Depreciações e amortizações	2	2	-
3. Constituição/reversão de contingências administrativas	66	27	144,44
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	-
6. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3-4)	-222	-22	909,09
7. Constituição/reversão do fundo administrativo (6)	-222	-22	909,09
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	347	569	(39,02)

4.7 PGA do Plano CD CERON

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa - Plano CD CERON

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Varição
	31/12/2019	31/12/2018	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.219	3.192	0,83
1. Custeio da gestão administrativa	4.432	1.539	187,98
1.1. Receitas	4.432	1.539	187,98
Custeio administrativo da gestão previdencial	2.734	432	532,87
Custeio administrativo dos investimentos	1.149	723	58,92
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	0	0	-
Receitas diretas	95	113	(15,93)
Resultado positivo líquido dos investimentos	454	271	67,53
Outras receitas	0	0	-
2. Despesas administrativas	4.648	1.476	214,91
2.1. Administração previdencial	4.409	1.278	244,99
Pessoal e encargos	3.396	977	247,59
Treinamentos/congressos e seminários	26	10	160,00
Viagens e estadias	11	3	266,67
Serviços de terceiros	619	178	247,75
Despesas gerais	300	92	226,09
Depreciações e amortizações	46	13	253,85
Tributos	11	5	120,00
2.2. Administração dos investimentos	239	198	20,71
Pessoal e encargos	185	153	20,92
Treinamentos/congressos e seminários	1	2	(50,00)
Viagens e estadias	1	0	-
Serviços de terceiros	33	27	22,22
Despesas gerais	16	14	14,29
Depreciações e amortizações	3	2	50,00
3. Constituição/reversão de contingências administrativas	463	36	1.186,11
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	-
6. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3-4)	-679	27	(2.614,81)
7. Constituição/reversão do fundo administrativo (6)	-679	27	(2.614,81)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	2.540	3.219	(21,11)

O seu **investimento** acompanha o seu **momento de vida**

Na Eletros, você tem flexibilidade para alterar o perfil do seu investimento duas vezes por ano, e online. Perfil Super-conservador; Conservador; Moderado; Agressivo; e Eletros. Escolha de acordo com o seu momento de vida e com a sua estratégia de investimentos de longo prazo.



5. DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR PLANO DE BENEFÍCIO EM 2019

As despesas administrativas comuns da Eletros são rateadas entre as gestões Previdencial, Investimentos e Assistencial, a partir da ponderação do tempo médio anual de alocação dos empregados nas gestões e do custo de Pessoal e Encargos de cada área, além de considerar o número de participantes de cada plano e o patrimônio de cada plano proporcional à totalidade dos recursos garantidores administrados pela Eletros.

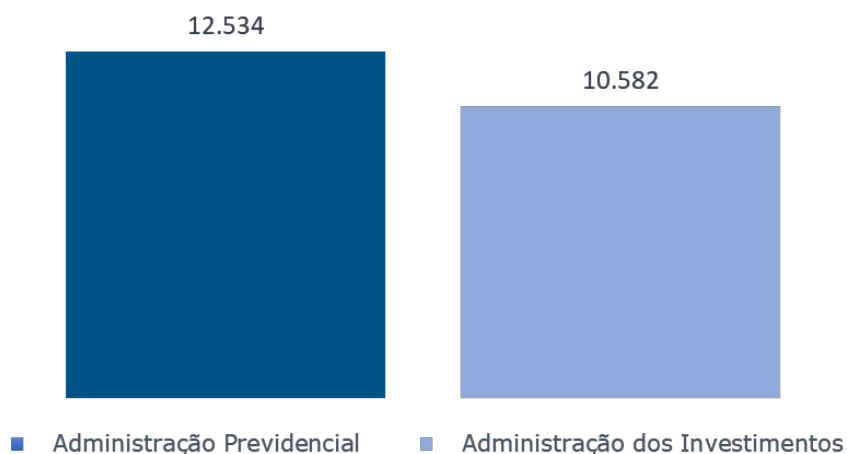
	Fundo administrativo – R\$ mil						
	Consolidado	BD Eletrobrás	CD Eletrobrás	CD Saldado	CV ONS	Plano EPE	CD CERON
Despesas Administrativas	30.540	12.942	7.305	2.000	3.041	604	4.648
Administração Previdencial	16.899	6.980	2.765	449	1.919	377	4.409
Pessoal e encargos	12.534	5.013	2.068	330	1.440	287	3.396
Conselheiros	300	120	50	8	34	7	81
Dirigentes	1.516	606	250	40	174	35	411
Pessoal Próprio	10.657	4.262	1.758	281	1.225	244	2.887
Estagiário	51	21	8	1	6	1	14
Outras	10	4	2	-	1	-	3
Treinamentos/congressos e seminários	96	39	16	2	11	2	26
Viagens e estadias	39	15	6	1	5	1	11
Serviços de terceiros	2.637	1.283	368	59	257	51	619
Consultoria Jurídica	318	127	52	8	37	7	87
Recursos Humanos	248	99	41	7	28	6	67
Informática	1.099	434	179	29	125	25	307
Gestão/Planejamento Estratégica	17	7	3	-	2	-	5
Auditoria Contábil	218	87	36	6	25	5	59
Consultoria Atuarial	346	346	-	-	-	-	-
Outras	391	183	57	9	40	8	94
Despesas gerais	1.106	442	182	30	127	25	300
Despesa com Locação e Manutenção	462	184	76	13	53	11	125
Despesa com Funcionamento e Expediente	405	162	67	11	46	9	110
Outras Despesas Gerais	210	84	35	5	25	4	57
Despesas Tributárias*	29	12	4	1	3	1	8

Depreciações e amortizações	170	69	28	4	19	4	46
Tributos	317	119	97	23	60	7	11
Administração dos Investimentos	13.641	5.962	4.540	1.551	1.122	227	239
Pessoal e encargos	10.582	4.627	3.521	1.204	869	176	185
Conselheiros	251	109	84	28	20	5	5
Dirigentes	1.280	560	426	146	105	21	22
Pessoal Próprio	8.998	3.935	2.994	1.024	739	149	157
Estagiário	44	19	14	5	4	1	1
Outras	9	4	3	1	1	-	-
Treinamentos/congressos e seminários	81	36	27	9	7	1	1
Viagens e estadias	33	13	11	4	3	1	1
Serviços de terceiros	1.869	817	622	212	154	31	33
Consultoria de Investimento	170	74	56	18	15	4	3
Consultoria Jurídica	270	118	90	31	22	4	5
Recursos Humanos	208	91	69	24	17	3	4
Informática	915	400	305	104	75	15	16
Gestão/Planejamento Estratégica	14	6	5	2	1	-	-
Auditoria Contábil	-	-	-	-	-	-	-
Outras	292	128	97	33	24	5	5
Despesas gerais	933	407	311	106	77	16	16
Despesa com Locação e Manutenção	390	170	130	44	32	7	7
Despesa com Funcionamento e Expediente	341	148	114	39	28	6	6
Outras Despesas Gerais	178	78	59	20	15	3	3
Despesas Tributárias*	24	11	8	3	2	-	-
Depreciações e amortizações	143	62	48	16	12	2	3
Constituição/reversão de contingências administrativas	1.742	575	304	27	307	66	463
Despesas Administrativas + Contingências	32.282	13.517	7.609	2.027	3.348	670	5.111

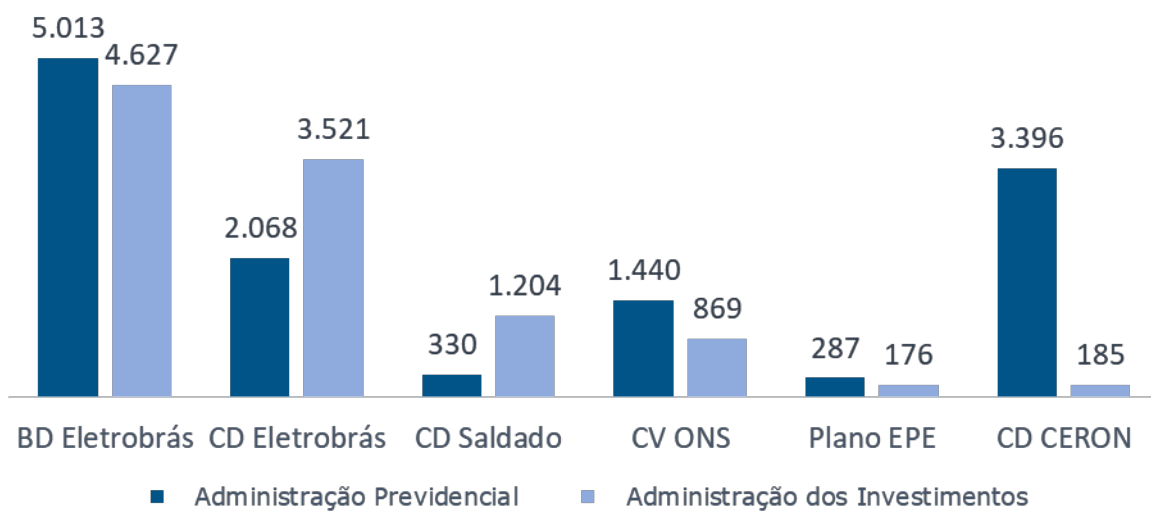
5.1 Detalhamento de Despesas

5.1.1 Pessoal e Encargos

Pessoal e encargo por tipo de administração – R\$ mil

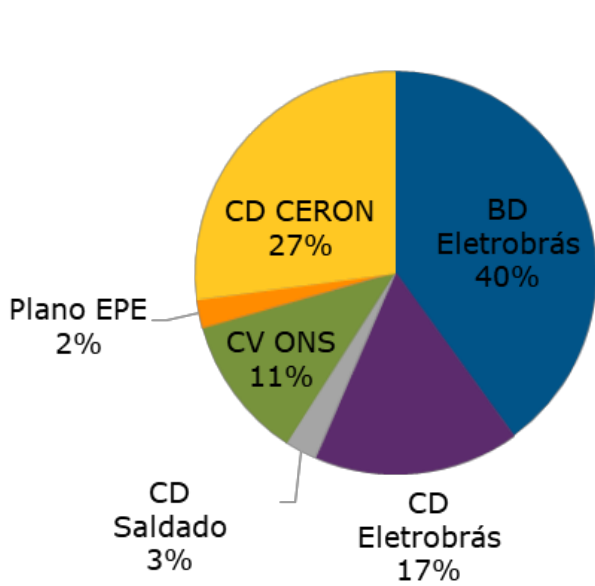


Pessoal e Encargos por plano – R\$ mil

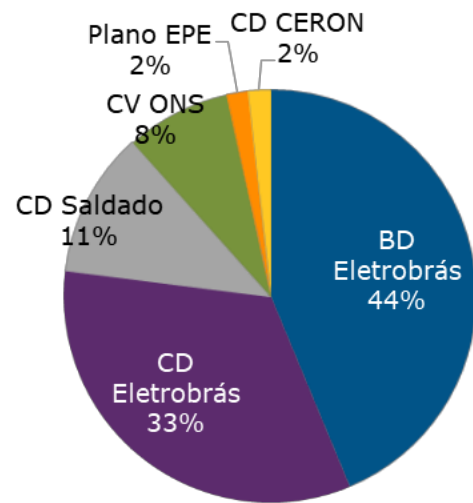


Pessoal e Encargos por plano

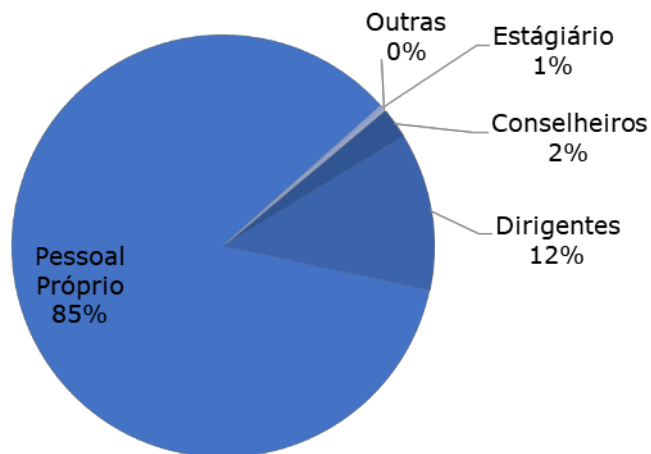
Administração Previdencial



Administração dos investimentos



Pessoal e Encargos – Participação (%)

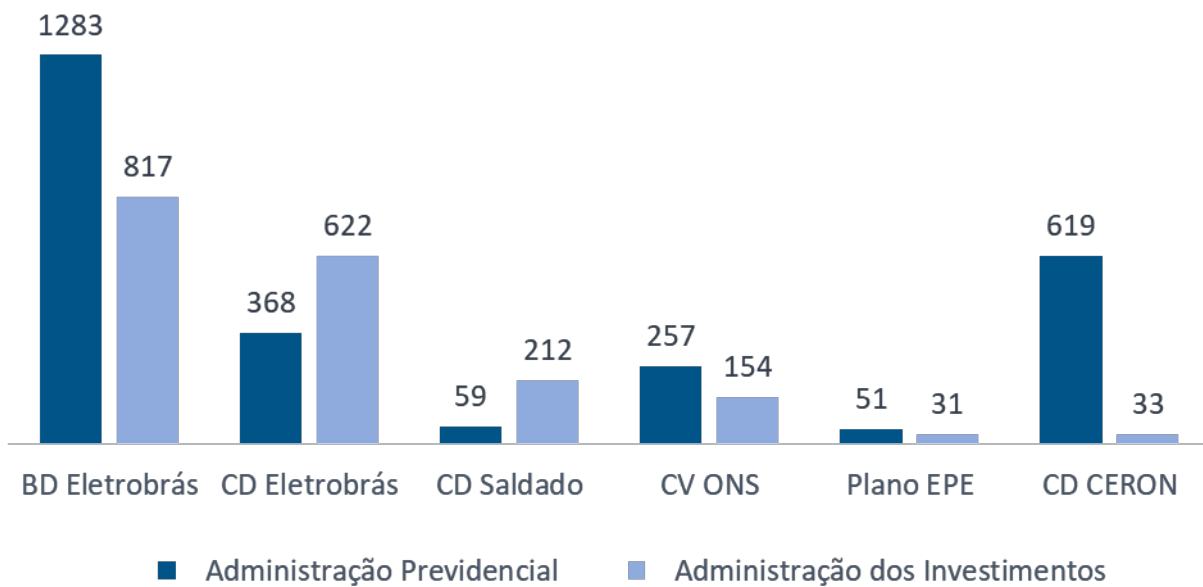


Despesas com Remuneração de empregados e dirigente

Em dezembro de 2019, a remuneração bruta média paga aos empregados da Eletros foi R\$ 10.086,30 (em 2018 foi de R\$ 9.593,11) e com relação a diretoria executiva, a remuneração bruta média em dezembro de 2019 foi R\$ 38.383,34 (em 2018 era R\$ 36.896,41).

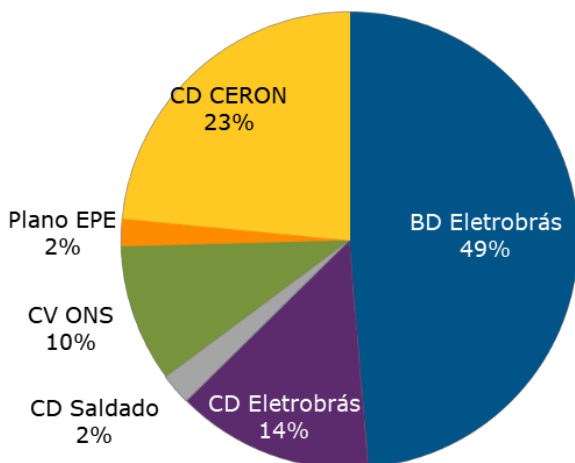
5.1.2 Serviços de Terceiros

Serviços de terceiros por tipo de administração e plano – R\$ mil

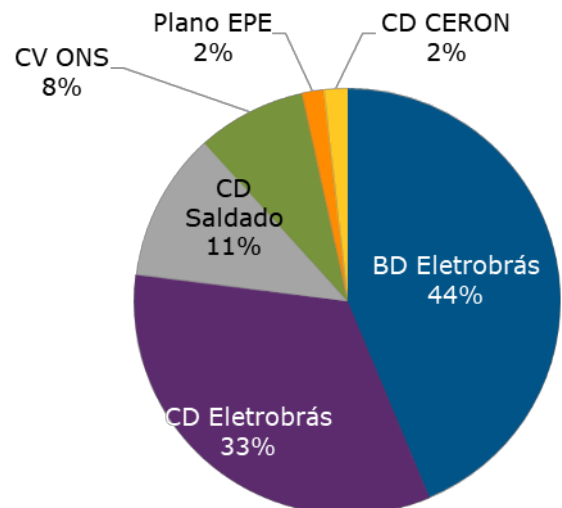


Serviços de Terceiros por plano

Administração Previdencial

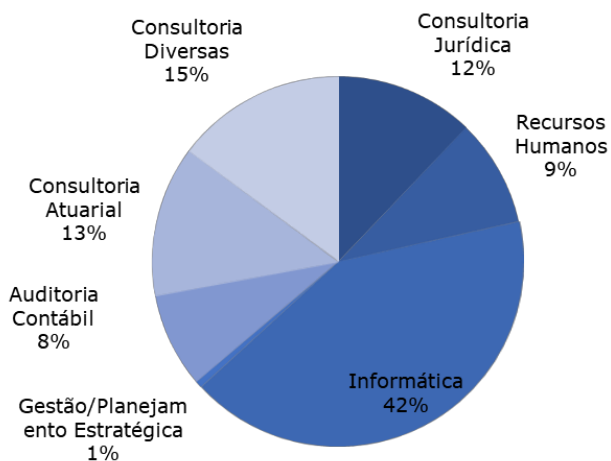


Administração dos investimentos

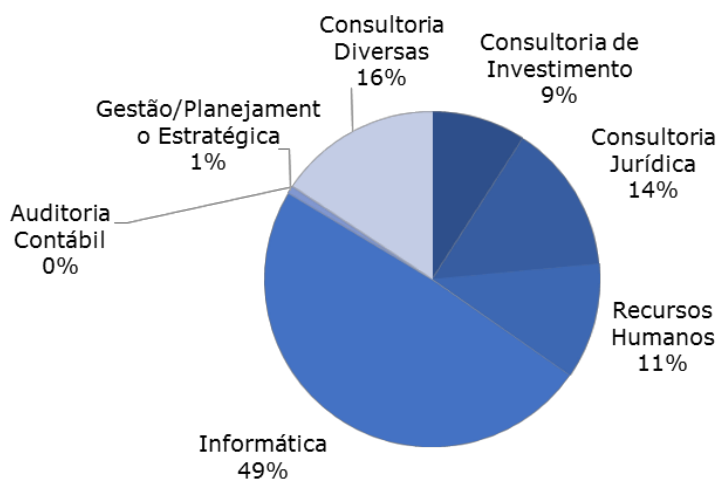


Serviços de Terceiros por área – Participação (%)

Administração Previdencial

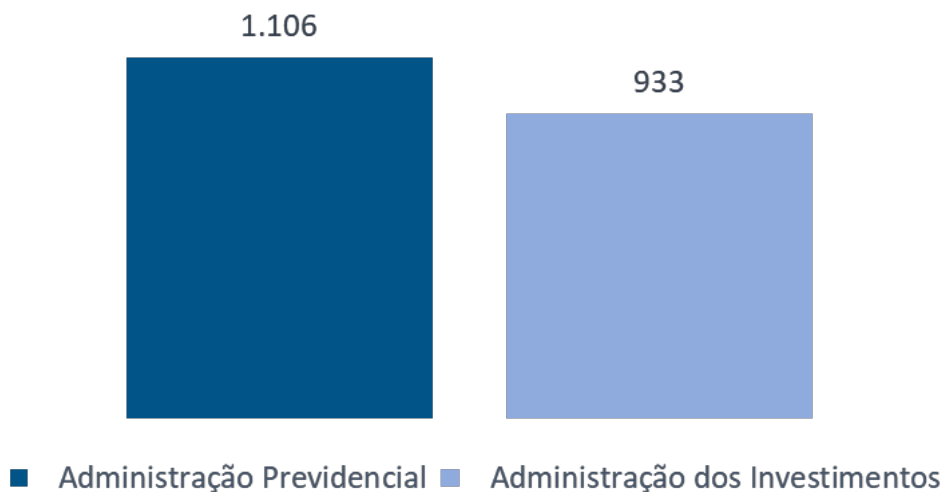


Administração dos investimentos

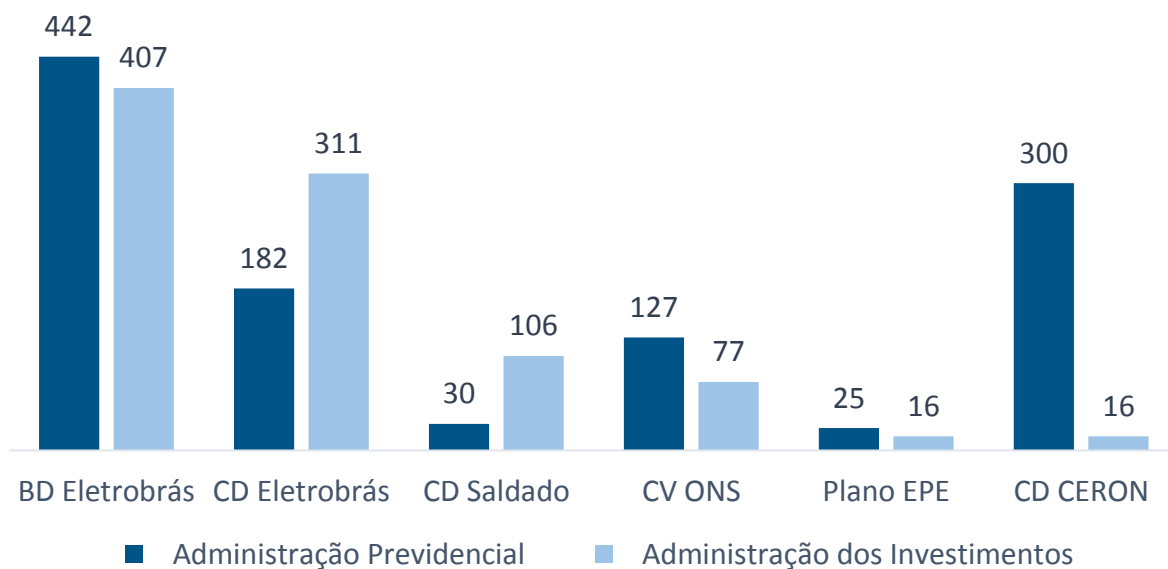


5.1.3 Despesas Gerais

Despesas gerais por tipo de administração – R\$ mil

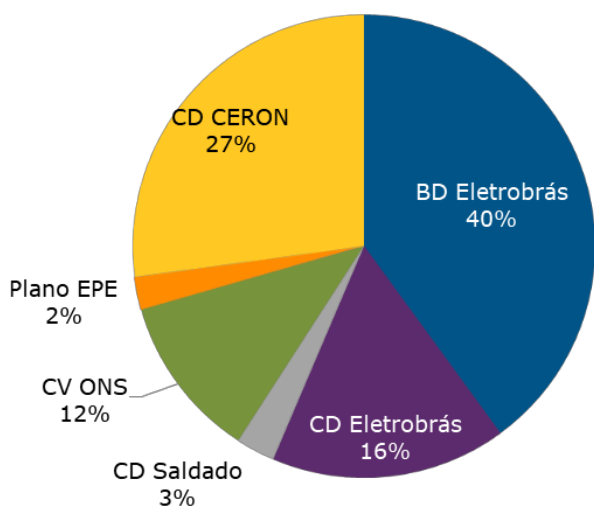


Despesas gerais por plano – R\$ mil

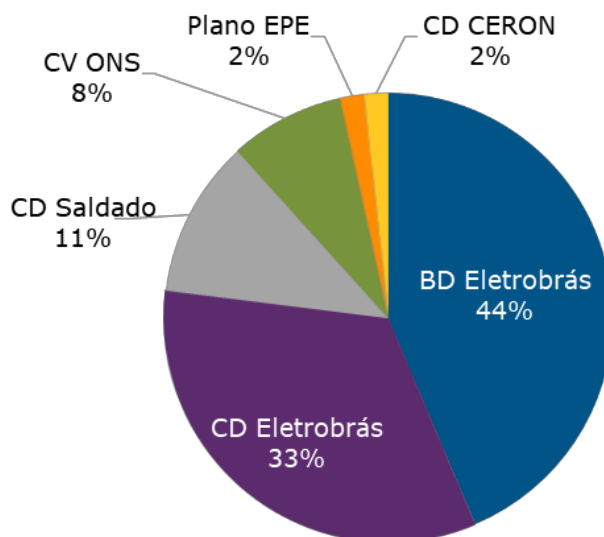


Despesas Gerais por plano

Administração Previdencial

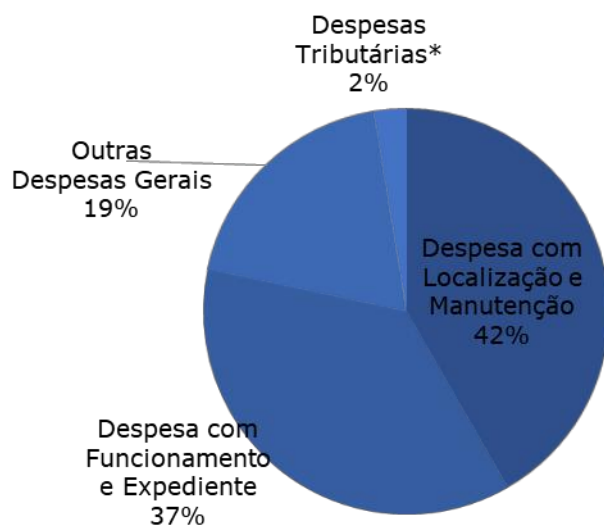


Administração de investimentos



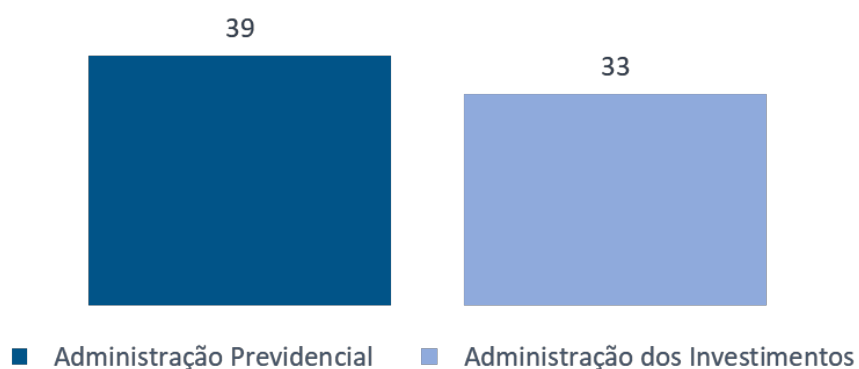
Despesas Gerais por área – Participação (%)

Administração Previdencial

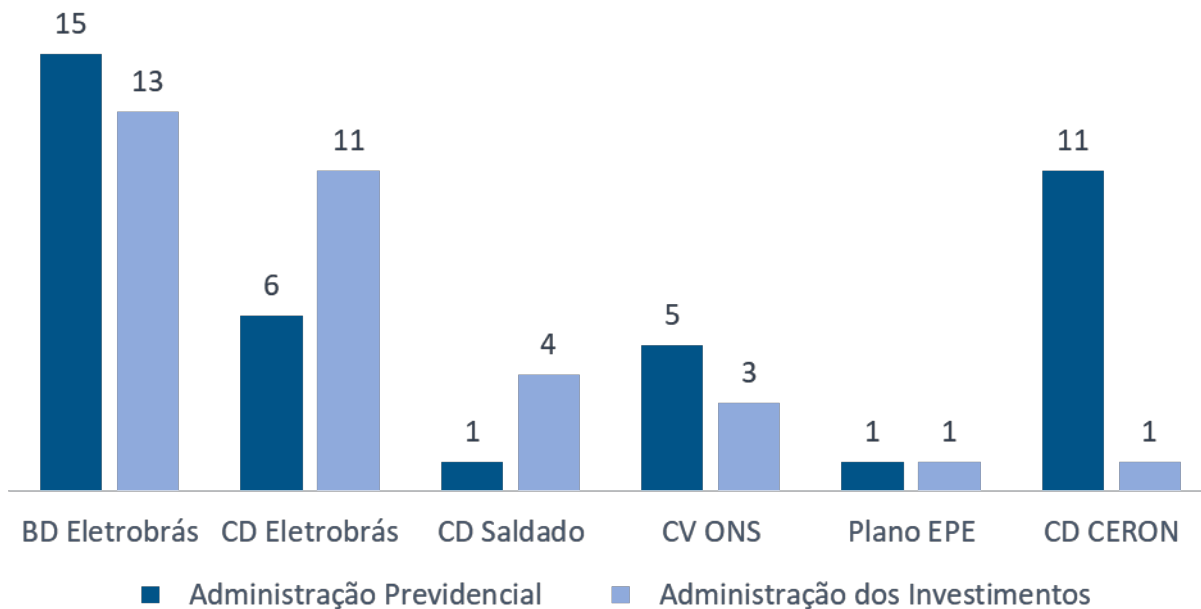


5.1.4 Viagens e Estadias

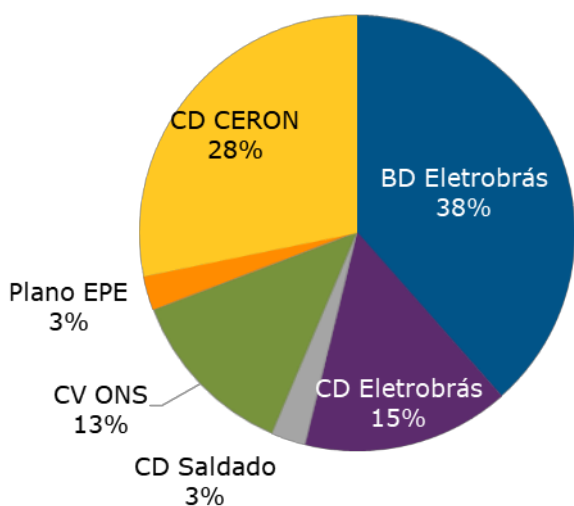
Viagens e estadias por tipo de administração – R\$ mil



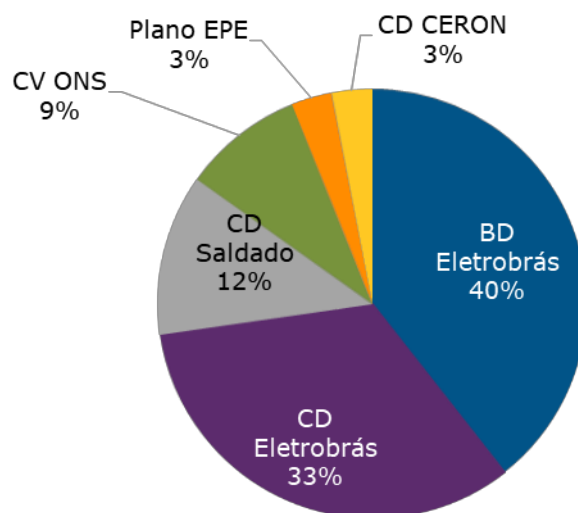
Viagens e estadias por plano – R\$ mil



Viagens e Estadias por plano
Administração Previdencial

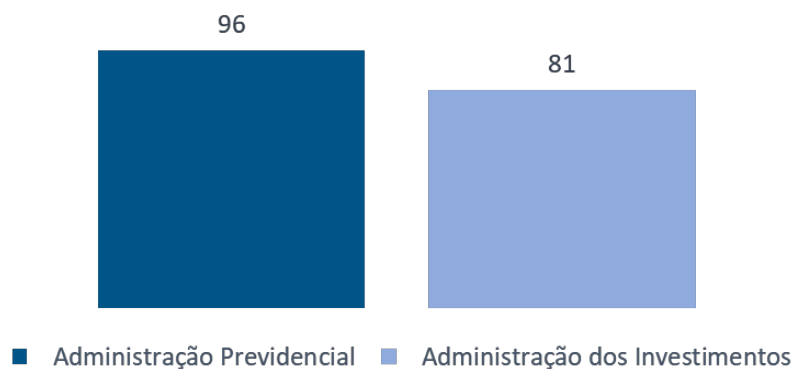


Administração de investimentos

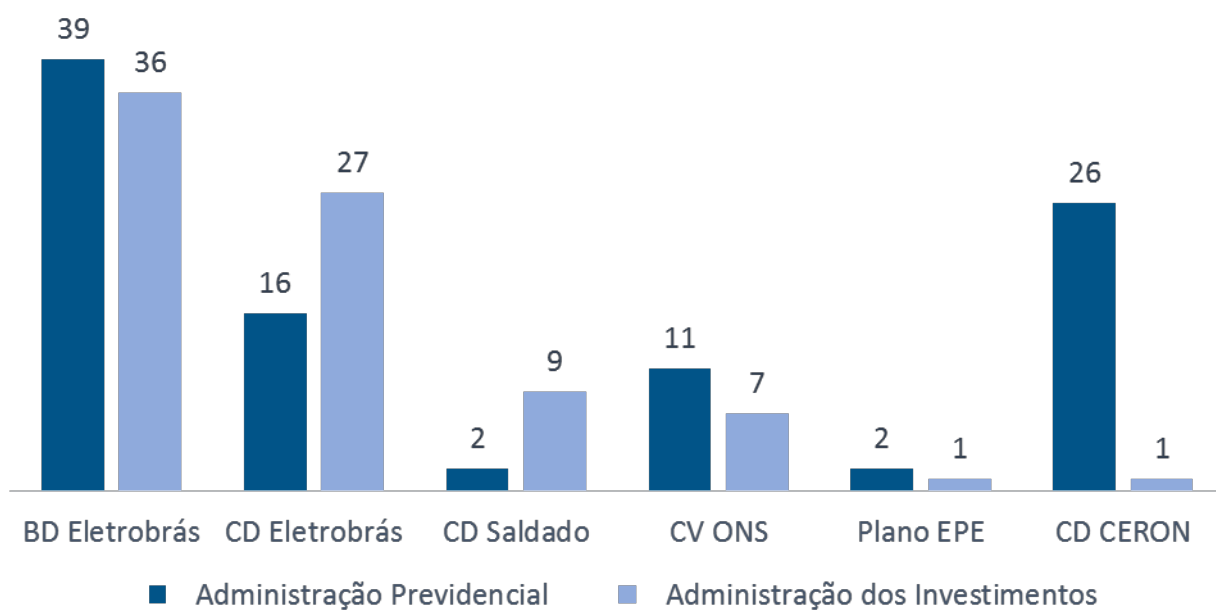


5.1.5 Treinamentos

Treinamentos por tipo de administração – R\$ mil

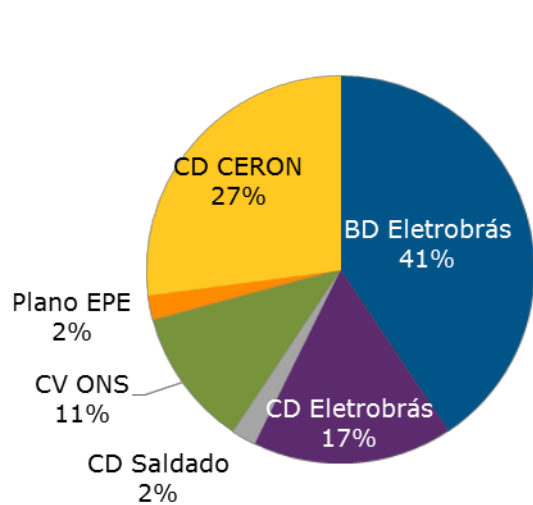


Treinamentos por plano – R\$ mil

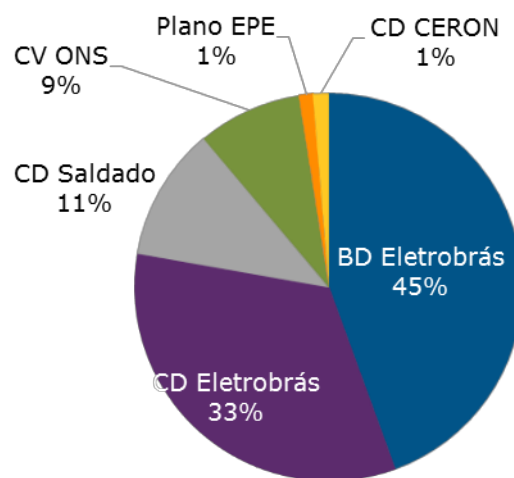


Treinamentos por plano

Administração Previdencial

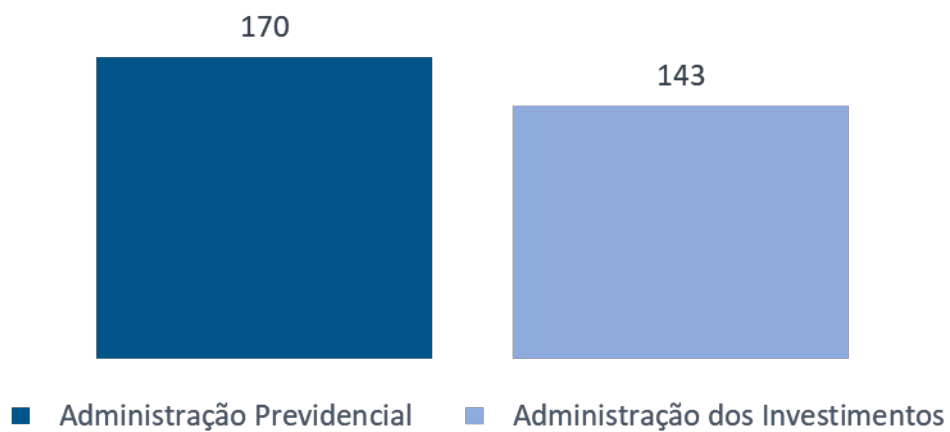


Administração de investimentos

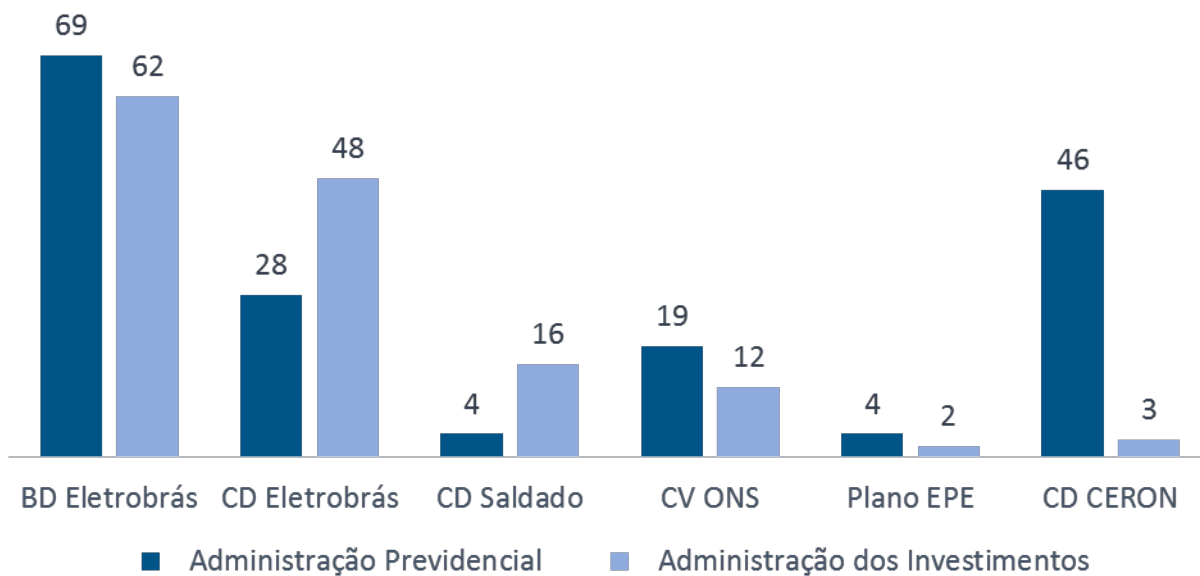


5.1.6 Depreciações e amortizações

Depreciações e amortizações por tipo de administração – R\$ mil

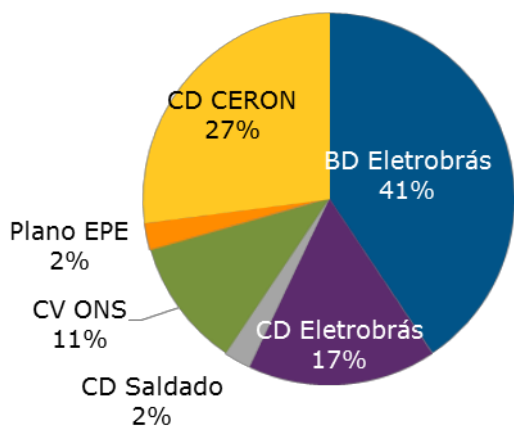


Depreciações e amortizações por plano – R\$ mil

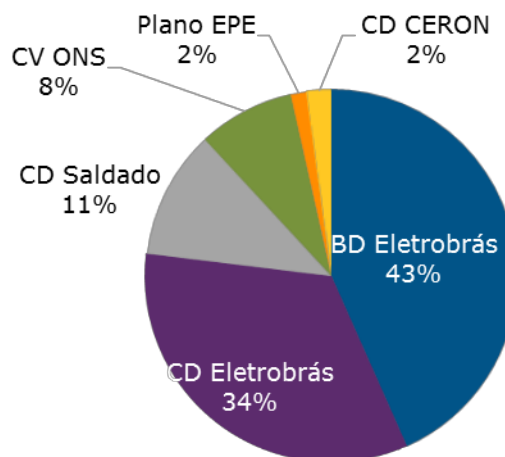


Depreciações e amortizações por plano

Administração Previdencial



Administração de investimentos

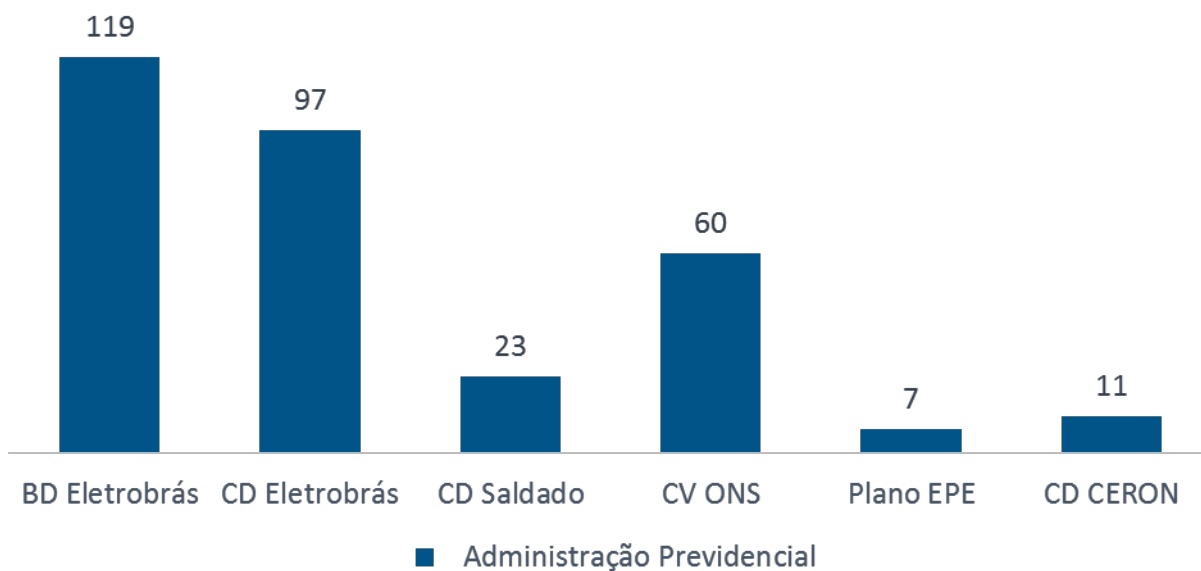


5.1.7 Tributos

Tributos por tipo de administração – R\$ mil

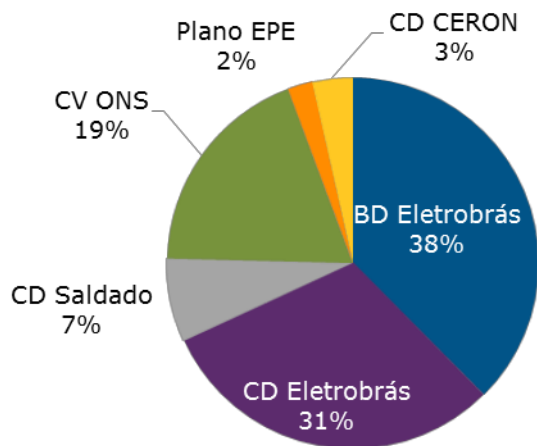


Tributos por plano – R\$ mil



Tributos por plano

Administração Previdencial

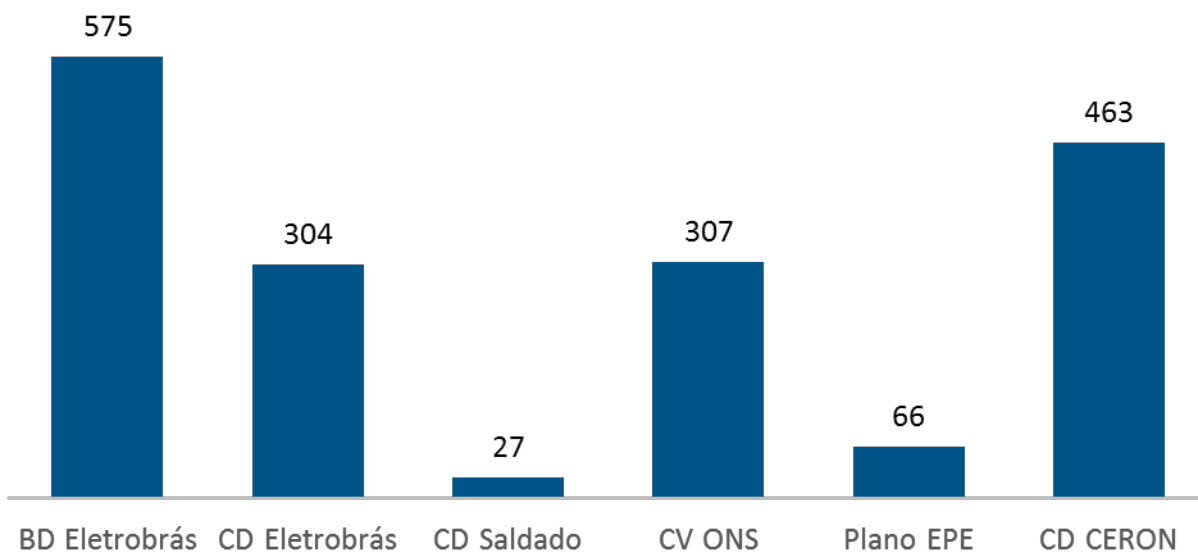


5.1.8 Contingências

Contingências por tipo de administração – R\$ mil

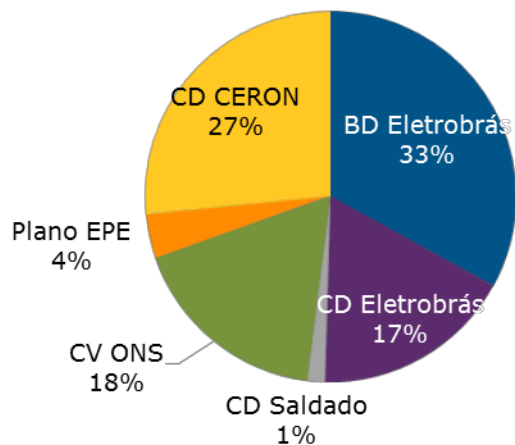


Contingências por plano – R\$ mil



Contingências por plano

Administração Previdencial



5.2 Despesas (Eletros) com fornecedores em 2019 – R\$ mil

	(R\$ mil)	(%)
Benefícios Empregatícios	3.415	33,35%
Licenciamento de Software	2.042	19,94%
Consultorias e Auditorias	1.884	18,40%
Locação e Funcionamento	820	8,01%
Consultoria Jurídica	599	5,85%
Locação e Manutenção de Máquinas e Equipamentos	318	3,11%
Seguros	189	1,85%
Treinamento e Capacitação Profissional	179	1,75%
Energia Elétrica	169	1,65%
Eventos e Contribuições para Entidades de Classe	151	1,47%
Passagens, Hospedagens, Transportes e Estacionamento	97	0,95%
Telefonia e Telecomunicações	79	0,77%
Digitalização e Armazenamento de Documentos	77	0,75%
Materiais de Consumo e Expediente	55	0,54%
Serviços aos Órgãos Estatutários	55	0,53%
Manutenção, Conservação e Reparos	37	0,36%
Impressões e Serviços gráficos	33	0,32%
Postagens e Encomendas	22	0,21%
Cartório e Registros	15	0,15%
Outros Serviços	4	0,04%

6. CUSTOS ASSOCIADOS À GESTÃO DE INVESTIMENTOS

6.1 Despesas diretas de investimentos (R\$ mil)

Consolidado

Classificação da Despesa	Consolidado	Carteira Própria	FIM Renda Fixa	FIA Renda Variável	FI Estruturado
Controladoria	117,16	36,44	64,69	16,02	-
Gestão	4.616,56	-	382,67	4.078,61	155,29
Custódia	462,47	150,69	258,78	53,00	-
Performance	2.016,84	-	-	2.016,84	-
Administrador	22,40	-	-	-	22,40
DOC	-	-	-	-	-
IOF	0,15	-	0,15	-	-
CVM	250,03	-	157,65	90,69	1,69
CETIP	367,78	147,93	119,58	96,33	3,92
CBLC	26,55	9,37	0,09	17,08	-
SELIC	102,42	30,67	69,54	2,20	-
BACEN	-	-	-	-	-
ANDIMA	-	-	-	-	-
ANBIMA	34,02	-	18,77	15,25	-
Taxa de Swap	-	-	-	-	-
Taxa de Bolsa	2.145,08	327,97	23,24	1.793,87	-
Cartório	2,50	-	0,32	2,18	-
Consultoria	-	-	-	-	-
Auditoria	27,17	-	15,16	12,01	-
Permanência	0,14	-	0,11	0,03	-
Outros	12,33	0,48	0,67	3,76	7,42
TOTAL DAS DESPESAS	10.203,58	703,56	1.111,42	8.197,87	190,72

Plano BD Eletrobrás

Classificação da Despesa	Consolidado	Carteira Própria	FIM Renda Fixa	FIA Renda Variável	FI Estruturado
Controladoria	43,86	24,35	13,96	5,54	-
Gestão	1.652,39	-	79,44	1.417,67	155,29
Custódia	175,05	100,74	55,85	18,46	-
Performance	723,90	-	-	723,90	-
Administrador	22,40	-	-	-	22,40
DOC	-	-	-	-	-
IOF	0,03	-	0,03	-	-
CVM	62,32	-	28,82	31,81	1,69
CETIP	103,96	42,74	23,73	33,57	3,92
CBLC	9,27	3,29	0,02	5,96	-
SELIC	37,18	21,70	14,70	0,77	-
BACEN	-	-	-	-	-
ANDIMA	-	-	-	-	-
ANBIMA	8,55	-	3,25	5,30	-
Taxa de Swap	-	-	-	-	-
Taxa de Bolsa	741,98	115,81	5,19	620,99	-
Cartório	0,80	-	0,05	0,75	-
Consultoria	-	-	-	-	-
Auditoria	6,79	-	2,41	4,38	-
Permanência	0,03	-	0,02	0,01	-
Outros	8,98	0,10	0,13	1,32	7,42
TOTAL DAS DESPESAS	3.597,50	308,73	227,61	2.870,43	190,72

Plano CD Eletrobrás Puro

Classificação da Despesa	Consolidado	Carteira Própria	FIM Renda Fixa	FIA Renda Variável	FI Estruturado
Controladoria	39,29	4,03	29,63	5,63	-
Gestão	1.608,58	-	178,63	1.429,96	-
Custódia	154,06	16,97	118,52	18,56	-
Performance	693,09	-	-	693,09	-
Administrador	-	-	-	-	-
DOC	-	-	-	-	-
IOF	0,07	-	0,07	-	-
CVM	108,54	-	76,95	31,60	-
CETIP	151,11	60,82	56,57	33,72	-
CBLC	9,28	3,27	0,04	5,98	-
SELIC	34,34	1,43	32,14	0,77	-
BACEN	-	-	-	-	-
ANDIMA	-	-	-	-	-
ANBIMA	14,62	-	9,27	5,35	-
Taxa de Swap	-	-	-	-	-
Taxa de Bolsa	754,37	113,68	10,06	630,63	-
Cartório	0,93	-	0,16	0,77	-
Consultoria	-	-	-	-	-
Auditoria	11,83	-	7,74	4,10	-
Permanência	0,06	-	0,05	0,01	-
Outros	1,83	0,22	0,31	1,31	-
TOTAL DAS DESPESAS	3.582,01	200,43	520,12	2.861,46	-

Plano CD Eletrobrás Saldado

Classificação da Despesa	Consolidado	Carteira Própria	FIM Renda Fixa	FIA Renda Variável	FI Estruturado
Controladoria	8,90	3,81	3,84	1,24	-
Gestão	337,74	-	20,60	317,14	-
Custódia	34,92	15,43	15,37	4,12	-
Performance	168,63	-	-	168,63	-
Administrador	-	-	-	-	-
DOC	-	-	-	-	-
IOF	0,01	-	0,01	-	-
CVM	16,24	-	9,04	7,20	-
CETIP	23,06	8,60	6,94	7,51	-
CBLC	2,07	0,73	0,01	1,33	-
SELIC	8,60	4,33	4,11	0,17	-
BACEN	-	-	-	-	-
ANDIMA	-	-	-	-	-
ANBIMA	2,23	-	1,04	1,19	-
Taxa de Swap	-	-	-	-	-
Taxa de Bolsa	168,32	26,41	2,61	139,31	-
Cartório	0,19	-	0,02	0,17	-
Consultoria	-	-	-	-	-
Auditoria	1,78	-	0,84	0,94	-
Permanência	0,01	-	0,01	0,00	-
Outros	0,39	0,03	0,06	0,30	-
TOTAL DAS DESPESAS	773,10	59,34	64,49	649,26	-

Plano CV NOS

Classificação da Despesa	Consolidado	Carteira Própria	FIM Renda Fixa	FIA Renda Variável	FI Estruturado
Controladoria	16,38	2,17	11,47	2,74	-
Gestão	765,67	-	69,12	696,55	-
Custódia	64,01	9,09	45,87	9,05	-
Performance	341,69	-	-	341,69	-
Administrador	-	-	-	-	-
DOC	-	-	-	-	-
IOF	0,03	-	0,03	-	-
CVM	45,07	-	29,61	15,46	-
CETIP	62,62	24,31	21,88	16,43	-
CBLC	4,53	1,60	0,02	2,91	-
SELIC	13,79	0,99	12,43	0,38	-
BACEN	-	-	-	-	-
ANDIMA	-	-	-	-	-
ANBIMA	6,19	-	3,60	2,60	-
Taxa de Swap	-	-	-	-	-
Taxa de Bolsa	366,17	55,70	3,88	306,58	-
Cartório	0,43	-	0,06	0,37	-
Consultoria	-	-	-	-	-
Auditoria	5,00	-	2,96	2,03	-
Permanência	0,02	-	0,02	0,01	-
Outros	0,84	0,08	0,12	0,64	-
TOTAL DAS DESPESAS	1.692,44	93,94	201,06	1.397,44	-

Plano EPE

Classificação da Despesa	Consolidado	Carteira Própria	FIM Renda Fixa	FIA Renda Variável	FI Estruturado
Controladoria	2,48	0,35	1,76	0,37	-
Gestão	104,69	-	10,58	94,11	-
Custódia	9,69	1,45	7,02	1,22	-
Performance	40,69	-	-	40,69	-
Administrador	-	-	-	-	-
DOC	-	-	-	-	-
IOF	0,00	-	0,00	-	-
CVM	6,58	-	4,57	2,02	-
CETIP	9,21	3,65	3,35	2,21	-
CBLC	0,61	0,21	0,00	0,39	-
SELIC	2,16	0,21	1,90	0,05	-
BACEN	-	-	-	-	-
ANDIMA	-	-	-	-	-
ANBIMA	0,90	-	0,55	0,35	-
Taxa de Swap	-	-	-	-	-
Taxa de Bolsa	49,52	7,13	0,60	41,80	-
Cartório	0,06	-	0,01	0,05	-
Consultoria	-	-	-	-	-
Auditoria	0,71	-	0,46	0,25	-
Permanência	0,00	-	0,00	0,00	-
Outros	0,12	0,01	0,02	0,08	-
TOTAL DAS DESPESAS	227,43	13,01	30,83	183,59	-

Plano CD CERON

Classificação da Despesa	Consolidado	Carteira Própria	FIM Renda Fixa	FIA Renda Variável	FI Estruturado
Controladoria	3,65	0,46	2,70	0,49	-
Gestão	139,46	-	16,27	123,19	-
Custódia	14,32	1,93	10,80	1,59	-
Performance	48,84	-	-	48,84	-
Administrador	-	-	-	-	-
DOC	-	-	-	-	-
IOF	0,01	-	0,01	-	-
CVM	9,32	-	6,71	2,61	-
CETIP	13,44	5,44	5,11	2,89	-
CBLC	0,79	0,27	0,00	0,51	-
SELIC	3,27	0,29	2,91	0,06	-
BACEN	-	-	-	-	-
ANDIMA	-	-	-	-	-
ANBIMA	1,31	-	0,85	0,46	-
Taxa de Swap	-	-	-	-	-
Taxa de Bolsa	64,71	9,24	0,91	54,56	-
Cartório	0,09	-	0,01	0,07	-
Consultoria	-	-	-	-	-
Auditoria	0,95	-	0,65	0,31	-
Permanência	0,00	-	0,00	0,00	-
Outros	0,16	0,02	0,03	0,11	-
TOTAL DAS DESPESAS	300,31	17,66	46,96	235,68	-

PGA

Classificação da Despesa	Consolidado	Carteira Própria	FIM Renda Fixa	FIA Renda Variável	FI Estruturado
Controladoria	2,61	1,27	1,34	-	-
Gestão	8,03	-	8,03	-	-
Custódia	10,43	5,08	5,35	-	-
Performance	-	-	-	-	-
Administrador	-	-	-	-	-
DOC	-	-	-	-	-
IOF	0,01	-	0,01	-	-
CVM	1,95	-	1,95	-	-
CETIP	4,38	2,38	2,00	-	-
CBLC	0,00	-	0,00	-	-
SELIC	3,08	1,72	1,36	-	-
BACEN	-	-	-	-	-
ANDIMA	-	-	-	-	-
ANBIMA	0,22	-	0,22	-	-
Taxa de Swap	-	-	-	-	-
Taxa de Bolsa	-	-	-	-	-
Cartório	-	-	-	-	-
Consultoria	-	-	-	-	-
Auditoria	0,09	-	0,09	-	-
Permanência	-	-	-	-	-
Outros	0,01	0,01	0,00	-	-
TOTAL DAS DESPESAS	30,80	10,45	20,35	-	-

6.2 Despesas administrativas de investimentos (R\$ mil)

Consolidado

Classificação da Despesa	Plano BD	Plano CD Puro	Plano CD Saldado	Plano CV ONS	Plano EPE	Plano CD CERON	Consolidado
Pessoal e Encargos	4.627	3.521	1.204	869	176	185	10.582
Treinamentos, Congressos e Seminários	36	27	9	7	1	1	81
Viagens e Estadias	13	11	4	3	1	1	33
Serviços de terceiros	817	622	212	154	31	33	1.869
Despesas gerais	407	311	106	77	16	16	933
Depreciações e amortizações	62	48	16	12	2	3	143
TOTAL DAS DESPESAS	5.962	4.540	1.551	1.122	227	239	13.641

7. INDICADORES DE GESTÃO

O Conselho Deliberativo da Fundação - CDE, aprova anualmente as metas para os indicadores de gestão das despesas administrativas, as quais são propostas pela DEE, em consonância com o Art. 4 da Resolução CGPC 29/2009.

Cabe ao Conselho Fiscal o acompanhamento e controle dessas metas estabelecidas para os indicadores de gestão, em consonância com o Art. 12 da Resolução CGPC 29/2009.

Em 2019, os seguintes indicadores de gestão foram objeto de acompanhamento e controle:

1. Despesas Administrativas em relação aos Recursos Garantidores;
2. Despesas Administrativas de Pessoal e Encargos em relação aos Recursos Garantidores;
3. Limite da Taxa de Administração;
4. Índice de Cobertura das Despesas Administrativas;
5. Despesas Administrativas em relação ao Fundo Administrativo; e
6. Constituição do Fundo Administrativo

INDICADORES DE GESTÃO	2019			CONCEITO	ANÁLISE DO INDICADOR
	PREVISTO	REALIZADO	VARIAÇÃO		
Indicador 1 - Despesas Administrativas / Recursos Garantidores	0,65%	0,56%	-13,15%	Despesas Administrativas em relação aos Recursos Garantidores	Como tendência, quanto menor o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na gestão de seus recursos garantidores e de suas despesas administrativas.
Indicador 2 - Despesas Administrativas com Pessoal e Encargos / Recursos Garantidores	0,48%	0,43%	-10,50%	Despesas Administrativas com Pessoal e Encargos em relação aos Recursos Garantidores	Como tendência, quanto menor o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na gestão de seus recursos garantidores e de suas despesas com pessoal e encargos.
Indicador 3 - Custeio Administrativo / Recursos Garantidores	0,68%	0,65%	-4,35%	Taxa de administração limitada a 1% (Res. CGPC nº 29/2009)	Representa o percentual de recursos para cobertura das despesas administrativas incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios no último dia do exercício a que se referir. Como tendência, quanto maior o percentual, mais próximo a entidade estará de comprometer o limite de transferência do custeio administrativo.

INDICADORES DE GESTÃO	2019			CONCEITO	ANÁLISE DO INDICADOR
	PREVISTO	REALIZADO	VARIAÇÃO		
Indicador 4 - Receitas Administrativas / Despesas Administrativas	130,33%	162,89%	24,99%	Índice de cobertura das Despesas Administrativas	O resultado apurado indica se a Entidade auferiu receitas administrativas suficientes para cobrir as despesas administrativas, sem consumir os recursos do Fundo Administrativo. Como tendência, quanto maior o indicador, melhor o resultado apurado no período.
Indicador 5 - Despesas Administrativas / Fundo Administrativo	29,68%	25,94%	-12,59%	Despesas Administrativas em relação ao Fundo Administrativo	Como tendência, quanto menor o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na gestão de suas despesas administrativas.
Indicador 6 - Constituição do Fundo Administrativo / Saldo do Fundo Administrativo	7,56%	17,42%	130,30%	Constituição do Fundo Administrativo em relação ao saldo do Fundo Administrativo do ano anterior.	Esse indicador mensura se o valor anual de constituição do Fundo Administrativo equivale, no mínimo, à correção do saldo do Fundo Administrativo pelo INPC do período. Como tendência, quanto maior o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na manutenção do crescimento real do Fundo Administrativo.



O Prêmio WEPs é mais um orgulho da Eletros!

O Programa de Equidade e Diversidade da Eletros acredita e busca promover ações por um ambiente de trabalho com oportunidades iguais para todos. Uma tarefa desafiadora, mas também muito gratificante, que recentemente ganhou um novo reconhecimento.

Em sua primeira participação, a Eletros já subiu ao pódio do Prêmio WEPs de Equidade de Gênero, levando o troféu de terceiro lugar entre 68 empresas classificadas. Com essa conquista, reafirmamos o nosso orgulho e o nosso compromisso em fazer da Fundação um local mais justo e equânime.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Fundação
Eletrobrás de
Seguridade Social
- Eletros

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do plano de gestão administrativa consolidada	7
Demonstrações da mutação do patrimônio social	8
Plano de benefícios BD Eletrobrás - Demonstração do ativo líquido (DAL)	9
Plano de benefícios BD Eletrobrás - Demonstração da mutação do ativo líquido (DMAL)	10
Plano de benefícios BD Eletrobrás - Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios (DPT)	11
Plano de benefícios CD Eletrobrás - Demonstração do ativo líquido (DAL)	12
Plano de benefícios CD Eletrobrás - Demonstração da mutação do ativo líquido (DMAL)	13
Plano de benefícios CD Eletrobrás - Demonstração das provisões técnicas do plano de benefício	14
Plano de benefício CV ONS - Demonstração do ativo líquido (DAL)	15
Plano de benefício CV ONS - Demonstração da mutação do ativo líquido (DMAL)	16
Plano de benefício CV ONS - Demonstração das provisões técnicas do plano de benefício (DPT)	17
Plano de benefício CD CERON - Demonstração do ativo líquido (DAL)	18
Plano de benefício CD CERON - Demonstração da mutação do ativo líquido (DMAL)	19
Plano de benefício CD CERON - Demonstração das provisões técnicas do plano de benefício (DPT)	20
Plano de benefício CV EPE - Demonstração do ativo líquido (DAL)	21
Plano de benefício CV EPE - Demonstração da mutação do ativo líquido (DMAL)	22
Plano de benefício CV EPE - Demonstração das provisões técnicas do plano de benefício (DPT)	23
Notas Explicativas às demonstrações contábeis	24



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros, Diretores, Patrocinadores e Participantes da
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 29) em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros, e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2019, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade e ou os planos de benefícios continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade e ou os planos de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e ou dos planos de benefícios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e os planos de benefícios a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Faria Pereira

Contador CRC RJ-077911/O-2

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Exercício findo em		Passivo	Nota	Exercício findo em	
		31/12/2019	31/12/2018			31/12/2019	31/12/2018
Disponível		1.668	75	Exigível operacional		40.787	17.551
Realizável		5.460.647	4.803.221	Gestão Previdencial	8	27.892	7.185
Gestão Previdencial	4	5.652	10.670	Gestão Administrativa	9	12.839	10.320
Gestão Administrativa	5	31.930	28.981	Investimentos		56	46
Investimentos	6	5.423.065	4.763.570	Exigível contingencial	10	38.394	34.445
Títulos Públicos	6.1	1.160.829	960.362	Gestão Previdencial		12.386	11.097
Créditos Privados e Depósitos	6.1	217.691	275.934	Gestão Administrativa		22.037	19.676
Ações	6.2	395.908	305.537	Investimentos		3.971	3.672
Fundos de Investimento	6.3	3.244.446	2.801.551	Patrimônio social		5.383.907	4.752.131
Investimentos Imobiliários	6.4	248.289	250.808	Patrimônio de Cobertura do Plano		5.188.514	4.584.380
Empréstimos		151.932	165.706	Provisões Matemáticas	12	5.277.216	4.762.331
Depósitos Judiciais/Recurais		3.970	3.672	Benefícios Concedidos	12.1	4.316.112	3.823.799
Permanente		773	831	Benefícios a Conceder	12.2	1.641.007	1.590.344
Imobilizado		243	255	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	12.3	(679.903)	(651.812)
Intangível		530	576	Equilíbrio Técnico		(88.702)	(177.951)
Gestão Assistencial	7	39.344	28.163	Resultados Realizados		(88.702)	(177.951)
Total do Ativo		5.502.432	4.832.290	(-) Deficit Técnico Acumulado		(88.702)	(177.951)
				Fundos	13	195.393	167.751
				Fundos Previdenciais	13.1	61.769	52.638
				Fundos Administrativos	13.2	117.736	100.270
				Fundos de Investimentos	13.3	15.888	14.843
				Gestão Assistencial		39.344	28.163
				Total do Passivo		5.502.432	4.832.290

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa Consolidada

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2019	31/12/2018	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	100.270	93.504	7,24
1. Custeio da gestão administrativa	60.596	49.512	22,39
1.1. Receitas	60.596	49.512	22,39
Custeio administrativo da gestão previdencial	7.251	5.462	32,75
Custeio administrativo dos investimentos	22.517	22.334	0,82
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	61	121	(49,59)
Receitas diretas	1.345	1.317	2,13
Resultado positivo líquido dos investimentos	16.553	8.100	104,36
Reembolso da gestão assistencial	9.406	9.321	0,91
Outras receitas	3.463	2.857	21,21
2. Despesas administrativas	41.388	40.924	1,13
2.1. Administração previdencial	16.899	16.632	1,61
Pessoal e encargos	12.534	12.279	2,08
Treinamentos/congressos e seminários	96	128	(25,00)
Viagens e estadias	39	35	11,43
Serviços de terceiros	2.637	2.560	3,01
Despesas gerais	1.106	1.154	(4,16)
Depreciações e amortizações	170	166	2,41
Tributos	317	310	2,26
2.2. Administração dos investimentos	13.641	13.535	0,78
Pessoal e encargos	10.582	10.436	1,40
Treinamentos/congressos e seminários	81	109	(25,69)
Viagens e estadias	33	30	10,00
Serviços de terceiros	1.869	1.839	1,63
Despesas gerais	933	980	(4,80)
Depreciações e amortizações	143	141	1,42
2.3. Administração assistencial	9.406	9.321	0,91
Despesas Administrativas	8.632	8.873	(2,72)
Constituição de contingências	774	448	72,77
2.4. Outras despesas	1.442	1.436	0,42
3. Constituição/reversão de contingências administrativas	1.742	1.822	(4,39)
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	-
6. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3-4)	17.466	6.766	158,14
7. Constituição/reversão do fundo administrativo (6)	17.466	6.766	158,14
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	117.736	100.270	17,42

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações da Mutação do Patrimônio Social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variacão
	31/12/2019	31/12/2018	(%)
A) Patrimônio Social – Inicio do Exercício	4.752.131	4.507.197	5,43
1. Adic�es	1.126.114	652.633	72,55
Contribui�es Previdenciais	254.349	192.902	31,85
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	810.124	407.331	98,89
Receitas Administrativas	44.043	41.412	6,35
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa	16.553	8.100	104,36
Constitui�o de Fundos de Investimentos	1.045	2.888	(63,82)
2. Destina�es	(494.338)	(407.699)	21,25
Benefícios	(449.359)	(364.550)	23,26
Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(1.848)	(403)	358,56
Despesas Administrativas	(40.614)	(40.476)	0,34
Constitui�o Líquida de Contingências – Gestão Administrativa	(2.517)	(2.270)	10,88
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	631.776	244.934	157,94
Provisões matemáticas	514.885	(201.177)	(355,94)
Superavit (Déficit) Técnico do Exercício	89.249	429.896	(79,24)
Fundos Previdenciais	9.132	6.561	39,19
Fundos Administrativos	17.465	6.766	158,13
Fundos dos Investimentos	1.045	2.888	(63,82)
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	5.383.907	4.752.131	13,29
5. Gestão Assistencial	6.413	(2.233)	(387,19)
Receitas Assistenciais	94.996	97.804	(2,87)
Despesas Assistenciais	(88.583)	(100.037)	(11,45)

As notas explicativas integram as demonstra es contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios BD Eletrobrás

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2019	31/12/2018	(%)
1. Ativos	2.289.309	2.031.228	12,71
Disponível	20	8	150,00
Recebível	73.476	69.154	6,25
Investimentos	2.215.813	1.962.066	12,93
Títulos públicos	859.944	630.539	36,38
Créditos Privados e Depósitos	217.691	204.353	6,53
Ações	136.010	110.369	23,23
Fundos de Investimento	734.320	737.283	(0,40)
Derivativos	-	-	
Investimentos Imobiliários	180.110	181.937	(1,00)
Empréstimos	84.699	94.766	(10,62)
Depósitos Judiciais/Recursais	3.039	2.819	7,80
2. Obrigações	34.697	17.680	96,25
Operacional	20.920	4.429	372,34
Contingencial	13.777	13.251	3,97
3. Fundos não previdenciais	76.737	67.462	13,75
Fundos Administrativos	68.642	59.343	15,67
Fundos dos Investimentos	8.095	8.119	(0,30)
5. Ativo Líquido (1-2-3)	2.177.875	1.946.086	11,91
Provisões Matemáticas	2.291.779	2.110.667	8,58
Superavit (Deficit) Técnico	(113.904)	(164.581)	(30,79)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	(113.904)	(164.581)	
b) Ajuste de Precificação	-	37.048	
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(113.904)	(127.533)	

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios BD Eletrobrás

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variacão
	31/12/2019	31/12/2018	(%)
A) Ativo líquido – In�cio do Exercício	1.946.086	1.924.831	1,10
1. Adic�es	509.972	274.534	85,76
Contribui�es	58.217	76.637	(24,04)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	451.755	197.897	128,28
Resultados a Realizar			
2. Destina�es	(278.183)	(253.279)	9,83
Benefícios	(275.615)	(250.713)	9,93
Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(869)	(395)	120,00
Custeio Administrativo	(1.699)	(2.171)	(21,74)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	231.789	21.255	990,52
Provisões Matemáticas	181.112	(418.059)	(143,32)
Superavit (Deficit) Técnico do Exercício	50.677	439.314	(88,46)
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)	2.177.875	1.946.086	11,91
C) Fundos Não Previdenciais	76.737	67.462	13,75
Fundos Administrativos	68.642	59.343	15,67
Fundos dos Investimentos	8.095	8.119	(0,30)

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios BD Eletrobrás

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2019	31/12/2018	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	2.220.667	1.971.886	12,62
1. Provisões Matemáticas	2.291.779	2.110.668	8,58
1.1. Benefícios Concedidos	2.786.384	2.565.857	8,59
Benefício Definido	2.786.384	2.565.857	8,59
1.2. Benefício a Conceder	174.827	186.379	(6,20)
Benefício Definido	174.827	186.379	(6,20)
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(669.432)	(641.568)	4,34
(-) Serviço passado	(14.315)	(35.121)	(59,24)
(-) Patrocinador(es)	(14.315)	(35.121)	(59,24)
(-) Deficit Equacionado	(655.117)	(606.447)	8,03
(-) Patrocinador(es)	(170.142)	(160.004)	6,34
(-) Participantes	(36.209)	(37.721)	(4,01)
(-) Assistidos	(448.766)	(408.722)	9,80
2. Equilíbrio Técnico	(113.904)	(164.581)	(30,79)
2.1. Resultados Realizados	(113.904)	(164.581)	(30,79)
(-) Deficit Técnico Acumulado	(113.904)	(164.581)	(30,79)
3. Fundos	8.095	8.119	(0,30)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.095	8.119	(0,30)
4. Exigível Operacional	20.920	4.429	372,34
4.1. Gestão Previdencial	20.898	4.403	374,63
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	22	26	(15,38)
5. Exigível Contingencial	13.777	13.251	3,97
5.1. Gestão Previdencial	10.737	10.431	2,93
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	3.040	2.820	7,80

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios CD Eletrobrás

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2019	31/12/2018	(%)
1. Ativos	2.154.633	1.944.543	10,80
Disponível	65	21	209,52
Recebível	40.792	33.478	21,85
Investimentos	2.113.776	1.911.044	10,61
Títulos públicos	204.824	209.128	(2,06)
Créditos Privados e Depósitos	-	47.809	(100,00)
Ações	170.174	130.644	30,26
Fundos de Investimento	1.619.380	1.400.765	15,61
Investimentos Imobiliários	68.179	68.871	(1,00)
Empréstimos	50.288	52.974	(5,07)
Depósitos Judiciais/Rekursais	931	853	9,14
2. Obrigações	4.105	3.391	21,06
Operacional	1.941	1.873	3,63
Contingencial	2.164	1.518	42,56
3. Fundos Não Previdenciais	46.552	38.392	21,25
Fundos Administrativos	39.978	32.619	22,56
Fundos dos Investimentos	6.574	5.773	13,87
5. Ativo Líquido (1-2-3)	2.103.976	1.902.760	10,57
Provisões Matemáticas	2.037.857	1.880.486	8,37
Superavit (Deficit) Técnico	25.202	(13.370)	(288,50)
Fundos Previdenciais	40.917	35.644	14,79
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	25.202	(13.370)	
b) Ajuste de Precificação	-	14.787	
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	25.202	1.417	

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios CD Eletrobrás

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variacão
	31/12/2019	31/12/2018	(%)
A) Ativo líquido – In�cio do Exercício	1.902.761	1.797.154	5,88
1. Adic�es	312.305	203.952	53,13
Contribui�es	54.458	56.041	(2,82)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	257.847	147.911	74,33
Resultados a Realizar	-	-	-
2. Destina�es	(111.090)	(98.345)	12,96
Benefícios	(108.912)	(96.703)	12,63
Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(564)	(7)	7.957,14
Custeio Administrativo	(1.614)	(1.635)	(1,28)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	201.215	105.607	90,53
Provisões Matemáticas	157.371	110.036	43,02
Fundos Previdenciais	5.272	4.989	5,67
Superavit (Deficit) Técnico do Exercício	38.572	(9.418)	(509,56)
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	2.103.976	1.902.761	10,57
C) Fundos Não Previdenciais	46.551	38.392	21,25
Fundos Administrativos	39.978	32.619	22,56
Fundos dos Investimentos	6.573	5.773	13,86

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefícios CD Eletrobrás

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício (DPT)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Varição
	31/12/2019	31/12/2018	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	2.114.653	1.911.925	10,60
1. Provisões Matemáticas	2.037.857	1.880.486	8,37
1.1. Benefícios Concedidos	1.291.076	1.147.487	12,51
Contribuição Definida	921.384	810.696	13,65
Benefício Definido	369.692	336.791	9,77
1.2. Benefício a Conceder	757.252	743.241	1,89
Contribuição Definida	715.534	690.384	3,64
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora/Instituidor	388.152	385.727	0,63
Saldo de Contas - Parcela Participantes	327.382	304.657	7,46
Benefício definido	41.718	52.857	(21,07)
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(10.471)	(10.242)	2,24
(-) Serviço passado	(10.471)	(10.242)	2,24
(-) Patrocinador(es)	(10.471)	(10.242)	(5,62)
2. Equilíbrio Técnico	25.202	(13.370)	(288,50)
2.1. Resultados Realizados	25.202	(13.370)	(288,50)
(-) Déficit Técnico Acumulado	25.202	(13.370)	(288,50)
3. Fundos	47.490	41.418	14,66
3.1. Fundos Previdenciais	40.917	35.645	14,79
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.573	5.773	13,86
4. Exigível Operacional	1.941	1.873	3,63
4.1. Gestão Previdencial	1.913	1.858	2,96
4.2. Investimentos	28	15	86,67
5. Exigível Contingencial	2.163	1.518	42,49
5.1. Investimentos	1.232	665	85,26
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	931	853	9,14

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefício CV ONS

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2019	31/12/2018	(%)
1. Ativos	711.244	604.479	17,66
Disponível	29	10	190,00
Recebível	6.229	4.523	37,72
Investimentos	704.986	599.946	17,51
Títulos públicos	26.540	44.427	(40,26)
Créditos privados e depósitos	-	17.841	(100,00)
Ações	67.104	51.845	29,43
Fundos de investimento	595.830	469.202	26,99
Empréstimos	15.512	16.631	(6,73)
2. Obrigações	1.263	655	92,82
Operacional	1.263	655	92,82
3. Fundos Não Previdenciais	7.410	5.445	36,09
Fundos Administrativos	6.229	4.523	37,72
Fundos dos Investimentos	1.181	922	28,09
5. Ativo Líquido (1-2-3)	702.571	598.379	17,41
Provisões Matemáticas	692.400	589.982	17,36
Superávit/Déficit Técnico	(1)	-	(100,00)
Fundos Previdenciais	10.172	8.397	21,14

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de benefício CV ONS

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variacão
	31/12/2019	31/12/2018	(%)
A) Ativo líquido – In�cio do Exercício	598.379	521.699	14,70
1. Adic�es	125.930	92.113	36,71
Contribui�es	51.046	44.168	15,57
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	74.884	47.945	56,19
2. Destina�es	(21.738)	(15.433)	40,85
Benefícios	(20.860)	(14.523)	43,63
Custeio Administrativo	(878)	(910)	(3,52)
Resultados a Realizar			
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	104.192	76.680	35,88
Provisões matemáticas	102.418	75.718	35,26
Fundos previdenciais	1.775	962	84,51
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(1)	-	(100,00)
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	702.571	598.379	17,41
C) Fundos não previdenciais	7.410	5.445	36,09
Fundos administrativos	6.229	4.523	37,72
Fundos dos investimentos	1.181	922	28,09

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de benefício CV ONS

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício (DPT)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Varição
	31/12/2019	31/12/2018	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	705.016	599.956	17,51
1. Provisões Matemáticas	692.400	589.982	17,36
1.1. Benefícios Concedidos	157.627	98.673	59,75
Contribuição definida	157.323	98.673	59,44
Benefício definido	304	-	100,00
1.2. Benefício a Conceder	534.773	491.309	8,85
Contribuição definida	543.773	491.309	10,68
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora/Instituidor	245.073	221.152	10,82
Saldo de Contas - Parcela Participantes	289.700	270.157	7,23
2. Equilíbrio Técnico	(1)	-	(100,00)
2.1. Resultados Realizados	(1)	-	(100,00)
(-) Déficit técnico acumulado	(1)	-	(100,00)
3. Fundos	11.352	9.319	21,82
3.1. Fundos Previdenciais	10.171	8.397	21,13
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.181	922	28,09
4. Exigível Operacional	1.265	655	93,13
4.1. Gestão Previdencial	1.260	652	93,25
4.2. Investimentos	5	3	66,67

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de benefício CD CERON

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2019	31/12/2018	(%)
1. Ativos	166.306	103.486	60,70
Disponível	16	10	60,00
Recebível	2.541	3.219	(21,06)
Investimento	163.749	100.257	63,33
Títulos públicos	8.302	11.231	(26,08)
Créditos privados e depósitos	-	3.126	(100,00)
Ações	12.374	6.699	84,71
Fundos de investimento	143.073	79.201	80,65
2. Obrigações	4.069	205	1.884,88
Operacional	3.654	205	1.682,44
Contingencial	415	-	100,00
3. Fundos não previdenciais	2.541	3.219	(21,06)
Fundos administrativos	2.541	3.219	(21,06)
5. Ativo Líquido (1-2-3)	159.696	100.062	59,60
Provisões Matemáticas	153.312	94.849	61,64
Fundos Previdenciais	6.384	5.213	22,46

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de benefício CD CERON

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variacão
	31/12/2019	31/12/2018	(%)
A) Ativo líquido – In�cio do Exercício	100.062	81.305	23,07
1. Adic�es	105.752	21.212	398,55
Contribui�es	91.423	14.444	532,95
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	14.329	6.768	111,72
2. Destina�es	(46.118)	(2.455)	1.778,53
Benefícios	(42.969)	(2.023)	2.024,02
Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	(415)	-	100,00
Custeio administrativo	(2.734)	(432)	532,87
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	59.634	18.758	217,91
Provisões matemáticas	58.463	17.836	227,78
Fundos previdenciais	1.171	922	27,01
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	159.696	100.062	59,60
C) Fundos não previdenciais	2.541	3.219	(21,06)
Fundos administrativos	2.541	3.219	(21,06)

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de benefício CD CERON

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício (DPT)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2019	31/12/2018	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	163.765	100.267	63,33
1. Provisões Matemáticas	153.312	94.849	61,64
1.1. Benefícios concedidos	71.181	2.244	3.072,06
Contribuição definida	71.181	2.244	3.072,06
1.2. Benefício a conceder	82.131	92.605	(11,31)
Contribuição definida	82.131	92.605	(11,31)
Saldo de contas - parcela Patrocinadora/instituidor	40.175	45.567	(11,83)
Saldo de contas - Parcela participantes	41.956	47.038	(10,80)
3. Fundos	6.384	5.213	22,46
3.1. Fundos Previdenciais	6.384	5.213	22,46
4. Exigível Operacional	3.654	205	1.682,44
4.1. Gestão Previdencial	3.653	205	1.681,95
4.2. Investimentos	1	-	100,00
5. Exigível Contingencial	415	-	100,00
5.1. Gestão Previdencial	415	-	-

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefício CV EPE

Demonstração do Ativo Líquido (DAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31/12/2019	31/12/2018	(%)
1. Ativos	106.749	90.437	18,04
Disponível	16	10	60,00
Recebível	350	567	(38,27)
Investimentos	106.383	89.860	18,39
Títulos Públicos	6.001	8.710	(31,10)
Créditos Privados e Depósitos	-	2.805	(100,00)
Ações	10.246	5.980	71,34
Fundos de Investimento	88.703	71.030	24,88
Empréstimos e Financiamentos	1.433	1.335	7,34
2. Obrigações	199	111	79,28
Operacional	199	111	79,28
3. Fundos Não Previdenciais	385	596	(35,40)
Fundos Administrativos	346	567	(38,98)
Fundos dos Investimentos	39	29	34,48
5. Ativo Líquido (1-2-3)	106.165	89.730	18,32
Provisões Matemáticas	101.868	86.347	17,98
Fundos Previdenciais	4.297	3.383	27,02

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefício CV EPE

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variacão
	31/12/2019	31/12/2018	(%)
A) Ativo líquido – In�cio do Exercício	89.730	76.750	16,91
1. Adic�es	19.763	15.921	24,13
Contribui�es	8.454	9.109	(7,19)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	11.309	6.812	66,02
2. Destina�es	(3.328)	(2.941)	13,16
Benefícios	(3.002)	(2.625)	14,36
Custeio Administrativo	(326)	(316)	3,16
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	16.435	12.980	26,62
Provisões Matemáticas	15.521	13.292	16,77
Fundos Previdenciais	914	(312)	(392,95)
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	106.165	89.730	18,32
C) Fundos não Previdenciais	385	596	(35,40)
Fundos Administrativos	346	567	(38,98)
Fundos dos Investimentos	39	29	34,48

As notas explicativas integram as Demonstra es Contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Plano de Benefício CV EPE

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício (DPT)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Varição
	31/12/2019	31/12/2018	(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	106.404	89.870	18,40
1. Provisões Matemáticas	101.868	86.347	17,98
1.1. Benefício Concedidos	9.844	9.537	3,22
Contribuição Definida	9.844	9.537	3,22
1.2. Benefício a Conceder	92.024	76.810	19,81
Contribuição Definida	92.024	76.810	19,81
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora/Instituidor	42.505	35.422	20,00
Saldo de Contas - Parcela Participantes	49.519	41.388	19,65
3. Fundos	4.337	3.412	27,11
3.1. Fundos Previdenciais	4.297	3.383	27,02
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	40	29	37,93
4. Exigível Operacional	199	111	79,28
4.1. Gestão Previdencial	199	110	80,91
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	-	1	(100,00)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis **(Em milhares de Reais)**

1 Contexto operacional

A Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS ("ELETROS" ou "Entidade") pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, é uma entidade fechada de previdência complementar (EFPC), instituída pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS ("Eletrobras") e tem por finalidade básica instituir e executar planos privados de concessão de benefícios de caráter previdenciário. Tais planos são acessíveis aos empregados da patrocinadora-instituidora e das demais patrocinadoras, extensivos aos seus respectivos beneficiários legais.

Os recursos de que a Entidade dispõe para a consecução de seus objetivos são formados por contribuições de suas patrocinadoras, de seus participantes, assistidos e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e suas atualizações.

As atividades da Entidade são regulamentadas pelas Leis Complementares n.ºs 108/2001 e 109/2001 e pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB) e são fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") vinculada ao Ministério da Fazenda.

Atualmente a ELETROS administra cinco planos de benefícios, todos inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB mantidos pela PREVIC, conforme exposto a seguir:

- **Plano BD Eletrobrás** - patrocinado pela Centrais Elétricas Brasileiras **S/A - ELETROBRAS**, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL e Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, na forma de benefício definido, CNPB nº 19.790.021-18, teve sua primeira aprovação pela SPC em 25 de julho de 1979, através da Portaria PT-GM nº 1.713, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício GAB/SPC/CGPAC, nº 836, de 22 de outubro de 1993 e a última alteração aprovada pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT nº 3.698, de 23 de outubro de 2008, Portaria SPC nº 2.574 de 23 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 24 de outubro de 2008, estando fechado a novas adesões de participantes a partir de 01 de abril de 2006, em função da aprovação do Plano CD Eletrobrás.
- **Plano CD Eletrobrás** - patrocinado pela Centrais Elétricas Brasileiras **S/A - ELETROBRAS**, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL e Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, na forma de contribuição definida, CNPB nº 20.060.015-74, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício SPC/DETEC/CGAT, nº 1.004 de 29 de março de 2006, Portaria SPC nº 359 de 29 de março de 2006 e ratificado pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT, nº 1.771 de 29 de maio de 2006 e a última alteração aprovada pela Portaria SPC nº 2.926 de 26 de maio de 2009.
- **Plano CV ONS** - patrocinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, na forma de Contribuição Variável (CV), CNPB nº 20.000.056-83, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício SPC/COG nº 2.214, de 26 de julho de 2000 e a última alteração aprovada pela Portaria PREVIC Nº 477, de 04 de outubro de 2016, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 5 de outubro de 2016, nesta última alteração ocorreu a adequação da nomenclatura de Plano CD ONS para Plano CV ONS, uma vez que há possibilidade de concessão de Renda Vitalícia desde a instituição do Plano em questão. No exercício de 2019 houve uma concessão do benefício de renda vitalícia, vale ressaltar que em 2018 não ocorreram concessões do benefício mencionado.
- **Plano CV EPE** - patrocinado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, na forma de Contribuição Variável, CNPB nº 20.090.029-38, com regulamento vigente aprovado por meio da Portaria SPC nº 3.149, de 12 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em



13 de novembro de 2009.

- **Plano CD CERON** - patrocinado pela Centrais Elétricas de Rondônia S.A.- CERON, na forma de Contribuição Definida, CNPB nº 20.110.015-11, com regulamento e convênio de adesão vigentes aprovados por meio da Portaria PREVIC nº 389 de 26 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 27 de julho de 2011 e a última alteração aprovada pela Portaria PREVIC Nº 998, de 24 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 29 de outubro de 2018.

Quantidade de Participantes por Plano

Situação	Participantes 2019										Total
	BD		CD				CV				
	Eletrobrás		Eletrobrás		CERON		ONS		EPE		
	2019	Idade Média	2019	Idade Média	2019	Idade Média	2019	Idade Média	2019	Idade Média	
Ativos	149	55	1138	46	318	46	1026	43	311	43	2942
Aposentados	1306	73	552	65	103	59	155	66	18	69	2134
Pensões	404	73	79	47	14	36	36	50	3	34	536
Total	1.859		1.769		435		1.217		332		5.612

Situação	Participantes 2018										Total
	BD		CD				CV				
	Eletrobrás		Eletrobrás		CERON		ONS		EPE		
	2018	Idade Média	2018	Idade Média	2018	Idade Média	2018	Idade Média	2018	Idade Média	
Ativos	163	54	1.183	46	590	49	979	44	315	42	3.230
Aposentados	1.318	72	508	64	10	62	116	65	18	67	1.970
Pensões	377	78	32	64	4	56	18	63	1	37	432
Total	1.858		1.723		604		1.113		334		5.632

Em 2019 a média de idade das pensionistas levou em consideração todas as recebedoras de benefícios de pensão. Em 2018 a média de idade das pensionistas foi baseada na idade da pensionista de maior idade.

A ELETROS administra, ainda, serviços de assistência à saúde, através do plano Eletros-Saúde desde 1991, devidamente autorizado pela SPC, através do Ofício DPC/SNPSC/MTPS nº 123/91, de 20 de março de 1991 e ratificado pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 76.

As entidades de previdência complementar estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, desde janeiro de 2005, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29/12/2004, e com o art. 17 da IN SRF no 588, de 21/12/2005, e alteradas pelas IN SRF no 667, de 26/07/2006, e art. 17 da IN RFB no 1.315, de 03/01/2013, respectivamente.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da ELETROS e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência



Complementar (CNPC) nº 29, de 13 de abril de 2018 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações; e pela Instrução MPS/Previc nº 15, de 12 de novembro de 2014 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001.

Essas diretrizes não requerem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26.

As demonstrações consolidadas representam o somatório dos saldos contábeis de todos os planos de benefícios administrados pela ELETROS, da Gestão Assistencial e do Plano de Gestão Administrativa (PGA), e as demonstrações individuais apresentam exclusivamente os valores contabilizados em cada Plano de Benefícios. Os demonstrativos contábeis exigidos pela Resolução CNPC nº 29/2018, art. 17, são os seguintes:

- Balanço Patrimonial (Consolidado).
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada).
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (Individual por plano).
- Demonstração do Ativo Líquido (Individual por plano).
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada).
- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (Individual por plano).

A contabilização e os relatórios contábeis da Gestão Assistencial seguem as normas contábeis determinadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sendo apresentados para fins destas demonstrações contábeis somente os valores patrimoniais da Gestão Assistencial (ativo e passivo) e a movimentação que demonstra a variação da Gestão Assistencial. As operações do Plano Assistencial são contabilizadas de acordo com as regras e o plano de contas da ANS, evidenciando o patrimônio assistencial em demonstrações específicas emitidas separadamente.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial (salvo as exceções descritas no item b desta nota), Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, bem como as variações patrimoniais da Gestão Assistencial são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

b. Contribuições e Despesas com Benefícios da gestão previdencial

As contribuições do Plano BD Eletrobrás são registradas pelo regime de competência e as contribuições dos Planos CD Eletrobrás, CV ONS, CV EPE e CD CERON pelo regime de caixa (conforme § 2º do artigo 10 da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 29, de 13 de abril de 2018).

O custeio dos planos da ELETROS é anualmente estabelecido na Demonstração Atuarial, quando da avaliação atuarial anual, respeitando os limites existentes nos regulamentos dos planos de benefícios.



As despesas com benefícios dos Planos BD Eletrobrás e CD CERON são registradas pelo regime de competência e as despesas com benefícios dos Planos CD Eletrobrás, CV ONS e CV EPE pelo regime de caixa (conforme § 2º do artigo 10 da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 29, de 13 de abril de 2018).

c. Investimentos

Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

Em atendimento à Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 29, de 13 de abril de 2018, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

a) Títulos para negociação

Aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.

b) Títulos mantidos até o vencimento

Aqueles com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco no País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os critérios utilizados para apuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários obedecem às orientações técnicas estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TG 46 (R1), aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.428, de 25 de janeiro de 2013, que estabelece:

a) Hierarquia de valor justo com objetivo de priorizar as informações das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação adotadas para mensurar o valor justo.

b) Divulgação das técnicas de avaliação e informações utilizadas para desenvolver as mensurações das hierarquias de valor justo:

- **Informações de Nível 1** - preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos acessíveis na data da mensuração.
- **Informações de Nível 2** - informações também observáveis para o ativo ou passivo, cujos preços não sejam cotados incluídos no Nível 1. Adoção de preços cotados em mercado ativos ou passivos similares; em mercados que não sejam ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Informações de Nível 3** - dados observáveis para o ativo ou passivo, na medida em que dados observáveis relevantes não sejam disponíveis, pouca ou nenhuma atividade de mercado.

Ações

As aplicações no mercado de ações são classificadas como "Títulos para negociação" e estão registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas diretas de corretagem e outras taxas, ajustado ao valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 29, de 13 de abril de 2018 e Instrução Secretária de Previdência Complementar (SPC) nº 34, de 24 de setembro de 2009.

As ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial ou pelo custo, dos dois



o menor.

As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre capital próprio, foram reconhecidas contabilmente a partir da data em que a ação ficou ex- dividendos, em atendimento à Instrução nº 5 da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), de 08 de setembro de 2011.

Cotas de Fundos de Investimentos

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço divulgado pelos administradores dos respectivos fundos.

Investimentos imobiliários

Os investimentos em imóveis estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados por reavaliações periódicas, contabilizadas com base em laudos de peritos independentes. Os planos de benefícios que optarem pela reavaliação dos investimentos imobiliários com periodicidade superior a um ano devem contabilizar a depreciação mensalmente, em caso de reavaliação anual fica dispensado o registro da depreciação. A depreciação das edificações é calculada pelo método linear, estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, definidas nos Laudos.

Os imóveis devem ser reavaliados, preferencialmente, anualmente ou, pelo menos a cada três anos de acordo com o item 19 letras "h" e "k" do Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações posteriores. O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, deverá ser contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contra partida da conta de "Rendas/Variações Positivas" ou Deduções/Variações Negativas", no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos concedidos aos participantes são apresentados pelos valores liberados, deduzidos das amortizações, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos, quando aplicável, da provisão para perdas na realização de créditos.

d. Provisão para perdas na realização de créditos

A Entidade constituiu provisão para perdas na realização de créditos representados por direitos creditórios de liquidação incerta, de acordo com o disposto no item 11, Anexo "A" da Instrução Secretaria de Previdência Complementar (SPC) nº 34, de 24 de setembro de 2009, que estabeleceu os seguintes percentuais de provisão sobre os créditos do devedor inadimplente, vencidos e vincendos, de acordo com os períodos de atraso da parcela mais antiga: 25% para atrasos entre 61 e 120 dias, 50% entre 121 e 240 dias, 75% entre 241 e 360 dias e 100% para atrasos superiores a 360 dias.

e. Imobilizado e intangível

Os bens corpóreos são registrados ao valor de custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada.

Os direitos adquiridos relacionados ao apoio às atividades da Eletros são contabilizados ao valor de custo, deduzidos da amortização acumulada, também calculada pelo método linear, durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.



A depreciação e a amortização são calculadas às seguintes taxas ao ano:

Móveis e utensílios	10% (dez por cento)
Máquinas e equipamentos de uso	10% (dez por cento)
Biblioteca	10% (dez por cento)
Computadores e periféricos - "Hardware"	20% (vinte por cento)
Direito de uso de software	20% (vinte por cento)

As benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros estão sendo amortizadas de acordo com a temporalidade que beneficiará os exercícios sociais subsequentes.

f. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais são registrados pelo valor efetivamente desembolsado e acrescidos dos rendimentos auferidos.

g. Provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de férias e o 13º salário, são provisionados no PGA, segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

h. Ativos e Passivos Contingentes

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação. A Provisão é ajustada através de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009, conforme descrito abaixo:

Ativos contingentes (quando aplicável): trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco "Praticamente Certo"), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos contingentes: são registrados sempre que classificados como perdas prováveis, observando-se a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, com exceção dos processos trabalhistas, cuja provisão é constituída com base na perda histórica. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais: originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. Tais processos têm seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso. Os montantes discutidos são quantificados, registrados e atualizados mensalmente.

i. Provisões Matemáticas

São apuradas com base em cálculos atuariais, procedidos pelos atuários independentes responsáveis pelos planos. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder ajustados a valor presente.



Relativamente às "Parcelas Renda Vitalícia e BPDS" (PMBC e PMBaC) dos Planos CDs e CVs, evidencia-se que tais provisões são calculadas conforme notas técnicas atuariais vigentes, pela área atuarial da ELETROS, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder a valor presente dessas Parcelas.

Relativamente à "Parcela CV" (PMBC e PMBaC) dos Planos CDs e CVs, demonstra-se que tais provisões correspondem ao somatório dos saldos individuais dos Participantes e Assistidos."

j. Superávit/Déficit Acumulados

Apurados pela diferença do Ativo Líquido, Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais. O Déficit é registrado em Resultados a Realizar subgrupo da rubrica Déficit Técnico Acumulado, já o Superávit é registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% em relação ao saldo das Provisões Matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$. O excedente é registrado em Reserva Especial para Revisão do Plano a cada exercício.

k. Estimativas Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, as provisões matemáticas, basicamente aquelas relacionadas a planos de benefícios definidos; e as provisões com demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas ocasionalmente resultará em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A alta Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos por ocasião do Balanço.

l. Plano de Gestão Administrativa

O registro contábil dos recursos destinados ao PGA, pelos planos de benefícios administrados pela Fundação, foi realizado de acordo com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

As operações administrativas são registradas conforme Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB) nº 29, de 13 de abril de 2018 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, reconhecidas no PGA, que possui patrimônio segregado dos Planos de Benefícios Previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos, Diretas e do Assistencial), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, dos investimentos e do assistencial, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas do Fundo Administrativo.

A parcela equivalente à participação dos Planos de Benefícios Previdenciários no Fundo Administrativo no PGA foi registrada nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no Ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Patrimônio Social, nos respectivos Planos de Benefícios. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Planos de Benefícios Previdenciários, não caracterizando obrigações ou direitos aos Patrocinadores e Participantes dos planos.

m. Ajustes e Eliminações

Ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no Ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Passivo, a parcela



equivalente à participação do Plano de Benefícios Previdenciários no Fundo Administrativo registrado no PGA.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são "Superávit Técnico", "Déficit Técnico", "Migração entre Planos", "Compensação de Fluxos Previdenciais", "Participação no Plano de Gestão Administrativa" e "Participação no Fundo Administrativo PGA".

Os ajustes e eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes devem ser registrados em documentos auxiliares.

n. Ajuste de precificação

Em atendimento à Resolução CNPC nº 22/2015, é requerido que as EFPCs divulguem o Equilíbrio Técnico Ajustado nas Demonstrações do Ativo Líquido. Este ajuste é apurado do valor resultante da diferença positiva ou negativa do valor contábil dos títulos públicos federais, classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, atrelados à índice de preços, e o valor dos fluxos futuros desses títulos descontados pela taxa atuarial.

4 Realizável - Gestão previdencial

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a gestão previdencial pode ser assim resumida:

Descrição	Exercício findo em	
	31/12/19	31/12/18
Contribuições do mês	1.059	1.412
Contribuições contratadas	3.480	7.308
Outros realizáveis	282	961
Depósitos judiciais/recursais	831	990
Total	5.652	10.671

Contribuições do mês

Representam os recursos a receber do plano BD Eletrobrás, referentes às contribuições previdenciais normais do mês em curso, prevista na avaliação atuarial anual.

Contribuições contratadas

Representam as coberturas de reservas matemáticas já contratadas referentes aos planos BD Eletrobrás e CD Eletrobrás, e são devidas pelas patrocinadoras Cepel e Eletrobras, conforme previsto no regulamento da entidade.

A variação do saldo entre os exercícios 2019 e 2018 deve-se a amortização das parcelas previstas em contrato.

As contribuições contratadas em aberto em 31 de dezembro de 2019 e 2018 podem ser assim demonstradas:



Contratos Firmados	Patrocinadora	Plano	Prazo Amortização	Parcelas (a)			Valor		Exercício findo em	
				Quitadas	Vincendas	Encargos	Contratado	Parcela	31.12.19	31.12.18
CF-015/06	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	165	15	*INPC + 6% a.a.	2.774	47	696	1.179
CF-016-A/06	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	177	3	*INPC + 6% a.a.	2.894	52	154	734
CF-017/A/06	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	177	3	*INPC + 6% a.a.	12.764	228	678	3.237
CF-018/10	CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	119	61	*INPC + 5,5% a.a.	1.625	22	1.218	1.375
CF-022A/13	CEPEL	CD Eletrobrás	15 anos	84	96	**URE + 5,5% a.a.	798	9	734	783
Total									3.480	7.308

(a) Parcelas com vencimento no dia 28 de cada mês. Garantias:

- Os contratos não possuem garantia conforme Ofício nº 118/2006/MP/SE/DEST de 29 de março de 2006 do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, que excluiu a cláusula de garantia real. Os referidos contratos foram encaminhados à Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

(*) INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor. (**) URE - Unidade de Referência da Eletros.

Outros realizáveis

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.19	31.12.18
Valores a receber da Eletrobras (a)	266	-
Outros valores a receber	16	961
Total	282	961

(a) Em 31 de dezembro de 2019, representam os recursos a receber da patrocinadora Eletrobras referentes aos valores do seguro funeral e da garantia de renda mínima global.

Depósitos judiciais / recursais

Representam os valores correspondentes aos depósitos judiciais com contingências passivas previdenciais.

5 Gestão Administrativa

Estão registrados os valores a receber inerentes às atividades da Gestão Administrativa da Fundação e os valores depositados em juízo relativo aos processos judiciais. Esses depósitos foram atualizados de acordo com os índices de atualização utilizada pela instituição financeira depositária.

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.19	31.12.18
Contas a receber	1.628	1.306
Responsabilidade de empregados	166	141
Responsabilidade de terceiros	826	824



Outros recursos a receber	636	341
Reembolso das despesas administrativas do Plano Eletros-Saúde	461	253
Outros valores receber	175	88
Despesas Antecipadas	810	563
Depósitos Judiciais	21.890	19.875
Outros realizáveis	7.602	7.237
Convênio de interveniência com o INSS	7.403	6.974
Valores a receber dos assistidos	84	145
Outros valores a receber	115	118
Total	31.930	28.981

6 Realizável - Investimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a carteira de investimentos consolidada apresentava a seguinte composição:

	Exercício findo em	
	31/12/19	31/12/18
Títulos públicos	<u>1.160.829</u>	<u>960.362</u>
Notas do Tesouro Nacional	1.087.541	891.208
Letras Financeiras do Tesouro	73.288	69.154
Créditos privados e depósitos	<u>217.691</u>	<u>275.934</u>
Letras hipotecárias	204.385	197.413
Letras financeiras	-	71.581
Debêntures	13.306	9.628
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(2.688)
Ações	<u>395.908</u>	<u>305.537</u>
Instituições Financeiras	85.181	78.129
Companhias Abertas	310.727	227.408
Fundos de investimentos	<u>3.244.446</u>	<u>2.801.551</u>
Renda fixa	2.444.527	2.399.528
Ações	777.511	385.793
Participações	22.408	16.230
Investimentos imobiliários	<u>248.289</u>	<u>250.808</u>
Aluguéis e renda	248.289	250.808
Empréstimos	<u>151.932</u>	<u>165.706</u>
Empréstimos	154.501	167.206
PCLD	(2.569)	(1.500)
Depósitos judiciais/recursais	<u>3.970</u>	<u>3.672</u>
Total de Investimentos	<u>5.423.065</u>	<u>4.763.570</u>

A rentabilidade consolidada dos planos em 2019 superou as metas previstas. Apesar da renda fixa ser o segmento com maior alocação nos planos, o principal segmento que proporcionou o bom desempenho foi a renda variável, seu retorno de 36,85% no ano foi determinante para superação das metas.



Em 2019, em função do fato de se esgotarem os recursos jurídicos e da impossibilidade de recebimento das Debêntures da empresa Ferreira Guimarães, a Eletros efetuou a baixa contábil do referido investimento como também da sua provisão de perda (PCLD). Não houve impacto no resultado do exercício em decorrência da contabilização da provisão de perda ter ocorrido em anos anteriores.

A Eletros manteve provisão de R\$ 2.688 mil em 2018, procedimento que vem sendo adotado desde 2005, para absorver possíveis perdas com investimentos em Debêntures da empresa Ferreira Guimarães que está em liquidação judicial.

Gestão de Investimentos

A gestão de investimentos é feita de forma compartilhada, implicando na existência de solidariedade na aplicação dos recursos. Utiliza-se do método do cálculo de cotas para a segregação dos ativos e apuração da rentabilidade dos planos.

A entidade manifesta a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento", dispondo, para tanto, de capacidade financeira, como tem sido atestado por ocasião da elaboração de suas políticas de investimentos.

A seguir, demonstramos a composição da carteira de investimentos por planos de benefícios e do PGA, consolidada a posição apresentada em seus fundos exclusivos.

Em 31.12.19

Investimentos	BD		CD		CV		Consolidado
	Eletrobrás	Eletrobrás	CERON	ONS	EPE	PGA	
Títulos Públicos	859.944	204.824	8.302	26.540	6.001	55.218	1.160.829
Créditos privados e depósitos	217.691	-	-	-	-	-	217.691
Ações	136.010	170.174	12.374	67.104	10.246	-	395.908
Fundos de investimentos	734.320	1.619.380	143.073	595.830	88.702	63.141	3.244.446
Investimentos imobiliários	180.110	68.179	-	-	-	-	248.289
Empréstimos e Financiamentos	84.699	50.288	-	15.512	1.433	-	151.932
Depósitos Judiciais	3.039	931	-	-	-	-	3.970
Total de Investimentos	2.215.813	2.113.776	163.749	704.986	106.382	118.359	5.423.065

Em 31.12.18

Investimentos	BD		CD		CV		Consolidado
	Eletrobrás	Eletrobrás	CERON	ONS	EPE	PGA	
Títulos Públicos	630.539	209.128	11.231	44.427	8.710	56.327	960.362
Créditos privados e depósitos	204.353	47.809	3.126	17.841	2.805	-	275.934
Ações	110.369	130.644	6.699	51.845	5.980	-	305.537
Fundos de investimentos	737.283	1.400.765	79.201	469.202	71.030	44.070	2.801.551
Investimentos imobiliários	181.937	68.871	-	-	-	-	250.808
Empréstimos e Financiamentos	94.766	52.974	-	16.631	1.335	-	165.706
Depósitos Judiciais	2.819	853	-	-	-	-	3.672
Total de Investimentos	1.962.066	1.911.044	100.257	599.946	89.860	100.397	4.763.570

6.1 Títulos Públicos e Créditos Privados e Depósitos

Os títulos e valores mobiliários foram classificados como "Títulos para negociação" estão avaliados pelo valor de mercado e os "Títulos Mantidos até o Vencimento" são avaliados pelo custo amortizado, pro rata dia até o vencimento.

Em observância ao Artigo 8º da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 estão indicados a seguir os valores dos títulos da carteira própria e os alocados em fundos de investimentos exclusivos,



dos Planos de Benefícios e do PGA.

Demonstrativo, por prazo de vencimento, consolidado dos Títulos Públicos e Créditos Privados e Depósitos:

Posição em 31.12.19								
Prazo de Vencimento								
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado			
Títulos Públicos								
NTN-B	6.246	-	148.818	-	62.704	-	389.863	607.631
NTN-C	12.838	-	17.195	-	-	-	449.878	479.911
LFT	1.675	-	71.612	-	-	-	-	73.287
Total de Títulos Públicos	20.759	237.625	62.704	839.741	1.160.829			
Títulos Privados								
Debêntures	-	-	-	-	-	-	13.306	13.306
Letras Hipotecárias	-	-	204.385	-	-	-	-	204.385
Total de Títulos Privados	-	204.385	-	13.306	217.691			
Fundo de Investimento								
Operações Compromissadas	1.695.767	-	-	-	-	-	-	1.695.767
Títulos Públicos	-	-	302.256	-	201.018	-	5.214	508.488
Títulos Privados	-	-	261.724	-	2.155	-	-	263.879
Total	1.695.767	563.980	203.173	5.214	2.468.134			
Total de Títulos	1.716.526	1.005.990	265.877	858.261	3.846.654			

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	11.442	74.117	130.079	348.957	564.595
NTN-C	-	-	-	326.613	326.613
LFT	-	69.154	-	-	69.154
LTN	-	-	-	-	-
Total de Títulos Públicos	11.442	143.271	130.079	675.570	960.362
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	6.940	6.940
Letras Financeiras Subordinadas	71.581	-	-	-	71.581
Letras Hipotecárias	-	197.413	-	-	197.413
Total de Títulos Privados	71.581	197.413	-	6.940	275.934
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	1.860.076	-	-	-	1.860.076
Títulos Públicos	42.792	76.826	169.292	-	288.910
Títulos Privados	70.313	207.678	-	-	277.991
Total	1.973.181	284.504	169.292	-	2.426.977
Total de Títulos	2.056.204	625.188	299.371	682.510	3.663.273

- (a) Nota do Tesouro Nacional - Série B - Título indexado à variação do IPCA.
 (b) Nota do Tesouro Nacional - Série C - Título indexado à variação do IGP-M.
 (c) Letra Financeira do Tesouro - Título indexado a variação da SELIC.



6.1.1 Títulos para Negociação

a. Consolidado

Posição em 31.12.19								
Prazo de Vencimento								
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado			
Títulos Públicos								
NTN-B	6.246	-	148.818	-	62.704	-	389.863	607.631
NTN-C	12.838	-	17.195	-	-	-	449.878	479.911
LFT	1.675	-	71.612	-	-	-	-	73.287
Total de Títulos Públicos	20.759		237.625		62.704		839.741	1.160.829
Títulos Privados								
Debêntures	-	-	-	-	-	-	13.306	13.306
Letras Hipotecárias	-	-	204.385	-	-	-	-	204.385
Total de Títulos Privados	-		204.385		-		13.306	217.691
Fundo de Investimento								
Operações Compromissadas	1.695.767	-	-	-	-	-	-	1.695.767
Títulos Públicos	-	-	302.256	-	201.018	-	5.214	508.488
Títulos Privados	-	-	261.724	-	2.155	-	-	263.879
Total	1.695.767		563.980		203.173		5.214	2.468.134
Total de Títulos	1.716.526		1.005.990		265.877		858.261	3.846.654
Posição em 31.12.18								
Prazo de Vencimento								
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado			
Títulos Públicos								
NTN-B	-	-	-	-	77.796	-	77.796	77.796
LFT	-	-	69.154	-	-	-	-	69.154
Total de Títulos Públicos	-		69.154		77.796		77.796	146.950
Títulos Privados								
Debêntures	-	-	-	-	6.940	-	6.940	6.940
Letras Financeiras Subordinadas	71.581	-	-	-	-	-	-	71.581
Letras Hipotecárias	-	-	197.413	-	-	-	-	197.413
Total de Títulos Privados	71.581		197.413		6.940		6.940	275.934
Fundo de Investimento								
Operações Compromissadas	1.860.076	-	-	-	-	-	-	1.860.076
Títulos Públicos	42.792	-	76.826	-	169.292	-	-	288.910
Títulos Privados	70.313	-	207.678	-	-	-	-	277.991
Total	1.973.181		284.504		169.292		-	2.426.977
Total de Títulos	2.044.762		551.071		169.292		84.736	2.849.861



b. Plano de Benefícios BD ELETROBRÁS

Posição em 31.12.19					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	90.979	39.939	304.335	435.253
NTN-C	-	-	-	424.691	424.691
Total de Títulos Públicos	-	90.979	39.939	729.026	859.944
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	13.306	13.306
Letras Hipotecárias	-	204.385	-	-	204.385
Total de Títulos Privados	-	204.385	-	13.306	217.691
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	289.789	-	-	-	289.789
Títulos Públicos	-	67.471	40.420	1.164	109.055
Títulos Privados	-	53.593	481	-	54.074
Total	289.789	121.064	40.901	1.164	452.918
Total de Títulos	289.789	416.428	80.840	743.496	1.530.553

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Privados					
Debêntures	-	-	-	6.940	6.940
Letras Hipotecárias	-	197.413	-	-	197.413
Total de Títulos Privados		197.413	-	6.940	204.353
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	448.693	-	-	-	448.693
Títulos Públicos	9.552	17.150	37.790	-	64.492
Títulos Privados	18.673	59.737	-	-	78.410
Total	476.918	76.887	37.790	-	591.595
Total de Títulos	476.918	274.300	37.790	6.940	795.948



c. Plano de Benefícios CD ELETROBRÁS

Posição em 31.12.19						
Prazo de Vencimento						
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado	
Títulos Públicos						
NTN-B	6.246	57.839	22.765	85.528	172.378	
LFT	-	32.446	-	-	32.446	
Total de Títulos Públicos	6.246	90.285	22.765	85.528	204.824	
Fundo de Investimento						
Operações Compromissadas	894.751	-	-	-	894.751	
Títulos Públicos	-	161.715	101.479	2.790	265.984	
Títulos Privados	-	133.442	1.153	-	134.595	
Total	894.751	295.157	102.632	2.790	1.295.330	
Total de Títulos	900.997	385.442	125.397	88.318	1.500.154	

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	51.959	51.959
LFT	-	30.623	-	-	30.623
Total de Títulos Públicos	-	30.623	-	51.959	82.582
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	47.809	-	-	-	47.809
Total de Títulos Privados	47.809	-	-	-	47.809
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	951.800	-	-	-	951.800
Títulos Públicos	23.794	42.718	94.133	-	160.645
Títulos Privados	35.554	99.554	-	-	135.108
Total	1.011.148	142.272	94.133	-	1.247.553
Total de Títulos	1.058.957	172.895	94.133	51.959	1.377.944



d. Plano de Benefícios CV ONS

Posição em 31.12.19					
	Prazo de Vencimento				Valor de Mercado
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	
Títulos Públicos					
LFT	-	26.540	-	-	26.540
Total de Títulos Públicos	-	26.540	-	-	26.540
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	330.824	-	-	-	330.824
Títulos Públicos	-	52.054	36.637	898	89.589
Títulos Privados	-	47.263	371	-	47.634
Total	330.824	99.317	37.008	898	468.047
Total de Títulos	330.824	125.857	37.008	898	494.587
Posição em 31.12.18					
	Prazo de Vencimento				Valor Mercado
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	19.390	19.390
LFT	-	25.037	-	-	25.037
Total de Títulos Públicos	-	25.037	-	19.390	44.427
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	17.841	-	-	-	17.841
Total de Títulos Privados	17.841	-	-	-	17.841
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	317.212	-	-	-	317.212
Títulos Públicos	7.089	12.727	28.045	-	47.861
Títulos Privados	11.151	32.171	-	-	43.322
Total	335.452	44.898	28.045	-	408.395
Total de Títulos	353.293	69.935	28.045	19.390	470.663



e. *Plano de Benefícios CV EPE*

Posição em 31.12.19					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
LFT	-	6.001		-	6.001
Total de Títulos Públicos	-	6.001	-	-	6.001
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	48.911	-	-	-	48.911
Títulos Públicos	-	7.693	5.415	132	13.240
Títulos Privados	-	6.985	55	-	7.040
Total	48.911	14.678	5.470	132	69.191
Total de Títulos	48.911	20.679	5.470	132	75.192

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	3.049	3.049
LFT	-	5.661		-	5.661
Total de Títulos Públicos	-	5.661	-	3.049	8.710
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	2.805	-	-	-	2.805
Total de Títulos Privados	2.805	-	-	-	2.805
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	49.680	-	-	-	49.680
Títulos Públicos	1.115	2.001	4.410	-	7.526
Títulos Privados	1.753	5.058	-	-	6.811
Total	52.548	7.059	4.410	-	64.017
Total de Títulos	55.353	12.720	4.410	3.049	75.532



f. Plano de Benefícios CD CERON

Posição em 31.12.19					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
LFT	1.675	6.627	-	-	8.302
LTN	-	-	-	-	-
Total de Títulos Públicos	1.675	6.627	-	-	8.302
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	84.387	-	-	-	84.387
Títulos Públicos	-	13.323	9.377	230	22.930
Títulos Privados	-	12.097	95	-	12.192
Total	84.387	25.420	9.472	230	119.509
Total de Títulos	86.062	32.047	9.472	230	127.811

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	3.398	3.398
LFT	-	7.833	-	-	7.833
Total de Títulos Públicos	-	7.833	-	3.398	11.231
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	3.126	-	-	-	3.126
Total de Títulos Privados	3.126	-	-	-	3.126
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	55.368	-	-	-	55.368
Títulos Públicos	1.242	2.230	4.914	-	8.386
Títulos Privados	1.954	5.637	-	-	7.591
Total	58.564	7.867	4.914	-	71.345
Total de Títulos	61.690	15.700	4.914	3.398	85.702



g. *Plano de Gestão Administrativa (PGA)*

Posição em 31.12.19					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Títulos Públicos					
Operações Compromissadas NTN-B	-	-	-	-	-
	12.838	17.194	-	25.186	55.218
Total de Títulos Públicos	12.838	17.194	-	25.186	55.218
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	47.105	-	-	-	47.105
Títulos Públicos	-	-	7.690	-	7.690
Títulos Privados	-	8.344	-	-	8.344
Total	47.105	8.344	7.690	-	63.139
Total de Títulos	59.943	25.538	7.690	25.186	118.357

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Fundo de Investimento					
Operações Compromissadas	37.323	-	-	-	37.323
Títulos Privados	<u>1.228</u>	<u>5.521</u>	-	-	<u>6.749</u>
Total	<u>38.551</u>	<u>5.521</u>	-	-	<u>44.072</u>

6.1.2 **Títulos Mantidos até o Vencimento**

a. *Consolidado*

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	11.442	74.117	130.079	271.161	486.799
NTN-C	-	-	-	<u>326.613</u>	<u>326.613</u>
Total de Títulos Públicos	<u>11.442</u>	<u>74.117</u>	<u>130.079</u>	<u>597.774</u>	<u>813.412</u>

b. *Plano de Benefícios BD ELETROBRÁS*

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	8.947	96.078	198.901	303.926
NTN-C	-	-	-	<u>326.613</u>	<u>326.613</u>
Total de Títulos Públicos	-	<u>8.947</u>	<u>96.078</u>	<u>525.514</u>	<u>630.539</u>



c. *Plano de Benefícios CD ELETROBRÁS*

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	<u>Até 1 ano</u>	<u>1 a 5 anos</u>	<u>5 a 10 anos</u>	<u>Acima de 10 anos</u>	<u>Custo Amortizado</u>
Títulos Públicos					
NTN-B _	=	<u>38.881</u>	<u>34.001</u>	<u>53.664</u>	<u>126.546</u>
Total de Títulos Públicos _	=	<u>38.881</u>	<u>34.001</u>	<u>53.664</u>	<u>126.546</u>

d. *Plano de Gestão Administrativa (PGA)*

Posição em 31.12.18					
Prazo de Vencimento					
	<u>Até 1 ano</u>	<u>1 a 5 anos</u>	<u>5 a 10 anos</u>	<u>Acima de 10 anos</u>	<u>Custo Amortizado</u>
Títulos Públicos					
NTN-B	<u>11.442</u>	<u>26.289</u>	=	<u>18.596</u>	<u>56.327</u>
Total de Títulos Públicos	<u>11.442</u>	<u>26.289</u>	=	<u>18.596</u>	<u>56.327</u>

6.1.3 Títulos Reclassificados de Mantidos até o Vencimento para Títulos para Negociação

No ano de 2020 estão previstas abertura de migrações dos planos BD Eletrobrás e CD Eletrobrás (Saldado e da Parcela de Renda Vitalícia) para o novo plano Eletrobras Contribuição Definida I (CD I). Neste contexto, a Administração da ELETROS decidiu reclassificar os títulos de mantidos até o vencimento para títulos para negociação, com intuito de mitigar o risco de questionamentos relativos ao processo de migração, haja vista a possibilidade de "transferência de riqueza" entre os participantes que migrarem e os que não migrarem.

Essa reclassificação foi realizada de acordo com os normativos vigentes, tendo em vista que o processo de migração é um motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data da classificação dos títulos na categoria "mantidos até o vencimento".

Além disso, por consequência das migrações, o PGA da ELETROS dos Planos BD e CD Eletrobrás será transferido, na proporção das reservas migradas, para o novo plano (CD I) e, com isso, no entendimento da Administração da ELETROS, o PGA também deverá ser contabilizado a valor de mercado.



As operações de reclassificação foram efetuadas em 31 de dezembro de 2019 e seus respectivos detalhes estão apresentados a seguir, incluindo o resultado obtido.

BD Eletrobrás

NTN-B	Quantidade	Taxa	PU Mercado	Valor Mercado	PU Curva	Valor Curva	Resultado
15/05/2008	20.000	7,3200	3,8748	77.495	3,18835	63.767	13.728
07/11/2013	3.600	6,1000	4,8858	17.589	3,31250	11.925	5.664
26/11/2013	5.700	6,5200	4,8860	27.850	3,13649	17.878	9.972
06/12/2013	5.700	6,5200	4,8860	27.850	3,13649	17.878	9.972
12/12/2013	30.000	6,4900	4,5889	137.667	3,17753	95.326	42.341
05/11/2015	10.000	6,8600	4,9677	49.677	2,94200	29.420	20.257
28/12/2016	1.700	6,0300	3,7382	6.355	3,30059	5.611	744
28/12/2016	786	6,0000	3,8753	3.046	3,35115	2.634	412
28/12/2016	1.100	6,0600	3,7118	4.083	3,34455	3.679	404
24/05/2017	10.000	5,7900	3,9939	39.939	3,38600	33.860	6.079
28/06/2017	10.000	5,6600	4,3702	43.702	3,41760	34.176	9.526
Subtotal	98.586			435.253		316.154	119.099
NTN-C	Quantidade	Taxa	PU Mercado	Valor Mercado	PU Curva	Valor Curva	Resultado
02/01/2007	8.000	6,1600	7,6735	61.388	6,21025	49.682	11.706
02/01/2007	17.007	6,1600	7,6735	130.504	6,21021	105.617	24.887
02/01/2007	30.338	6,1600	7,6735	232.799	6,21023	188.406	44.393
Subtotal	55.345			424.691		343.705	80.986
TOTAL	153.931			859.944		659.859	200.085



CD Eletrobrás

NTN-B	Quantidade	Taxa	PU Mercado	Valor Mercado	PU Curva	Valor Curva	Resultado
01/09/2015	5.000	7,100	4,886	24.430	2,917	14.585	9.845
16/12/2015	10.000	7,380	4,3702	43.702	2,9048	29.048	14.654
05/12/2016	3.500	6,510	3,5349	12.372	3,2803	11.481	891
05/12/2016	1.200	6,480	3,7117	4.454	3,3133	3.976	478
05/12/2016	5.700	6,340	3,9939	22.765	3,2925	18.767	3.998
05/12/2016	200	6,480	3,71	742	3,315	663	79
05/12/2016	495	6,480	3,7111	1.837	3,3131	1.640	197
05/12/2016	4.000	6,390	3,738	14.952	3,2658	13.063	1.889
06/12/2016	2.100	6,180	4,6657	9.798	3,2343	6.792	3.006
07/12/2016	555	6,330	3,7117	2.060	3,3243	1.845	215
07/12/2016	350	6,330	3,7114	1.299	3,3257	1.164	135
07/12/2016	5.000	6,250	3,8748	19.374	3,3186	16.593	2.781
12/12/2016	1.000	6,050	4,589	4.589	3,336	3.336	1.253
12/12/2016	1.800	6,120	3,4694	6.245	3,345	6.021	224
19/12/2016	100	6,000	4,59	459	3,36	336	123
24/05/2017	91	5,720	4,1978	382	3,4176	311	71
05/01/2015	265	6,170	4,8868	1.295	3,2792	869	426
26/08/2015	200	7,090	4,37	874	2,985	597	277
01/09/2015	200	7,300	3,74	748	3,18	636	112
Total	41.756		4,195	172.377	3,2056	131.723	40.654

PGA

NTN-B	Quantidade	Taxa %AA	PU Mercado	Valor Mercado	PU Curva	Valor Curva	Resultado
26/02/2014	2.800	6,400000	3,7381	10.467	3,2650	9.142	1.325
26/02/2014	3.000	6,570000	4,1978	12.593	3,2155	9.646	2.947
12/03/2014	1.800	6,450000	3,7381	6.729	3,2605	5.869	860
09/04/2014	3.000	6,490000	4,1978	12.593	3,2354	9.706	2.887
25/03/2015	3.700	6,340000	3,4696	12.838	3,3407	12.361	477
	14.300		3,8615	55.220	3,2674	46.724	8.496

6.2 Ações

a. Carteira Consolidada

	Exercício findo em	
Carteira de Ações	31.12.19	31.12.18
Instituições Financeiras	85.181	77.518
Companhias Abertas	309.488	226.192
Dividendos	-	135
Juros sobre Capital Próprio	1.239	<u>1.692</u>
Ações	395.908	305.537



b. Carteira por Plano de Benefícios

Em 31.12.19

	BD		CD		CV		Consolidado
	Eletrobrás	Eletrobrás	CERON	ONS	EPE		
Carteira de Ações							
Instituições Financeiras	29.263	36.614	2.662	14.437	2.205	85.181	
Companhias Abertas	106.321	133.027	9.673	52.457	8.010	309.488	
Dividendos	-	-	-	-	-	-	
Juros sobre Capital Próprio	426	533	39	210	31	1.239	
Total de Ações	136.010	170.174	12.374	67.104	10.246	395.908	

Em 31.12.18

	BD		CD		CV		Consolidado
	Eletrobrás	Eletrobrás	CERON	ONS	EPE		
Carteira de Ações							
Instituições Financeiras	28.001	33.146	1.700	13.154	1.517	77.518	
Companhias Abertas	81.707	96.717	4.959	38.382	4.427	226.192	
Dividendos	49	58	3	22	3	135	
Juros sobre Capital Próprio	612	723	37	287	33	1.692	
Total de Ações	110.369	130.644	6.699	51.845	5.980	305.537	

6.3 Fundo de Investimentos

As aplicações efetuadas pelos planos em cotas de fundos de investimento e fundos de investimentos, exclusivos ou não, são atualizadas em função do valor da cota de fechamento divulgado pelos respectivos administradores. A variação da diferença entre os valores das cotas e o de mercado é apropriada ao resultado.



EM 31.12.19

Investimentos	BD	CD	CV	CD	CV	PGA	Consolidado
	Eletrobrás	Eletrobrás	ONS	CERON	EPE		
Fundo de Renda Fixa	444.807	1.285.182	464.045	118.771	68.581	63.141	2.444.527
Alfa Itaipava FIM Crédito Privado	331.880	833.225	300.820	76.994	44.458	63.141	1.650.518
Fundo Urca FIM Crédito Privado	11.631	209.171	85.075	21.775	12.573	-	340.225
Bradesco FIM Ipanema Crédito Privado	101.296	242.786	78.150	20.002	11.550	-	453.784
Fundo de Ações	267.105	334.198	131.785	24.302	20.121	-	777.511
Sharp Arpoador	137.752	172.353	67.965	12.533	10.377	-	400.980
Apex São Conrado	49.812	62.324	24.576	4.532	3.752	-	144.996
AZ Quest Grumari	26.356	32.977	13.004	2.398	1.985	-	76.720
Vinci Joatinga	26.335	32.950	12.993	2.396	1.984	-	76.658
Constância Camboinhas	26.850	33.594	13.247	2.443	2.023	-	78.157
Fundo de Investimento em Participações	22.408	-	-	-	-	-	22.408
Hamilton LN FICFIP	22.408	-	-	-	-	-	22.408
Total	734.320	1.619.380	595.830	143.073	88.702	63.141	3.244.446



EM 31.12.18

	BD	CD	CV	CD	CV	PGA	Consolidado
Investimentos	Eletrobrás	Eletrobrás	ONS	CERON	EPE		
Fundo de Renda Fixa	<u>581.695</u>	<u>1.235.805</u>	<u>403.737</u>	<u>70.743</u>	<u>63.478</u>	<u>44.070</u>	<u>2.399.528</u>
Alfa Itaipava FIM Crédito Privado	475.386	791.025	255.713	44.806	40.205	44.070	1.651.205
Fundo Urca FIM Crédito Privado	95.326	237.452	70.744	12.396	11.123		427.041
Bradesco FIM Ipanema Crédito Privado	10.983	207.328	77.280	13.541	12.150		321.282
Fundo de Ações	<u>139.359</u>	<u>164.961</u>	<u>65.465</u>	<u>8.458</u>	<u>7.550</u>		<u>385.793</u>
GAP Arpoador IBRX Ativo FIA	97.255	115.120	45.686	5.903	5.269		269.233
FIA SAO CONRADO	35.853	42.441	16.842	2.176	1.942		99.254
GRUMARI FIA	6.251	7.400	2.937	379	339		17.306
Fundo de Investimento em Participações	<u>16.230</u>						<u>16.230</u>
Hamilton LN FICFIP	<u>16.230</u>						<u>16.230</u>
Total	<u>737.284</u>	<u>1.400.766</u>	<u>469.202</u>	<u>79.201</u>	<u>71.028</u>	<u>44.070</u>	<u>2.801.551</u>



6.4 Investimentos Imobiliários

As aplicações em investimentos imobiliários são efetuadas pelo Plano BD Eletrobrás (participação de 72,54%) e pelo Plano CD Eletrobrás (participação de 27,46%).

Imóveis	Reavaliação	Exercício findo em	
		31.12.19	31.12.18
Localização			
Uso próprio:		8.892	9.000
Rua Uruguaiana nº 174 - RJ (Edifício Metropolitan Center)	Dezembro/2018	8.892	9.000
Locados às patrocinadoras:		180.270	182.158
Avenida Presidente Vargas nº 409 - RJ (Edifício Herm Stoltz)	Dezembro/2017	64.153	64.832
Avenida Marechal Floriano nº 19 - RJ (Edifício Vital Brazil)	Dezembro/2017	9.635	9.758
Avenida Presidente Vargas nº 417 - RJ (Edifício Central)	Dezembro/2017	6.103	6.166
Rua da Quitanda nº 196 - RJ (Edifício Mário Bhering)	Dezembro/2018	100.379	101.402
Locados a terceiros:		56.047	57.253
Avenida Presidente Vargas nº 642 - RJ (Edifício Belacap)	Dezembro/2017	56.047	57.253
Valores a receber		3.080	2.397
Total		248.289	250.808

6.4.1 Reavaliação de Imóveis

No exercício de 2019, a ELETROS não promoveu avaliação dos imóveis.

No exercício de 2018 a Entidade promoveu a avaliação dos imóveis do Edifício Metropolitan Center e do Edifício Mário Bhering, pela empresa CCA - Câmara de Consultores Associados, cujos laudos técnicos foram elaborados observando as normas legais aplicáveis.

O resultado positivo das reavaliações de 2018 gerou um acréscimo de R\$ 5.955 mil.



	Valor Reavaliado	Valor Contábil	Ajuste	Empresa Avaliadora	Vida útil Remanescente
Uso Próprio					
Edifício Metropolitan Center					
Rua Uruguaiana nº 174 - RJ	9.000	8.319	681	CCA	32 anos
Total	9.000	8.319	681		
Locadas a Terceiros					
Edifício Mário Bhering					
Rua da Quitanda, 196 - RJ	94.329	89.055	5.274	CCA	40 anos
Total	94.329	89.055	5.274		
Total Imóveis Reavaliado	103.329	97.374	5.955		

CCA - Câmara de Consultores Associados

O imóvel do Edifício Mário Bhering foi locado em 2018 para a patrocinadora Eletrobras e ocorreram benfeitorias para atender às suas necessidades de ocupação. No exercício de 2018 ocorreram benfeitorias no referido imóvel no montante de R\$ 37.538

7 Realizável - Gestão assistencial

Registra as atividades de controle das contribuições e dos benefícios, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza assistencial.

Os planos assistenciais à saúde, com registro e em situação ativa na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS mantêm sua contabilidade segregada dos planos de benefícios.

Desta forma, a transparência, a identificação e a independência do patrimônio são mantidas, conforme determinação normativa do agente regulador, bem como o desdobramento analítico das contas, de acordo com a planificação contábil estabelecida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

8 Exigível operacional - Gestão previdencial

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a gestão previdencial pode ser assim resumida:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.19	31.12.18
Contas a pagar	(a) 4.458	761
IRRF a recolher	7.380	6.403
Retenções a recolher	2	<u>21</u>
Outras Elegibilidades	(b) 16.052	-
Total	27.892	7.185

(a) Refere-se preponderantemente a provisão de portabilidade fechada do plano CD CERON (R\$ 3.112). Além da portabilidade citada, reconhecemos como provisão seguro de vida em grupo dos planos de benefícios da ELETROS (R\$ 1.345).

(b) Este item refere-se aos aportes de contribuições extraordinárias dos déficits de 2013 e 2015 anteriormente realizados pela Patrocinadora Eletros e respectivos participantes e pelos assistidos não blindados, e que serão atualizados e abatidos das respectivas obrigações.



9 Exigível operacional - Gestão administrativa

Registram os compromissos a pagar assumidos pela Eletros relativos a gestão administrativa, como segue:

Descrição		Exercício findo em	
		31.12.19	31.12.18
Contas a pagar	(a)	7.752	7.432
Retenções a recolher		669	638
Receita Antecipadas	(b)	468	908
Outras exigibilidades	(c)	3.950	1.342
Total		12.839	10.320

(a) Refere-se preponderantemente a provisão de férias e de remuneração variável dos empregados.

(b) Referem-se aos recursos oriundos do convênio com o Banco Santander que tem como contrapartida a centralização, naquele banco, dos pagamentos de benefícios dos assistidos e de salários dos empregados da Eletros.

(c) Este item refere-se majoritariamente a dotação inicial a devolver a patrocinadora ELETROBRAS e ao seguro de vida dos aposentados.

10 Exigível contingencial

10.1 Contingências - Perda Provável

As provisões decorrentes dos processos com chance de perda provável estão apresentadas no quadro a seguir, o qual demonstra a composição das provisões contingenciais. Essas provisões registram ocorrências de fatos que serão objeto de decisões e que, provavelmente, irão gerar desembolsos futuros, e estão compostas por contingências de natureza previdencial, trabalhista, cível e fiscal. Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada, sendo obrigação legal aquela que deriva de contrato, legislação ou outra ação da Lei) como resultado de evento passado; (ii) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.19	31.12.18
Gestão Previdencial	12.386	11.097
Aposentadorias	95	91
Processos Cíveis e Trabalhistas	11.554	10.107
Processos Trabalhistas	737	899
Gestão Administrativa	22.037	19.677
Contingências Tributárias	21.873	19.429
Outros processos	164	248
Investimentos	3.971	3.672
Tributárias IN SRF 170	3.178	3.115
RET	571	556
Outros Processos	222	1
Total	38.394	34.446



10.1.1 Contingências da Gestão Previdencial

De acordo com orientações dos advogados da Eletros e também considerando a análise detalhada dos processos ativos realizada pela gestão jurídica da Eletros, foram constituídas provisões relativas aos processos judiciais movidos por participantes assistidos contra a Eletros. Houve variação nos valores contingenciados ao longo do ano de 2019 em razão de mudança no prognóstico de alguns processos com decisão desfavorável à ELETROS. Outrossim, foram apresentados novos cálculos, seja pelas partes, pelo perito do juízo ou pelo assistente técnico da ELETROS, pois os processos a eles referentes entraram em fase de execução, sendo necessária a liquidação dos valores, antes inviável, pois dependentes de divergências apresentadas que precisavam ser resolvidas pelo Juízo.

10.1.2 Contingências da Gestão administrativa

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências cíveis e tributárias, das quais as principais são o Programa de Integração Social (PIS) R\$ 3.121 mil (R\$ 2.666 mil em 2018) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) R\$ 18.086 mil (R\$ 15.320 mil em 2018).

10.1.3 Contingências de investimentos

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências relacionadas principalmente ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e ao Regime Especial de Tributação (RET).

11 Passivos e ativos contingentes

11.1 Passivos Contingentes

Os processos com probabilidade de perda possível representam o montante de R\$ 3.530 mil (R\$ 1.968 mil em 2018) e envolvem discussões fiscais, administrativas, ações judiciais de natureza previdencial, trabalhista e cível.

11.2 Ativo Contingente - OFND

Ação ordinária n. 0123902-36.1991.4.02.5101, ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e da União Federal, objetivando o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos. O trânsito em julgado do mérito ocorreu em 28/09/2008 e o processo entrou em fase de execução. Em 28/11/2013 o Juízo determinou que as entidades beneficiadas pela decisão judicial deveriam ajuizar ações de liquidação, com menor grupo de autores por processo, em que deveriam comprovar as obrigações adquiridas. Embasada na opinião dos assessores jurídicos, a ABRAPP classificou a probabilidade de êxito como "provável" e não como "praticamente certo", em função de não existir uma data prevista para o seu recebimento e considerando que a mensuração dos valores ainda serão alvo de discussão entre as partes. Foi distribuída ação sob o nº 0145862-08.2015.4.02.5101, na 4ª Vara Federal, em 27/11/2015, de autoria da ABRAPP, tendo a ELETROS como litisconsorte ativa, além de outros fundos de pensão. Foi atribuído valor à causa de R\$ 1.474.206.593,22. O processo encontra-se em fase inicial, com apresentação de contestação pela União, juntada em 29/07/2016, determinação de produção de prova pericial contábil em 04/11/2016 e fixação de honorários periciais em 31/01/2018, depositados pelas partes. Em 31/08/2018 determinou-se a intimação da perita para



ciência e a intimação das partes para indicação de assistente técnico e apresentação de quesitos, diligências essas cumpridas pelas partes. Ainda não é possível informar o valor atualizado devido à ELETROS, por esse motivo não há registro contábil, sendo necessário aguardar o fim da liquidação para tal. As principais peças processuais e demais documentos das ações em referência estão disponíveis no portal da ABRAPP, no endereço: <http://www.abrapp.org.br>.

12 Provisões matemáticas

As provisões matemáticas foram constituídas com base em cálculos elaborados por atuários responsáveis pelos planos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as provisões matemáticas possuíam a seguinte composição consolidada:

Provisões Matemáticas	Exercício findo em	
	31.12.19	31.12.18
Benefícios concedidos	4.316.112	3.823.799
Contribuição definida	1.159.732	921.151
Benefício definido	3.156.380	2.902.648
Benefícios a conceder	1.641.007	1.590.344
Contribuição definida	1.424.462	1.351.107
Benefício definido	216.545	239.237
Provisões matemáticas a constituir	(679.903)	(651.812)
(-) Serviço passado	(24.786)	(45.364)
Patrocinadora Eletrobrás	(367)	(24.000)
Atividade Especial e Processos Judiciais	(24.419)	(21.364)
(-) Déficit equacionado	(655.117)	(606.448)
Total	5.277.216	4.762.331

12.1 Benefícios concedidos

Registram o valor atual dos compromissos correspondentes aos benefícios concedidos deduzidos das contribuições a receber dos beneficiados, no caso do plano de benefício definido. No caso de Planos CD/CV, corresponde ao somatório dos saldos individuais dos assistidos, desde que o assistido não esteja em gozo de Renda Vitalícia.

12.2 Benefícios a conceder

Registram a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, no caso dos planos CD/CV. No caso de planos de benefício definido, corresponde ao valor presente do compromisso futuro com os atuais ativos do Plano, descontado o valor presente das contribuições normais a serem pagas até a aposentadoria.

12.3 Provisões matemáticas a constituir/(-) Serviço passado

Registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes a serviço passado das patrocinadoras. Com a seguinte composição:



Patrocinadora Eletrobras

Serviço Passado correspondente à parcela do valor presente dos benefícios já concedidos, após o fechamento do Plano BD Eletrobrás a novas adesões, não coberta pelo patrimônio garantidor.

Atividade especial e Processos Judiciais

Registram os valores a serem aportados pelas patrocinadoras referentes às reservas destinadas a aposentadorias com tempo de contribuição em atividade especial reconhecida pela Previdência Social e das recomposições de reservas em função das demandas judiciais, no montante de R\$24.419 mil em 2019 (R\$ 21.364 mil em 2018). Distribuídos da seguinte forma:

Patrocinadoras:	Plano de Benefícios	Exercício findo em	
		31.12.19	31.12.18
ELETROBRAS	BD	13.948	11.121
ELETROBRAS	CD	2.796	2.577
CEPEL	BD	-	-
CEPEL	CD	7.675	7.666
Total		24.419	21.364

12.4 Provisões matemáticas a constituir/(-) Déficit equacionado

Registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referente à *Déficit Técnico* no montante de R\$ 655.117 mil em 2019 (R\$ 606.448 mil em 2018), equacionado paritariamente, pelos patrocinadores, participantes e assistidos, através de contribuições extraordinárias, determinadas por avaliação atuarial, distribuídos da seguinte forma:

Descrição:	Plano de Benefícios	Exercício findo em	
		31.12.19	31.12.18
Déficit Equacionado	BD	(655.117)	(606.448)
Total		(655.117)	(606.448)

Plano de Benefício Definido - BD ELETROBRÁS

Dos valores apresentados em 2019 e 2018 referente ao déficit equacionado, informamos composição abaixo.

Descrição	31.12.2019	31.12.2018
Déficit Equacionado exercício 2011	(14.507)	(19.792)
Déficit Equacionado exercício 2013	(390.264)	(357.394)
Déficit Equacionado exercício 2015	(250.346)	(229.262)
Total	(655.117)	(606.448)



12.5 Premissas atuariais e composição das provisões matemáticas por plano de benefícios

As premissas e hipóteses atuariais estão adequadas à massa de participantes do plano e aos normativos legais vigentes.

Plano BD Eletrobrás		
	31.12.19	31.12.18
Taxa real anual de Juros (*)	4,80% a.a.	5,64% a.a.
Taxa de Rotatividade (Ativos)	Nula	Nula
Taxa de Crescimento Salarial (Ativos)	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Taxa de Crescimento de Benefícios (Assistidos)	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Capacidade Salarial	98%	98%
Capacidade de Benefício	98%	98%
Tábua Geral	AT 2000 M&F suavizada em 10%	AT 2000 M&F suavizada em 10%
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Tábua Sobrevivência de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Hipótese sobre Composição Familiar	Família Real (**)	Família Real (**)

(*) Impacto financeiro no passivo atuarial estimado em R\$ 220,3 milhões aproximadamente.

(**) Para os ativos adota-se hipótese de que 70% dos participantes são casados e que as mulheres são 9 anos mais jovens que os homens. Para os assistidos é adotada a composição familiar real declarada pelo mesmo.

12.5.1 Composição das Provisões Matemáticas - Plano BD Eletrobrás

Exercício findo em	31.12.19	31.12.18
Provisões Matemáticas	<u>2.291.779</u>	<u>2.110.667</u>
Benefícios concedidos	<u>2.786.384</u>	<u>2.565.857</u>
Benefício definido	<u>2.786.384</u>	<u>2.565.857</u>
Benefício a conceder	<u>174.827</u>	<u>186.379</u>
Benefício definido	<u>174.827</u>	<u>186.379</u>
(-) Provisões Matemáticas a constituir	<u>(669.432)</u>	<u>(641.569)</u>
(-) Serviço passado	<u>(14.315)</u>	<u>(35.122)</u>
(-) Patrocinador(es)	<u>(14.315)</u>	<u>(35.122)</u>
Atividade Especial	<u>(13.947)</u>	<u>(11.121)</u>
Artigo 61Adicional 2011	<u>(368)</u>	<u>(24.000)</u>
(-) Deficit equacionado	<u>(655.117)</u>	<u>(606.448)</u>
(-) Deficit Equacionado 2011	<u>(14.508)</u>	<u>(19.792)</u>
(-) Patrocinador(es)	<u>(55)</u>	<u>(4.242)</u>
(-) Participantes	<u>(203)</u>	<u>(1.274)</u>
(-) Assistidos	<u>(14.250)</u>	<u>(14.276)</u>
(-) Deficit Equacionado - Equacionamento 2013	<u>(390.263)</u>	<u>(357.394)</u>
(-) Patrocinador(es)	<u>(118.016)</u>	<u>(108.076)</u>
(-) Participantes	<u>(22.106)</u>	<u>(22.339)</u>
(-) Assistidos	<u>(250.141)</u>	<u>(226.979)</u>
(-) Deficit Equacionado 2015	<u>(250.346)</u>	<u>(229.262)</u>
(-) Patrocinador(es)	<u>(52.072)</u>	<u>(47.687)</u>
(-) Participantes	<u>(13.899)</u>	<u>(14.108)</u>
(-) Assistidos	<u>(184.375)</u>	<u>(167.467)</u>
Equilíbrio Técnico	<u>(113.904)</u>	<u>(164.581)</u>
Resultados Realizados	<u>(113.904)</u>	<u>(164.581)</u>
(-) Deficit técnico acumulado	<u>(113.904)</u>	<u>(164.581)</u>



Os Planos de Equacionamento de 2013 e 2015 utilizaram, como base regulamentar, o artigo 61 do Regulamento do Plano BD Eletrobrás, o qual atribui à patrocinadora Eletrobras a responsabilidade exclusiva do pagamento das contribuições previdenciárias extraordinárias relativas ao grupo de assistidos, denominados "blindados", e que estariam, portanto, desobrigados do pagamento.

O artigo 61 foi objeto de questionamento da SEST durante a fase de análise do Plano de Equacionamento do Déficit de 2013. O entendimento da Secretaria era de que a patrocinadora não podia assumir a responsabilidade exclusiva de pagamento de contribuições extraordinárias sem paridade com os assistidos.

O assunto foi submetido à análise da PREVIC, órgão de supervisão das entidades de previdência complementar, que respondeu à SEST corroborando as conclusões do parecer jurídico elaborado pelo órgão de assessoria da Advocacia Geral da União - Conjur/AGU que classificara o artigo 61 do Plano BD Eletrobrás como inconstitucional e ilegal.

A resposta da PREVIC fundamentou a decisão da SEST de não aprovar os Planos de Equacionamento de 2013 e 2015, recomendando à patrocinadora Eletrobras, providências junto à ELETROS para viabilizar um Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") no âmbito da PREVIC.

Na 333ª reunião do Conselho Deliberativo - CDE, realizada em 01/12/2017, foi aprovada, por maioria, a avaliação e a implantação das recomendações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC - de forma a atender à legislação aplicável e às orientações emanadas destes órgãos de controle. Dessa forma, o CDE aprovou que fossem refeitos os Planos de Equacionamento de 2013 e 2015 no Termo de Ajustamento de Conduta - TAC. A questão central desta decisão está relacionada ao artigo 61 do Plano BD Eletrobrás, que foi a base regulamentar utilizada na elaboração dos Planos de Equacionamento de 2013 e 2015 para atribuir à patrocinadora Eletrobras a responsabilidade exclusiva do pagamento das contribuições previdenciárias extraordinárias relativas ao grupo de assistidos, denominados "blindados", e que estariam, portanto, desobrigados do pagamento.

Adicionalmente, em 26 de dezembro de 2017, a PREVIC, por meio do Ofício nº 244/2017/ERRJ/DISFIS/PREVIC, determinou que a Entidade efetuasse os ajustes necessários em seus planos de equacionamento de déficit vigentes em 60 dias, haja vista a nulidade do parágrafo segundo do artigo 61.

Na reunião do Conselho Deliberativo da Eletros de 02 de fevereiro de 2018 foi aprovada a minuta do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) e seu encaminhamento à Previc para a sua aprovação. Adicionalmente, foi aprovada a suspensão da cobrança da contribuição extraordinária referente ao equacionamento dos déficits de 2013 e 2015 para assistidos, patrocinadores, ativos, participantes em benefício proporcional diferido e pensionistas, a partir de abril/2018 até que fosse aprovado o Termo de Ajuste de Conduta negociado com a PREVIC. Nessa mesma reunião foi aprovada a manutenção das contribuições extraordinárias referentes ao déficit de 2011.

Em 11 de fevereiro de 2019, foi publicada a aprovação do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC no Diário Oficial da União, celebrado entre PREVIC e ELETROS.

Em 11 de março de 2019, o Conselho Deliberativo da ELETROS aprovou os Planos de Equacionamento dos Déficits de 2013 e 2015 ajustados.

Em 13 e 14 de março de 2019, foram enviadas para as Patrocinadoras, ELETROBRAS e CEPEL, as cartas PR-022/2019 e PR-023/2019, respectivamente, contendo toda a documentação necessária para aprovação dos Planos de Equacionamento dos Déficits de 2013 e 2015 pelo Conselho de Administração das Patrocinadoras.



Em 11 de abril de 2019, a ELETROS enviou à PREVIC – Seção RJ a Carta PR-046/2019 com o status do TAC.

Ainda no primeiro semestre de 2019, a Patrocinadora ELETROBRAS enviou para a SEST os Planos de Equacionamentos dos Déficit de 2013 e 2015 aprovados pelo Conselho de Administração da ELETROBRAS.

Em 10 de junho de 2019, a ELETROS enviou à PREVIC – Seção RJ o status atualizado do TAC, por meio da carta PR 077/2019.

Em 2 de agosto de 2019, o Conselho Deliberativo da ELETROS aprovou as alterações regulamentares dos Planos BD e CD Eletrobrás, bem como a criação do novo Plano CD I ("CD Puro").

Em 6 de agosto de 2019, foram enviadas para as Patrocinadoras, ELETROBRAS e Cepel, as cartas PR-110/2019 e PR-111/2019, respectivamente, contendo os Regulamentos dos Plano BD e CD Eletrobrás alterados, bem como o regulamento do novo Plano CD I ("CD Puro").

Em 07 de agosto de 2019, a ELETROS enviou o status atualizado do TAC à PREVIC – Seção RJ, por meio da Carta PR 113/19.

Em 26 de agosto de 2019 foi enviada a carta PR – 119/19 à PREVIC – Seção RJ com o andamento dos estudos para revisão dos déficits 2010/2011, conforme item 1.15 do TAC, complementada pela carta PR-121/2019, de 27/08/2019.

Em 26 de setembro de 2019, a ELETROS recebeu a Carta da Eletrobras CTA-DS-2851/2019, que informou à ELETROS da aprovação do seu Conselho de Administração e Secretaria de Coordenação e da Governança das Empresas Estatais (SEST), para a revisão dos Planos de Equacionamento de Déficit dos exercícios de 2013 e 2015 do Plano BD Eletrobrás.

Em 09 de outubro de 2019 a Diretoria Executiva aprovou a matéria para deliberação do Conselho Deliberativo, cuja aprovação do novo texto dos Termos de Compromisso ocorreu na reunião de 11/10/2019, antes do prazo de 20 dias da informação da aprovação pela SEST com recomendação, cujo prazo finalizava em 15 de outubro de 2019.

Em resposta, no dia 11 de outubro de 2019 a ELETROS enviou a carta PR-144/2019 à Eletrobras e, em 14/10/2019, a carta PR 145/2019 ao Cepel, este último, em resposta à Carta DA-6317/2019.

O status atualizado, conforme acima, foi enviado pela ELETROS em 14 de outubro de 2019, por meio da carta PR 150/2019 à PREVIC.

Em 11 de novembro 2019 a ELETROS enviou as cartas PR 164 e 165/19 às patrocinadoras Eletrobras e Cepel, que submeteu o Plano de Equacionamento de Déficit de 2010/2011, aprovado pela 383ª Reunião do Conselho Deliberativo, de 01 de novembro 2019, para as referidas patrocinadoras, bem como com as Minutas dos Termos de Compromisso respectivos, para as providências de aprovação.

Na mesma data, a ELETROS enviou a carta PR 168/2019 à PREVIC – Seção RJ, com o status atualizado dos estudos para revisão dos déficits de 2010/2011.

A ELETROS recebeu, em 18 de novembro 2019, a Carta da patrocinadora Eletrobras, CTA DS 3349/2019, de 14 de novembro 2019, em resposta à Carta da ELETROS PR-144/2019, elencada acima, nos informando da formalização da aprovação dos Planos de Equacionamento dos Déficit de 2013 e 2015 – BD Eletrobrás, bem como dos Termos de Compromisso, a serem ajustados para inclusão das garantias em Notas Promissórias, conforme informado pela Eletrobrás.



Em 21 de novembro 2019 a ELETROS enviou a Carta PR 171/2019 à PREVIC- Seção RJ com o status atualizado, conforme acima.

Em resposta à Carta da Eletrobras CTA DS 3349/2019, recebida em 18 de novembro 2019, os referidos Termos de Compromisso ajustados foram aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da ELETROS (este último em 06 de dezembro de 2019), e por meio da Carta PR-176/2019, de 09 de dezembro de 2019, os Instrumentos ajustados e aprovados foram enviados à patrocinadora Eletrobras solicitando as Notas Promissórias e dados para que pudessem ser completados e assinados pela Eletros dentro do prazo.

No dia 13 de dezembro de 2019, a ELETROS enviou às patrocinadoras, por meio da Carta PR-180/2019, os Termos de Compromisso referente à revisão dos Planos de Equacionamento dos Déficits de 2013 e 2015 do Plano BD com cópia das Notas Promissórias respectivas, assinados pela ELETROS para assinaturas dos representantes das patrocinadoras Eletrobras e Cepel.

No dia 16 de dezembro de 2019, a ELETROS publicou em seu *site* os Comunicados sobre os Planos de Equacionamento dos Déficits revistos dos exercícios de 2013, 2015, conforme TAC e próximos passos.

A Eletros enviou à PREVIC- Seção RJ a Carta-PR - 193/19, de 27 de dezembro de 2019 com o Status do TAC referenciado acima.

12.5.2 Composição das Provisões Matemáticas - Plano CD Eletrobrás

Plano CD Eletrobrás

	31.12.19	31.12.18
Taxa real anual de Juros (*)	4,80% a.a.	5,25% a.a.10%
Tábua Geral	AT 2000 M&F suavizada em 10%	AT 2000 M&F suavizada em
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT 49	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar	(**)	(**)

(*) Impacto financeiro no passivo atuarial da Parcela BPDS estimado em cerca de R\$ 12,6 milhões e na Parcela Renda Vitalícia estimado em cerca de R\$ 192,3 mil.

(**) No cálculo do benefício é utilizada a composição familiar real declarada pelo mesmo para todos, com exceção dos benefícios BPDS. Para a Parcela BPDS: Para os ativos adota-se hipótese de que 85% dos participantes são casados e que as mulheres são 4 anos mais jovens que os homens. Para assistidos os beneficiários dos participantes que optaram por este benefício serão os mesmos reconhecidos pela Previdência Oficial.



OBS 1: No BPDS e na Renda Vitalícia o Reajuste dos Benefícios se dá pelo Indexador Atuarial do Plano - IAP, definido no artigo 50 - XXVI, atualmente o INPC do IBGE aplicado com um mês de defasagem. O reajuste dos benefícios dos demais aposentados se dá pelo recálculo anual.

	Exercício findo em	
	<u>31.12.19</u>	<u>31.12.18</u>
Provisões Matemáticas	<u>2.037.857</u>	<u>1.880.487</u>
Benefícios concedidos	<u>1.291.076</u>	<u>1.147.486</u>
Contribuição definida	921.384	810.696
Benefício definido	369.692	336.790
Benefício a conceder	<u>757.252</u>	<u>743.241</u>
Contribuição definida	<u>715.534</u>	<u>690.384</u>
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	388.152	385.727
Saldo de contas - Parcela participantes	327.382	304.657
Benefício definido	<u>41.718</u>	<u>52.857</u>
(-) Provisões Matemáticas a constituir	<u>(10.471)</u>	<u>(10.242)</u>
(-) Serviço passado	<u>(10.471)</u>	<u>(10.242)</u>
(-) Patrocinador(es)	(10.471)	(10.242)
Equilíbrio Técnico	<u>25.202</u>	<u>(13.370)</u>
Resultados Realizados	25.202	(13.370)
(-) Superávit técnico acumulado	25.202	(13.370)

O resultado apresentado, Superávit Técnico, foi de R\$ 25.202. Desse valor, R\$ 24.480 mil referem-se à Parcela BPDS, enquanto a Parcela de Renda Vitalícia apresentou um resultado positivo de R\$ 722 mil.

Ressaltamos que, com exceção das Parcelas "BPDS" e "Renda Vitalícia", as Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos.

12.5.3 Composição das Provisões Matemáticas - Plano CV ONS

	31.12.19	31.12.18
Taxa real anual de Juros	4,80% a.a.	5,25% a.a.
Tábua Geral	AT 2000 M&F suavizada em 10%	AT 2000 M&F suavizada em 10%
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT 49	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar	(*)	(*)
(*)	Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes.	



	Exercício findo em	
	31.12.19	31.12.18
Provisões Matemáticas	692.400	589.982
Benefícios concedidos	157.627	98.673
Contribuição definida	157.323	98.673
Benefício definido	304	-
Benefício a conceder	534.773	491.309
Contribuição definida	534.773	491.309
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	245.073	221.152
Saldo de contas - Parcela participantes	289.700	270.157
Equilíbrio Técnico	(1)	-
Resultados Realizados	(1)	-
(-) Superávit técnico acumulado	(1)	-

12.5.4 Composição das Provisões Matemáticas - Plano CV EPE

	31.12.19	31.12.18
Taxa real anual de Juros	4,80% a.a.	5,25% a.a.
Tábua Geral	AT 2000 M&F suavizada em 10%	AT 2000 M&F suavizada em 10%
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT 49	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar (*)	(*)	(*)

(*) Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes.

	Exercício findo em	
	31.12.19	31.12.18
Provisões Matemáticas	101.868	86.346
Benefícios concedidos	9.844	9.537
Contribuição definida	9.844	9.537
Benefício a conceder	92.024	76.809
Contribuição definida	92.024	76.809
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	42.505	35.422
Saldo de contas - Parcela participantes	49.519	41.387

12.5.5 Composição das Provisões Matemáticas - Plano CD CERON

	31.12.19	31.12.18
Taxa real anual de Juros	4,10% a.a.	4,40% a.a.
Tábua Geral	AT 2000 M&F suavizada em 10%	AT 2000 M&F suavizada em 10%
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT 49	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar	Não Aplicável (*)	Não Aplicável (*)

(*) Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes.



	Exercício findo em	
	31.12.19	31.12.18
Provisões Matemáticas	153.312	94.848
Benefícios concedidos	71.181	2.244
Contribuição definida	71.181	2.244
Benefício a conceder	82.131	92.604
Contribuição definida	82.131	92.604
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	40.175	45.566
Saldo de contas - Parcela participantes	41.956	47.038

Houve considerável aumento das Provisões Matemáticas em função da rentabilidade positiva no período, conforme mencionado na nota explicativa número 6.

13 Fundos

13.1 Fundos previdenciais

	Exercício findo em	
	31.12.19	31.12.18
Fundos previdenciais		
Fundo de risco	56.798	48.858
Fundo de reversão do Patrocinador	4.971	3.779
Total	61.769	52.637

13.1.1 Para o Plano CD Eletrobrás:

	Exercício findo em	
	31.12.19	31.12.18
Fundos previdenciais		
Fundo de risco	40.040	34.982
Fundo de reversão do Patrocinador	877	662
Total	40.917	35.644

Conforme previsão regulamentar e em consonância com a nota técnica vigente, foi instituído, em 31/12/2016, o Fundo de Reversão do Patrocinador constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não forem objeto de Resgate a partir de 1º de janeiro de 2017.

A utilização do Fundo de Reversão do Patrocinador deverá ser definida no plano de custeio anual, aprovada pelo Conselho Deliberativo e embasada no Parecer Atuarial da Demonstração Atuarial anual. O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos crédito adicional por invalidez e crédito adicional por morte;
- Eventual resíduo do crédito adicional, na hipótese de cessação da percepção do Benefício de Renda por Invalidez;



- Saldo existente na Conta Individual Global, na hipótese de inexistência de beneficiários, e após o decurso de 5 (cinco) anos, contados da data do óbito do participante;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CD Eletrobrás que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

13.1.2 Para o Plano CV EPE:

Fundos previdenciais	<u>Exercício findo em</u>	
	<u>31.12.19</u>	<u>31.12.18</u>
Fundo de risco	2.958	2.395
Fundo de reversão do Patrocinador	1.339	989
Total	<u>4.297</u>	<u>3.384</u>

Conforme previsão regulamentar e em consonância com a nota técnica vigente, foi instituído, em 31/12/2016, o Fundo de Reversão do Patrocinador constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate.
- Créditos oriundos de prestações mensais de benefícios consideradas prescritas, ou seja, não requeridas no prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da data em que forem devidas.

O saldo deste Fundo tem o objetivo de equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro e/ou redução da contribuição de responsabilidade do Patrocinador.

O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de pecúlio por morte, pecúlio por invalidez e pagamentos de prêmios à seguradora contratada para administração desses riscos, conforme o caso;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano EPE que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

13.1.3 Para o Plano CV ONS:

Fundos previdenciais	<u>Exercício findo em</u>	
	<u>31.12.19</u>	<u>31.12.18</u>
Fundo de risco	9.084	7.708
Fundo de reversão do Patrocinador	1.088	688
Total	<u>10.172</u>	<u>8.396</u>

Conforme previsão regulamentar e em consonância com a nota técnica vigente, foi instituído, em 31/12/2016, o Fundo de Reversão do Patrocinador constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate a partir de 05 de outubro de 2016. O saldo deste Fundo tem o objetivo de equacionar a



parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro.

Em consonância com a nota técnica vigente, o Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de Pecúlios e Complementação de Auxílio Doença ou para pagamento de prêmio à seguradora contratada para administração desse risco, conforme o caso;
- Saldo existente na Conta Individual Global e na Subconta Individual Global, na hipótese de inexistência de beneficiários, e após o decurso de 5 (cinco) anos, contados da data do óbito do participante;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CV ONS que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

13.1.4 Para o Plano CD CERON:

	<u>Exercício findo em</u>	
Fundos previdenciais	<u>31.12.19</u>	<u>31.12.18</u>
Fundo de risco	4.717	3.772
Fundo de reversão do Patrocinador	1.667	1.441
Total	<u>6.384</u>	<u>5.213</u>

Conforme previsão regulamentar e em consonância com a nota técnica vigente, foi instituído, em 31/12/2016, o Fundo de Reversão do Patrocinador constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate.
- Créditos oriundos de prestações mensais de benefícios consideradas prescritas, ou seja, não requeridas no prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da data em que forem devidas.

O saldo deste Fundo tem o objetivo de equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro e/ou reduzir a contribuição de responsabilidade do Patrocinador.

O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de pecúlio por morte, pecúlio por invalidez e pagamentos de prêmios à seguradora contratada para administração desses riscos, conforme o caso;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CD Ceron que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

13.2 Fundo da Gestão Administrativa

O fundo da gestão administrativa se destina a cobrir os gastos relativos ao custeio administrativo da ELETROS, sendo constituído pela diferença entre as receitas (taxas de administração do ativo, taxas de carregamento previdencial, ressarcimentos de despesas operacionais e outras receitas) e as despesas administrativas.



13.2.1 Critério de Rateio das Despesas Administrativas

As despesas administrativas da ELETROS são rateadas entre as gestões Previdencial, Investimentos e Assistencial, a partir da ponderação do tempo médio anual de alocação dos empregados nas gestões e o custo do grupo Pessoal e Encargos de cada área na matriz do rateio, bem como outras considerações abaixo apresentadas com maiores detalhes.

O rateio das despesas administrativas previdenciais se baseia no número de participantes de cada plano de benefícios da ELETROS, com a utilização de um critério de ponderação que atribui pesos de acordo com a categoria dos participantes nos respectivos planos de benefícios, considerando-se o grau de dificuldade e/ou volume de trabalho, dadas as suas características e operacionalidade. Considera-se, também, no critério, o tempo de maturação dos planos de benefícios.

Para o rateio das despesas administrativas de investimentos, o critério se baseia no patrimônio de cada plano proporcional à totalidade dos recursos garantidores administrados pela ELETROS.

Tendo em vista que o grau de dificuldade e/ou volume de trabalho despendido a cada segmento de investimentos não é equivalente entre os planos, utiliza-se um critério de ponderação, atribuindo pesos de acordo com as características e a operacionalidade de cada plano de benefícios. Por exemplo: atribuímos peso 1,00 ao plano BD Eletrobrás, por sua preponderância na diversificação de ativos, o que torna os processos relacionados à gestão dos investimentos mais complexos.

Premissa de maturação dos planos de benefícios no critério de rateio:

Nesta etapa do critério de rateio, leva-se em consideração o quantitativo total por plano de benefício. É segregado por categoria, de modo a apurar a quantidade de participantes em benefícios, em condições de eleição e já eleitos. Como consequência imediata, verificamos que ao atingir a "idade" possível para tal eleição, o participante evoluiu plenamente pelos recursos da Fundação em decorrência de sua vida laborativa.

Sabendo que a idade possível de eleição afeta diretamente o trabalho da gestão previdencial, identificou-se a necessidade de adicionar este fator tão relevante que impacta a composição e precificação dos serviços no PGA.

13.2.2 Resultado do Fundo Administrativo

No exercício de 2019, houve constituição do fundo administrativo de R\$ 17.466 mil (R\$ 6.766 mil em 2018). Deste valor, foram utilizados R\$ 16.553 mil (R\$ 8.100 mil em 2018) referente a rentabilidade auferida pelo fundo administrativo do PGA.

Ressaltamos que de acordo com instrução MPS/PREVIC nº 34, 24/09/2019, o Plano de Gestão Administrativa "PGA" é formado pela participação dos planos de benefícios da ELETROS. Logo, informamos a posição do fundo administrativo por plano de benefícios em 2019 e 2018.

Plano de Benefícios	31.12.19	31.12.18
Plano BD ELETROBRÁS	68.642	59.343
Plano CD ELETROBRÁS	39.978	32.619
Plano CV ONS	6.229	4.522
Plano CV EPE	346	567
Plano CD CERON	2.541	3.219
TOTAL	117.736	100.270



13.3 Fundo dos investimentos

O fundo dos investimentos, denominado fundo garantidor de empréstimos tem como fonte de recursos a taxa prestamista e a rentabilidade do próprio fundo, é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 15.888 mil (R\$ 14.843 mil em 2018).

14 Outras informações

14.1 Ajustes de precificação de ativos

Com a divulgação das Resoluções CNPC nº 15 e nº 16, ambas de 19 de novembro de 2014, a PREVIC divulgou a Instrução nº 19, de 05 de fevereiro de 2015 contemplando as seguintes abordagens: duração do passivo, taxa de juros parâmetro e o ajuste de precificação de ativos.

Complementando as regras contidas na Resolução nº 16/2014, a Instrução nº 19/2015 dispõe sobre os critérios a serem seguidos pelas EFPC para a realização de precificação de ativo, para os títulos que estejam classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

A Fundação adotou o ajuste de precificação em 2018 para o Plano de Benefícios BD ELETROBRAS, conforme demonstramos abaixo:

Ajuste de precificação

NTN-B							
Vencido	Qtde	Taxa	PU Curva do Papel	Valor Curva	PU Curva 5,64%	Valor Curva 5,64%	Diferença
15/05/55	10.000	6,8614	2,8315	28.315	3,3595	33.595	5.280
15/08/50	11.400	6,5181	3,0193	34.420	3,3969	38.725	4.305
15/08/50	3.600	6,0990	3,1905	11.486	3,3969	12.230	744
15/08/40	30.000	6,4900	3,0571	91.713	3,3697	101.090	9.377
15/05/35	10.000	5,6587	3,2968	32.968	3,3030	33.030	62
15/08/26	10.000	5,7925	3,2664	32.664	3,2953	32.953	289
15/08/24	786	5,9993	3,2282	2.537	3,2807	2.579	42
15/08/24	20.000	7,3246	3,0438	60.876	3,2807	65.614	4.738
15/05/23	1.700	6,0291	3,1789	5.404	3,2245	5.481	77
15/08/22	1.100	6,0590	3,2212	3.543	3,2627	3.589	46
	98.586	6,2831	-	303.926	-	328.886	24.960
NTN-C							
Vencido	Qtde	Taxa	PU Curva do Papel	Valor Curva	PU Curva 5,64%	Valor Curva 5,64%	Diferença
01/01/31	55.345	6,1587	5,9014	326.613	6,1198	338.701	12.088
	55.345	6,1587	-	326.613	-	338.701	12.088
Total	153.931	6,271	-	630.539	-	667.587	37.048

Como o resultado do ajuste de precificação do Plano BD ELETROBRÁS foi positivo e foi acrescido na apuração do resultado do plano, para fins de equacionamento de déficit de acordo com o artigo 28-A, da Resolução nº 16/2014. Em 2019 não ocorreu o ajuste de precificação em função de que todos os títulos do Plano BD ELETROBRÁS estão precificados ao valor de mercado.



BD Eletrobrás

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	31.12.19	31.12.18
a) Resultado Realizado	(113.904)	(164.581)
a.1) (-) Déficit Técnico Acumulado	(113.904)	(164.581)
b) Ajuste de Precificação	=	<u>37.048</u>
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(113.904)	<u>(127.533)</u>

A Fundação adotou o ajuste de precificação em 2018 para o Plano de Benefícios CD ELETROBRAS, conforme demonstramos abaixo:

NTN-B	Quantidade	Taxa	PU Mercado	Valor Mercado	PU Curva	Valor Curva	Diferença
01/09/2015	5.000	7,100	2,9170	14.585	4,8860	24.430	9.845
16/12/2015	10.000	7,380	2,9048	29.048	4,3702	43.702	14.654
05/12/2016	3.500	6,510	3,2803	11.481	3,5349	12.372	891
05/12/2016	1.200	6,480	3,3133	3.976	3,7117	4.454	478
05/12/2016	5.700	6,340	3,2925	18.767	3,9939	22.765	3.998
05/12/2016	200	6,480	3,3150	663	3,7100	742	79
05/12/2016	495	6,480	3,3131	1.640	3,7111	1.837	197
05/12/2016	4.000	6,390	3,2658	13.063	3,7380	14.952	1.889
06/12/2016	2.100	6,180	3,2343	6.792	4,6657	9.798	3.006
07/12/2016	555	6,330	3,3243	1.845	3,7117	2.060	215
07/12/2016	350	6,330	3,3257	1.164	3,7114	1.299	135
07/12/2016	5.000	6,250	3,3186	16.593	3,8748	19.374	2.781
12/12/2016	1.000	6,050	3,3360	3.336	4,5890	4.589	1.253
12/12/2016	1.800	6,120	3,3450	6.021	3,4694	6.245	224
19/12/2016	100	6,000	3,3600	336	4,5900	459	123
24/05/2017	91	5,720	3,4176	311	4,1978	382	71
05/01/2015	265	6,170	3,2792	869	4,8868	1.295	426
26/08/2015	200	7,090	2,9850	597	4,3700	874	277
01/09/2015	200	7,300	3,1800	636	3,7400	748	112
Total	41.756		3,2056	131.723	4,1950	172.377	40.654

O resultado do ajuste de precificação do Plano CD ELETROBRÁS foi positivo em 2018 e foi acrescido na apuração do resultado do plano. Em 2019 não ocorreu o ajuste de precificação em função de que todos os títulos do Plano CD ELETROBRÁS estão precificados ao valor de mercado.

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	31.12.19	31.12.18
a) Resultado Realizado	25.202	(13.420)
a.1) (-) Déficit Técnico Acumulado	25.202	(13.420)
b) Ajuste de Precificação	=	<u>14.787</u>
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	25.202	1.367

15 CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (ELIMINAÇÕES/AJUSTES)

Em atendimento ao disposto no § 1º, do artigo 11, Capítulo I, da Resolução CNPC nº 29/2018, de 13 de abril de 2018, e os itens 28 e 29 da Instrução SPC nº 34/2009, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por plano de benefícios e consolidados. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores a pagar e a receber entre os planos, Participação do Fundo Administrativo nos planos previdenciais, Superávit e Déficit Técnico, Migração entre Planos, Compensação de Fluxos Previdenciais e Participação no Plano de Gestão Administrativa.



Consolidação de Balancetes
31.12.19

Grupos de Contas	Plano						Eliminação de Consolidação		Saldo
	BD	CD	PGA	CV EPE	CV ONS	CERON	Débito	Crédito	Consolidado
Disponível	20	65	1.522	16	29	16			1.668
Realizável	2.289.289	2.154.568	150.319	106.733	711.215	166.290	-	117.767	5.460.647
Gestão Previdencial	4.834	814	-	4	-	-	-	-	5.652
Gestão Administrativa	68.642	39.978	31.961	346	6.229	2.541	-	117.767	31.930
Investimentos	2.215.813	2.113.776	118.358	106.383	704.986	163.749	-	-	5.423.065
Permanente	-	-	773	-	-	-	-	-	773
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	39.344
Total do Ativo	2.289.309	2.154.633	152.614	106.749	711.244	166.306	-	117.767	5.502.432
Exigível Operacional	20.920	1.941	12.840	199	1.262	3.654	31	-	40.785
Gestão Previdencial	20.898	1.913	-	199	1.259	3.654	31	-	27.892
Gestão Administrativa	-	-	12.839	-	-	-	-	-	12.839
Investimentos	22	28	1	-	3	-	-	-	54
Exigível Contingencial	13.777	2.164	22.038	-	-	415	-	-	38.394
Gestão Previdencial	10.737	1.233	-	-	-	415	-	-	12.385
Gestão Administrativa	-	-	22.038	-	-	-	-	-	22.038
Investimentos	3.040	931	-	-	-	-	-	-	3.971
Patrimônio Social	2.254.612	2.150.525	117.736	106.550	709.982	162.237	117.736-	-	5.383.909
Patrimônio de Cobertura	2.177.875	2.063.059	-	101.868	692.400	153.312	-	-	5.188.514
Fundos Previdenciais	76.737	87.469	117.736	4.682	17.582	8.925	117.736	-	195.395
Administrativos	-	40.917	-	4.297	10.172	6.384	-	-	61.770
Investimentos	68.642	39.978	117.736	346	6.229	2.541	117.736	-	117.736
Gestão Assistencial	8.095	6.574	-	39	1.181	-	-	-	15.889
	-	-	-	-	-	-	-	-	39.344
Total do Passivo	2.289.309	2.154.633	152.614	106.749	711.244	166.306	117.767	-	5.502.432



Consolidação de Balancetes

31.12.18

Grupos de Contas	Plano						Eliminação de Consolidação		Saldo Consolidado
	BD	CD	PGA	CV EPE	CV ONS	CERON	Débito	Crédito	
Disponível	8	21	15	10	10	10	-	-	74
Realizável	2.030.620	1.944.252	129.421	90.412	604.364	104.466	-	100.312	4.803.223
Gestão Previdencial	9.811	860	-	-	-	-	-	-	10.671
Gestão Administrativa	58.743	32.348	29.023	552	4.418	4.209	-	100.312	28.981
Investimentos	1.962.066	1.911.044	100.398	89.860	599.946	100.257	-	-	4.763.571
Permanente	-	-	833	-	-	-	-	-	833
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	28.163
Total do Ativo	2.030.628	1.944.273	130.269	90.422	604.374	104.476	-	100.312	4.832.293
Exigível Operacional	4.429	1.873	10.322	111	655	205	42	-	17.553
Gestão Previdencial	4.403	1.858	-	110	652	205	42	-	7.186
Gestão Administrativa	-	-	10.321	-	-	-	-	-	10.321
Investimentos	26	15	1	1	3	-	-	-	46
Exigível Contingencial	13.252	1.519	19.677	-	-	-	-	-	34.448
Gestão Previdencial	10.432	666	-	-	-	-	-	-	11.098
Gestão Administrativa	-	-	19.677	-	-	-	-	-	19.677
Investimentos	2.820	853	-	-	-	-	-	-	3.673
Patrimônio Social	2.012.947	1.940.881	100.270	90.311	603.719	104.271	100.270	-	4.752.129
Patrimônio de Cobertura	1.946.086	1.867.116	-	86.347	589.982	94.849	-	-	4.584.380
Fundos	66.861	73.765	100.270	3.964	13.737	9.422	100.270	-	167.749
Previdenciais	-	35.644	-	3.383	8.397	5.213	-	-	52.637
Administrativos	58.743	32.348	100.270	552	4.418	4.209	100.270	-	100.270
Investimentos	8.118	5.773	-	29	922	-	-	-	14.842
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	28.163
Total do Passivo	2.030.628	1.944.273	130.269	90.422	604.374	104.476	100.312	-	4.832.293



16 Despesas Administrativas

As despesas administrativas comuns e específicas apresentaram acréscimo de 0,92% no exercício de 2019 em comparação ao de 2018, o que correspondeu à variação negativa em termos reais de -3,41% (INPC 4,48%).

	31.12.2019	31.12.2018	Δ
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	32.282	31.989	0,92%
PESSOAL E ENCARGOS	23.450	23.041	1,78%
CONSELHEIROS	561	548	2,37%
DIRIGENTES	2.836	2.559	10,82%
PESSOAL PRÓPRIO	19.938	19.889	0,25%
ESTAGIÁRIOS	96	45	113,33%
JOVEM APRENDIZ	19	0	-
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	179	241	-25,73%
VIAGENS E ESTADIAS	73	65	12,31%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	4.561	4.454	2,40%
PESSOA FÍSICA	81	76	6,58%
CONSULTORIA JURÍDICA	0	11	-100,00%
OUTRAS	81	65	24,62%
INSS S/ REMUNERAÇÃO DE AUTÔNOMOS - PF	15	14	7,14%
CONSULTORIA DIVERSAS - PF	66	51	29,41%
PESSOA JURÍDICA	4.480	4.378	2,33%
CONSULTORIA DOS INVESTIMENTOS	169	118	43,22%
CONSULTORIA JURÍDICA	599	746	-19,71%
RECURSOS HUMANOS	462	519	-10,98%
CONSULTORIA ATUARIAL	346	175	97,71%
INFORMÁTICA	2.042	2.023	0,94%
GESTÃO/PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	32	0	-
AUDITORIA CONTÁBIL	218	208	4,81%
MANUTENÇÃO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	66	69	-4,35%
EDIÇÃO DE PUBLICAÇÕES	0	7	-100,00%
LIMPEZA	159	155	2,58%
CONSULTORIA DIVERSAS	387	358	8,10%
DESPESAS GERAIS	2.385	2.475	-3,64%
DESPESAS COM LOCALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO	863	850	1,53%
DESPESAS COM FUNCIONAMENTO E EXPEDIENTE	756	814	-7,13%
OUTRAS DESPESAS GERAIS	395	453	-12,80%
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	371	358	3,63%
TAFIC	317	310	2,26%
IPTU	54	48	12,50%
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	317	312	1,60%
RESSARC. ADM. INDIRETA ELETROS-SAÚDE	-354	-345	2,61%
RESSARC. ADM. INDIRETA FABES	-72	-76	-5,26%
- CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS	1.743	1.822	-4,34%
PIS	340	265	28,30%

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros

Rua Uruguaiana, 174 - 5º, 6º e 7º andar

Rio de Janeiro - Brasil - CEP: 20050-092

Tel.: (21) 2179 - 4700 - www.eletros.com.br



COFINS	2.085	1.621	28,62%
OUTRAS CONSTITUIÇÕES/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS	-682	-64	965,63%

17 Transferência de gerenciamento do Plano CD CERON

Destacamos que, conforme notícia publicada em 01 de novembro de 2018 na Página 118, Seção 3, Edição 211 no Diário Oficial da União, o controle acionário das Centrais Elétricas Rondônia passou para a Energisa S/A, concluindo o processo de privatização da CERON.

Considerando a carta, de 25 de fevereiro de 2019, da Patrocinadora, Energisa S/A que solicitou a Transferência de Gerenciamento do Plano CD CERON da Fundação Eletros para a EnergisaPrev, bem como o Plano de Ação acordado entre as partes, desde o mês de janeiro 2020, informamos que a Fundação EnergisaPrev assumiu todas as responsabilidades administrativas do Plano CD CERON.

18 Eventos subsequentes

a. Revisão dos Planos de Equacionamento dos Déficits do Plano BD Eletrobras

No dia 28/01/2020, a ELETROS recebeu os Termos de Compromisso referente à revisão dos Planos de Equacionamento dos Déficits de 2013 e 2015 do Plano BD, com cópia das Notas Promissórias respectivas, assinados pelas patrocinadoras Eletrobras e Cepel.

A ELETROS divulgou no seu site, no dia 29 de janeiro de 2020, que as cobranças das primeiras contribuições extraordinárias ocorreriam em fevereiro/2020. As cobranças das contribuições extraordinárias foram comandadas no dia 21 de fevereiro de 2020.

Cumprir informar que até a presente data os prazos previstos no TAC estão sendo atendidos pela ELETROS.

Em 27 de fevereiro de 2020 foi publicado no site da ELETROS a seguinte notícia: "A Eletros informa que recebeu nesta data, 27 de fevereiro de 2020, às 14h45, intimação referente à tutela antecipada concedida pelo juízo da 14a Vara Federal, nos autos do processo número 5007349-96.2020.4.02.5101, movido pela APEL em face da Previc, SEST, Eletrobras e Eletros.

Neste contexto, em 24/03/2020 a da Eletros, impetrou na Vara Federal um Agravo de Instrumento, com objetivo de reverter a liminar concedida em tutela de urgência e continuará adotando as medidas judiciais e administrativas cabíveis ao caso.

b. Pandemia do Coronavírus

Com relação aos efeitos do Coronavírus, a Eletros vem tomando medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionadores estabelecidos pelas autoridades de saúde visando minimizar, tanto quanto possível, eventuais impactos decorrentes da pandemia do COVID-19. Os impactos operacionais devido às medidas restritivas implementadas pelos governos federal, estadual e municipal estão sendo mitigados sem prejuízo aos participantes.

O impacto do Covid-19 sobre o preço dos ativos até o presente momento foi significativo. Caso não ocorra nenhuma reversão no cenário econômico e no valor dos ativos, mais especificamente, dos preços das ações, os planos administrados pela Eletros não atingirão as metas de rentabilidades estabelecidas para 2020. Entretanto, embora não consigamos precisar o período de recuperação do



preço dos ativos, temos expectativa de que, da mesma forma do observado em crises anteriores, ela ocorrerá.

As oscilações das taxas de juros dos títulos de mercado causadas pelo aumento do risco Brasil podem, eventualmente, impactar no futuro a taxa de juros dos planos, contudo, neste momento, não temos condições de estimá-lo dado que os efeitos ainda estão em curso. "

* * *

Diretoria Executiva

Pedro Paulo da Cunha
Presidente

Max Leandro Ferreira Tavares
Diretor Financeiro

Carlos Eduardo Brasil Pereira
Diretor de Benefícios Previdenciários

Contador Responsável

Cleber Leal
Contador CRC/RJ - 62.288/O-3



Economizar também faz parte de um bom planejamento financeiro.

Comprar com consciência é fundamental. E nada melhor do que adquirir o que precisa e ainda com desconto. No site da Eletros, você encontra diversos convênios entre a Fundação e empresas parceiras.

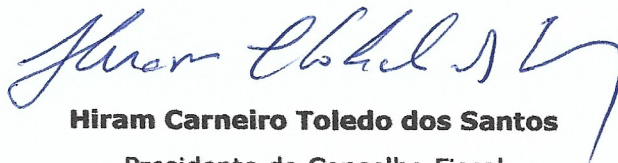
A lista inclui desde faculdades e colégios, até salões de beleza, restaurantes e academias. Confira os locais e as porcentagens e aproveite!

PARECERES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

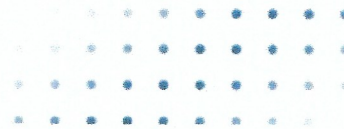
Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, Hiram Carneiro Toledo dos Santos, Presidente do CFE, Ailton Andrade, Gustavo Botrel Coutinho de Melo e João Vicente Amato Torres, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, após exame que fizeram nas Demonstrações Financeiras (Contábeis) da ELETROS, tendo apreciado, ao longo do exercício, os balancetes e os acompanhamentos orçamentários mensais, bem como embasados nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Contábeis); no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (Contábeis), relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019; no Parecer Atuarial emitidos pela WILLIS TOWERS WATSON CONSULTORIA LTDA. sobre o Plano de Benefício Definido ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS - BD ELETROBRÁS; nos Pareceres Atuariais emitidos pelo Atuário Bruno Sardinha Lopes sobre os seguintes Planos: 1) Plano de Contribuição Definida ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS - CD ELETROBRÁS, 2) Plano de Contribuição Variável - CV ONS; 3) Plano EPE; e 4) Plano de Contribuição Definida - CD CERON, são de parecer que as aludidas peças representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição econômico-financeira da ELETROS, naquela data. O presente Parecer do Conselho Fiscal foi lido e aprovado na reunião desta data, e é assinado pelo Presidente do Conselho Fiscal da ELETROS, com a anuência dos demais membros do Conselho Fiscal, presentes à reunião.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2020.



Hiram Carneiro Toledo dos Santos

Presidente do Conselho Fiscal



EXTRATO (DELIBERAÇÕES) DA ATA DA 397ª REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de março de 2020 às 09h30min, por meio de videoconferência realizada pela Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, inscrita no CNPJ sob o nº 34.268.789/0001-88, situada à Rua Uruguaiana, 174, 5º, 6º e 7º andares, Centro, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Deliberativo da ELETROS-CDE...**VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE QUORUM:** Como foi verificado e superado o *quorum* mínimo de instalação, a reunião do Conselho Deliberativo foi instalada, de acordo com o art. 35, § 3º do Estatuto da Eletros, para tratar dos seguintes assuntos constantes da Convocação, nos termos do Regimento Interno: **1) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ELETROS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2019 INCLUINDO APRESENTAÇÃO, ESCLARECIMENTOS DA ELETROS E DA KPMG AUDITORES** – Compareceram como convidados os membros da Diretoria Executiva da Eletros e o Contador. O Diretor Financeiro e o Contador fizeram a Apresentação e prestaram os esclarecimentos solicitados. Foram convidados também os representantes da KPMG Auditores Independentes, os quais também fizeram a apresentação tanto para as Demonstrações Financeiras da Eletros, quanto do Eletros-Saúde, cujos pareceres mencionam que "*Nosso Relatório de Auditoria apresenta nossa opinião de que as demonstrações contábeis da Eletros apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira e o desempenho de suas operações para o exercício findo em 31/12/2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS*". ... Compareceram, em seguida, como convidados, os membros efetivos do Conselho Fiscal, os quais, ao saber da aprovação por parte do Conselho Deliberativo, apresentaram, por meio do seu Presidente, por *e-mail*, os Pareceres do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Financeiras da Eletros e do Eletros-Saúde, por meio dos quais, são de parecer que as aludidas peças representam adequadamente em todos os seus aspectos relevantes, a situação econômico-financeira do exercício findo em 31/12/2019. O Parecer do Conselho Fiscal também versa sobre os Pareceres Atuariais, que serão tratados nos itens 3 e 4. O Conselho Deliberativo agradeceu a presença dos Auditores, bem como a presença dos Conselheiros Fiscais, os quais também agradeceram ao Conselho Deliberativo. **DELIBERAÇÕES DO CONSELHO DELIBERATIVO DA ELETROS - O Conselho Deliberativo da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros, no uso de suas atribuições, e fundamentado nos termos da Proposta à Diretoria Executiva nº DEE-034/2020 e da Proposta ao Conselho Deliberativo nº CDE 007/2020, tendo tomado conhecimento do Parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes, bem como do Parecer emitido pelo Conselho Fiscal, após exame e análise, à unanimidade dos presentes, RESOLVEU**



Aprovar: 1.1) o Balanço Patrimonial Consolidado 2019 comparativo com o exercício anterior; 1.2) a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) 2019 comparativa com o exercício anterior; 1.3) a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) 2019 comparativa com o exercício anterior; 1.4) a Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial) 2019 comparativa com o exercício anterior; 1.5) a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial) 2019 comparativa com o exercício anterior; 1.6) a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT (por plano de benefício previdencial) 2019 comparativa com o exercício anterior; e 1.7) as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas 2019. 2) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PLANO ELETROS-SAÚDE DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2019 INCLUINDO APRESENTAÇÃO, ESCLARECIMENTOS DA ELETROS E DA KPMG AUDITORES - Também foram convidados o Superintendente do Plano Eletros-Saúde e o Especialista da parte contábil do Plano, que fizeram a Apresentação e prestaram os esclarecimentos solicitados. **DELIBERAÇÕES DO CONSELHO DELIBERATIVO DA ELETROS - O Conselho Deliberativo da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros, no uso de suas atribuições, e fundamentado nos termos da Proposta à Diretoria Executiva nº DEE-035/2020, da Proposta ao Conselho Deliberativo nº CDE-008/2020 e tendo tomado conhecimento do Parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes, bem como do Parecer do Conselho Fiscal, após exame e análise, à unanimidade dos presentes, RESOLVEU Aprovar: 2.1) o Balanço Patrimonial do Plano Eletros-Saúde Consolidado 2019 comparativo com o exercício anterior; 2.2) a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) 2019 comparativa com o exercício anterior; 2.3) Aprovar a Demonstração dos Fluxos de Caixa (consolidada) 2019 comparativa com o exercício anterior; e 2.4) as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas 2019. 3) PARECER ATUARIAL DO PLANO BD – ELETROBRÁS - INCLUINDO APRESENTAÇÃO, ESCLARECIMENTOS DA ELETROS e 4) PARECERES ATUARIAIS DOS PLANOS CDs E CVs – INCLUINDO APRESENTAÇÃO, ESCLARECIMENTOS DA ELETROS** – Compareceu como convidado o Gerente da Assessoria Atuarial e Controle de Benefícios – ACB que, juntamente ao Diretor de Benefícios Previdenciários fizeram a apresentação e prestaram os esclarecimentos solicitados. **DELIBERAÇÕES DO CONSELHO DELIBERATIVO - O Conselho Deliberativo da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros, no uso de suas atribuições, e fundamentado nos termos da Proposta à DEE nº 032/2020 e da Proposta ao CDE nº 006/2020, bem como no Parecer do Conselho Fiscal, após exame e análise, à unanimidades dos presentes, RESOLVEU Aprovar: 3.1) o PARECER ATUARIAL, de 18 de fevereiro de 2020, emitido pela Willis Towers Watson para o Plano BD Eletrobrás; 3.2) o PARECER ATUARIAL DB/ACB - 004/20, de 07 de fevereiro de 2020, do Plano CD Eletrobrás; 3.3) o PARECER ATUARIAL DB/ACB – 003/20, de 07**





de fevereiro de 2020, do Plano CV ONS; 3.4) o PARECER ATUARIAL DB/ACB – 002/20, de 07 de fevereiro de 2020, do Plano EPE. Os referidos Pareceres Atuariais ora aprovados contemplam também os respectivos Planos de Custeio a vigorarem a partir de abril/2020, bem como as respectivas premissas demográficas, financeiras e atuariais; e 3.5) o PARECER ATUARIAL DB/ACB – 001/20, de 07 de fevereiro de 2020, do Plano CD CERON. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a todos e deu por encerrada a reunião, solicitando a mim, Malba Patricia Herbene da Cunha Palhano Teixeira, que a secretariei, que lavrasse a presente ata, a qual lida e aprovada, é assinada pelo Presidente do Conselho Deliberativo da ELETROS, com a anuência dos demais membros do Conselho Deliberativo, presentes à reunião.

Jailson José Medeiros Alves

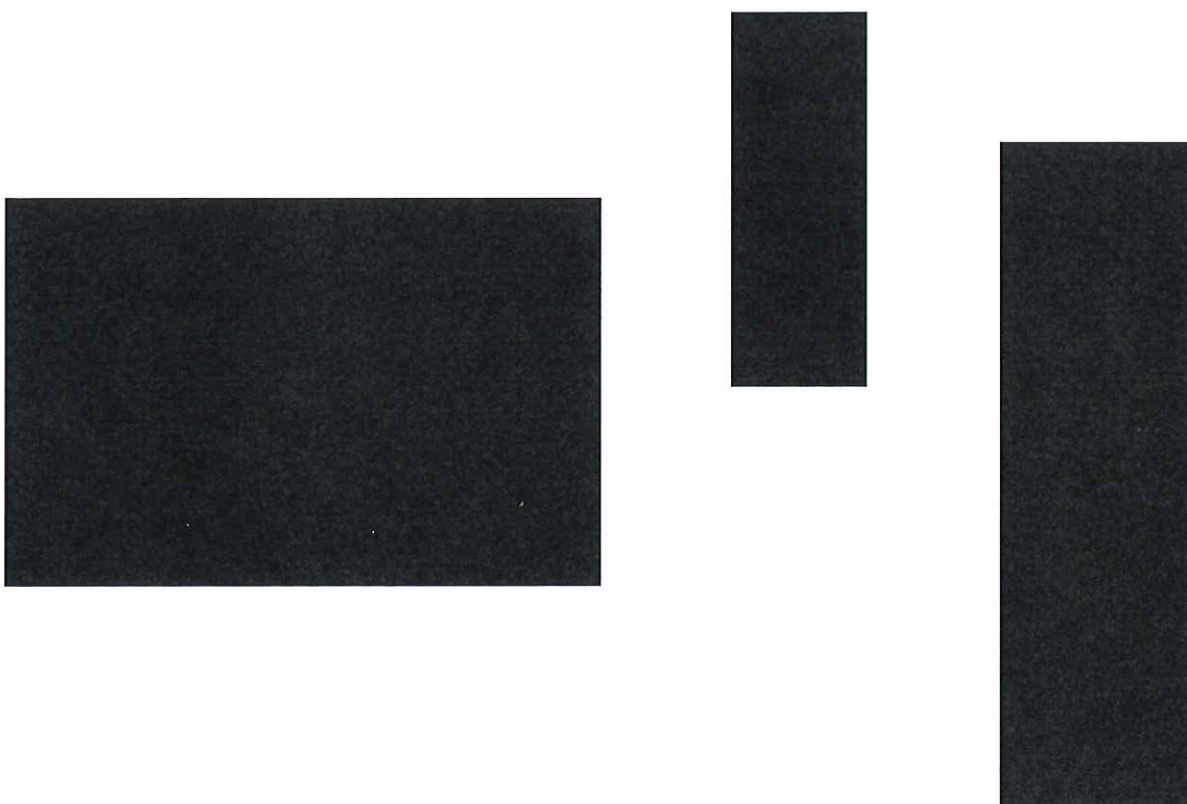
Presidente do Conselho Deliberativo da Eletros



Eletros - Fundação Eletrobrás de Seguridade Social

**Parecer da Avaliação Atuarial
do Plano de Benefícios BD
Eletrobrás referente ao
encerramento do exercício de
2019**

Fevereiro, 2020



Sumário

Introdução	3
Estatísticas	4
Hipóteses e Métodos Atuariais	5
Patrimônio Social	8
Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e Fundos	9
<i>Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais</i>	10
<i>Provisões Matemáticas a Constituir</i>	10
<i>Duração do Passivo do Plano de Benefícios</i>	12
<i>Ajuste de Precificação</i>	12
<i>Limite de Equacionamento de Déficit</i>	13
<i>Variação das Provisões Matemáticas</i>	13
<i>Principais riscos atuariais</i>	14
<i>Soluções para Insuficiência de Cobertura</i>	14
<i>Variação do resultado</i>	14
Plano de Custeio	16
Conclusão	20

Esta página está intencionalmente em branco.

Introdução

Este parecer atuarial tem por objetivo apresentar os resultados da avaliação atuarial completa de encerramento do exercício de 2019 em atendimento à legislação vigente do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, administrado pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social.

Para fins desta avaliação atuarial foi adotado como data do cadastro 31/10/2019 e como data base da avaliação 31/12/2019.

Qualidade da Base Cadastral

Após a análise detalhada dos dados e correções feitas pela entidade, foi verificado que os dados estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

Patrocinadores e Instituidores

CNPJ	Razão Social
42.288.886/0001-60	Centro de Pesquisas de Energia Elétrica Cepel
00.001.180/0001-26	Centrais Elétricas Brasileiras S/A
34.268.789/0001-88	Fundação Eletrobrás de Seguridade Social Eletros

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios BD Eletrobrás.

O Plano de Benefícios BD Eletrobrás está em extinção desde 01 de abril de 2006, estando fechado a novas adesões de participantes.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria SPC nº 2.574, de 23/10/2008, bem como o Ofício nº 244/2017/ERRJ/DISFIS/PREVIC que determinou que a Entidade efetuasse os ajustes necessários em seus planos de equacionamentos de déficit, haja vista a nulidade do segundo parágrafo do artigo 61.

Estatísticas

As estatísticas a seguir estão posicionadas na data da avaliação, considerando os dados da data base 31/10/2019.

Participantes ativos¹

Em 31/12/2019	
Quantidade	
- ativos	133
- autopatrocinados	1
- benefício proporcional diferido	15
Idade média (em anos)	55
Tempo médio de serviço (em anos)	26
Tempo médio de contribuição (em anos)	26
Tempo médio para aposentadoria (em anos)	6

¹ apenas a quantidade inclui os que estão em aguardo do benefício proporcional diferido

Assistidos

Benefício	Em 31/12/2019		
	Quantidade de Benefícios Concedidos	Idade Média dos Assistidos (anos)	Valor Médio do Benefício (R\$)
Aposentadoria por idade	14	86	12.010,77
Aposentadoria por tempo de serviço	1.084	73	12.888,58
Aposentadoria especial	40	79	21.199,88
Aposentadoria por invalidez	48	68	5.436,52
Pensão por morte	404	72	8.977,41
Benefício Proporcional Diferido Recebendo	120	71	8.876,50

Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios BD Eletrobrás conforme determina a redação da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018 e da Instrução nº 10 de 30/11/2018.

Para a apuração das provisões matemáticas e dos custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

	2019	2018
Taxa Real Anual de Juros	4,80%	5,64%
Projeção de Crescimento Real de Salário	1,00%	1,00%
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00%	0,00%
Projeção de Crescimento Real do Maior Sal Ben INSS	0,00%	0,00%
Fator de Determinação Valor Real ao longo do Tempo Salários	98%	98%
Fator de Determinação Valor Real ao longo do Tempo Ben Entidade	98%	98%
Fator de Determinação Valor Real ao longo do Tempo Ben INSS	98%	98%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 ¹	AT-2000 ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	INPC	INPC
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral
Hipótese sobre a Composição de Família de Pensionistas		
• Aposentados e Benefícios Proporcionais Diferidos	Dependente vitalício mais novo informado	Dependente vitalício mais novo informado
• Pensionistas	composição familiar informada	composição familiar informada
• Participantes Ativos	70% casados com mulher 9 anos mais nova que o homem	70% casados com mulher 6 anos mais nova que o homem

¹ Suavizada em 10%, segregada por sexo

² Segregada por sexo

O cálculo das provisões matemáticas de benefícios concedidos dos aposentados considera o beneficiário vitalício mais jovem.

Para os pensionistas a composição familiar informada corresponde ao beneficiário vitalício mais jovem, o beneficiário temporário mais jovem e o número total de beneficiários elegíveis à pensão.

Foi realizado em novembro de 2019 estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos na Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, e na Instrução nº 10 de 30/11/2018.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determinam a Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, a Instrução nº 10 de 30/11/2018 e a Portaria Previc nº 300/2019, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano de 31/12/2018, elaborados com as hipóteses constantes no Parecer Atuarial de 2018 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente em 31/12/2018.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 62%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 4,80% a.a. para o plano de benefícios. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 300/2019 para esse plano (limite inferior: 4,09% e limite superior: 6,24%).

Sendo assim, a Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social e as patrocinadoras do Plano de Benefícios BD Eletrobrás optaram por utilizar a taxa real anual de juros de 4,80% na avaliação atuarial de 2019.

Esse estudo foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social e deverá estar acompanhado de parecer emitido pelo Conselho Fiscal.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de projeção do crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios BD Eletrobrás realizou em novembro de 2019, estudo de aderência da hipótese de projeção do crescimento real de salários para atender aos dispositivos da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, e da Instrução nº 10 de 30/11/2018.

A hipótese de projeção do crescimento real de salário adotada em 2019 reflete o resultado desse estudo.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Isso significa que nas projeções de longo prazo, haverá uma perda do poder aquisitivo dos salários e benefícios.

Esse Fator é calculado em função do nível de inflação estimado no longo prazo e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A projeção de inflação definida pelo Comitê de Investimentos local da Willis Towers Watson em 2019 para a inflação oficial, medida pelo IPCA, considerou um horizonte de tempo de 10 anos e é de 3,80% a.a., indicando a adoção da hipótese do fator de determinação do valor real ao longo do tempo de 98%. O Comitê de Investimentos local da Willis Towers Watson utiliza o IPCA por ser o índice oficial do país, mais amplamente discutido e projetado.

Essa hipótese será revista anualmente com base na estimativa de inflação de longo prazo do Comitê de Investimentos local da Willis Towers Watson.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrência de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

As hipóteses biométricas e demográficas utilizadas nesta avaliação são as indicadas no estudo de aderência de hipóteses atuariais realizado em 2019 pela Willis Towers Watson.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Benefício	Regime	Método de Financiamento
Benefício Proporcional Diferido	Capitalização	Agregado
Complementação de Aposentadoria Especial	Capitalização	Agregado
Complementação de Aposentadoria por Idade	Capitalização	Agregado
Complementação de Aposentadoria por Invalidez	Capitalização	Agregado
Complementação de Aposentadoria por Tempo de serviço	Capitalização	Agregado
Complementação de Pensão	Capitalização	Agregado

Comentários sobre métodos atuariais

O método de financiamento é adequado à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido na Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018.

Na presente avaliação foi mantido o regime financeiro e o método atuarial utilizados na avaliação atuarial de 2018.

Patrimônio Social

Com base no balancete do Plano de Benefícios BD Eletrobrás de 31 de dezembro de 2019, o Patrimônio Social é de R\$ 2.254.611.252,04.

A Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social, informou que em 31/12/2019 todos os seus títulos estão enquadrados na categoria “Títulos para Negociação”.

O balancete da Eletros relativo ao Plano de Benefícios BD Eletrobrás apresenta o valor do ativo a integralizar em 31/12/2019 correspondente à dívida assumida pelas patrocinadoras no valor de R\$2.745.895,84. Conforme informado pela Eletros, a dívida assumida pelas patrocinadoras refere-se a: integralização da reserva matemática proveniente de ganho de tempo de serviço em atividade especial (contrato firmado junto ao CEPEL), integralização de reserva matemática proveniente de desbloqueio do Salário Real de Benefício – SRB (contrato firmado junto ao CEPEL) e integralização de reserva matemática e restituição de recursos desembolsados pela Eletros em função de processo judicial (contrato firmado junto à Eletrobras).

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do plano de benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Eletros.

Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e Fundos

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

	(R\$)
2.3 Patrimônio Social	2.254.611.252,04
2.3.1 Patrimônio de Cobertura do Plano	2.177.874.896,04
2.3.1.1 Provisões Matemáticas	2.291.779.179,31
2.3.1.1.01 Benefícios Concedidos	2.786.383.938,00
2.3.1.1.01.01 Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.01.01 Saldo de Conta dos Assistidos	0,00
2.3.1.1.01.02 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	2.786.383.938,00
2.3.1.1.01.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	2.249.090.167,00
2.3.1.1.01.02.02 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	537.293.771,00
2.3.1.1.02 Benefícios a Conceder	174.826.870,69
2.3.1.1.02.01 Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.02.01.01 Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	0,00
2.3.1.1.02.01.02 Saldo de Contas - Parcela Participantes	0,00
2.3.1.1.02.02 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	167.313.047,39
2.3.1.1.02.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	200.935.591,01
2.3.1.1.02.02.02 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(16.811.271,81)
2.3.1.1.02.02.03 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(16.811.271,81)
2.3.1.1.02.03 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	7.513.823,30
2.3.1.1.02.03.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	9.107.517,00
2.3.1.1.02.03.02 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(796.846,85)
2.3.1.1.02.03.03 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(796.846,85)
2.3.1.1.02.04 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	0,00
2.3.1.1.02.05 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03 (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(669.431.629,38)
2.3.1.1.03.01 (-) Serviço Passado	(14.314.721,02)
2.3.1.1.03.01.01 (-) Artigo 61	(367.480,42)
2.3.1.1.03.01.02 (-) Atividade Especial	(13.947.240,60)
2.3.1.1.03.02 (-) Déficit Equacionado 2011	(14.507.531,29)
2.3.1.1.03.02.01 (-) Patrocinador(es)	(54.226,33)
2.3.1.1.03.02.02 (-) Participantes	(203.130,50)
2.3.1.1.03.02.03 (-) Assistidos	(14.250.174,46)
2.3.1.1.03.02 (-) Déficit Equacionado 2013	(390.262.781,49)
2.3.1.1.03.02.01 (-) Patrocinador(es) - A Conceder	(9.582.855,77)
2.3.1.1.03.02.01 (-) Patrocinador(es) - Concedidos	(108.432.609,35)
2.3.1.1.03.02.02 (-) Participantes	(22.106.482,09)
2.3.1.1.03.02.03 (-) Assistidos	(250.140.834,28)
2.3.1.1.03.02 (-) Déficit Equacionado 2015	(250.346.595,58)

2.3.1.1.03.02.01 (-) Patrocinador(es) - A Conceder	(3.650.253,64)
2.3.1.1.03.02.01 (-) Patrocinador(es) - Concedidos	(48.421.838,24)
2.3.1.1.03.02.02 (-) Participantes	(13.899.042,71)
2.3.1.1.03.02.03 (-) Assistidos	(184.375.460,99)
2.3.1.1.03.03 (+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01 (+/-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.03.02 (-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03 (-) Assistidos	0,00
2.3.1.2 Equilíbrio Técnico	(113.904.283,27)
2.3.1.2.01 Resultados Realizados	(113.904.283,27)
2.3.1.2.01.01 Superávit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.01.01.01 Reserva de Contingência	0,00
2.3.1.2.01.01.02 Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02 (-) Déficit Técnico Acumulado	(113.904.283,27)
2.3.1.2.02 Resultados a Realizar	0,00
2.3.2 Fundos	76.736.356,00
2.3.2.1 Fundos Previdenciais	0,00
2.3.2.1.01 Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	0,00
2.3.2.1.02 Revisão de Plano	0,00
2.3.2.1.03 Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00
2.3.2.2 Fundos Administrativos	68.641.621,96
2.3.2.2.01 Plano de Gestão Administrativa	68.641.621,96
2.3.2.2.02 Participação no Fundo Administrativo PGA	0,00
2.3.2.3 Fundos dos Investimentos	8.094.734,04

Conforme Termo de Ajuste de Conduta elaborado em 2017 e aprovado no Diário Oficial de 11/02/2019, as contribuições referentes aos Deficits Equacionados de 2013 e 2015 foram suspensas nos exercícios de 2018 e 2019 e os créditos individuais referentes às contribuições realizadas serão devolvidos aos participantes e às patrocinadoras que realizaram as contribuições. Desta forma, estes créditos constam no Exigível Operacional do Plano e o Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se líquido dos mesmos.

O Fundo da Gestão Administrativa se destina a cobrir os gastos relativos ao custeio administrativo da Eletros, sendo constituído pela diferença entre as receitas (taxas de administração do ativo, taxas de carregamento previdencial, ressarcimento de despesas operacionais e outras receitas) e as despesas administrativas.

O Fundo dos Investimentos, denominado fundo garantidor de empréstimos, é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento.

Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais

Não há fundo previdencial em 31/12/2019.

Provisões Matemáticas a Constituir – Serviço Passado

O valor de R\$13.947.240,60 em 31/12/2019 alocado na Conta Serviço Passado – “Atividade Especial e Processos Judiciais” foi informado pela Eletros e deverá ser integralizado pela patrocinadora.

Em 29/12/2011 foi firmado o Termo de Compromisso entre a Eletrobrás e a Eletros para cobertura do deficit oriundo dos compromissos estabelecidos no artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás. O referido termo refere-se à cobertura da insuficiência referente às provisões matemáticas dos assistidos amparados pelo artigo 61 do instrumento regulamentar (assistidos com data de início do benefício até o fechamento do plano, em 31 de março de 2006). O valor apurado em 31/12/2011 e posicionado em 31/12/2019 está denominado na posição financeira como "Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado – Artigo 61" com montante de R\$367.480,42. As contribuições para custear este Serviço Passado se encerram em janeiro de 2020.

Provisões Matemáticas a Constituir – Deficit Equacionado 2011, 2013 e 2015

Adicionalmente, em 29/12/2011 foram celebrados Termos de Compromisso entre a Eletrobras e a Eletros e entre o Cepel e a Eletros, referentes aos deficits que cabem às patrocinadoras relativos aos participantes e assistidos não abrangidos pelo disposto no parágrafo segundo do Artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás. As patrocinadoras e os participantes e assistidos (excluindo os pensionistas) são responsáveis por esse deficit, de forma paritária. O termo determina que o valor contratado deve ser reavaliado anualmente para cobertura da insuficiência referente aos deficits que cabem às patrocinadoras, não abrangidos os deficits referentes ao Artigo 61 do regulamento. O valor apurado em 31/12/2011 e atualizado até 31/12/2019 está denominado na posição financeira como "Provisão Matemática a Constituir – Deficit Equacionado 2011".

O deficit equacionado de 2011 foi segregado entre patrocinadoras, participantes e assistidos na data de sua apuração. As contribuições para equacionamento do Deficit de 2011 referentes às patrocinadoras se encerram em janeiro de 2020 e as referentes aos participantes ativos se encerrarão em março em 2020.

Fato relevante ocorreu no segundo semestre de 2017 quando a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST manifestou sua opinião com relação ao artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, demonstrando o entendimento de que a patrocinadora não poderia assumir a responsabilidade exclusiva pelo pagamento de contribuições extraordinárias sem paridade com os assistidos. O assunto foi submetido à análise da PREVIC, a qual corroborou as conclusões do parecer jurídico elaborado pelo órgão de assessoria da Advocacia Geral da União, que classificou o artigo 61 como inconstitucional e ilegal.

A SEST, fundamentada no Parecer da PREVIC Nº 42/2017/CAJ/CGCJ/PF-PREVIC/PGF/AGU, decidiu não aprovar os planos de equacionamentos de 2013 e 2015, recomendando à Eletrobras providências junto a Eletros para viabilizar um Termo de Ajustamento de Conduta no âmbito da PREVIC.

Na 333ª reunião do Conselho Deliberativo – CDE, realizada em 01/12/2017, foi aprovada, por maioria, a avaliação e a implantação das recomendações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC - de forma a atender à legislação aplicável e às orientações emanadas destes órgãos de controle. Dessa forma, o CDE aprovou que fossem refeitos os Planos de Equacionamento de 2013 e 2015 no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC. A questão central desta decisão está relacionada ao artigo 61 do Plano BD Eletrobrás, que foi a base regulamentar utilizada na elaboração dos Planos de Equacionamento de 2013 e 2015 para atribuir à patrocinadora Eletrobras a responsabilidade exclusiva do pagamento das contribuições previdenciárias extraordinárias relativas ao grupo de assistidos, denominados "blindados", e que estariam, portanto, desobrigados do pagamento.

Adicionalmente, em 26 de dezembro de 2017, a PREVIC, através do Ofício nº 244/2017/ERRJ/DIFIS/PREVIC, determinou que a Entidade efetuasse os ajustes necessários em seus planos de equacionamentos de déficit vigentes em 60 dias, haja vista a nulidade do segundo parágrafo do artigo 61.

Na reunião do Conselho Deliberativo da Eletros em 02/02/2018 foi aprovada a minuta do Termo de Ajuste de Conduta (TAC). Adicionalmente, foi aprovada a suspensão da cobrança da contribuição extraordinária referente ao equacionamento dos déficits de 2013 e 2015 para assistidos, patrocinadores, ativos, participantes em benefício proporcional diferido e pensionistas, a partir de abril/2018 até que fosse aprovado o Termo de Ajuste de Conduta negociado com a PREVIC. Nessa mesma reunião foi aprovada a manutenção das contribuições extraordinárias referentes ao deficit de 2011.

Em 04/01/2019 a Eletros encaminhou oficialmente a proposta de Termo de Ajustamento de Conduta em resposta ao estabelecido no Ofício 234/2018/ERRJ/DIFIS/PREVIC de 18/12/2018.

Em 11/02/2019 foi publicada no Diário Oficial da União a aprovação do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, que trata da revisão dos planos de equacionamento dos déficits de 2013 e 2015, já aprovado pelo Conselho Deliberativo da Eletros e pela PREVIC. As contribuições extraordinárias referentes aos déficits de 2013 e 2015 que foram suspensas voltarão a entrar em vigor, no modelo proposto no TAC. As contribuições referentes à amortização do deficit de 2011 foram mantidas conforme contrato firmado entre as partes respaldando o referido custeio.

Esse parecer considera os planos de equacionamento de 2013 e 2015 aprovados em 12/12/2019, com os valores posicionados em 31/12/2019, considerando a exclusão do parágrafo segundo do artigo 61 do regulamento.

Duração do Passivo do Plano de Benefícios

A duração do passivo é de 10,32 anos (124 meses) e foi apurada com base nos resultados desta avaliação atuarial adotando a metodologia definida pela Previc na Instrução nº 10 de 30/11/2018, após preenchimento, pela entidade, dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, no Sistema Venturo no site da Previc.

Ajuste de Precificação

Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, o valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, será deduzido ou acrescido, respectivamente, para fins de equacionamento do deficit.

O valor do Ajuste de Precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial (4,80% a.a.), e o valor contábil desses títulos.

Considerando que o Plano de Benefícios BD Eletrobrás não apresenta títulos “marcados na curva” em 31/12/2019, o ajuste de precificação definido na Resolução CNPC nº 30/2018 não é aplicável.

Limite de Equacionamento de Deficit

De acordo com o Art. 29º da Resolução CNPC nº 30/2018 deverá ser elaborado e aprovado um plano de equacionamento do deficit até o final do exercício subsequente, se o deficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula:

- Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo do plano – 4) x Provisões Matemáticas

Duração	Limite pela formula %	Provisões Matemáticas	Limite do Deficit
10,32	1% x (10,32 – 4) = 6,32%	2.291.779.179,31	144.840.444,13

Ressaltamos que Provisões Matemáticas são as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, deduzidas as respectivas provisões matemáticas a constituir.

	Valores em R\$
Deficit Técnico Acumulado	113.904.283,27
Limite do Deficit	144.840.444,13
Parcela do Deficit superior ao Limite (Deficit Equacionado 2019)	-

Com base nos Termos de Compromisso quanto ao equacionamento de 2013 e 2015, quando ocorrer equilíbrio técnico ajustado negativo, como o verificado em 31/12/2019, deverá ser segregada a perda atuarial entre parcela decorrente de rentabilidade inferior ao atingimento da meta atuarial do plano e a parcela que seja oriunda de outras causas. Em 31/12/2019 não foi verificada perda decorrente de rentabilidade inferior ao atingimento da meta atuarial, conforme demonstrado no item Rentabilidade desse parecer.

O valor do Deficit Técnico acumulado em 31/12/2019 no valor de R\$ 113.904.283,27 é inferior ao limite de equacionamento do déficit conforme Resolução CNPC nº 30/2018, dessa forma não haverá necessidade de novo plano de equacionamento em 2019.

Rentabilidade do Plano

A rentabilidade nominal do Plano de Benefícios BD Eletrobrás líquida da taxa de administração foi de 24,85% em 2019, conforme informado pela Eletros. Esse percentual líquido da inflação anual de 4,4816% (variação do INPC no ano de 2019) resulta em uma rentabilidade de 19,49%, que é superior à hipótese da taxa real anual de juros de 5,64% a.a. utilizada na avaliação atuarial de 2018.

A rentabilidade mencionada reflete a marcação a mercado dos ativos do plano ocorrida em 31/12/2019.

Variação das Provisões Matemáticas

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2019 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2018 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2019.

	Valores em R\$ de 31/12/2019		Variação em %
	Reavaliado	Balancete	
Passivo Atuarial	2.961.210.808,69	2.765.350.887,90	7,08%
<i>Benefícios Concedidos</i>	2.786.383.938,00	2.556.592.869,60	8,99%
<i>Benefícios a Conceder</i>	174.826.870,69	208.758.018,30	-16,25%

Comparando o Passivo Atuarial reavaliado no exercício encerrado no valor de R\$ 2.961.210.808,69 com o passivo atuarial do exercício anterior atualizado para 31/12/2019, a variação encontrada é de 7,08%.

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder reduziu enquanto a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos aumentou, quando comparadas com as Provisões Matemáticas evoluídas, indicando que participantes ativos iniciaram o recebimento de benefício.

Adicionalmente, a alteração da taxa de juros de 5,64% para 4,80%, a alteração da composição familiar de 6 para 9 anos de diferença de idade entre os cônjuges, além de alterações no perfil da massa de participantes e impactos da reforma da Previdência Social justificam a variação nas Provisões Matemáticas.

Principais riscos atuariais

Os riscos atuariais são monitorados através de estudos regulares de aderência de hipóteses, conforme legislação vigente, e podem ser mitigados através da adequação das hipóteses aos resultados desses estudos. As hipóteses que causam maior impacto são: taxa real anual de juro, tábua de mortalidade geral e crescimento real de salários.

Soluções para Insuficiência de Cobertura

A insuficiência em 31/12/2019 do Patrimônio de Cobertura do Plano frente ao Passivo Atuarial deduzido das Provisões Matemáticas a Constituir é inferior ao limite de equacionamento definido na Resolução CNPC nº 30/2018. Desta forma, não há obrigação de equacionar parcela adicional do deficit em 31/12/2019 e, portanto, a totalidade da insuficiência apurada foi alocada na conta de Deficit Técnico.

Variação do resultado

O deficit técnico reduziu de R\$ 164.581.331,36 em 31/12/2018 para R\$ 113.904.283,27 em 31/12/2019.

Natureza do resultado

A redução do deficit técnico no exercício de 2019 ocorreu devido à rentabilidade apurada no plano em função da alteração da classificação dos títulos do Plano BD Eletrobrás de "mantidos até o vencimento" para "negociação" no encerramento do exercício de 2019.

Soluções para equacionamento do deficit

O deficit de 2011 foi segregado entre patrocinadoras (Eletrobras, Cepel e Eletros), participantes e assistidos. O deficit de responsabilidade da patrocinadora possui um Termo de Compromisso firmado.

Os deficits de 2013 e 2015 tiveram suas contribuições suspensas nos exercícos de 2018 e 2019 e, conforme estabelecido no TAC aprovado em 11/02/2019, foram segregados entre patrocinadoras, participantes e assistidos, sendo que a parcela de responsabilidade das patrocinadoras foi segregada entre e a conceder e concedidos. Os Termos de Compromisso firmados entre a Eletrobras e a Eletros e entre a Cepel e a Eletros ratificam o plano de equacionamento dos referidos deficits conforme estabelecido no Termo Ajustamento de Conduta.

Plano de Custeio

Nos meses de janeiro a março de 2020 deverão ser mantidas as taxas previstas no plano de custeio para 2019. No período de abril de 2020 a março de 2021, deverão vigorar as taxas de custeio indicadas neste parecer.

As patrocinadoras, os participantes ativos e assistidos deverão efetuar as contribuições resultantes da aplicação das taxas indicadas nesse parecer sobre a folha de salário real de contribuição e folha de benefícios, respectivamente, conforme indicado abaixo:

■ Contribuições Normais dos Participantes Ativos e Patrocinadoras

Tabela 1 - Parcela do salário real de contribuição	Taxas
Até o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	8,16%
Entre o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social e 3 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	17,13%
Entre 3 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social e 6 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	24,48%
Acima de 6 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	29,60%

■ Contribuições Normais dos Participantes Assistidos

Tabela 2 - Parcela do complemento de aposentadoria	Taxas
Até ½ Teto de contribuição da Previdência Social	2,5%
Entre ½ Teto de contribuição da Previdência Social e 1 Teto de contribuição da Previdência Social	5,0%
Entre 1 Teto de contribuição da Previdência Social e 3 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	9,0%
Entre 3 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social e 6 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	15,0%
Acima de 6 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	19,0%

As contribuições normais dos assistidos têm o objetivo de custear as futuras pensões por morte, que são de sua exclusiva responsabilidade segundo o regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás.

A taxa de administração, incidente sobre o Patrimônio do Plano, que era de 0,45% a.a. (até março de 2020) foi alterada para 0,40% a.a. (a partir de abril de 2020), conforme decisão do Conselho Deliberativo da ELETROS.

A sobrecarga administrativa, equivalente a 3,00% (até março de 2020) das contribuições normais e extraordinárias, foi alterada para 0,00% (a partir de abril de 2020).

Contribuições Extraordinárias – Patrocinadoras

Tabela 3 - Contribuições Extraordinárias Mensais das Patrocinadoras	Valores Mensais em R\$	Prazos em anos contados a partir de dezembro/2019
Deficit Equacionado Adicional 2013		
<i>Patrocinadoras – referente aos assistidos</i>	860.493,94	14 anos e 6 meses
<i>Patrocinadoras – referente aos participantes ativos</i>	228.048,52	3 anos e 10 meses
Deficit Equacionado Adicional 2015		
<i>Patrocinadoras – referente aos assistidos</i>	373.901,84	15 anos e 1 mês
<i>Patrocinadoras – referente aos participantes ativos</i>	28.186,38	15 anos e 1 mês

As contribuições extraordinárias referentes ao serviço passado – Artigo 61 são de responsabilidade da Eletrobras e representam os compromissos estabelecidos no artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, a última contribuição realizada foi em janeiro/2020.

As contribuições extraordinárias referentes ao deficit de 2011 de responsabilidade das patrocinadoras teve seu prazo finalizado em janeiro/2020.

As contribuições extraordinárias referentes aos deficits de 2013 e 2015 foram suspensas nos exercícios de 2018 e 2019 e tornarão a entrar em vigor em abril de 2020. Desta forma, os prazos estabelecidos em 31/12/2018 foram mantidos em 31/12/2019.

As contribuições foram apuradas considerando os prazos apresentados acima e a taxa de juros de 4,80% a.a. e devem ser atualizadas mensalmente pela variação da URE da entidade.

Adicionalmente a patrocinadora deverá efetuar contribuições referentes ao Serviço Passado – “Atividade Especial e Processos judiciais” na forma acordada entre patrocinadora e entidade.

Contribuições Extraordinárias – Participantes Ativos e Assistidos

Tabela 4 - Contribuições Extraordinárias Anuais dos Participantes Ativos e Assistidos	Valores Anuais em R\$	% da Folha	Prazos em anos contados a partir de dezembro/2018
Deficit Equacionado 2011			
<i>Assistidos</i>	1.154.277,37	2,42% ⁽²⁾	18 anos e 6 meses
Deficit Equacionado Adicional 2013			
<i>Participantes ativos</i>	6.312.962,15	24,22% ⁽¹⁾	3 anos e 10 meses
<i>Assistidos</i>	23.820.657,55	11,23% ⁽³⁾	14 anos e 6 meses
Deficit Equacionado Adicional 2015			
<i>Participantes ativos</i>	1.287.900,94	4,94% ⁽¹⁾	15 anos e 1 mês
<i>Assistidos</i>	17.084.437,77	6,58% ⁽⁴⁾	15 anos e 1 mês

¹ Percentuais apurados com base na folha de salários (incluindo 13º) dos participantes ativos em 2019: R\$26.060.203

² Percentuais apurados com base na folha de benefícios (incluindo 13º) dos assistidos de 2019 (não considerando os aposentados anteriores a abril de 2006, nem os pensionistas, nem os BPD's): R\$47.774.147,13

³ Percentuais apurados com base na folha de benefícios (incluindo 13º) dos assistidos de 2019 (não considerando os pensionistas, nem os BPD's): R\$212.075.517,29

⁴ Percentual apurado com base na folha de benefícios total (incluindo 13º) dos assistidos de 2019 (considerando os BPD's e os pensionistas): R\$259.632.801,89

As contribuições extraordinárias referentes ao deficit de 2011 de responsabilidade dos participantes ativos terão seu prazo finalizado em março/2020.

O prazo remanescente de amortização do deficit equacionado de 2011 de responsabilidade dos assistidos é de 18 anos e 6 meses, contados a partir de 31/12/2019, que correspondia à expectativa de vida ponderada pelo benefício dos aposentados anteriores a abril de 2006, apurado em 31/12/2014.

O deficit equacionado de 2013, atribuível aos participantes ativos será equacionado pelo prazo remanescente de 3 anos e 10 meses, contados a partir de 31/12/2019, que corresponde ao tempo de serviço futuro dos participantes ativos ponderado pelo benefício apurado em 31/12/2018.

A parcela do deficit de 2013 referente aos participantes assistidos será amortizada pelo prazo de 14 anos e 6 meses que corresponde à expectativa de vida dos participantes assistidos (sem considerar os pensionistas) em 31/12/2018 ponderada pelo benefício conforme legislação vigente em 2013.

O prazo para o equacionamento do deficit de 2015 é de uma vez e meia a duração do plano, que em 31/12/2018 era de 10,05 anos, resultando no prazo de 15 anos e 1 mês, conforme legislação vigente em 2015.

As contribuições extraordinárias referentes aos deficits de 2013 e 2015 foram suspensas nos exercícios de 2018 e 2019 e tornarão a entrar em vigor em abril de 2020. Desta forma, os prazos estabelecidos em 31/12/2018 foram mantidos em 31/12/2019.

Autopatrocínados

O participante autopatrocinado assume, além da sua contribuição, a contribuição previdenciária, a sobrecarga administrativa e outros encargos, porventura atribuídos à patrocinadora.

Adicionalmente, o autopatrocinado deve efetuar as contribuições relativas à parcela de benefícios a conceder do deficit equacionado das patrocinadoras, que correspondem a:

- 10,50% sobre o respectivo salário real de contribuição, referente ao deficit equacionado de 2013;
- 1,30% sobre o respectivo salário real de contribuição, referente ao deficit equacionado de 2015.

Participantes aguardando o Benefício Proporcional Diferido

O participante aguardando o benefício proporcional diferido assume a contribuição extraordinária referente ao deficit equacionado de 2015, correspondente a 6,58% do benefício projetado.

Evolução dos Custos

Apresentamos na Tabela 5 a seguir, o comparativo dos percentuais indicados para 2019 com os que deverão ser praticados em 2020, referentes ao custo normal e extraordinário.

O Plano de Custeio de 2019 incluía as contribuições para despesa administrativa de 3,0% que serão 0,0% a partir de abril de 2020. Os deficits de 2011 referentes à patrocinadoras e aos participantes ativos se encerraram em janeiro e em março de 2020, respectivamente e, portanto não possuem mais contribuições no novo plano de custeio.

Tabela 5 - Taxas de Contribuição em % da folha de participação/benefício	Novo Plano de Custeio	Plano de Custeio Anterior
<i>Patrocinadoras</i>		
Normal	13,90% ¹	14,20%
Deficit Equacionado 2011	-	15,37%
Deficit Equacionado 2013	50,53% ¹	44,56%
Deficit Equacionado 2015	18,67% ¹	16,38%
Contribuição Total das Patrocinadoras	83,10%	90,51%
<i>Participantes Ativos</i>		
Normal	13,90% ¹	14,20%
Deficit Equacionado 2011	-	4,62%
Deficit Equacionado 2013	24,22% ¹	22,78%
Deficit Equacionado 2015	4,94% ¹	4,85%
Contribuição Total dos Participantes Ativos	43,06%	46,45%
<i>Participantes Assistidos</i>		
Normal	7,82% ³	7,62%
Deficit Equacionado 2011	2,42% ²	2,81%
Deficit Equacionado 2013	11,23% ³	11,33%
Deficit Equacionado 2015	6,58% ⁴	6,68%
Contribuição Total dos Participantes Assistidos	28,05%	28,44%

¹ Percentuais apurados com base na folha de salários (incluindo 13º) dos participantes ativos em 2019: R\$26.060.203

² Percentuais apurados com base na folha de benefícios (incluindo 13º) dos assistidos de 2019 (não considerando os aposentados anteriores a abril de 2006, nem os pensionistas, nem os BPD's): R\$47.774.147,13

³ Percentuais apurados com base na folha de benefícios (incluindo 13º) dos assistidos de 2019 (não considerando os pensionistas, nem os BPD's): R\$212.075.517,29

⁴ Percentual apurado com base na folha de benefícios total (incluindo 13º) dos assistidos de 2019 (considerando os BPD's e os pensionistas): R\$259.632.801,89

Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, administrado pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social informamos que o plano apresentou em 31/12/2019 Deficit Técnico Acumulado de R\$113.904.283,27, inferior ao limite de equacionamento definido na Resolução CNPC nº 30/2018, o qual não será equacionado. O equilíbrio do plano no longo prazo depende da realização das contribuições normais e extraordinárias indicadas no plano de custeio apresentado nesse parecer e em conformidade com o TAC, aprovado em 11/02/2019.

As provisões matemáticas apresentadas neste parecer são estimativas e baseadas em premissas sobre eventos futuros. Determinadas regras do plano, julgadas imateriais do ponto de vista atuarial, não são avaliadas. Outras regras são calculadas por aproximação na avaliação atuarial para apuração dos compromissos do plano. A Willis Towers Watson adota aproximações em seus cálculos que, de acordo com sua avaliação, não resultam em diferença expressiva em relação aos resultados que seriam obtidos usando cálculos mais detalhados ou dados mais precisos.

As premissas atuariais adotadas foram determinadas através de estudos de aderência elaborados conforme a legislação vigente.

Futuras avaliações atuariais podem apresentar resultados diferentes dos registrados neste parecer devido a diversos fatores, dentre eles destacamos: experiência do plano diferente da prevista nas premissas econômicas ou demográficas; alteração nas premissas econômicas ou demográficas; mudança nas regras do plano e/ou na legislação; e eventos significativos ocorridos nas patrocinadoras, tais como reestruturações, aquisições e alienações.

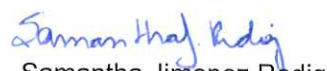
Os resultados apresentados neste parecer estão diretamente vinculados à precisão e integridade dos dados e informações de responsabilidade da entidade e suas patrocinadoras.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2019. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Eletros em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2020.


Natasha Leal Ayres
MIBA nº 930


Valéria Amadeu Monteiro
MIBA nº 845


Samantha Jimenez Redig
MIBA nº 2.120

DE: **BRUNO SARDINHA LOPES – ACB**
PARA: **DIRETORIA EXECUTIVA DA ELETROS - DEE**
ASSUNTO: **PARECER ATUARIAL DO PLANO CD ELETROBRÁS – 31/12/2019**

Objetivo:

Apresentação dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2019 do Plano CD ELETROBRÁS (CNPB: 2006.0015-74) em atendimento à legislação vigente.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2019, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Estatísticas:

- Benefícios a Conceder:

Quantidade de Participantes Ativos:	965
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$16.239.863,69
Idade Média (Anos):	46,00

Quantidade de Participantes Autopatrocinaados:	44
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$493.360,36
Idade Média (Anos):	48,00

Quantidade de Participantes em BPD* (aguardando):	129
Idade Média (Anos):	49,00

* Inclui 14 "Desligados" e 31 "Aguardando Opção".

- Benefícios Concedidos:

- BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO SALDADO	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	235
Idade Média dos Assistidos (Anos):	65,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$9.116,36

- CRÉDITO ADICIONAL POR INVALIDEZ	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	0
Idade Média dos Assistidos (Anos):	0,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 0,00



- CRÉDITO ADICIONAL POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	3
Idade Média dos Assistidos (Anos):	52,17
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$250.924,00

- RENDA MENSAL DE PENSÃO POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:**	75
Idade Média dos Assistidos (Anos):	47,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$3.868,00

- RENDA MENSAL POR INVALIDEZ	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	2
Idade Média dos Assistidos (Anos):	58,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$4.421,78

- RENDA PROGRAMADA E REVERSÍVEL EM RENDA VITALÍCIA	
Quantidade de Benefícios Concedidos***:	524
Idade Média dos Assistidos (Anos):	65,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$9.376,98

** Não inclui 4 pensionistas que recebem somente o benefício BPDS.

*** Inclui 5 aposentados em gozo de Renda Mensal Vitalícia e não inclui 2 "Desligados", 1 "Aguardando Pensão" e 25 que recebem somente o benefício BPDS.

Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Benefício proporcional diferido	Capitalização	Capitalização financeira
Benefício proporcional diferido salgado	Capitalização	Agregado
Crédito adicional por invalidez	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal vitalícia de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda programada reversível em renda vitalícia	Capitalização	Capitalização financeira

Os benefícios vitalícios do Plano são avaliados pelo Método de Financiamento Agregado.



Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

Hipóteses atuariais:

Premissa:	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	4,80%
Fator de Determinação Valor Real Longo do Tempo Ben Entidade	0,98
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 suavizada em 10% M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas	85% casados e mulher 4 anos mais nova

A Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas é utilizada para cálculo das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder da Parcela BPDS.

Os benefícios BPDS e Renda Vitalícia utilizam como Indexador para fins de reajuste o INPC, do IBGE, defasado em um mês.

A hipótese de taxa real de juros de 5,25% ao ano, utilizada no encerramento do exercício 2018, foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2019, para a taxa de 4,80% ao ano. Destacamos que, em consonância com a legislação vigente, a taxa em questão foi definida através de estudo técnico específico embasado, fundamentalmente, pela alocação patrimonial do plano.

Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

Considerando que existe a possibilidade de que no ano de 2020 seja iniciado o processo de migração do Plano CD Eletrobrás para o Plano Eletrobras Contribuição Definida I (CD I).

Considerando que o processo de migração é considerado um motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data da classificação ("mantidos até o vencimento") dos títulos do Plano CD Eletrobrás.

Houve alteração da classificação dos títulos do Plano CD Eletrobrás (Parcelas BPDS e Renda Vitalícia) de "mantidos até o vencimento" para "negociação" no encerramento do exercício de 2019.

Com isso, as rentabilidades do Plano no ano de 2019, a saber: Parcela BPDS: 24,14%, Parcela Renda Vitalícia: 28,41% e Parcela CV: 11,30%, líquidas da taxa de administração, superaram consideravelmente a meta atuarial equivalente a INPC + 5,25% (9,97%).

Para 2020, projetou-se INPC em 3,50%. Dessa forma, é possível afirmar que a meta atuarial de 2020 será de, aproximadamente, 8,47% (INPC + 4,80%).



Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais dos participantes e patrocinadores para o próximo exercício foram estimadas em 22,82% (11,41% para os participantes e 11,41% para as



Patrocinadoras), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 22,26% (11,13% para os participantes e 11,13% para as Patrocinadoras). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsto no regulamento. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício.

A sobrecarga administrativa equivalente a 3,00% das contribuições básicas, até março de 2020, foi alterada para 0,00%, a partir de abril de 2020, conforme decisão do Conselho Deliberativo da ELETROS, 390ª reunião, realizada no dia 13/12/2019. Também não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais ou voluntárias.

A taxa de administração, incidente sobre o Patrimônio do Plano, que era de 0,45% ao ano, até março de 2020, foi alterada para 0,40% ao ano, a partir de abril de 2020, conforme decisão do Conselho Deliberativo da ELETROS, 390ª reunião, realizada no dia 13/12/2019.

Verificamos que os benefícios de risco (Crédito Adicional por Invalidez e Crédito Adicional por Morte) pagos nos últimos anos estão bem abaixo do esperado. Dessa forma, com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual vigente até março de 2020 de 0,50% das contribuições básicas de participante e de Patrocinadora foi alterado para 0,01%, a partir de abril de 2020, em função de estudo realizado pela Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

Provisões Matemáticas em 31/12/2019:

PLANO CD ELETROBRÁS - "PARCELA BPDS"		
ELETROS		
PROVISÕES MATEMÁTICAS EM		31/12/2019
CODIGO	TITULO	VALORES - (R\$)
	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	425.823.588,69
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	401.343.375,42
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	364.618.691,75
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	364.618.691,75
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	307.536.001,78
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	57.082.689,97
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder (*)	41.718.701,35
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	38.057.768,48
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	38.057.768,48
2.3.1.1.02.02.02	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	3.660.932,87
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	3.660.932,87
2.3.1.1.02.03.02	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.03.03	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.04.00	Benefício Definido Estruturado em regime de Capitais de Cobertura	0,00
2.3.1.1.02.05.00	Benefício Definido Estruturado em regime de Repartição Simples	0,00

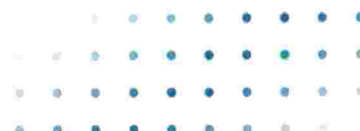
2.3.1.1.03.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir	(4.994.017,68)
2.3.1.1.03.01.00	Serviço Passado	(4.994.017,68)
2.3.1.1.03.01.01	Patrocinador (**)	(4.994.017,68)
2.3.1.1.03.01.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.02.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03	Assistidos	0,00
2.3.1.1.03.03.00	Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.03.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03	Assistidos	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	24.480.213,27
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	24.480.213,27
2.3.1.2.01.01.00	SUPERAVIT TÉCNICO ACUMULADO	24.480.213,27
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	24.480.213,27
2.3.1.2.01.01.02	Reserva especial para revisão de plano	-
2.3.1.2.01.02.00	DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
(*) Inclui o valor do saldo das Operações Não Contratadas.		
(**) Sendo o saldo das Operações Não Contratadas igual a		R\$ (4.994.017,68)

PLANO CD ELETROBRÁS - "PARCELA CV" + "PARCELA RENDA VITALÍCIA"		
ELETROS		
PROVISÕES MATEMÁTICAS EM		31/12/2019
CODIGO	TITULO	VALORES - (R\$)
	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	1.637.236.388,32
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.636.514.028,85
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	926.457.367,28
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	921.383.583,13
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	921.383.583,13
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	5.073.784,15
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	3.452.453,71
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	1.621.330,44
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder (*)	715.533.904,51

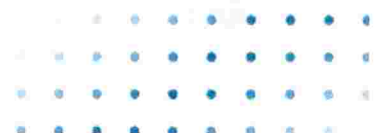
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	715.533.904,51
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador	388.151.595,24
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	327.382.309,27
2.3.1.1.02.05.00	Benefício Definido Estruturado em regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir	(5.477.242,94)
2.3.1.1.03.01.00	Serviço Passado (**)	(5.477.242,94)
2.3.1.1.03.01.01	Patrocinador	(5.477.242,94)
2.3.1.1.03.01.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.02.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03	Assistidos	0,00
2.3.1.1.03.03.00	Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.03.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03	Assistidos	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	722.359,47
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	722.359,47
2.3.1.2.01.01.00	SUPERAVIT TÉCNICO ACUMULADO	722.359,47
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	722.359,47
2.3.1.2.01.01.02	Reserva especial para revisão de plano	-
2.3.1.2.01.02.00	DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	40.916.513,62
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto em Nota técnica atuarial	40.916.513,62
2.3.2.1.03.01.00	Fundo de Riscos	40.039.311,74
2.3.2.1.03.02.00	Fundo de Reversão do Patrocinador	877.201,88
(*) Inclui o valor do saldo das Operações Não Contratadas.		
(**) Sendo o saldo das Operações Não Contratadas igual a		R\$ (5.477.242,94)

PLANO CD ELETROBRÁS - CONSOLIDADO
ELETROS
PROVISÕES MATEMÁTICAS EM
31/12/2019

CODIGO	TITULO	VALORES - (R\$)
	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	2.063.059.977,01
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	2.037.857.404,27
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	1.291.076.059,03



2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	921.383.583,13
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	921.383.583,13
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	369.692.475,90
2.3.1.1.01.00.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	310.988.455,49
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	58.704.020,41
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder (*)	757.252.605,86
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	715.533.904,51
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador	388.151.595,24
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	327.382.309,27
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	38.057.768,48
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	38.057.768,48
2.3.1.1.02.02.02	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	3.660.932,87
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	3.660.932,87
2.3.1.1.02.03.02	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.03.03	Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.04.00	Benefício Definido Estruturado em regime de Capitais de Cobertura	0,00
2.3.1.1.02.05.00	Benefício Definido Estruturado em regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir	(10.471.260,62)
2.3.1.1.03.01.00	Serviço Passado	(10.471.260,62)
2.3.1.1.03.01.01	Patrocinador (**)	(10.471.260,62)
2.3.1.1.03.01.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.02.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03	Assistidos	0,00
2.3.1.1.03.03.00	Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.03.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03	Assistidos	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	25.202.572,74
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	25.202.572,74
2.3.1.2.01.01.00	SUPERAVIT TÉCNICO ACUMULADO	25.202.572,74
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	25.202.572,74
2.3.1.2.01.01.02	Reserva especial para revisão de plano	-
2.3.1.2.01.02.00	DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	40.916.513,62
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto em Nota técnica atuarial	40.916.513,62
2.3.2.1.03.01.00	Fundo de Riscos	40.039.311,74
2.3.2.1.03.02.00	Fundo de Reversão do Patrocinador	877.201,88



(*) Inclui o valor do saldo das Operações Não Contratadas.

(**) Sendo o saldo das Operações Não Contratadas igual a

R\$ (10.471.260,62)

Variação das provisões matemáticas:

O Patrimônio do Plano CD ELETROBRÁS é composto por 3 parcelas com características distintas, a saber:

- Parcela BPDS – Parcela das provisões matemáticas e do patrimônio, sem solidariedade com as demais Parcelas, relativa ao compromisso do Plano com o grupo de Participantes e Assistidos que optaram pelo saldamento de seus benefícios, total ou parcialmente, no Plano de origem (Plano BD Eletrobrás) e migraram suas respectivas reservas para este Plano na migração encerrada em 05.05.2009;

- Parcela CV – Parcela das provisões matemáticas e do patrimônio, sem solidariedade com as demais Parcelas, composta pelos Fundos de Risco e dos Patrocinadores acrescidos dos saldos de conta individuais dos Participantes e dos Assistidos, com exceção de assistidos em gozo de renda mensal vitalícia.

- Parcela Renda Vitalícia – Parcela das provisões matemáticas e do patrimônio, sem solidariedade com as demais Parcelas, relativa ao compromisso do Plano com o grupo de Assistidos que estão em gozo de renda mensal vitalícia.

A segregação virtual ocorre, pois, em caso de déficit em uma das parcelas, o possível custeio extraordinário estabelecido para equilíbrio atuarial deverá considerar as cláusulas específicas do Regulamento, os públicos envolvidos e os regimes financeiros e métodos atuariais específicos de cada uma das Parcelas.

A variação nas provisões matemáticas observada no período ocorreu em função de:

- Alteração da hipótese de taxa real de juros utilizada no encerramento do exercício 2018, 5,25% ao ano, para 4,80% ao ano, vigente a partir de 31/12/2019;

- Movimentações na massa de participantes e assistidos;

- Rentabilidade do Plano no período.

Resultado apurado no exercício:

Relativamente à Parcela Renda Vitalícia observamos, em 31/12/2019, um Superávit Técnico Acumulado no valor de R\$ 722.359,47 (I). Destacamos que o valor do Superávit Técnico Acumulado apurado no encerramento de 2019 foi maior que o valor apurado no encerramento de 2018, devido à alteração da classificação dos títulos dessa Parcela de “mantidos até o vencimento” para “negociação” no encerramento do exercício de 2019, uma vez que, conforme informado anteriormente, existe a possibilidade de que no ano de 2020 seja iniciado o processo de migração do Plano CD Eletrobrás para o Plano Eletrobras Contribuição Definida I (CD I), fundamentalmente.

Relativamente à Parcela BPDS observamos, em 31/12/2019, um Superávit Técnico Acumulado no valor de R\$ 24.480.213,27 (II). Destacamos que o valor do Superávit Técnico Acumulado apurado no encerramento de 2019 foi maior que o valor apurado no encerramento de 2018, devido à alteração da classificação dos títulos dessa Parcela de “mantidos até o vencimento” para “negociação” no encerramento do exercício de 2019, uma vez que, conforme informado



anteriormente, existe a possibilidade de que no ano de 2020 seja iniciado o processo de migração do Plano CD Eletrobrás para o Plano Eletrobras Contribuição Definida I (CD I), fundamentalmente.

Considerando o somatório de (I) e (II) é possível apurar o Superávit Técnico Acumulado do Plano CD Eletrobrás no encerramento do exercício de 2019 (R\$ 25.202.572,74).

Uma vez que o valor em questão é inferior ao Limite da Reserva de Contingência (R\$ 82.192.682,91), apurado conforme Art. 15 da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, o valor de R\$ 25.202.572,74 foi alocado, integralmente, na conta Reserva de Contingência, ou seja, não é cabível destinação para o Superávit Técnico Acumulado apurado no encerramento de 2019, haja vista a inexistência de reserva especial.

Ressaltamos que:

- O fluxo de benefícios utilizado para fins de apuração da Duração do Passivo (10,50 anos) foi calculado considerando as Parcelas BPDS e Renda Vitalícia, em consonância com o Art. 4º da Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018.
- A carteira de investimentos do Plano CD Eletrobrás não possui qualquer título classificado com "mantido até o vencimento" em 31/12/2019. Com isso, o valor do Ajuste de Precificação, nessa data, é igual a R\$ 0,00, ou seja, o valor do Equilíbrio Técnico positivo (R\$ 25.202.572,74) é igual ao valor do Equilíbrio Técnico Ajustado positivo.
- Com exceção das Parcelas BPDS e Renda Vitalícia, as Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Crédito Adicional por Invalidez e Crédito Adicional por Morte.

O Fundo de Reversão do Patrocinador é constituído por:

- Créditos oriundos das sobras da parcela do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não for objeto de Resgate.

A utilização do Fundo de Reversão do Patrocinador deverá ser definida no plano de custeio anual, aprovada pelo Conselho Deliberativo e embasada no Parecer Atuarial da Demonstração Atuarial anual.

O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de Créditos Adicionais ou para pagamento de prêmio à seguradora contratada para administração desse risco, conforme o caso;
- Eventual resíduo do crédito adicional, na hipótese de cessação da percepção do Benefício de Renda por Invalidez;
- Saldo existente na Conta Individual Global e na Subconta Individual Global, na hipótese de inexistência de beneficiários, após o decurso de 5 (cinco) anos, contados da data do óbito do participante;



- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CD Eletrobrás que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

Conclusão:

A Parcela CV encontra-se equilibrada, dependendo apenas do pagamento das contribuições para os benefícios não programáveis previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

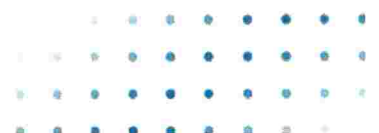
Já a Parcela Renda Vitalícia encerrou o exercício de 2019 com Superávit Técnico Acumulado de R\$ 722.359,47, enquanto a Parcela BPDS encerrou o exercício com Superávit Técnico Acumulado de 24.480.213,27, resultando em um Equilíbrio Técnico positivo no valor de R\$ 25.202.572,74 para o Plano CD Eletrobrás. Uma vez que tal valor é inferior ao Limite da Reserva de Contingência (R\$ 82.192.682,91), apurado conforme Art. 15 da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, o valor de R\$ 25.202.572,74 foi alocado, integralmente, na conta Reserva de Contingência, ou seja, não é cabível destinação para o Superávit Técnico Acumulado apurado no encerramento de 2019, haja vista a inexistência de reserva especial. Destacamos que, conforme informado anteriormente, o valor do Ajuste de Precificação, posicionado em 31/12/2019, é igual a R\$ 0,00, ou seja, o valor do Equilíbrio Técnico positivo (R\$ 25.202.572,74) é igual ao valor do Equilíbrio Técnico Ajustado positivo.

Atenciosamente,



Bruno Sardinha Lopes

Gerente Atuarial



DE: **BRUNO SARDINHA LOPES – ACB**
PARA: **DIRETORIA EXECUTIVA DA ELETROS - DEE**
ASSUNTO: **PARECER ATUARIAL DO PLANO CV ONS – 31/12/2019**

Objetivo:

Apresentação dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2019 do Plano CV ONS (CNPB: 2000.0056-83) em atendimento à legislação vigente.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2019, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Estatísticas:

- Benefícios a Conceder:

Quantidade de Participantes Ativos:	762
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$13.465.059,35
Idade Média (Anos):	42,00

Quantidade de Participantes Autopatrocinados:	63
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$788.715,65
Idade Média (Anos):	41,00

Quantidade de Participantes em BPD* (aguardando):	201
Idade Média (Anos):	47,00

* Inclui 22 "Desligados" e 71 "Aguardando Opção" e 1 "Cancelado".

- Benefícios Concedidos:

- AUXÍLIO-DOENÇA	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	19
Idade Média dos Assistidos (Anos):	49,6
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 21.267,25



- PECÚLIO POR INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	0
Idade Média dos Assistidos (Anos):	0,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$0,00

- PECÚLIO POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	3
Idade Média dos Assistidos (Anos):	50,55
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$746.861,35

- RENDA MENSAL DE PENSÃO POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	36
Idade Média dos Assistidos (Anos):	50,0
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$4.139,85

- RENDA MENSAL POR APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	3
Idade Média dos Assistidos (Anos):	64,0
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$4.196,91

- RENDA MENSAL POR APOSENTADORIA	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	152
Idade Média dos Assistidos (Anos):	66,0
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$6.100,30

Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Auxílio-doença	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira

Os benefícios vitalícios do Plano são avaliados pelo Método de Financiamento Agregado.



Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

Hipóteses atuariais:

Premissa:	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	4,80%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 suavizada em 10% M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana

A hipótese de taxa real de juros de 5,25% ao ano, utilizada no encerramento do exercício 2018, foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2019, para a taxa de 4,80% ao ano. Destacamos que, em consonância com a legislação vigente, a taxa em questão foi definida através de estudo técnico específico embasado, fundamentalmente, pela alocação patrimonial do plano.

Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade do Plano (Parcela CV) no ano (12,21%), líquida da taxa de administração, ficou acima da meta atuarial equivalente a INPC + 5,25% (9,97%).

O resultado acumulado no ano de 2019 nos segmentos de Renda Variável, Renda Fixa e Empréstimos foram positivos em 36,85%, 6,20% e 5,25%, respectivamente (valores nominais).

Para 2020, projetou-se INPC em 3,50%. Dessa forma, é possível afirmar que a meta atuarial de 2020 será de, aproximadamente, 8,47% (INPC + 4,80%).

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais dos participantes para o próximo exercício foram estimadas em 7,56%, enquanto no exercício anterior o percentual era de 7,96%. Já as Contribuições Previdenciárias Normais da Patrocinadora foram estimadas em 8,05% neste exercício, enquanto o percentual era de 8,45% no exercício anterior. Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos ou saídas de participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício.

A sobrecarga administrativa equivalente a 3,00% das contribuições básicas (sendo tal valor de responsabilidade exclusiva do Patrocinador), até março de 2020, foi alterada para 0,00%, a partir de abril de 2020, conforme decisão do Conselho Deliberativo da ELETROS, 390ª reunião, realizada no dia 13/12/2019. Também não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais ou voluntárias.



A taxa de administração, incidente sobre o Patrimônio do Plano, que era de 0,45% ao ano, até março de 2020, foi alterada para 0,40% ao ano, a partir de abril de 2020, conforme decisão do Conselho Deliberativo da ELETROS, 390ª reunião, realizada no dia 13/12/2019.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que os percentuais incidentes sobre o salário para fins de contribuição, a partir da vigência deste plano de custeio (abril de 2020), serão de 1,07% de responsabilidade da Patrocinadora (0,25% referente a auxílio-doença e 0,82% referente aos pecúlios) e 0,58% de responsabilidade do participante (percentuais iguais àqueles vigentes até março de 2020), em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tais percentuais são reavaliados anualmente, podendo estes ser majorados, mantidos ou reduzidos, conforme resultados do estudo.

Provisões Matemáticas em 31/12/2019:

PLANO CV ONS ELETROS PROVISÕES MATEMÁTICAS EM		31/12/2019
CODIGO	TITULO	VALORES - (R\$)
	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	692.399.234,12
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	692.399.953,83
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	157.627.252,33
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	157.323.376,80
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	157.323.376,80
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	303.875,53
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	303.875,53
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	0,00
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	534.772.701,50
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	534.772.701,50
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador	245.072.398,10
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	289.700.303,40
2.3.1.1.02.05.00	Benefício Definido Estruturado em regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
2.3.1.1.03.01.00	Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.01.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.02.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03	Assistidos	0,00
2.3.1.1.03.03.00	Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.03.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03	Assistidos	0,00



2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(719,71)
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(719,71)
2.3.1.2.01.01.00	SUPERAVIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva especial para revisão de plano	-
2.3.1.2.01.02.00	DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(719,71)
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
FUNDOS PREVIDENCIAIS		
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	10.171.536,24
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto em Nota técnica atuarial	10.171.536,24
2.3.2.1.03.01.00	Fundo de Riscos	9.083.448,54
2.3.2.1.03.02.00	Fundo de Reversão do Patrocinador	1.088.087,70

Variação das provisões matemáticas:

O Patrimônio do Plano CV ONS é composto por 2 parcelas com características distintas, a saber:

- Parcela CV – Parcela das provisões matemáticas e do patrimônio, sem solidariedade com as demais Parcelas, composta pelos Fundos de Risco e dos Patrocinadores acrescidos dos saldos de conta individuais dos Participantes e dos Assistidos, com exceção de assistidos em gozo de renda mensal vitalícia.
- Parcela Renda Vitalícia – Parcela das provisões matemáticas e do patrimônio, sem solidariedade com as demais Parcelas, relativa ao compromisso do Plano com o grupo de Assistidos que estão em gozo de renda mensal vitalícia.

A segregação virtual ocorre, pois, em caso de déficit em uma das parcelas, o possível custeio extraordinário estabelecido para equilíbrio atuarial deverá considerar as cláusulas específicas do Regulamento, os públicos envolvidos e os regimes financeiros e métodos atuariais específicos de cada uma das Parcelas.

A variação nas provisões matemáticas observada no período ocorreu em função de:

- Alteração da hipótese de taxa real de juros utilizada no encerramento do exercício 2018, 5,25% ao ano, para 4,80% ao ano, vigente a partir de 31/12/2019;
- Movimentações na massa de participantes e assistidos;
- Rentabilidade do Plano no período.

Resultado apurado no exercício:

Relativamente à Parcela Renda Vitalícia observamos, em 31/12/2019, um Déficit Técnico Acumulado no valor de R\$ 719,71. Uma vez que o valor do Déficit Técnico Acumulado apurado no encerramento de 2019 é inferior ao Limite de Déficit Técnico Acumulado (R\$ 15.679,98) apurado conforme Art. 29 da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, não há necessidade de elaboração e aprovação de plano de equacionamento de déficit no exercício de 2020. Dessa forma, é possível afirmar que o Déficit Técnico Acumulado apresentado no exercício de 2019 é não relevante e tenderá a ser revertido no longo prazo, sem a necessidade



de contribuições extraordinárias para equacionamento do montante em questão. Caso isso não ocorra, caberá a esta Entidade realizar plano para equacionamento de déficit.

Ressaltamos que:

- O fluxo de benefícios utilizado para fins de apuração da Duração do Passivo (9,16 anos) foi calculado considerando a Parcela Renda Vitalícia, em consonância com o Art. 4º da Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018.

- A carteira de investimentos do Plano CV ONS não possui qualquer título classificado com "mantido até o vencimento" em 31/12/2019. Com isso, o valor do Ajuste de Precificação, nessa data, é igual a R\$ 0,00, ou seja, o valor do Equilíbrio Técnico negativo (R\$ 719,71) é igual ao valor do Equilíbrio Técnico Ajustado negativo.

- Com exceção da Parcela Renda Vitalícia, as Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Auxílio-Doença, Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte.

O Fundo de Reversão do Patrocinador é constituído por:

- Créditos oriundos das sobras da parcela do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate a partir de 05 de outubro de 2016.

O saldo deste Fundo tem o objetivo de equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro e/ou reduzir a contribuição de responsabilidade da Patrocinadora.

O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de Pecúlios e Complementação de Auxílio Doença ou para pagamento de prêmio à seguradora contratada para administração desse risco, conforme o caso.

- Saldo existente na Conta Individual Global e na Subconta Individual Global, na hipótese de inexistência de beneficiários, e após o decurso de 5 (cinco) anos, contados da data do óbito do participante;

- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CV ONS que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

Conclusão:

A Parcela CV encontra-se equilibrada, dependendo apenas do pagamento das contribuições para os benefícios não programáveis previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Já a Parcela Renda Vitalícia encerrou o exercício de 2019 com Déficit Técnico Acumulado de R\$ 719,71. Uma vez que o valor do Déficit Técnico Acumulado apurado no encerramento de 2019 é inferior ao Limite de Déficit Técnico Acumulado (R\$ 15.679,98) apurado conforme Art. 29 da



Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, não há necessidade de elaboração e aprovação de plano de equacionamento de déficit no exercício de 2020. Dessa forma, é possível afirmar que o Déficit Técnico Acumulado apresentado no exercício de 2019 é não relevante e tenderá a ser revertido no longo prazo, sem a necessidade de contribuições extraordinárias para equacionamento do montante em questão. Caso isso não ocorra, caberá a esta Entidade realizar plano para equacionamento de déficit.

Atenciosamente,



Bruno Sardinha Lopes

Gerente Atuarial



DE: **BRUNO SARDINHA LOPES – ACB**
PARA: **DIRETORIA EXECUTIVA DA ELETROS - DEE**
ASSUNTO: **PARECER ATUARIAL DO PLANO EPE – 31/12/2019**

Objetivo:

Apresentação dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2019 do Plano EPE (CNPB: 2009.0029-38) em atendimento à legislação vigente.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2019, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Estatísticas:

- Benefícios a Conceder:

Quantidade de Participantes Ativos:	257
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$4.043.302,96
Idade Média (Anos):	42,00

Quantidade de Participantes Autopatrocinados:	16
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$236.773,90
Idade Média (Anos):	51,00

Quantidade de Participantes em BPD* (aguardando):	38
Idade Média (Anos):	43,00

* Inclui 6 "Desligados", 1 "Aguardando Opção", 1 "Aguardando Pensão" e 1 "Cancelado".

- Benefícios Concedidos:

- AUXÍLIO-DOENÇA	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	6
Idade Média dos Assistidos (Anos):	44,04
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$10.080,42

- PECÚLIO POR INVALIDEZ	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	0
Idade Média dos Assistidos (Anos):	0,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$0,00



- PECÚLIO POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	0
Idade Média dos Assistidos (Anos):	0,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$0,00

- CRÉDITO ADICIONAL POR INVALIDEZ	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	0
Idade Média dos Assistidos (Anos):	0,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$0,00

- CRÉDITO ADICIONAL POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	0
Idade Média dos Assistidos (Anos):	0,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$0,00

- RENDA MENSAL DE PENSÃO POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	3
Idade Média dos Assistidos (Anos):	34,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$2.134,29

- RENDA MENSAL POR APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	0
Idade Média dos Assistidos (Anos):	0,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$0,00

- RENDA MENSAL POR APOSENTADORIA	
Quantidade de Benefícios Concedidos**:	18
Idade Média dos Assistidos (Anos):	69,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$3.659,37

** Não inclui 1 "Desligado".



Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Auxílio-doença	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por morte	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal de aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal de aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

Hipóteses atuariais:

Premissa:	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	4,80%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 suavizada em 10% M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana

A hipótese de taxa real de juros de 5,25% ao ano, utilizada no encerramento do exercício 2018, foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2019, para a taxa de 4,80% ao ano. Destacamos que, em consonância com a legislação vigente, a taxa em questão foi definida através de estudo técnico específico embasado, fundamentalmente, pela alocação patrimonial do plano.

Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade do Plano no ano (12,04%) ficou acima da meta atuarial equivalente a INPC + 5,25% (9,97%).

O resultado acumulado no ano de 2019 nos segmentos de Renda Variável, Renda Fixa e Empréstimos foram positivos em 36,85%, 6,20% e 9,95%, respectivamente (valores nominais).

Para 2020, projetou-se INPC em 3,50%. Dessa forma, é possível afirmar que a meta atuarial de 2020 será de, aproximadamente, 8,47% (INPC + 4,80%).



Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais dos participantes e Patrocinadora para o próximo exercício foram estimadas em 14,68% (7,34% para os participantes e 7,34% para a Patrocinadora), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 13,82% (6,91% para os participantes e 6,91% para a Patrocinadora). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício.

A sobrecarga administrativa equivalente a 4,00% das contribuições básicas, até março de 2020, foi alterada para 0,00%, a partir de abril de 2020, conforme decisão do Conselho Deliberativo da ELETROS, 390ª reunião, realizada no dia 13/12/2019. Também não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais ou voluntárias.

A taxa de administração, incidente sobre o Patrimônio do Plano, que era de 0,00% ao ano, até março de 2020, foi alterada para 0,40% ao ano, a partir de abril de 2020, conforme decisão do Conselho Deliberativo da ELETROS, 390ª reunião, realizada no dia 13/12/2019.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual de 11,00% das contribuições básicas de participante e de Patrocinadora foi mantido em função de estudo realizado pela Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

Provisões Matemáticas em 31/12/2019:

PLANO EPE ELETROS PROVISÕES MATEMÁTICAS EM		31/12/2019
CODIGO	TITULO	VALORES - (R\$)
	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	101.867.923,79
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	101.867.923,79
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	9.843.661,29
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	9.843.661,29
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	9.843.661,29
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	92.024.262,50
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	92.024.262,50
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador	42.504.707,54
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	49.519.554,96
2.3.1.1.02.05.00	Benefício Definido Estruturado em regime Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
2.3.1.1.03.01.00	Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	Patrocinador	0,00



2.3.1.1.03.01.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.02.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03	Assistidos	0,00
2.3.1.1.03.03.00	Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.03.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03	Assistidos	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	...
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	...
2.3.1.2.01.01.00	SUPERAVIT TÉCNICO ACUMULADO	...
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	...
2.3.1.2.01.01.02	Reserva especial para revisão de plano	...
2.3.1.2.01.02.00	DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	...
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	...
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	4.297.074,75
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto em Nota técnica atuarial	4.297.074,75
2.3.2.1.03.01.00	Fundo de Riscos	2.958.326,76
2.3.2.1.03.02.00	Fundo de Reversão do Patrocinador	1.338.747,99

Variação das provisões matemáticas:

As Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. A variação nas provisões matemáticas observada no período ocorreu devido às movimentações na massa de ativos e assistidos do Plano e à variação da cota no período.

Resultado apurado no exercício:

Não houve resultado positivo ou negativo no exercício, visto que até o encerramento do exercício de 2019 não houve concessão de renda mensal vitalícia.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Auxílio-Doença, Crédito Adicional por Invalidez, Crédito Adicional por Morte, Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte.

O Fundo de Reversão do Patrocinador é constituído por:

- Créditos oriundos das sobras da parcela do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate;
- Créditos oriundos de prestações mensais de benefícios consideradas prescritas, ou seja, não requeridas no prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da data em que forem devidas.

O saldo deste Fundo tem o objetivo de equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro e/ou reduzir a contribuição de responsabilidade da Patrocinadora.



O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de pecúlio por morte, pecúlio por invalidez, crédito adicional por morte, crédito adicional por invalidez, auxílio doença e pagamentos de prêmios à seguradora contratada para administração desses riscos, conforme o caso;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano EPE que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

Conclusão:

Consideramos que o plano encontra-se equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Atenciosamente,



Bruno Sardinha Lopes

Gerente Atuarial



DE: **BRUNO SARDINHA LOPES – ACB**
PARA: **DIRETORIA EXECUTIVA DA ELETROS - DEE**
ASSUNTO: **PARECER ATUARIAL DO PLANO CD CERON – 31/12/2019**

Objetivo:

Apresentação dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2019 do Plano CD CERON (CNPB: 2011.0015-11) em atendimento à legislação vigente.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2019, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Estatísticas:

- Benefícios a Conceder:

Quantidade de Participantes Ativos:	245
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$ 2.446.839,75
Idade Média (Anos):	45,00

Quantidade de Participantes Autopatrocinados:	12
Folha de Salário de Participação Mensal:	R\$ 109.608,25
Idade Média (Anos):	49,00

Quantidade de Participantes em BPD* (aguardando):	61
Idade Média (Anos):	51,00

* Inclui 6 "Desligados", 23 "Aguardando Opção", 2 "Cancelados" e 1 "Aguardando Pensão".

- Benefícios Concedidos:

- RENDA MENSAL DE PENSÃO POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	14
Idade Média dos Assistidos (Anos):	36,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 587,72

- RENDA MENSAL POR APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	2
Idade Média dos Assistidos (Anos):	55,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 2.760,32



- PECÚLIO POR MORTE	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	0
Idade Média dos Assistidos (Anos):	0,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ -

- PECÚLIO POR INVALIDEZ	
Quantidade de Benefícios Concedidos:	0
Idade Média dos Assistidos (Anos):	0,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ -

- RENDA MENSAL POR APOSENTADORIA	
Quantidade de Benefícios Concedidos**:	101
Idade Média dos Assistidos (Anos):	59,00
Valor Médio do Benefício (R\$):	R\$ 5.052,19

** Não inclui 1 "Desligado" e 1 "Resgate Parcelado".

Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal diferida decorrente da opção pelo benefício proporcional diferido	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

Hipóteses atuariais:

Premissa	Valor
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros	4,10%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 suavizada em 10% M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana



A hipótese de taxa real de juros de 4,40% ao ano, utilizada no encerramento do exercício 2018, foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2019, para a taxa de 4,10% ao ano. Destacamos que, em consonância com a legislação vigente, a taxa em questão foi definida através de estudo técnico específico embasado, fundamentalmente, pela alocação patrimonial do plano.

Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade da cota no ano (10,57%) ficou acima da meta atuarial equivalente a INPC + 4,40% (9,08%).

O resultado acumulado no ano de 2019 nos segmentos de Renda Variável e Renda Fixa foram positivos em 36,85% e 6,19%, respectivamente (valores nominais).

Para 2020, projetou-se INPC em 3,50%. Dessa forma, é possível afirmar que a meta atuarial de 2020 será de, aproximadamente, 7,74% (INPC + 4,10%).

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais dos participantes e Patrocinador para o próximo exercício foram estimadas em 14,68% (7,34% para os participantes e 7,34% para a Patrocinadora), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 15,90% (7,95% para os participantes e 7,95% para a Patrocinadora). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício.

Informamos que as taxas de carregamento, incidente sobre as contribuições, e de administração serão definidas pela nova gestora do Plano, Fundação EnergisaPrev, que assumiu todas as responsabilidades administrativas do Plano CD CERON em janeiro de 2020.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual de 11,00% das contribuições básicas de participante e de Patrocinadora foi mantido em função de estudo realizado pela Fundação Eletros. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

O Regulamento deste Plano prevê em seu Art. 47 a determinação em Plano de Custeio, pelo atuário responsável pelo Plano, de um limite mínimo de valor de benefício a ser pago aos assistidos, nos casos de benefícios de prestação mensal continuada. Estabelecemos o valor de R\$ 299,58 como limite mínimo durante a vigência deste plano de custeio.



Provisões Matemáticas em 31/12/2019:

PLANO CD CERON		
PROVISÕES MATEMÁTICAS EM		31/12/2019
CODIGO	TITULO	VALORES - (RS)
	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	153.311.884,45
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	153.311.884,45
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	71.181.203,12
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	71.181.203,12
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	71.181.203,12
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	82.130.681,33
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	82.130.681,33
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador	40.174.299,46
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	41.956.381,87
2.3.1.1.02.05.00	Benefício Definido Estruturado em regime Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
2.3.1.1.03.01.00	Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.01.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.02.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03	Assistidos	0,00
2.3.1.1.03.03.00	Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	Patrocinador	0,00
2.3.1.1.03.03.02	Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03	Assistidos	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	...
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	...
2.3.1.2.01.01.00	SUPERAVIT TÉCNICO ACUMULADO	...
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	...
2.3.1.2.01.01.02	Reserva especial para revisão de plano	...
2.3.1.2.01.02.00	DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	...
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	...
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	6.384.027,87
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto em Nota técnica atuarial	6.384.027,87
2.3.2.1.03.01.00	Fundo de Riscos	4.717.100,61
2.3.2.1.03.02.00	Fundo de Reversão do Patrocinador	1.666.927,26



Informamos que as Adições e Deduções da Gestão Previdencial do Plano CD CERON foram escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, exceto às contribuições que foram escrituradas pelo regime de caixa. As estatísticas e Provisões Matemáticas não consideram os saldos dos 2 participantes que protocolaram os seus respectivos Termos de Portabilidade no mês de dezembro de 2019, uma vez que, em janeiro de 2020, a Fundação Eletros efetivou a transferência dos valores relativos às portabilidades requeridas, em cumprimento à determinação prevista no Art. 8º da Instrução Normativa SPC nº 5, de 9 de dezembro de 2003.

Variação das provisões matemáticas:

As Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. Com isso, a variação nas provisões matemáticas observada no período ocorreu devido às movimentações na massa de ativos e assistidos do Plano e à variação da cota no período.

Resultado apurado no exercício:

Em função de sua modalidade, não haverá resultado positivo ou negativo neste Plano.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte.

O Fundo de Reversão do Patrocinador é constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador e do saldo acumulado a título de Serviço Passado do Patrocinador que não foram objeto de Resgate;
- Créditos oriundos de prestações mensais de benefícios consideradas prescritas, ou seja, não requeridas no prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da data em que forem devidas.

O saldo deste Fundo tem o objetivo o pagamento das parcelas paritárias faltantes relativas ao serviço passado de participantes que cessaram o vínculo empregatício com o Patrocinador, equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro e/ou redução da contribuição de responsabilidade do Patrocinador.

O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de pecúlio por morte, pecúlio por invalidez e pagamentos de prêmios à seguradora contratada para administração desses riscos, conforme o caso;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CD CERON que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

Destacamos que, conforme notícia publicada em 01 de novembro de 2018 na Página 118, Seção 3, Edição 211 no Diário Oficial da União, o controle acionário das Centrais Elétricas Rondônia passou para a Energisa S/A, concluindo o processo de privatização da CERON.



Considerando a carta, de 25 de fevereiro de 2019, da Patrocinadora, Energisa S/A que solicitou a Transferência de Gerenciamento do Plano CD CERON da Fundação Eletros para a EnergisaPrev, bem como o Plano de Ação acordado entre as partes, desde o mês de janeiro 2020, informamos que a Fundação EnergisaPrev assumiu todas as responsabilidades administrativas do Plano CD CERON.

Informamos que, em conformidade com a Cláusula Oitava do "Termo de Rescisão de Convênio de Adesão e Transferência de Gerenciamento do Plano de Previdência da Eletros para os Empregados da Centrais Elétricas de Rondônia S/A – CERON (Plano CD Ceron)", a quantia referente ao Exigível Contingencial de R\$ 415.501,52 (quatrocentos e quinze mil, quinhentos e um reais e cinquenta e dois centavos), provisionada em razão do prognóstico provável de processo judicial ativo relacionado ao Plano CD CERON e em conformidade com as regras contábeis, em especial o CPC 25, permanecerá com a Eletros até o deferimento da substituição processual no referido processo. Diante do deferimento da substituição processual, a Eletros transferirá a provisão constituída para a EnergisaPrev, com o valor atualizado pelo retorno dos investimentos até a data da transferência, de acordo com a cláusula 8.3, letra "b" do Termo. Por outro lado, se a substituição processual for indeferida e o valor provisionado menor que o efetivamente pago pela Eletros, ou não existir provisão, a EnergisaPrev reembolsará à Eletros o valor efetivamente pago pela entidade de origem, nos termos da cláusula 8.3, letra "d" do Termo.

Conclusão:

Consideramos que o plano encontra-se equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Atenciosamente,



Bruno Sardinha Lopes

Gerente Atuarial



ELETROS-SAÚDE



Gestão da Saúde Eletros-Saúde

1. APRESENTAÇÃO

Nos últimos anos, os efeitos da crise econômica sobre a área da saúde ficaram ainda mais evidentes. A ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) estima que, por este motivo, mais de três milhões de pessoas saíram do sistema de saúde suplementar, ou seja, desligaram-se de seus planos de saúde. Além disso, vimos também um aumento nos casos de judicialização – que já se tornou uma cultura no país e tem ganhado cada vez mais destaque nos diferentes âmbitos e debates do setor, com impactos desde a esfera pública até a suplementar, passando pelo ambiente acadêmico, empresas, imprensa e diferentes camadas da sociedade.

É preciso ressaltar que, no Brasil, o processo de envelhecimento populacional ocorre de forma acelerada – o que se reflete, também, na redução da população economicamente ativa e no aumento da utilização dos serviços de assistência à saúde. Esse cenário encareceu a saúde brasileira, principalmente a autogestão que concentra a maioria dos idosos. Estima-se que o Brasil deve fechar 2019 com a chamada inflação médica — que apura a variação dos preços no setor de saúde — em 17%.

Concluindo, o ano de 2019 foi marcado por muitas mudanças sociais e econômicas para o Brasil, o que também se refletiu no mercado de saúde. Enquanto operadora de planos na modalidade de autogestão, o Eletros-Saúde também foi afetado por esse novo cenário.

Considerando-se todos esses desafios, o Eletros-Saúde vem trabalhando para manter sua sustentabilidade, tendo atingido resultado positivo no exercício e constituído todas as garantias instituídas pela ANS. Esse ano, avançamos consideravelmente na construção da nova associação de assistência à saúde, com gestão apartada da Fundação Previdenciária. Entre as etapas mais marcantes deste processo, destacamos a aprovação do Estatuto Social da Eletros-Saúde – Associação de Assistência à Saúde, que aconteceu em setembro, juntamente com o deferimento, pela Receita Federal, do CNPJ, bem como o registro da nova operadora na ANS, emitido em dezembro. Como um processo natural, a segregação objetiva viabilizar financeiramente, também no longo prazo, o crescimento da operadora e a oferta de novos planos, com mensalidades compatíveis com a renda dos atuais beneficiários. Além disso, ela também possibilita a adesão de novas patrocinadoras com beneficiários ativos (titulares e dependentes) e aposentados, além da perspectiva de aumento do número de beneficiários vinculados aos novos titulares nos planos família.

O atual cenário brasileiro inspirou outra inovação: o plano Eletros-Saúde Família Essencial, que é uma opção mais econômica, com preço competitivo com a oferta de mercado, para proporcionar a melhor assistência aos familiares dos titulares. O Eletros-Saúde Família Essencial é um espelho do plano Eletros-Saúde Assistidos Essencial, ou seja, mantém o alto padrão de qualidade, mas oferece cobertura restrita ao rol de procedimentos estabelecido pela ANS, sem odontologia e sem adicionais.

Ao longo de todo 2019, também buscamos incentivar os beneficiários a fazer uso consciente dos serviços oferecidos pelos planos. Aliado a isso, investimos em ações e

programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças com o lançamento do Viva Bem Eletros-Saúde, que consiste na promoção da informação customizada e continuada, através de nossa expertise e de uma rede credenciada altamente qualificada. A iniciativa conta com uma página exclusiva no portal, com campanhas que seguem o calendário nacional e internacional, bem como ações pontuais e sistêmicas relevantes, com dicas de cuidados em prol da cultura preventiva e dos hábitos saudáveis. Seguindo este mesmo objetivo, desenvolvemos cartilhas e manuais, para facilitar a utilização dos serviços oferecidos pelo plano, bem como divulgar os programas, como Orientação à Gestante, Internação Domiciliar e Programa OncoVida Eletros-Saúde.

A era da informatização e tecnologia também afeta nossa relação com a saúde. Segundo o Google, 26% dos brasileiros recorrem primeiro à internet ao se deparar com algum problema. Um de nossos desafios para os próximos anos é segmentar o relacionamento com nossos beneficiários e conquistar uma geração sempre conectada, além de melhorar a experiência na utilização dos serviços. Para isso, continuamos a investir em nossa comunicação, começando com a realização da campanha anual de atualização cadastral, que proporciona mais acessibilidade e eficácia no contato entre o Eletros-Saúde e seus beneficiários.

Em seguida, aperfeiçoamos alguns de nossos autosserviços – como o reembolso online – em todas as nossas plataformas. Outra ação tomada neste sentido foi a implantação de uma nova forma de disponibilizar os boletos para beneficiários de planos de pré-pagamento, que passaram a receber a cobrança diretamente em seus e-mails cadastrados, o que nos ajudou a reduzir o índice de inadimplência da operadora. Reforçando a importância desse momento, renovamos nosso guia de comunicação visual com boas práticas que servem como base para ampliar a nossa presença de marca e o alcance dos diversos públicos através dos meios digitais, como nas redes sociais, por exemplo.

Queremos crescer e nos superar ainda mais. Em 2020 lançaremos novos produtos e ações para melhorias nos nossos serviços aos beneficiários e, com a conclusão da segregação, daremos início às atividades da nova associação de assistência à saúde. É importante reforçar que, com a nova gestão, continuaremos a avaliar, constantemente, a percepção dos beneficiários sobre os serviços e mudanças aplicadas.

Não pararemos por aí: iremos adequar nossos processos para torná-los mais assertivos, além de investir no uso consciente de recursos e na ampliação da atenção integral à saúde. Nosso relacionamento com os parceiros estratégicos, as patrocinadoras e os beneficiários também continuará como prioridade.

Obrigado por mais um ano de confiança e parceria.

Rogério Braz

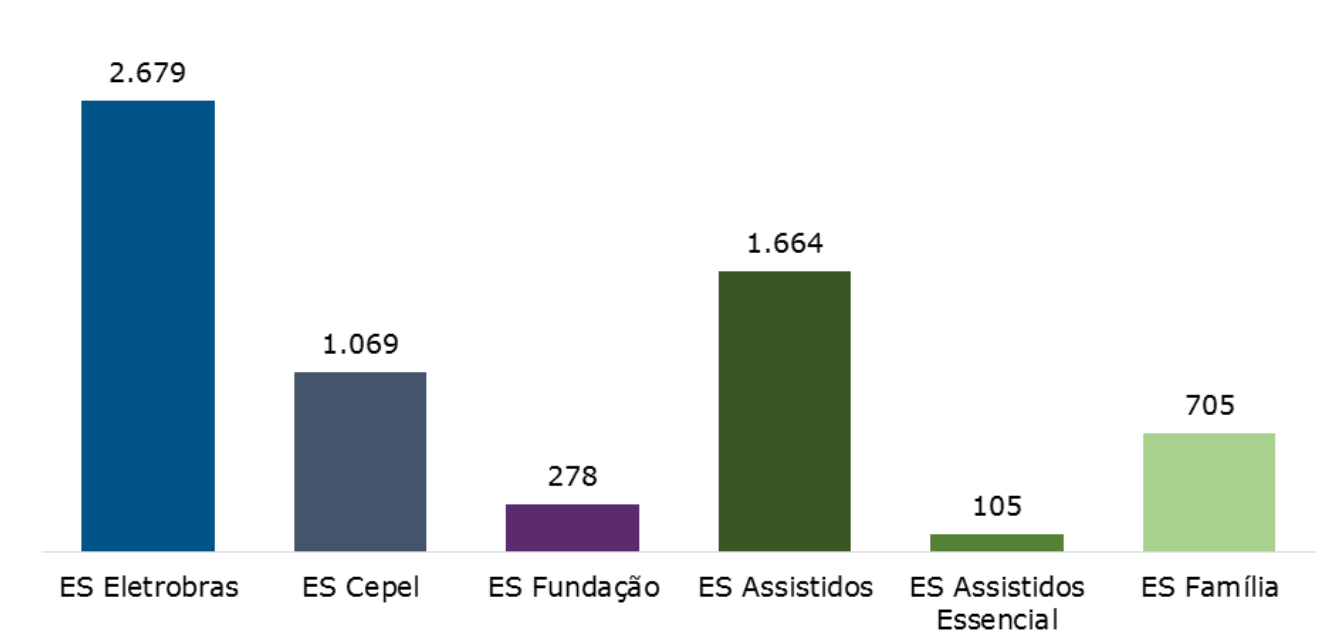
Superintendente do Eletros-Saúde

2. ELETROS-SAÚDE EM NÚMEROS

2.1. Números de beneficiários em 2019

Plano	Quantidade de beneficiários
ES Eletrobras	2.679
ES Cepel	1.069
ES Fundação	278
ES Assistidos	1.664
ES Assistidos Essencial	105
ES Família	705

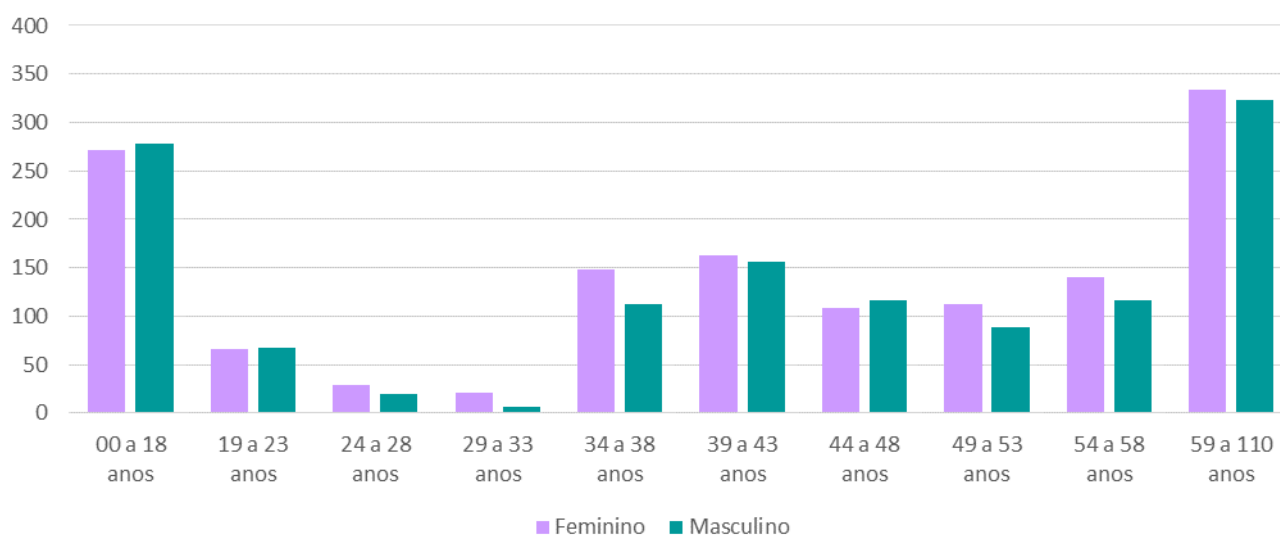
Representação gráfica dos beneficiários por plano em 2019



2.2 Faixa etária dos beneficiários em 2019

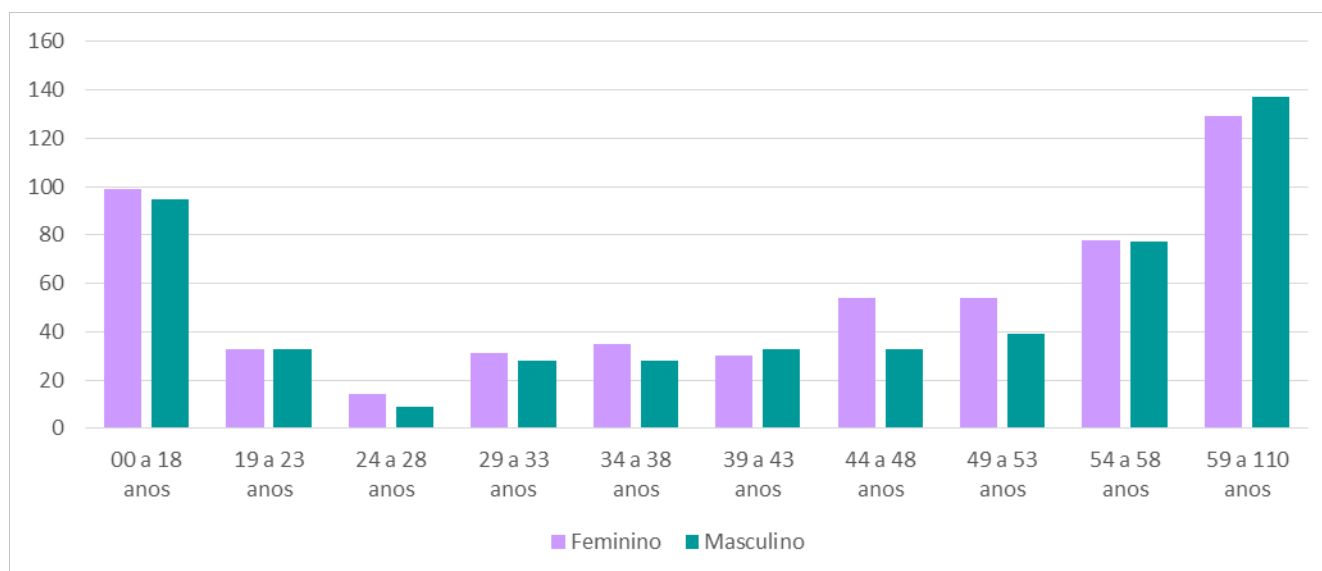
Eletrobras			
Faixa Etária	Feminino	Masculino	Total
00 a 18 anos	272	278	550
19 a 23 anos	66	67	133
24 a 28 anos	29	20	49
29 a 33 anos	21	7	28
34 a 38 anos	148	112	260
39 a 43 anos	163	156	319
44 a 48 anos	108	116	224
49 a 53 anos	113	89	202
54 a 58 anos	140	117	257
59 a 110 anos	334	323	657
Total	1.394	1.285	2.679

Representação gráfica da distribuição dos beneficiários por faixa etária – Eletrobras



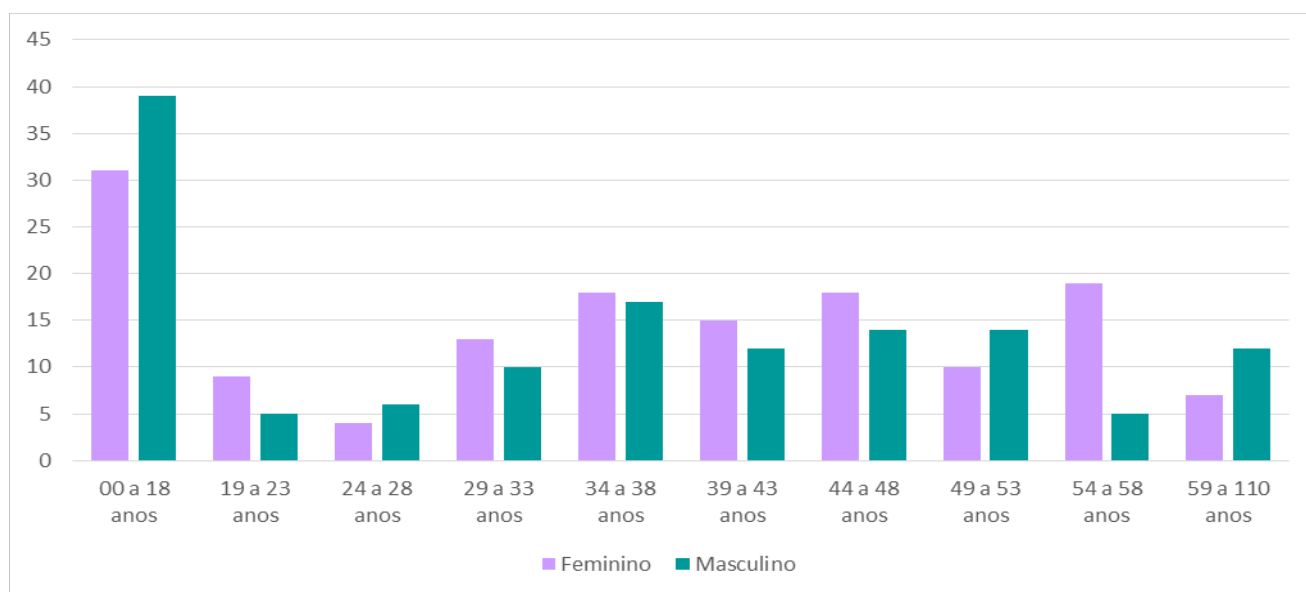
Cepel			
Faixa Etária	Feminino	Masculino	Total
00 a 18 anos	99	95	194
19 a 23 anos	33	33	66
24 a 28 anos	14	9	23
29 a 33 anos	31	28	59
34 a 38 anos	35	28	63
39 a 43 anos	30	33	63
44 a 48 anos	54	33	87
49 a 53 anos	54	39	93
54 a 58 anos	78	77	155
59 a 110 anos	129	137	266
Total	557	512	1.069

Representação gráfica da distribuição dos beneficiários por faixa etária – Cepel



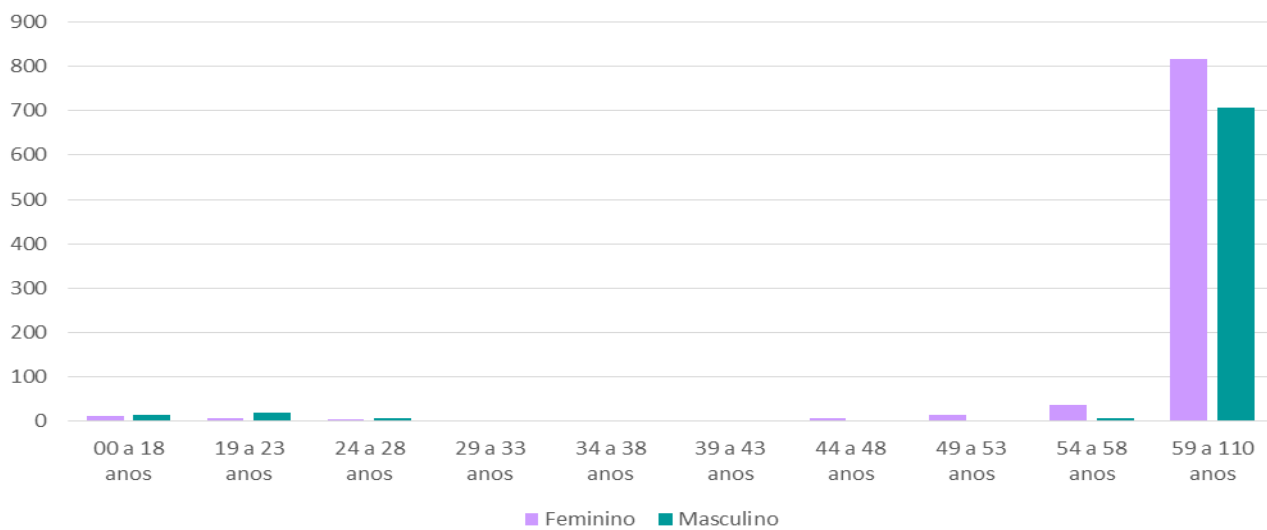
Fundação			
Faixa Etária	Feminino	Masculino	Total
00 a 18 anos	31	39	70
19 a 23 anos	9	5	14
24 a 28 anos	4	6	10
29 a 33 anos	13	10	23
34 a 38 anos	18	17	35
39 a 43 anos	15	12	27
44 a 48 anos	18	14	32
49 a 53 anos	10	14	24
54 a 58 anos	19	5	24
59 a 110 anos	7	12	19
Total	144	134	278

Representação gráfica da distribuição dos beneficiários por faixa etária – Fundação



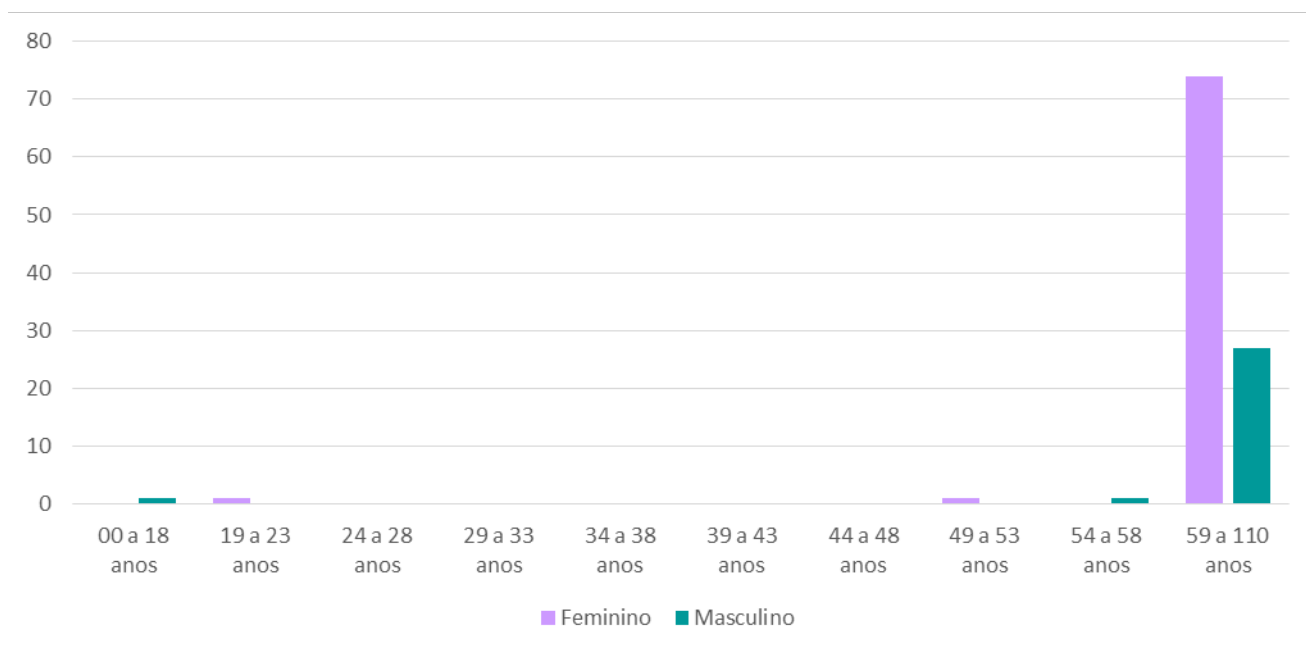
Assistidos			
Faixa Etária	Feminino	Masculino	Total
00 a 18 anos	11	14	25
19 a 23 anos	8	20	28
24 a 28 anos	4	6	10
29 a 33 anos	-	1	1
34 a 38 anos	1	2	3
39 a 43 anos	3	2	5
44 a 48 anos	7	2	9
49 a 53 anos	14	1	15
54 a 58 anos	38	6	44
59 a 110 anos	817	707	1.524
Total	903	761	1.664

Representação gráfica da distribuição dos beneficiários por faixa etária – Assistidos



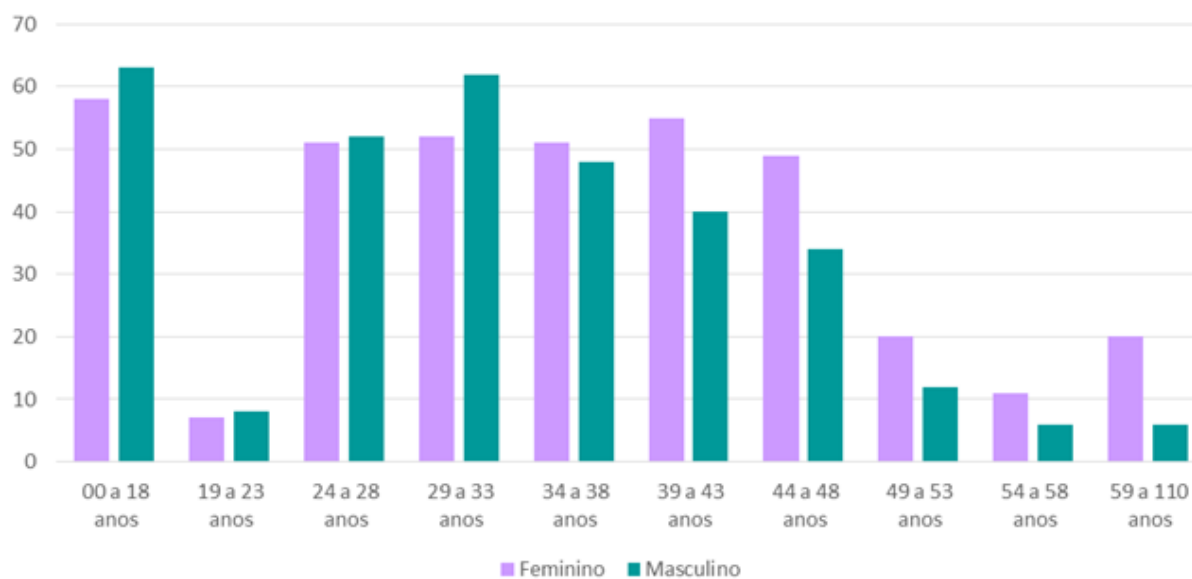
Assistidos Essencial			
Faixa Etária	Feminino	Masculino	Total
00 a 18 anos	-	1	1
19 a 23 anos	1	-	1
24 a 28 anos			
29 a 33 anos			
34 a 38 anos			
39 a 43 anos			
44 a 48 anos			
49 a 53 anos	1	-	1
54 a 58 anos	-	1	1
59 a 110 anos	74	27	101
Total	76	29	105

Representação gráfica da distribuição dos beneficiários por faixa etária – Essencial



Vinculados/ Família			
Faixa Etária	Feminino	Masculino	Total
00 a 18 anos	58	63	121
19 a 23 anos	7	8	15
24 a 28 anos	51	52	103
29 a 33 anos	52	62	114
34 a 38 anos	51	48	99
39 a 43 anos	55	40	95
44 a 48 anos	49	34	83
49 a 53 anos	20	12	32
54 a 58 anos	11	6	17
59 a 110 anos	20	6	26
Total	374	331	705

Representação gráfica da distribuição dos beneficiários por faixa etária – Vinculado/Família



2.3 Consultas e exames por beneficiário

- Consultas: 4,57 por beneficiário (média)
- Exames: 31,55 por beneficiário (média)

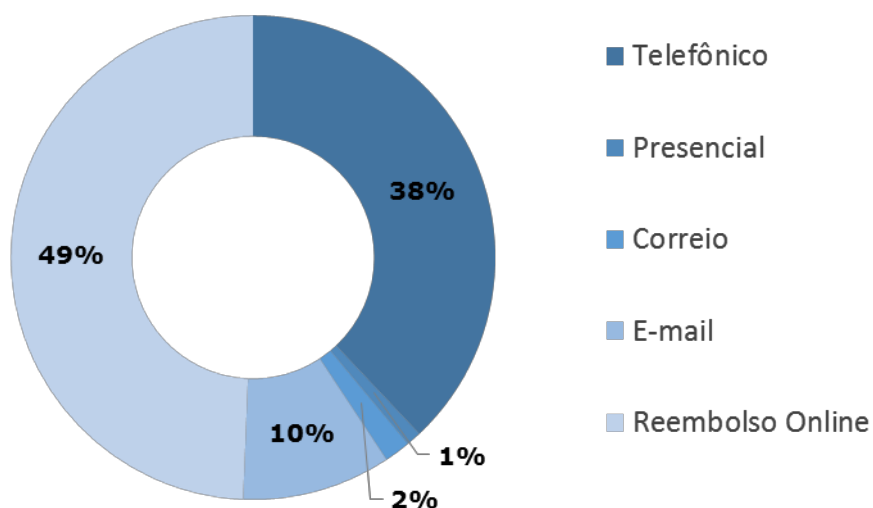
2.4 Custo e sinistralidade por plano

	Custo	Sinistralidade
Eletros-Saúde Assistidos	R\$ 41.514.654	91%
Eletros-Saúde Assistidos Essencial	R\$ 827.361	35%
Eletros-Saúde Família	R\$ 3.273.755	48%
Eletros-Saúde Fundação	R\$ 2.143.603	78%

2.5 Atendimentos

Tipo	Quantidade
Telefônico	29.780
Presencial	781
Correio	1.371
E-mail	7.806
Reembolso Online	38.711
Total	78.449

Distribuição percentual dos atendimentos por tipo





Eletros

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social

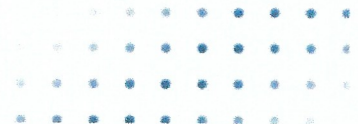
PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE AO PLANO ELETROS-SAÚDE

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS - CFE, Hiram Carneiro Toledo dos Santos, Presidente do CFE, Ailton Andrade, Gustavo Botrel Coutinho de Melo e João Vicente Amato Torres, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, após exame que fizeram nas Demonstrações Financeiras (Contábeis) do Plano Assistencial à Saúde - ELETROS-SAÚDE auditadas, tendo apreciado, ao longo do exercício, os balancetes e os acompanhamentos orçamentários mensais do Plano Assistencial à Saúde - ELETROS-SAÚDE, bem como embasados nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Contábeis) e no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (Contábeis), relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, são de parecer que as aludidas peças representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição econômico-financeira do Plano Assistencial à Saúde - ELETROS-SAÚDE, naquela data. O presente Parecer do Conselho Fiscal foi lido e aprovado na reunião desta data, e é assinado pelo Presidente do Conselho Fiscal da ELETROS, com a anuência dos demais membros do Conselho Fiscal, presentes à reunião.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2020.

Hiram Carneiro Toledo dos Santos

Presidente do Conselho Fiscal



Fundação
Eletrobrás de
Seguridade Social
- Eletros

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2019 e 2018**

KPDS 545268

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstração do resultado	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio social	9
Demonstração dos fluxos de caixa - Método direto	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros, Diretores, Patrocinadores e Participantes da
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS - Saúde
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros ("Eletros-Saúde"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros ("Eletros-Saúde") em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício". Somos independentes em relação à Eletros-Saúde, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Eletros-Saúde continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Eletros-Saúde ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Eletros-Saúde são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Eletros-Saúde.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e ou dos planos de benefícios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e os planos de benefícios a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Faria Pereira

Contador CRC RJ-077911/O-2

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Ativo Circulante		32.774	22.696	Passivo Circulante		21.100	19.408
Disponível	4	37	381	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	9	6.132	7.057
Banco conta Depósitos		37	381	Provisões de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		4	35
				Provisões de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		1.184	2.669
Realizável		32.737	22.315	Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		4.944	4.353
Aplicações Financeiras	5	28.699	18.619	Débitos com Operações de Assistência à Saúde	10	4.353	4.163
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas	5.1	7.979	7.562	Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios		4.353	4.139
Aplicações Não Vinculadas	5.2	20.720	11.057	Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		0	24
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	2.496	2.660	Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	11	2.239	794
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		1.041	1.486	Provisões		8.376	7.394
Participação dos Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizados		43	124	Provisões para Ações Judiciais	14	6.763	5.941
Contraprestação Corresponsabilidade Assumida		1.353	740	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	12	892	760
Outros Créditos Com Planos de Assistência à Saúde		59	310	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	13	711	647
Bens e Títulos a Receber	7	1.542	1.036	Débitos diversos		10	45
Ativo Não Circulante		6.570	5.466	Passivo Não Circulante		1.288	1.937
Realizável a longo prazo		6.429	5.410	Empréstimos e Financiamentos a Pagar	13	1.288	1.937
Depósitos Judiciais e Fiscais	8	6.429	5.410	Patrimônio Social		16.956	6.817
Imobilizado		61	40	Patrimônio Social	16	1.849	1.849
Imobilizado de Uso Próprio		61	40	Reservas de Capital/Reservas Patrimoniais		3.726	0
Intangível		80	16	Superávit Acumulado		11.381	4.968
Ativo Intangível		80	16	Total do Passivo		39.344	28.162
Total do Ativo		39.344	28.162				

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstração do resultado

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Planos Assistência à Saúde	95.972	90.220
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	96.333	90.588
Contraprestações Líquidas	96.333	90.588
Tributos Diretos de Operações de Assistência à Saúde da Operadora	(361)	(368)
Eventos Indenizáveis Líquidos/Sinistros Retidos	(87.018)	(89.682)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	(87.018)	(89.682)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados de Assistência a Saúde Médico-Hospitalar	(83.317)	(85.795)
Eventos/Sinistros de Assistência Odontológica	(3.054)	(3.218)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados do Sistema Único de Saúde SUS	(56)	0
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados	(591)	(669)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde	6.117	5.868
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	5.571	5.288
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	1.434	973
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar	1.231	658
Outras Receitas Operacionais	202	315
Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde	(401)	(85)
Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde	-	(36)
Provisão/Reversão para Perdas Sobre Créditos	(401)	(49)
Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	(487)	(308)
Resultado Bruto	15.071	6.406
Despesas Administrativas	(9.868)	(9.704)
Resultado Financeiro	1.210	1.065
Receitas Financeiras	1.425	1.323
Despesas Financeiras	(215)	(258)
Superávit do exercício/Deficit do exercício	6.413	(2.233)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

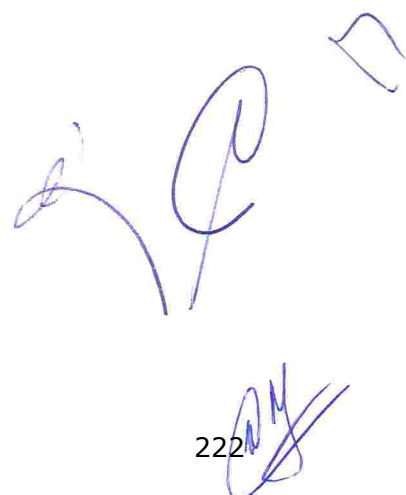
Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Superávit do exercício	6.413	(2.233)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	6.413	(2.233)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstração das mutações do patrimônio social

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio Social	Reservas de Capital/ M.S. CEPEL EBRÁS	Superávit Déficit Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>1.849</u>	<u>-</u>	<u>7.201</u>	<u>9.050</u>
Superávit do exercício	-	-	(2.233)	(2.233)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>1.849</u>	<u>-</u>	<u>4.968</u>	<u>6.817</u>
Superávit do exercício	-	-	6.413	6.413
Reservas de Capital	-	3.726	-	3.726
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>1.849</u>	<u>0</u>	<u>11.381</u>	<u>16.956</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstração dos fluxos de caixa - Método direto

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Atividades Operacionais		
Recebimento de Planos de Saúde	68.072	60.099
Resgate de Aplicações Financeiras	89.350	102.307
Outros Recebimentos Operacionais	52.361	55.190
Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	(97.497)	(96.639)
Pagamento de Pessoal	(5.290)	(5.446)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(1.281)	(1.260)
Pagamento de Tributos	(4.789)	(4.768)
Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(353)	(31)
Pagamento de Aluguel	(238)	(235)
Aplicações Financeiras	(94.561)	(101.001)
Outros Pagamentos Operacionais	(5.230)	(7.082)
Caixa líquido gerado das nas atividades operacionais	544	1.134
Atividades de Investimento		
Aquisição de Ativo Imobilizado - OUTROS	(30)	0
Direito de Uso de Software	(65)	0
Caixa líquido consumido nas atividades de Investimento	(95)	0
Atividades de Financiamento		
Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos	(206)	(170)
Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos	(587)	(596)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(793)	(766)
Varição Líquida do Caixa	(344)	368
Saldo Inicial - caixa no início do exercício	381	3.229
Saldo Final - caixa no final do exercício	37	3.597
Ativos Livres no Início do Exercício	11.438	12.394
Ativos Livres no Final do Exercício	20.757	11.438
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras -	9.319	(956)
Recursos Livres	9.319	(956)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.



Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS (“Fundação” ou “Eletros”) é uma entidade fechada de previdência complementar e operadora de plano privado de assistência à saúde, sem fins lucrativos, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº 31390-4, classificada como autogestão. A Eletros oferta e gerencia o programa de assistência à saúde e que tem por objeto a prestação continuada de serviços médico-hospitalares e odontológicos, destinados aos seus usuários.

Atualmente, a Eletros possui registro de cinco produtos na ANS na modalidade de preço pré estabelecido e de dois produtos da modalidade de preço pós-estabelecido.

Modalidade preço pré-estabelecido

- Plano Eletros-Saúde - Assistidos;
- Plano Eletros-Saúde - Assistidos Essencial;
- Plano Eletros-Saúde - Vinculados;
- Plano Eletros-Saúde - Família;
- Plano Eletros-Saúde – Fundação.

O plano Eletros-Saúde Assistidos e Eletros-Saúde Essencial são destinados aos assistidos e pensionistas dos planos de benefícios previdenciários da Eletros, seus cônjuges ou companheiros e seus descendentes diretos até 1º grau, até 21 anos ou 25 anos, de acordo com os critérios estabelecidos em Regulamento. Os Planos também são oferecidos para os ex-empregados, ex-diretores e os ex-administradores da Eletros e das Patrocinadoras, desde que participantes previdenciários.

Os planos Eletros-Saúde Vinculados (fechado para novas adesões) e o Eletros-Saúde Família são destinados aos descendentes até 4º Grau dos titulares e cônjuges e colaterais até 2º Grau (irmãos e sobrinhos) dos planos Eletros-Saúde Assistidos, Fundação, Eletrobras e Cepel.

Os Planos Eletros-Saúde Assistidos, Eletros-Saúde Essencial, Eletros-Saúde Vinculados e Eletros Saude Família são custeados exclusivamente pelos seus usuários, através de contribuições mensais, pelos resultados dos investimentos de suas aplicações financeiras, por eventuais doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias.

O plano Eletros-Saúde Fundação é destinado aos empregados da Eletros, seus cônjuges ou companheiros e seus descendentes diretos até 1º grau, até 21 anos ou 25 anos, de acordo com os critérios estabelecidos em Regulamento. As contribuições mensais deste plano são repassadas integralmente pela Eletros.

Modalidade preço pós-estabelecido

- Plano Eletros-Saúde - Eletrobras;
- Plano Eletros-Saúde - Cepel

Esses produtos são oferecidos para os empregados e dependentes das Patrocinadoras Eletrobras e Cepel.

Em 31 de dezembro de 2019, os Plano Eletros-Saúde contavam com 4.731 participantes ativos (4.835 em dezembro de 2018) e 1.769 assistidos (1.967 em dezembro de 2018).

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e suas alterações, normas editadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em especial a Resolução Normativa nº 435/18, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Bases de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- A provisão de eventos a liquidar é reconhecida com base nos avisos informados pelos prestadores de serviços de assistência à saúde;
- A provisão para eventos ocorridos e não avisados é calculada baseada na metodologia estabelecida pelo órgão regulador.
- A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pelo Conselho Deliberativo em 26 de março de 2020.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

A Administração utiliza estimativas para mensuração de passivos cujos valores são baseados em premissas e hipóteses condizentes com as transações ou eventos incorridos ou a incorrer. As provisões técnicas são constituídas mediante cálculo definido pelo órgão regulador. As contingências passivas são mensuráveis de acordo com a classificação de probabilidade de perdas e critérios definidos para mensuração financeira.

3.3 Apuração do resultado

a. *Receita*

As contraprestações efetivas/prêmios ganhos devem ser apropriadas à receita no último dia do mês considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos. Quando ocorrer o recebimento de mensalidades, em antecipação ao período de cobertura do risco, esses valores devem ser registrados no Passivo Circulante em uma conta específica denominada Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios.

Nos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita deve ser registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

b. *Custo*

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de provisão.

3.4 Disponível (Caixa e equivalentes a caixa)

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.5 Instrumentos Financeiros não derivativos

Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, ativos financeiros registrados a valor justo ou mantidos até o vencimento, quando aplicável.

As aplicações financeiras são classificadas como destinadas à negociação e como mantidos até o vencimento, os empréstimos a pagar e recebíveis. Os destinados à negociação são avaliados a valor justo com seus efeitos reconhecidos no resultado.

A Fundação reconhece os empréstimos a pagar, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os empréstimos a pagar são mensurados pelo valor de custo amortizado. Os ativos financeiros não derivativos da Fundação compreendem: Disponível (Nota nº 4); Aplicações financeiras (Nota nº 5); Créditos recebíveis e Empréstimos e financiamentos a pagar (Nota nº 14).

3.6 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.7 Provisões técnicas

São calculadas com base em metodologia estabelecida pela Resolução Normativa ANS nº 209/09, excetuando-se a provisão de eventos a liquidar, que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde, efetivamente recebidas pelas operadoras, conforme estabelecido pela ANS (Nota Explicativa nº 10).

3.8 Ativos e Passivos contingentes (Provisões)

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

(ii) Passivos contingentes

São constituídos sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3.9 Provisão para perda sobre créditos

A Entidade constituiu provisão para perdas na realização de créditos representados por direitos creditórios de liquidação incerta, de acordo com o disposto no item 10.2.3.1 do anexo I da Resolução Normativa 435/18 e suas atualizações, que estabeleceu que os planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito referente ao contrato deve ser provisionada.

4 Disponível

Os saldos disponíveis abrangem saldos financeiros com realização em até três meses ou menos a partir da data da contratação ou aquisição. Tais saldos são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo e estão livremente disponíveis e não vinculados a linhas de crédito ou de financiamento.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 37 (R\$ 381 em 2018), está representado por numerário mantido em conta corrente para pagamento de serviços de assistência à saúde.

5 Aplicações financeiras

Referem-se a aplicações em cotas de Fundos de Investimento, registradas pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e atualizadas em função do valor da cota de encerramento do balanço, divulgada pelos Administradores dos Fundos. A rentabilidade é apropriada ao resultado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresentam o montante de R\$ 28.699 e R\$ 18.619, respectivamente. E estão representadas por:

5.1 Aplicações vinculadas a provisões técnicas

São recursos aplicados em fundos de investimento aberto, junto ao Banco Bradesco S.A., classificados como de renda fixa, vinculados à garantia de cobertura de reservas e provisões técnicas (Nota Explicativa nº 10), cuja movimentação ocorre por aplicações e ou resgates realizados de acordo com as regras estabelecidas pela ANS e valorização ou desvalorização que ocorre de acordo com o valor de mercado dos fundos de investimento, tais recursos são adquiridos com o propósito de garantir as provisões técnicas.

A rentabilidade auferida em 2019 foi de 5,52% (5,98% em 2018).

Descrição	Exercício findo em	
	2019	2018
Cotas de Fundo de Investimento	7.979	7.562
Total	7.979	7.562

5.2 Aplicações não vinculadas a provisões

Referem-se à aplicação em fundos de investimento, classificados como multimercado crédito privado, junto ao Banco Alfa (fundo exclusivo) e Banco do Brasil (fundo aberto), adquiridos com o propósito de ser ativa e frequentemente negociado.

Fazem parte dessas aplicações em 2019, os aportes efetuados pelas patrocinadoras Eletrobrás (2.516 mil) e CEPEL (1.210 mil), para constituição da Margem de Solvência, estabelecida pela Agência Nacional de Saúde, para os planos de pós pagamentos, conforme Nota Explicativa nº 16.

A rentabilidade auferida pelo fundo do Banco Alfa em 2019 foi 5.93% (6,41% em 2018)

O valor está apresentado à valor justo reconhecido por preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, classificado no Nível 2 da Hierarquia do Valor Justo.

Descrição	2019	2018
Saldo em 1º de janeiro	11.057	12.382
(+) Aplicações	91.584	100.351
(-) Resgates	(82.466)	(102.307)
(+) Rendimentos	545	631
	<u>20.720</u>	<u>11.057</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>20.720</u>	<u>11.057</u>

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

O saldo da rubrica Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde é composto como segue:

Descrição	Exercício findo em	
	2019	2018
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a receber pré-estabelecido (6.1)	434	275
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a receber pós-estabelecido (6.2)	721	1.275
Participação dos beneficiários em Eventos / Sinistro Indenizados (6.3)	61	157
Contraprestação Corresponsabilidade Assumida (6.4)	1.353	740
Outros Créditos Com Planos de Assistência à Saúde	59	310
(-) Provisão para perdas sobre créditos (6.5)	(132)	(97)
Total	<u>2.496</u>	<u>2.660</u>

6.1 Contraprestação Pecuniária / Prêmio a Receber Pré-Estabelecido

Representam os recursos financeiros a receber pela contraprestação de serviços de assistência médico-hospitalar e odontológico com plano de assistência à saúde pré-estabelecido da ELETROS.

O saldo da rubrica Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde é composto como segue:

Descrição	2019	2018
Saldo em 1º de janeiro	275	146
(+) Prêmios emitidos	58.566	45.130
(-) Recebimentos	(58.407)	(45.000)
	<u>434</u>	<u>275</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>434</u>	<u>275</u>

6.2 Contraprestação Pecuniária / Prêmio a Receber Pós-Estabelecido

Representam os recursos financeiros a receber pela contraprestação de serviços de assistência médico-hospitalar e odontológico com plano de assistência à saúde pós-estabelecido da ELETROBRÁS e CEPEL.

6.3 Participação dos beneficiários em eventos indenizáveis

Refere-se ao valor proveniente da coparticipação dos usuários em exames médicos ou odontológicos, tratamento seriados e próteses/órteses, de acordo com os percentuais estabelecidos na tabela geral de cobertura do Plano Eletros-Saúde. Parte significativa dos valores é descontada em folha de pagamento dos beneficiários o que reduz significativamente o risco de não realização.

6.4 Contraprestação Corresponsabilidade Assumida

Refere-se ao Convênio de Reciprocidade firmado entre o Plano Eletros-Saúde com outras fundações e empresas do setor elétrico, com o objetivo de atender a seus usuários dando assistência médico-hospitalar. Os valores são faturados através de boletos enviados às empresas conveniadas, acrescidos da taxa de administração, que realizam o pagamento até a data de vencimento informada. A Fundação não possui histórico de perdas nessa operação.

6.5 Provisão para perdas sobre créditos

A Eletros constituiu provisão para perdas sobre créditos provenientes de contraprestação de serviços de assistência médico-hospitalar e odontológico com plano de assistência à saúde pré-estabelecido da ELETROS e da coparticipação dos usuários do plano Eletros-Saúde na modalidade de preço pre-estabelecido em exames médicos ou odontológicos que possuem pelo menos, uma parcela vencida há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito, conforme requerido no item 10.2.3.1 do anexo I da Resolução Normativa 435/18 e suas atualizações. Os principais motivos para a constituição da provisão para perdas são os óbitos ocorridos e as inadimplências geradas pela falta de margem na folha de pagamento dos assistidos para o desconto das mensalidades.



7 Bens e títulos a receber

O saldo desta rubrica refere-se basicamente ao valor do fundo rotativo da ELETROBRAS e CEPEL e do valor do ressarcimento de despesas administrativas dos convênios firmados com a ELETROBRÁS e CEPEL:

Descrição	Exercício findo em	
	2019	2018
Ressarcimento de despesas administrativas	721	891
Adiantamentos Diversos Cisão (a)	800	-
Fundo Rotativo ELETROBRAS (b)	-	-
Fundo Rotativo CEPEL (c)	21	21
Outros valores a receber	-	124
Total	1.542	1.036

- (a) Em Novembro de 2019, foi efetuado o fato jurídico e contábil da transferência de R\$ 800 mil da Fundação Eletros (instituidora) para Associação Eletros Saúde (instituída) com a finalidade exclusiva de atender à exigência da ANS no que tange a aprovação da Associação Eletros-Saúde como operadora de planos de saúde, e que para isso necessita possuir um patrimônio mínimo ajustado no respectivo valor da transferência.

A administração da instituída submeterá à ANS e a PREVIC todos os documentos para aprovação do processo de CISÃO. Com isso, juridicamente tanto a instituidora quanto a instituída dependerão da deliberação dos agentes reguladores para dar início a CISÃO.

Até o momento, tanto a PREVIC quanto a ANS não expuseram juridicamente a “aprovação” para o processo de migração patrimonial, ou seja, a cisão do plano na Fundação Eletros.

Enquanto não houver a deliberação/aprovação dos órgãos reguladores, a entidade instituidora não seguirá com o rito da cisão, seja parcial ou integral.

Ocorrendo a aprovação pelos órgãos reguladores da cisão, será apurado e transferido contabilmente, de acordo com as aprovações internas, o patrimônio cabível da gestão assistencial para a Associação Eletros Saúde.

- (b) O Fundo Rotativo do ELETROBRAS refere-se ao montante a ser ressarcido pela ELETROBRAS em função da liquidação das despesas médico-hospitalares dos participantes do seu plano de saúde.
- (c) O Fundo Rotativo do CEPEL refere-se ao montante a ser ressarcido pelo CEPEL em função da liquidação das despesas médico-hospitalares dos participantes do seu plano de saúde.

8 Depósitos judiciais e fiscais

Registra os valores correspondentes aos depósitos judiciais com contingências tributárias, trabalhistas e cíveis. Demonstramos a seguir a sua composição:

Descrição	Exercício findo em	
	2019	2018
Tributários	6.390	5.371
PIS	904	761
COFINS	5.486	4.610
Cíveis	39	39
Total	6.429	5.410

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências cíveis e tributárias, das quais as principais são o Programa de Integração Social (PIS) R\$ 904 mil (R\$ 761 mil em 2018) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) R\$ 5.486 mil (R\$ 4.610 mil em 2018).

9 Provisões técnicas de operações à saúde

Descrição	Exercício findo em	
	2019	2018
Provisão de eventos a liquidar (a)	1.188	2.704
SUS	4	35
Médico Hospitalares	1.139	2.586
Odontológicas	45	83
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (b)	4.944	4.353
Total	6.132	7.057

- (a) Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. A redução expressiva nesta rubrica ocorreu em virtude da redução das utilizações médico hospitalares (internações, OPME, exames e consultas) realizadas pelos nossos beneficiários, durante o exercício de 2019.
- (b) Provisão para fazer frente aos pagamentos dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, constituída com base em cálculo definido pela Resolução Normativa ANS nº 209/09, a qual está registrada integralmente de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 25/09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

10 Débitos de operações de assistência à saúde

Refere-se a mensalidades dos assistidos descontadas antecipadamente na folha de pagamento dos planos previdenciários, antes do início do período de cobertura do risco, no montante de R\$ 4.353 (R\$ 4.163 - 2018).

No mês da cobertura do risco é efetuada a baixa do montante e apropriada a receita no resultado do período, atentando para o princípio da competência.

11 Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Descrição	Exercício findo em	
	2019	2018
Outros Débitos não Relacionados com Planos de Saúde	2.239	794
Fundo rotativo Eletrobras (a)	1.598	458
Fundo rotativo Cepel (b)	401	217
Valores a serem repassados a Eletros (c)	240	119
Total	2.239	794

- (a) O Fundo Rotativo ELETROBRAS representa os recursos disponibilizados pela ELETROBRAS em adiantamento para fazer face aos pagamentos de despesas médico-hospitalares dos participantes do plano de saúde da ELETROBRAS.

- (b) O Fundo Rotativo do CEPEL representa os recursos disponibilizados pelo CEPEL em adiantamento para fazer face aos pagamentos de despesas médico-hospitalares dos participantes do plano de saúde do CEPEL.
- (c) Refere-se aos valores das despesas administrativas a serem ressarcidas à Eletros.

12 Tributos e encargos sociais a recolher

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os tributos e contribuições a recolher apresentava a seguinte composição:

Descrição	Exercício findo em	
	2019	2018
INSS	614	480
Imposto de renda retido na fonte	31	42
Imposto Sobre Serviços (ISS)	51	37
Contribuições previdenciárias	128	107
Outros	68	94
Total	892	760

13 Empréstimos e financiamentos a pagar

Refere-se a valores a pagar para a Fundação FABES, oriundos do saldo remanescente no Fundo Transitório, transferido em sua totalidade à FABES, conforme decisão tomada na 164ª. Reunião do Conselho Deliberativo da Eletros, em 18 de dezembro de 2009, e o disposto no Termo de Acordo para Transferência de Créditos em favor da Fundação FABES (IPA-019-09), datado de 30 de dezembro de 2009.

A amortização do empréstimo com a FABES iniciou-se em janeiro de 2010, em continuação ao plano de amortização estabelecido anteriormente, com as seguintes condições:

- Prazo de amortização: 15 anos
- Reajuste: INPC
- Taxa de juros: 0,5% a.m.
- Periodicidade do reajuste: anual

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está composto da seguinte forma:

Descrição	Exercício findo em	
	2019	2018
Circulante	711	648
Não Circulante	1.288	1.937
Total	1.999	2.585

14 Provisões para Contingências

A Eletros constitui provisão para contingências com base na avaliação do risco de perda dos processos judiciais, assessorada por seus advogados. Com isso, a entidade reconhece provisão para os processos cuja estimativa de desembolso seja provável. Os saldos provisionados estão demonstrados a seguir:

Descrição	Exercício findo em	
	2019	2018
Tributárias	6.486	5.463
PIS	918	774
COFINS	5.568	4.689
Cíveis	277	478
Total	6.763	5.941

Essas provisões tiveram, nesse exercício, a seguinte evolução:

	Movimentação do Exercício 2019			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2018	5.463	-	478	5.941
Constituição de provisões	1.136	-	296	1.432
Reversão de provisões	-	-	(212)	(212)
Baixas	-	-	-	-
Pagamentos	(113)	-	(285)	(398)
Saldo em 31/12/2019	6.486	-	277	6.763

	Movimentação do Exercício 2018			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2017	4.786	-	437	5.223
Constituição de provisões	711	-	142	853
Reversão de provisões	(1)	-	-	(1)
Baixas	-	-	(40)	(40)
Pagamentos	(33)	-	(61)	(94)
Saldo em 31/12/2018	5.463	-	478	5.941

Eletros possui depósitos judiciais, quando requeridos, registrados em seu ativo referentes aos processos em andamento (Nota Explicativa nº 8).

Os processos com probabilidade de perda possível, em função do CPC 25, não são reconhecidos contabilmente, mas devem ser divulgados em notas explicativas, representam o montante de R\$ 950 (R\$ 991- 2018) e envolvem ações judiciais de natureza cível, relacionadas, principalmente, à questionamentos referentes à procedimentos médicos, medicamentos e reajuste de mensalidade.

15 Ativos garantidores

A Resolução Normativa nº 392/15 da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e suas alterações descreve a diversificação dos Ativos das Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde para aceitação como Ativos Garantidores das Provisões Técnicas. Demonstramos as Provisões Técnicas constituídas e as Garantias Financeiras, os Ativos Garantidores em Aplicações Financeiras Vinculadas e de Lastro.

	<u>Exercício findo em</u>	
	2019	2018
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA	4.944	4.353
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	4	35
Provisão de Eventos a Liquidar - Avisados há mais de 60 dias	450	548
Provisões Técnicas a serem Vinculadas	5.398	4.936
Aplicação Financeira Vinculada	7.979	7.562
(A) Suficiência de Ativos Garantidores Vinculados	2.581	2.626
Provisão de Eventos a Liquidar - Avisados Até 60 dias	734	2.121
Provisões Técnicas a serem Lastreadas	734	2.121
Aplicação Financeira não Vinculada	20.720	11.057
Disponibilidades Bancárias	37	381
(B) Suficiência de Lastros	20.023	9.317
(C) = (A+B) Suficiência de Ativos Garantidores Vinculados e de Lastros	22.604	11.943

A RN 274/2011 estabelece que as operadoras de plano de assistência à saúde com até 100.000 (cem mil) beneficiários pode optar a vinculação de ativos garantidores para a parcela da Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar referente aos eventos/sinistros que tenham sido avisados nos últimos 60 (sessenta) dias.

16 Patrimônio social

Descrição	Exercício findo em	
	2019	2018
Patrimônio Social	1.849	1.849
Patrimônio Social	1.849	1.849
Reservas Patrimoniais	3.726	-
<i>Superávit Acumulados</i>	11.381	4.968
Total	16.956	6.817

Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA)

O PMA representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido da operadora de saúde, ajustado para efeitos econômicos, calculado a partir da multiplicação do fator “K”, emitido pela ANS pelo capital base do qual é ajustado, anualmente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

Reservas Patrimoniais

Em Dezembro de 2019, foi constituído o Fundo de Reserva referente a constituição da Margem de Solvência dos Planos Eletrobrás (2.516 mil) e CEPEL (1.210 mil), conforme estabelecido na RN 209 da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Este fundo, tem por finalidade a criação de uma reserva para a quitação dos compromissos financeiros assumidos com prestadores de serviços médicos-hospitalares dos Planos Eletrobrás e CEPEL.

Sua criação foi aprovada pela Eletrobrás, conforme Termo Aditivo ao Convênio de Adesão ECV-DJP 001/2017, datado de 02/12/2019 e do CEPEL será aprovado através do Termo Aditivo ao Convênio de Adesão CV 163/2017.

Os valores aportados foram aplicados no Fundo de Investimento Alfa Itaipava e trimestralmente serão encaminhado as Patrocinadoras os rendimentos auferidos.

	Exercício findo em	
	2019	2018
Patrimônio Social Contábil	16.956	6.817
(+) Obrigações legais (*)	95	93
Patrimônio Social Ajustado	17.051	6.910
Capital Mínimo Exigido	778	753
Insuficiência / Suficiência do PMA	16.273	6.157

(*) De acordo com a Instrução Normativa ANS 50/2012, o montante de obrigações legais refere-se ao saldo contábil de provisões judiciais fiscais e tributárias, excluído da parcela do depósito judicial. Nas demonstrações contábeis do exercício de 2018, não foi apresentada a adição das Obrigações Legais (Provisão de PIS/COFINS).

17 Margem de Solvência

A Margem de Solvência corresponde à suficiência do Patrimônio social ajustado por efeitos econômicos, para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

- (i) 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses: de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido, o que representa em 31 de dezembro de 2019, R\$ 15.163; ou
- (ii) 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos trinta e seis meses da soma de: 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido, o que representa em 31 de dezembro de 2019, R\$ 20.930.

A Operadora deve observar integral e mensalmente as regras da Margem de Solvência, durante o prazo máximo de 10 (dez) anos, contados a partir de janeiro de 2014, na proporção cumulativa mínima de 1/120, a cada mês, do valor calculado. A seguir está demonstrada a posição de 31 de dezembro de 2019:

	Exercício findo em 31.12.19
Patrimônio Social Ajustado	<u>17.051</u>
Margem de Solvência	
(A) - 0,20 vezes CPL - últimos 12 meses (72/120 meses)	9.099
(B) - 0,33 vezes EIL - últimos 36 meses (72/120 meses)	12.558
Maior entre (A) e (B)	<u>12.558</u>
(Insuficiência) / Suficiência da margem de Solvência	4.493

Para manutenção do equilíbrio financeiro do Plano Eletros-Saúde para o exercício de 2019, foi deliberada em 26 de novembro de 2018, na 358ª Reunião do Conselho Deliberativo, o reajuste de 28,67% para o Plano Eletros-Saúde Assistidos, 14,00% para o Plano Eletros-Saúde Fundação, 6,27% para o Plano Eletros-Saúde Vinculados, Plano Eletros Família e Plano Eletros Saude Assistidos Essencial.

Para manutenção do equilíbrio financeiro do Plano Eletros-Saúde para o exercício de 2020, foi deliberada em 06 de dezembro de 2019, na 388ª Reunião do Conselho Deliberativo, o reajuste de 6,68%% para o Plano Eletros-Saúde Assistidos, Eletros-Saúde Fundação, Eletros-Saúde Vinculados, Eletros Família e Eletros Saude Assistidos Essencial.

18 Distribuição dos saldos de Eventos Médicos Hospitalares Assistência Médico Hospitalar

Em consonância com o subitem 6.2.1., Capítulo I, Normas Básicas, da Resolução Normativa nº 344/13. Contemplamos, a seguir, os quadros da distribuição dos saldos de eventos médicos hospitalares, assistência médico hospitalar e outros.

Médico Hospitalares

Em 31.12.19

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Carteira de Planos Coletivos Empresariais depois da Lei 9.656/1998							
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Contratada	1.272	5.062	2.694	29.808	2.221	3.242	44.299
Reembolso	813	42	192	1.245	83	659	3.034
Total	2.085	5.104	2.886	31.053	2.304	3.900	47.333

Em 31.12.18

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Carteira de Planos Coletivos Empresariais depois da Lei 9.656/1998							
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Contratada	1.095	4.556	4.084	23.115	1.909	4.574	39.333
Reembolso	687	33	172	1.330	62	445	2.729
Total	1.782	4.589	4.256	24.445	1.971	5.019	42.062

Em 31.12.19

Cobertura Assistencial com Preço Pós Estabelecido - Carteira de Planos Coletivos Empresariais depois da Lei 9.656/1998							
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Contratada	1.367	4.291	1.476	11.301	1.527	2.820	22.782
Reembolso	765	43	1.046	1.002	370	1.024	4.250
Total	2.132	4.334	2.522	12.303	1.897	3.844	27.032

Em 31.12.18

Cobertura Assistencial com Preço Pós Estabelecido - Carteira de Planos Coletivos Empresariais depois da Lei 9.656/1998							
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Contratada	1.606	5.406	2.802	19.913	1.593	3.816	35.136
Reembolso	829	51	1.070	966	372	1.100	4.388
Total	2.435	5.457	3.872	20.879	1.965	4.916	39.524

Procedimentos Odontológicos

Em 31.12.19

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido Carteira de Planos Coletivos Empresariais depois da Lei 9.656/1998		
	Consulta Odontológica	Total
Rede Contratada	886	886
Reembolso	69	69
Total	955	955

Em 31.12.18

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido Carteira de Planos Coletivos Empresariais depois da Lei 9.656/1998		
	Consulta Odontológica	Total
Rede Contratada	745	745
Reembolso	59	59
Total	804	804

Em 31.12.19

Cobertura Assistencial com Preço Pós Estabelecido Carteira de Planos Coletivos Empresariais depois da Lei 9.656/1998		
	Consulta Odontológica	Total
Rede Contratada	1.716	1.716
Reembolso	383	383
Total	2.099	2.099

Em 31.12.18

Cobertura Assistencial com Preço Pós Estabelecido Carteira de Planos Coletivos Empresariais depois da Lei 9.656/1998		
	Consulta Odontológica	Total
Rede Contratada	1.967	1.967
Reembolso	446	446
Total	2.413	2.413

19 Despesas administrativas

Descrição	Exercício findo em	
	2019	2018
Pessoal	5.885	6.125
Serviços de terceiros (a)	1.347	1.219
Localização e funcionamento (b)	774	787
Tributos (c)	1.049	702
Despesas administrativas indiretas (d)	354	345
Outras	460	526
Total	9.869	9.704

- (a) Serviços advocatícios e de consultoria, entre outros;
- (b) Utilização e manutenção das instalações da entidade, como luz, água, serviços de manutenção, etc.;
- (c) Impostos e contribuições (IPTU, PIS, COFINS e taxa de saúde suplementar); e
- (d) Este valor refere-se à parcela atribuída ao Plano Eletros-Saúde de acordo como o critério de rateio das despesas administrativas comuns da Eletros.

20 Outras despesas operacionais

Descrição	Exercício findo em	
	2019	2018
Provisão Para Contingência Cível	123	3
Convênio Cooperação Técnica CV-048/03	273	264
Provisão Contingência Cível-Plano Eletrobrás e Outros	91	41
Total	487	308

21 Resultado financeiro

Descrição	Exercício findo em	
	2019	2018
Receitas Financeiras		
Aplicações financeiras (a)	1.128	1.041
Outras	297	275
Total	1.425	1.316
Despesas Financeiras		
Empréstimos e financiamentos (b)	215	258
	215	258
Resultado Financeiro	1.210	1.065

- (a) Refere-se ao rendimento das aplicações financeiras em fundos de investimentos de Renda Fixa.
- (b) Refere-se aos encargos financeiros sobre valores a pagar para a Fundação Fabes.

22 Exposição e gestão de riscos

A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros mencionados na Nota nº 3.2:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Fundação a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da entidade, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Fundação são estabelecidas pelo Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria, que realiza a identificação e análise dos riscos enfrentados, define limites e controles de riscos apropriados e monitora riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Fundação. O Comitê reporta ao Conselho Deliberativo os riscos identificados e controles para mitigar tais riscos.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso um projeto ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Fundação. Os critérios para a escolha dos emissores de ativos, além de passarem por uma avaliação interna, tem seus *ratings* de crédito avaliados por agências nacionais como a Lopes Filho & Associados (RISKbank) e em indicadores de liquidez, solvência e outros.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Fundação encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

As informações com os vencimentos contratuais de passivos financeiros foram apresentados na nota explicativa 14 e a entidade possui ativos suficientes para honrar os pagamentos nos vencimentos.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, impactariam os ganhos e perdas da Fundação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. A Fundação dilui os riscos de mercado através de investimentos em seu fundo exclusivo, reduzindo significativamente os riscos, em função da autogestão desse fundo.

Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros passivos da Fundação estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Fundação são equivalentes aos seus valores contábeis.

Análise de sensibilidade

Em complemento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o Eletros Saúde divulga o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Entidade está exposta na data do balanço, incluindo todas as operações com instrumentos financeiros, conforme abaixo.

Descrição	Nota Explicativa	Risco	Cenário I - Provável	Cenário II	Cenário III
			4,7%	4,5%	4,9%
	5	Taxa CDI	30.036	29,990	30.105
Aplicações Financeiras		Efeito Líquido	Nulo	(46)	115

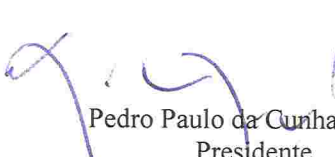
Descrição	Nota Explicativa	Risco	Cenário I - Provável	Cenário II	Cenário III
			3,97%	2,97%	4,97%
		Taxa INPC	163	148	180
Empréstimos e Financiamentos a pagar	14	Efeito Líquido	Nulo	(20)	40

23 Conciliação entre lucro líquido e caixa líquido gerado nas atividades operacionais


Atividades Operacionais	2019	2018
<i>Superávit /Déficit do exercício</i>	6.413	(2.233)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
<i>Depreciação e Amortização</i>	10	8
<i>Varição da Provisão de Perdas sobre Créditos</i>	35	(16)
<i>Varição da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados</i>	590	669
<i>Varição da Provisão para Contingências</i>	822	718
<i>Despesas de Juros</i>	208	264
	8.078	(590)
(Aumento) / diminuição em ativos operacionais		
<i>Redução/Aumento Aplicações Financeiras</i>	(10.080)	252
<i>Redução/Aumento Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde</i>	164	(1.176)
<i>Redução Créditos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados</i>	-	-
<i>Redução Bens e Títulos a Receber</i>	(506)	548
<i>Depósitos Judiciais e Fiscais</i>	197	(688)
Aumento / (diminuição) em passivos operacionais		
<i>Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde</i>	924	1.666
<i>Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios</i>	190	805
<i>Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com o plano</i>	1.445	107
<i>Tributos e Encargos Sociais a Recolher</i>	132	210
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	544	1.134

* * *

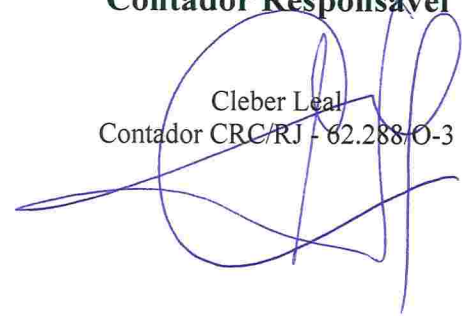
Diretoria Executiva


Pedro Paulo da Cunha
Presidente


Max Leandro Ferreira Tavares
Diretor Financeiro


Carlos Eduardo Brasil Pereira
Diretor de Benefícios Previdenciários

Contador Responsável


Cleber Leal
Contador CRC/RJ - 62.288/O-3

PRINCIPAIS
REALIZAÇÕES
DOS ÓRGÃOS
ESTATUTÁRIOS



Principais realizações dos órgãos estatutários

Atuação dos órgãos de governança em 2019, de acordo com a esfera de competência de cada órgão estatutário.

Conselho Deliberativo

Composto por 6 (seis) membros e respectivos suplentes, é o órgão de orientação superior da Entidade. O período de mandato dos membros do CFE é de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução ou reeleição, considerando-se, para esses efeitos, como mandato aquele exercido em pelo menos 3/4 (três quartos) do período. Os artigos 32 e 33 do Estatuto da Eletros dispõem sobre as competências do CDE.

Principais realizações/aprovações:

- aprovação e assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, acompanhamento do cumprimento, pela ELETROS, do cronograma e fases do Termo de Ajustamento de Conduta TAC celebrado com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC para revisão dos planos de equacionamento dos déficits do Plano BD Eletrobrás dos exercícios de 2013 e 2015, conforme determinação da mesma;
- aprovação da revisão de 2019 do Planejamento Estratégico da ELETROS referente ao triênio 2018 a 2020;
- aprovação da revisão do Planejamento Estratégico do Plano Eletros-Saúde para o biênio 2019 a 2020;
- aprovação da escolha da empresa de auditoria independente das demonstrações contábeis para os exercícios de 2019 e 2020, incluindo a revisão limitada dos semestres respectivos;
- aprovação das versões da Revisão dos Planos de Equacionamento dos Déficits do Plano BD Eletrobrás referente aos exercícios de 2013 e 2015 até a sua última versão com os ajustes da patrocinadora Eletrobras e Secretaria de Governança e Controle das Empresas Estatais - SEST e ajuste do referente à 2010/2011;
- aprovação das versões das Minutas dos Termos de Compromisso respectivos e dos Termos de Compromisso, até a sua última versão com os ajustes da patrocinadora Eletrobras e SEST;
- aprovação das versões da alteração dos Regulamentos dos Planos BD e CD Eletrobras (CV) até a sua última versão com os ajustes da patrocinadora Eletrobras e SEST.
- aprovação das versões do Regulamento do Plano CD Eletrobras I até a sua última versão com os ajustes da patrocinadora Eletrobras e SEST;
- acompanhamento do andamento do *retrofit* do Edifício Mário Bhering até a sua conclusão;
- aprovação da Atualização da Norma Eleitoral à nova legislação vigente;
- aprovação do Plano Família Essencial (Eletros-Saúde);

- aprovação da criação/fundação do ELETROS SAÚDE - ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE e das providências necessárias decorrentes até a sua efetiva segregação da ELETROS;
- aprovação de Atualização (novas versões consolidadas) das seguintes Políticas com aperfeiçoamentos: de Compliance; Compras e Contratação; Alçadas; Segurança da Informação; Comunicação e Relacionamento;
- aprovação da Política de Qualidade;
- aprovação do Novo Código de Conduta Ética incluindo o Canal de Denúncias;
- aprovação das premissas atuariais (biométricas e demográficas) dos Planos de Benefícios BD - Eletrobrás / Cepel / ELETROS, CD-Eletrobrás, CD-ONS, CD-CERON e EPE, de acordo com os estudos atuariais (Testes de Aderência), a vigorar a partir de 31.12.2019;
- ciência dos Relatórios de Manifestação semestrais emitidos pelo Conselho Fiscal, conforme Resolução CGPC 13/2004 e endereçamento das recomendações;
- aprovação do orçamento da ELETROS para 2020, considerando diretrizes de redução de despesas, incluindo a aprovação dos indicadores de desempenho de gestão, dentre outras questões em destaque neste Relatório;
- acompanhamento mensal dos indicadores de desempenho de gestão;
- aprovação do orçamento do Plano Eletros-Saúde para 2020;
- aprovação do Reajuste da Mensalidade do Plano Eletros-Saúde, aprovação da taxa (limite) para cobertura das despesas administrativas, de acordo com o art. 6º da Resolução CGPC 29/2009;
- aprovação da Política de Investimento para 2020-2024 de cada Plano de Benefícios Previdenciários e do Plano de Gestão Administrativa;
- aprovação Estudo Asset Liability Management - ALM dos Planos BD e CD (Saldado - BPDS);
- aprovação das Premissas Biométricas e Demográficas do Plano de Benefícios BD - Eletrobrás / Cepel / ELETROS, consubstanciado pelo relatório da empresa de Consultoria Atuarial Externa responsável pela avaliação atuarial do Plano BD, a vigorar a partir de 31.12.2019;
- aprovação das Premissas Biométricas e Demográficas dos Planos CDs e CV administrados pela ELETROS, consubstanciado pela Nota Técnica elaborada pela área responsável, a vigorar a partir de 31.12.2019;
- aprovação da Premissa de Taxa Real de Juros do Plano de Benefícios BD - Eletrobrás / Cepel / ELETROS, conforme os Testes de Aderência, consubstanciado no relatório da empresa de Consultoria Atuarial Externa responsável pela avaliação atuarial do Plano BD, a vigorar a partir de 31.12.2019;
- aprovação da Premissa de Taxa Real de Juros dos Planos de Contribuição Definida e Variável administrados pela ELETROS, consubstanciada no relatório elaborado pela área responsável pela avaliação atuarial dos Planos CD e CV, a vigorar a partir de 31.12.2019;
- aprovação das taxas de juros dos empréstimos financeiros e fundos prestamistas para 2020;
- acompanhamento do status da implantação dos sistemas;
- aprovação das demonstrações contábeis consolidadas individuais por Plano de Benefícios, do exercício de 2019 e do Plano de assistência à saúde (Eletros-Saúde) amparadas em pareceres da auditoria independente e do Conselho Fiscal, e das demonstrações atuariais dos Planos de Benefícios em 31/12/2019/ Planos de Custeio amparados nos respectivos pareceres atuariais, a vigorarem a partir de abril/2020;

Conselho Fiscal

Composto por 4 (quatro) membros e respectivos suplentes, é o órgão de apoio ao controle interno e de fiscalização das atividades econômico-financeiras da Eletros. O período de mandato dos membros do CFE é de 4 (quatro) anos, vedada a recondução. O artigo 46 do Estatuto da Eletros dispõe sobre as competências do CFE.

As conclusões, recomendações, análises e manifestações do Conselho Fiscal devem ser levadas, em tempo hábil, ao conhecimento do Conselho Deliberativo, a quem cabe decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas.

Destacamos as seguintes ações do CFE no exercício de 2019:

- apreciou os balancetes mensais;
- apreciou o acompanhamento orçamentário mensal e as justificativas trimestrais, bem como acompanhou os indicadores trimestralmente;
- apreciou os relatórios de investimentos dos Planos de Benefícios Previdenciários administrados pela ELETROS;
- acompanhamento dos resultados trimestrais dos Planos;
- emitiu e aperfeioou os Relatórios de Manifestação semestrais do Conselho Fiscal, conforme Resolução CGPC 13/2004;
- acompanhamento do andamento do *retrofit* do Edifício Mário Bhering até a sua conclusão;
- acompanhamento dos trabalhos e monitorou as recomendações sobre Controles Internos;
- acompanhamento do relato de atendimento às auditorias das patrocinadoras;
- acompanhamento do projeto de implantação Eletros-Saúde em uma Associação de Assistência à Saúde;
- apreciação dos Acompanhamentos Orçamentários mensais e trimestrais com justificativas e Balancetes mensais;
- participação no processo de Adesão da ELETROS ao Selo de Autorregulação de Investimentos da ABRAPP;
- acompanhamento do andamento das fases do TAC para revisão dos Planos de Equacionamento dos Déficits do Plano BD dos exercícios de 2013 e 2015 do Plano BD Eletrobrás, considerando o referente ao do exercício de 2010/2011 ajustado;
- emitiu Parecer sobre as Hipóteses Biométricas e de Taxas de Juros dos Planos de Benefícios Previdenciários administrados pela ELETROS, em virtude dos Testes de Aderência;
- acompanhamento da posição dos processos de cobrança em andamento com as patrocinadoras Eletrobras e Cepel;
- emitiu parecer sobre as Demonstrações Contábeis auditadas e Atuariais do exercício de 2019, Planos de Custeio, tomando por base os pareceres atuariais.

Diretoria Executiva

Composta por 3 (três) membros, que possuem mandato de 3 (três) anos, permitida uma recondução ou reeleição permitida uma recondução ou reeleição, considerando-se, para esses efeitos, como mandato aquele exercido em pelo menos 3/4 (três quartos) do período.

Além de exercer a administração geral da Eletros, cabe à Diretoria Executiva da Eletros - DEE propor e submeter ao CDE as matérias para deliberação com toda a documentação técnica necessária, e dar o suporte técnico necessário ao CFE. Cabe ressaltar que em 2019 a DEE supervisionou as ações do planejamento estratégico, projetos e metas, exercendo suas atividades de acordo com as diretrizes traçadas pelo CDE. As principais competências da DEE encontram-se estabelecidas nos art. 36 e 37 do Estatuto e se somam ao que consta nas outras seções deste Relatório Anual.

Dentre as realizações de 2019, destacamos:

- aprovação e assinatura, juntamente com o Conselho Deliberativo, do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, acompanhamento do cumprimento, pela ELETROS, do cronograma e fases do Termo de Ajustamento de Conduta TAC celebrado com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC para revisão dos planos de equacionamento dos déficits do Plano BD dos exercícios de 2013 e 2015, conforme determinação da mesma;
- aprovação das propostas ao Conselho Deliberativo da revisão dos Regulamentos dos Planos BD e CD Eletrobrás;
- aprovação das propostas ao CDE do Regulamento do Plano CD Eletrobrás I, com vistas à migração;
- aperfeiçoamento dos processos de cobrança em andamento com as patrocinadoras Eletrobras e Cepel;
- coordenação e resolução das questões relativas ao *retrofit* do Edifício Mário Bhering até a sua conclusão;
- aprovação da atualização do Critério de Rateio das Despesas Administrativas;
- aprovação do novo Manual de Identidade Visual da ELETROS, contemplando as tendências mais modernas;
- aprovação do Programa Reconhecer;
- aprovação das melhorias ao processo de Ouvidoria;
- aprovação da realização de vídeos explicativos para veiculação no *site* sobre temas do Programa de Educação Financeira Previdenciária (Cultivar), *podcasts* de investimentos e outros;
- aprovação da submissão ao CDE das Propostas das Políticas Institucionais da ELETROS, novo Código de Conduta Ética;
- aprovação da nova composição do Comitê de Conduta Ética, incluindo o membro eleito;
- estímulo e implementação de ações de redução de despesas administrativas;
- acompanhamento das fases do programa de certificação ISO 9001 até a emissão da certificação ISO 9001 (Sistema de Gestão da Qualidade) dos processos da Diretoria de Benefícios Previdenciários;
- aprovação da proposta ao CDE da Política de Qualidade;
- aprovação do Projeto de Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados e acompanhamento do Cronograma para sua implantação;
- acompanhamento da continuidade na implementação de aperfeiçoamentos no atendimento aos participantes e assistidos, bem como no atendimento aos usuários do Plano Eletros-Saúde;

- aprovação do aperfeiçoamento das normas, procedimentos e controles da ELETROS;
- supervisão do atendimento às auditorias das patrocinadoras;
- aprovação de normas e atualização/aperfeiçoamento de normas/Regimentos Internos de Comitês de Investimentos e procedimentos decorrentes da revisão das Políticas Institucionais aprovadas pelo CDE, bem como referentes à adesão da ELETROS ao Código de Autorregulação de Investimentos da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP.

RESUMO DA
POLÍTICA DE
INVESTIMENTO
DE 2020

Resumo da Política de Investimentos de 2020

1. INTRODUÇÃO

A Política de Investimento da Eletros para o exercício de 2020 (PI 2020) deve ser aplicada individualmente aos planos de benefícios previdenciário e administrativo geridos pela entidade. A saber: ao plano BD Eletrobrás; CD Eletrobrás, composto por Eletrobrás CD Saldado (BPDS) e CD Eletrobrás Puro; CV ONS e; plano EPE.

2. METAS DE RENTABILIDADE

As metas reais de rentabilidade acima da inflação medida pelo INPC estão assim definidas na PI 2020:

Planos	Exercício 2020	Médio prazo (2020 a 2022)	Longo prazo (2020 a 2024)
Plano BD Eletrobrás	4,8%	4,4%	4,4%
Plano CD Puro	4,1%	4,2%	4,5%
Plano CD Saldado	4,8%	4,5%	4,6%
Plano CD CERON	3,8%	3,9%	4,3%
PGA	1,4%	2,2%	2,6%

3. ALOCAÇÃO DE ATIVOS POR PLANO

A alocação de ativos é definida como o conjunto de atividades relacionadas à distribuição do patrimônio de cada plano entre os segmentos de renda fixa, renda variável, imóveis, operações com participantes (empréstimos), investimentos estruturados e no exterior.

3.1 Alocação por Plano em Renda Fixa

Renda Fixa	Alocação em relação ao patrimônio		
	Proposta para 2020		
	Mínimo	Alvo	Máximo
Plano BD Eletrobrás	29%	61%	92%
Plano CD Eletrobrás Total	32%	63%	89%
Plano CV ONS*	32%	64%	88%
Plano EPE*	32%	64%	88%
Plano CD CERON	45%	52%	100%
PGA	100%	100%	100%

*Somando todos os Perfis de Investimentos.

3.2 Alocação por Plano em Renda Variável

Renda Variável	Alocação em relação ao patrimônio		
	Proposta para 2020		
	Mínimo	Alvo	Máximo
Plano BD Eletrobrás	5%	18%	35%
Plano CD Eletrobrás Total	9%	24%	39%
Plano CD Eletrobrás Puro*	10%	25%	40%
Plano CD Saldado (BPDS)	5%	22%	35%
Plano CV ONS*	10%	26%	40%
Plano EPE*	10%	27%	40%
Plano CD CERON	0%	16%	30%

*Somando todos os Perfis de Investimentos

4. PERFIS DE INVESTIMENTO

Perfil de Investimento	Alocação em Renda Variável
(CD PURO Eletrobrás, CV ONS e EPE)	(Alocação objetivo)
Perfil Super Conservador	0%
Perfil Conservador	15%
Perfil Moderado	30%
Perfil Agressivo	45%
Perfil Eletros	De acordo com a PI 2020

5. ALOCAÇÃO POR PLANO NO SEGMENTO IMOBILIÁRIO

Segmento Imobiliário	Alocação em relação ao patrimônio		
	Mínimo	Alvo	Máximo
PLANOS			
Plano BD Eletrobrás	0%	9%	13%
Plano CD Eletrobrás Total	0%	3%	6%
Plano CD Eletrobrás Puro*	0%	3%	6%
Plano CD Saldado (BPDS)	0%	5%	7%
Plano CV ONS*	0%	0%	5%
Plano EPE*	0%	0%	5%
Plano CD CERON	0%	0%	5%

*Somando todos os Perfis de Investimentos

6. ALOCAÇÃO POR PLANO COM PARTICIPANTES (EMPRÉSTIMOS)

Empréstimos	Alocação em relação ao patrimônio		
Planos	Proposta para 2020		
	Mínimo	Alvo	Máximo
Plano BD Eletrobrás	3%	4%	8%
Plano CD Eletrobrás Total	2%	3%	8%
Plano CV ONS*	2%	3%	8%
Plano EPE*	2%	2%	8%

*Somando todos os Perfis de Investimento.

7. ALOCAÇÃO POR PLANO EM INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Investimentos Estruturados	Alocação em relação ao patrimônio		
Planos	Proposta para 2020		
	Mínimo	Alvo	Máximo
Plano BD Eletrobrás	0%	6%	10%
Plano CD Eletrobrás total	0%	5%	10%
Plano CD Eletrobrás Puro*	0%	5%	10%
Plano CD Saldado (BPDS)	0%	5%	10%
Plano CV ONS*	0%	5%	10%
Plano EPE*	0%	5%	10%
Plano CD CERON	0%	14%	20%

*Somando todos os Perfis de Investimentos

8. ALOCAÇÃO POR PLANO EM INVESTIMENTO NO EXTERIOR

Investimento no Exterior	Alocação em relação ao patrimônio		
Planos	Proposta para 2020		
	Mínimo	Alvo	Máximo
Plano BD Eletrobrás	0%	2%	5%
Plano CD ELETROBRÁS TOTAL	0%	2%	5%
Plano CD Eletrobrás Puro*	0%	2%	5%
Plano CD Saldado (BPDS)	0%	2%	5%
Plano CV ONS*	0%	2%	5%
Plano EPE*	0%	2%	5%
Plano CD CERON	0%	9%	10%

*Somando todos os Perfis de Investimentos



Contatos

CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM PARTICIPANTE ELETROS

Telefone: (21) 3900-9848.

E-mail: atendimento@eletros.com.br

Endereço: Rua Uruguaiana, 174 – 6º andar – Centro – Rio de Janeiro

Atendimento Presencial: terças, quartas e quintas-feiras, das 10h às 15h30
segundas e sextas-feiras: mediante agendamento prévio

Atendimento Telefônico: de segunda à sexta, das 9h às 16h

Chat Online nos dias úteis: das 11h às 12h e das 15h30 às 16h30.

OUIDORIA

Entre em contato com a Ouvidoria preenchendo o formulário disponível no site.

CENTRAL DE RELACIONAMENTO ELETROS-SAÚDE

Telefone: (21) 2138-6000

E-mail: atendimento@eletrossaude.com.br

Endereço: Rua Uruguaiana, 174 – 5º andar – Centro – Rio de Janeiro

Atendimento Presencial: terças, quartas e quintas-feiras, das 10h às 15h30
segundas e sextas-feiras: mediante agendamento prévio

Atendimento Telefônico: de segunda à sexta, de 8h às 17h

OUIDORIA ELETROS-SAÚDE

ouvidoria@eletrossaude.com.br

EXPEDIENTE

O Relatório Anual de Informações é uma publicação da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – Eletros exclusiva para seus participantes e assistidos.

Editoria

Assessoria de Comunicação da Eletros

Projeto gráfico e editorial

Assessoria de Comunicação da Eletros

Infobase Interativa

www.iinterativa.com.br

www.eletros.com.br

